1 9 4 8

FEVEREIRO - N. 145

O OBSERVADOR

ECONÔMICO E FINANCEIRO



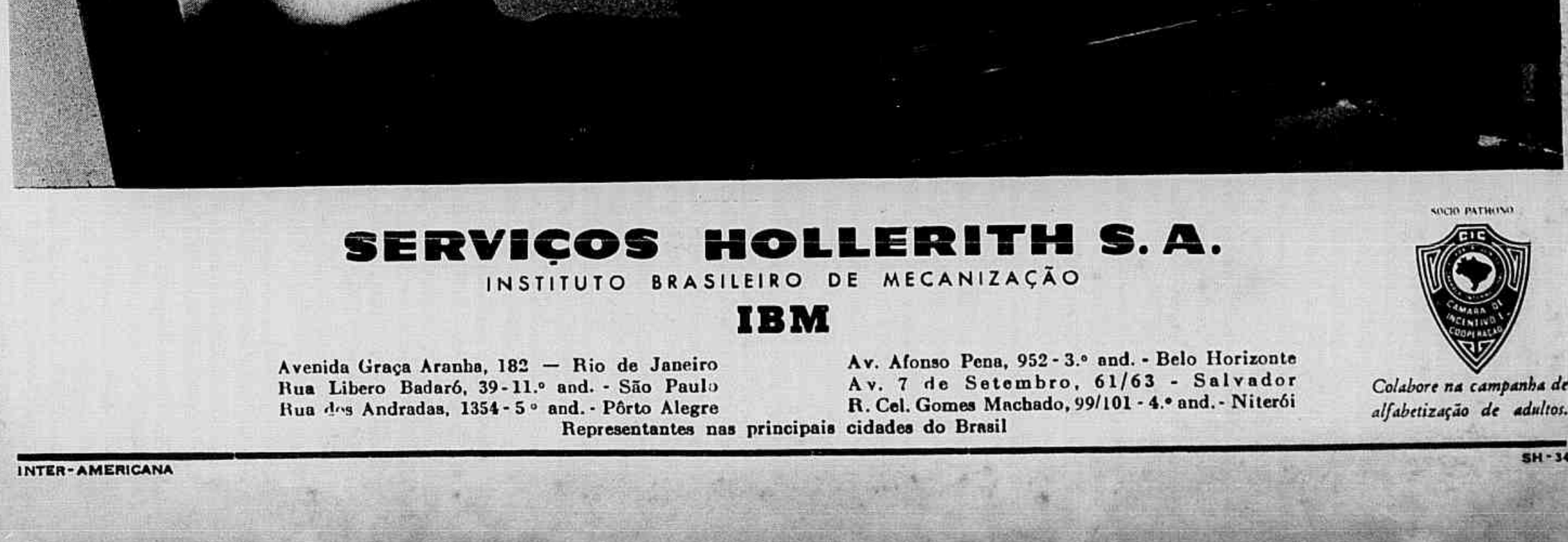
Seja também uma dactilógrafa Campeã!

Em uma competição dactilográfica, a vitória nem sempre sorri à dactilógrafa mais bem dotada, à possuidora de maior agilidade ou de técnica mais apurada... Pode, também, depender de fatôres mecânicos, como, por exemplo, a máquina utilizada! A máquina de escrever elétrica IBM detém o último campeonato mundial de velocidade, realizado na cidade de Chicago, em 1946. — Nesta máquina, todos os movimentos são operados elètricamente, a uma leve pressão sôbre a tecla. O trabalho é, assim, realizado pelo motor. Dêsse modo, uma dactilógrafa, sem o menor esfôrço, executa a tarefa de *duas*! Além disso, a máquina de escrever elétrica IBM é dotada de uma alavanca para a regulagem do número desejado de cópias, até o máximo de 20, de uma só vez, e tôdas absolutamente uniformes, nítidas e perfeitas! Procure conhecer a máquina de escrever elétrica IBM — e estude-lhe as vantagens. Sugira ao seu chefe que a adote em seu escritório, para um serviço mais rápido, eficiente e econômico! E V. poderá ser também uma... *campeã* em dactilografia!



máquina de escrever *elétrica*

IBM



SERVIÇOS HOLLERITH S. A.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MECANIZAÇÃO

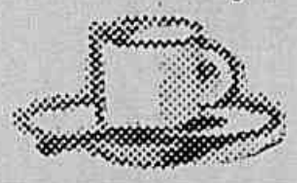
IBM

Avenida Graça Aranha, 182 — Rio de Janeiro
Rua Libero Badaró, 39 - 11.º and. - São Paulo
Rua dos Andradas, 1354 - 5.º and. - Pôrto Alegre
Av. Afonso Pena, 952 - 3.º and. - Belo Horizonte
Av. 7 de Setembro, 61/63 - Salvador
R. Cel. Gomes Machado, 99/101 - 4.º and. - Niterói
Representantes nas principais cidades do Brasil

SÓCIO PATRONO

Colabore na campanha de alfabetização de adultos.

PELO PREÇO DE



UM CAFEZINHO

30 centavos

DO CENTRO DA CIDADE
À ZONA SUL

Por somente



Apesar do sempre crescente aumento do custo de operações, o serviço de transporte coletivo no Rio continúa sendo o mais barato do mundo

O "Bonde" o amigo fiel do Carioca!

Fevereiro
1948

NESTE NÚMERO:

Comércio Exterior 7

Livros e Idéias 11
(Valdemar Cavalcanti)

De Todo o Mundo 14

Crônica Parlamentar 17

Financiamento da Planificação 19
(Aristóteles Moura)

A Eletrificação Rural 26
(Apolônio Sales)

O OBSERVADOR Faz Anos 34

O Caso da Rússia 50
(Carlos Lacerda)

O São Francisco 67
(D. Duque Catão)

1950 — Ano Trágico para o Arroz 74

O IPASE 81

O Ano Agrícola de 1947 86

Caixa Econômica Federal 99

A Erva-Mate já Foi Ingrediente de Feitiçaria 101
(Francisco Leite)

Instituto do Açúcar e do Álcool 102

Banco do Estado de São Paulo 114

NOTAS EDITORIAIS

Acôrdo e Planejamento 3

Em Tôrno de Libras 4

O Estatuto do Petróleo 4

Aparelhamento Portuário 5

Reunião de Prefeitos 5

SECÇÕES

Produtos e Mercados 106

Observações Financeiras 108

Observações Econômicas 109

Bancos e Moedas 112

Capa de Ary Fagundes

EXPEDIENTE

Propriedade da

SOC. EDITORA "O OBSERVADOR", LTDA.

COLABORAÇÃO PERMANENTE DE: Arthur Ramos, Arí F. Torres, Caio Prado Júnior, Dante Costa, Garibáldi Dantas, Humberto Dantas, José Maria Belo, Moacir Soares Pereira, Nelson Coutinho, Oscar Tenório, Paulo Frederico de Magalhães, Pedro Calmon, Raul Lima, Roberto Lyra, Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet, Teófilo de Andrade, Líbero de Miranda, Renato Mendonça, Carlos Lacerda e Prof. Leonidas Rezende.

Correspondentes especiais em

Londres, New York e Buenos Aires

Os originais enviados à redação não serão devolvidos mesmo quando não publicados.

Publicação mensal

Redação: Av. Graça Aranha, 182 — 3.º andar
Caixa Postal, 3.114 — Telg. **Observador**

Tels. { Redação — 42-6995
Gerência — 42-5519

SUCURSAIS

SÃO PAULO — Diretor: Heitor Ferreira Lima — Ed. Saldanha Marinho — Rua Líbero Badaró, 39 — 3.º and. — Tel. 3-6060 — S. Paulo.

MINAS GERAIS, GOIAZ e MATO GROSSO — Diretor: Dr. Moacir Assis de Andrade — Ed. Guimarães, Av. Afonso Pena, 952-3.º andar — Tel. 2-5046 — B. Horizonte.

RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA — Diretor: H. J. Bacelar — Rua dos Andradas — Ed. Sloper, 5.º andar — Tel. 4780 — C. Postal 571 — Pôrto Alegre.

◆

AGÊNCIAS NOS ESTADOS

CEARÁ — José Edesio de Albuquerque — Rua Guilherme Rocha, 182 — Fortaleza.

BAHIA — Abrahão Bouças — Av. 7 de Setembro, 61 — 1.º — Salvador.

S. PAULO — M. Pontes & Cia. — Rua 15 de Novembro, 69 — Santos.

PARANÁ — Arnaud F. Veloso — Rua Barão do Serro Azul, 445 — Curitiba.

SANTA CATARINA — Carl Whale — Rua 15 de Novembro, 992 — Blumenau.

RIO GRANDE DO SUL — Pelotas — Distribuidora Sul Riograndense — Rua 7 de Setembro, 312. Paulo Pargentdler — Praça Marechal Floriano, 447 — Passo Fundo.

DISTRIBUIDOR PARA O RIO

Paschoal Tramontano.

Representante em Buenos Aires

Prensa Americana — Vitória, 1222.

Fotografias de Mozar Alves da Silva

Número avulso ..... Cr$ 10,00
Mês anterior ..... Cr$ 15,00

Números atrazados — Preços variáveis
índice semestral — Cr$ 15,00

ASSINATURAS

INTERIOR

1 ano	.....	Cr$ 100,00
2 anos	.....	180,00
3 anos	.....	260,00

EXTERIOR

1 ano	.....	Cr$ 200,00
Índices Semestrais, cada	.	15,00

As opiniões expendidas em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Todos os artigos publicados são inéditos e escritos especialmente para esta Revista.

IMPRESSO NA EMPRÊSA GRÁFICA "O CRUZEIRO" S. A. — LIVRAMENTO, 191 — RIO

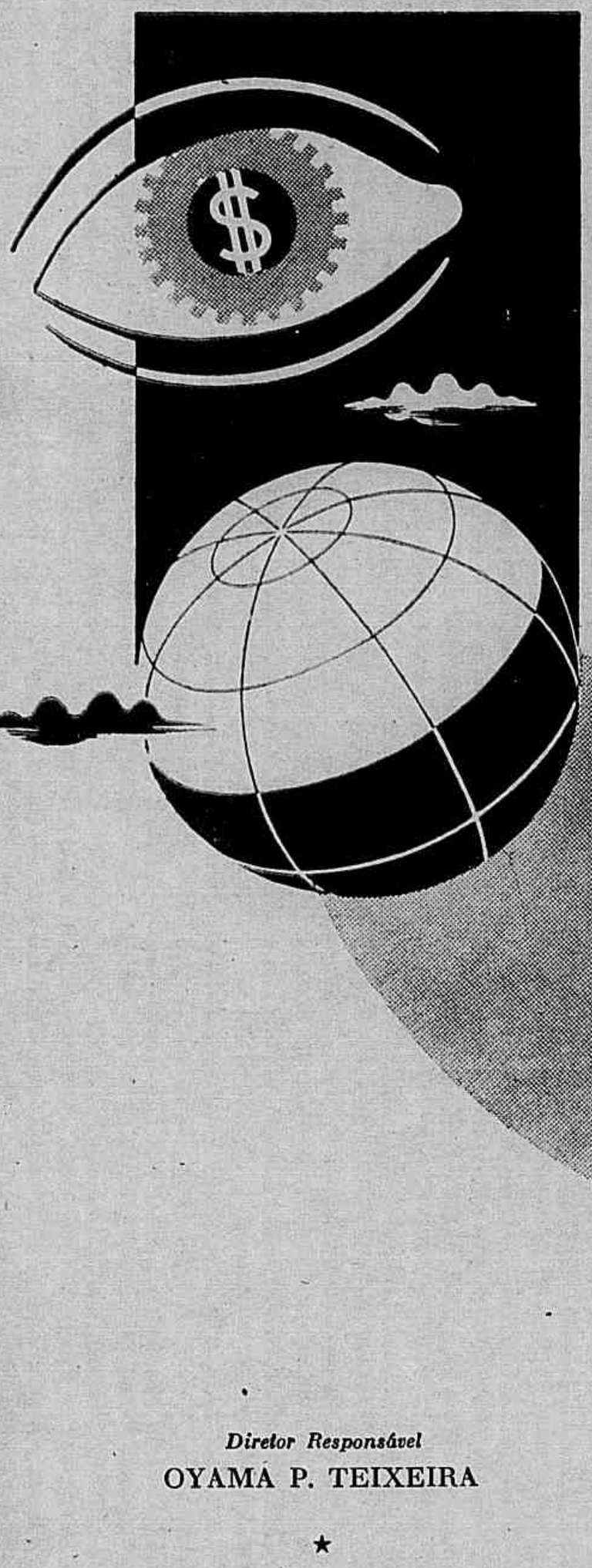
O OBSERVADOR
ECONÔMICO E FINANCEIRO

REDAÇÃO:
AVENIDA GRAÇA ARANHA, 182 - 3.º andar
RIO DE JANEIRO

FUNDADOR
VALENTIM F. BOUÇAS

CAIXA POSTAL 3.114
Tels. — Ger. 42-5519 — Red. 42-6995
End. Telegr. "OBSERVADOR"

N.º 145 — NOTAS EDITORIAIS — ANO XII



Acôrdo e Planejamento

NO dia em que se instalou, a Comissão Interpartidária de Planejamento Administrativo recebeu das mãos de um emissário do govêrno o já famoso Plano Salte. Os dois fatos devem ser tomados como bons angúrios para um trabalho rápido e proveitoso, capaz de transformar o acôrdo político em realidade prática benéfica ao progresso e melhoria de vida no país, conforme o pensamento originário.

Não resta dúvida quanto às razões que influíram no modo favorável por que a opinião pública recebeu o acôrdo político que reuniu em tôrno do Chefe do Govêrno as mais importantes correntes partidárias. A certeza de que só a tranquilidade política daria o clima necessário para que o Executivo e o Legislativo concertassem as decisões fundamentais o progresso nacional fêz o povo brasileiro adepto do acôrdo, tantas vêzes combatido, negado e propositadamente mal interpretado.

Agora é a ocasião de semear.

À Comissão de Planejamento Administrativo serão afetos os assuntos extra-política mais importantes. De seu trabalho resultará, portanto, a parte fundamental da semeadura, que deve ser cuidadosa pois na colheita deposita o Brasil tôdas as suas esperanças.

O que sovrevirá se fracassar todo êste esfôrço político-administrativo?

As afirmações iniciais dos membros da Comissão, Srs. Odilon Braga (UDN), Souza Costa (PSD) e Mário Brant (PR), deixam claro sua convicção da importância da tarefa, o que nos parece fundamental. No entanto, as especulações da imprensa em tôrno da influência das decisões da Comissão não chegaram a uma conclusão quanto ao caráter das mesmas em relação aos partidos no Congresso. Por outras palavras, ainda não se sabe se os seus pareceres significarão a atitude a ser seguida pelos deputados e senadores em suas Casas Legislativas ou se representarão apenas vagas recomendações. Parece-nos que se o adotado fôr a segunda hipótese, na maioria dos casos o trabalho da Comissão será apenas um parecer a mais, aumentando o volume dos anexos dos estudos executados por outras entidades públicas e particulares. Cremos, mesmo, que se as decisões adotadas pela Comissão não tiverem certa fôrça de orientação partidária, o seu trabalho será praticamente inoperante.

Instalada para estudar e sugerir, como uma brigada de choque ou turma avançada, e constituída de elementos de indicação de cada um dos partidos em coalisão, a Comissão desempenhará o papel importantíssimo de desbastar os caminhos a fim de que os assuntos de interêsse imediato do país não se eternizem em votos, pareceres e discussões de plenário.

Sabemos que além do Salte (Saúde, alimentação, transporte e energia) outros assuntos vitais serão apreciados pela Comissão, como o aproveitamento do petróleo, exportação de minérios, etc. Pela sua própria natureza controversa, êstes são assuntos capazes de motivar trabalhos parlamentares demoradíssimos, o que colide com a urgência que tem o país na sua solução. Caberia então à Comissão mastigá-los, digamos assim, conciliar os pontos de vista e decidir, afinal, embora sua decisão não implicasse em cessação de liberdade das opiniões pessoais dos congressistas, o que seria anti-democrático.

O que desejamos é que a Comissão Interpartidária de Planejamento Administrativo dê um exemplo de objetividade como verdadeiro "claring house" de projetos e tendências partidárias, a fim de que o acôrdo político seja realmente, um acôrdo benéfico ao país.

Diretor Responsável
OYAMA P. TEIXEIRA

★

Gerente
R. C. DE MEDEIROS

★

Redator Responsável
E. SIMAS PEREIRA

EM TÔRNO DE LIBRAS

◆ *Quando* esta edição estiver exposta à venda certamente já serão conhecidos os têrmos exatos do acêrto resultante da missão britânica, chefiada por Mr. Wise, que veio ao Brasil tratar do destino dos 65 milhões de libras congeladas e do futuro do intercâmbio anglo-brasileiro. No momento em que escrevemos estas palavras, contudo, sente-se apenas a tendência das conversações no propósito de não ser assinado nenhum acôrdo formal, assentando-se tão somente alguns pontos essenciais cujos detalhes mais tarde se delinearão com nova missão Vieira Machado a Londres.

Alguns dêsses pontos essenciais são o emprêgo dos milhões de libras congeladas na liquidação da dívida externa do Brasil na Inglaterra, o estabelecimento de prazos razoáveis entre a entrega de mercadorias brasileiras, notadamente matérias primas e alimentos, e a contrapartida de produtos da indústria britânica, a intensificação do intercâmbio na base do reaparelhamento industrial inglês, e conversações mais profundas sôbre importações básicas, incluindo-se o carvão, que os ingleses desejam trocar por minério de ferro.

O desconhecimento dos têrmos do entendimento impede-nos um comentário maior. Todavia, há circunstâncias de ordem geral que devem ser lembradas e que, se não devidamente consideradas, poderão nos arrastar a uma difícil posição não só no cenário internacional como em relação à própria política nacional de produção.

Discutimos com a Inglaterra em presença de um mundo ainda conturbado e com a antecerteza de que a velha Albion continua sendo, nêle, um fator ponderável de sobrevivência da democracia. Temos viva, por outro lado, a lembrança do valor e a extensão do seu sacrifício na última grande guerra. Estas conversações envolvem têrmos desconhecidos para nós, que tradicionalmente mantivemos relações comerciais com a Inglaterra pesando sempre menos o nosso prato na balança, mas não podemos de nenhum modo esquecer que a existência de saldos favoráveis não significa abastança nem representa o resultado de magníficos negócios. Os 65 milhões congelados são parte integrante daquele ouro que acumulamos no exterior durante a guerra e que foi tido como símbolo de uma prosperidade eterna embora não passasse de um fundo de depreciação formado pela impossibilidade em que nos encontrávamos de importar os equipamentos necessários. Os dólares que da mesma maneira acumulamos, logo dissipamos em futilidades e hoje amargamos a falta de contrôle nos gastos. Com as libras não fizemos o mesmo porque a Inglaterra as congelou. Ora, sendo tais reservas resultantes pura e simplesmente da falta de compensação em máquinas e manufaturas por parte dos britânicos das compras que nos fizeram, que nos adiantará agora mais que tais bens de produção?

O Estatuto do Petróleo

ÀS vésperas do encerramento da sessão extraordinária do Congresso Nacional chegou, à Câmara dos Deputados, o ante-projeto do Estatuto do Petróleo, elaborado por uma comissão especialmente designada para êste fim, presidida pelo Sr. Odilon Braga, e que, depois, fôra objeto dos estudos da Comissão de Investimentos, do Conselho de Segurança Nacional e também, ao que parece, do Conselho Nacional do Petróleo. Grande é o dossier que acompanha o trabalho; somente o relatório da Comissão redatora está contido em 104 nutridas páginas e cada um dos outros órgãos que tiveram oportunidade de compulsar o trabalho emitiram sua opinião sôbre o assunto. Em virtude, porém, do caráter reservado e confidencial de muitas partes do "dossier", não foi o mesmo divulgado. Compreende o público a alta relevância do problema e espera que o mesmo entre em discussão a fim de tomar conhecimento quando não da íntegra de todos os estudos procedidos, pelo menos daquela parte cuja publicação não afete à sua inteireza.

Estamos em face de um dêsses debates para os quais tôda a comunidade nacional se sente disposta a participar, envolvendo um amplo movimento de consciência pública, de compreensão de influências futuras na vida do país. As séries de conferências, pronunciadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, de um lado pelo General Juarez Távora e de outro pelo General Horta Barbosa, mobilizando cada um dêsses ilustres militares adeptos que também se fizeram ouvir, constituíram sem dúvida uma campanha de educação e divulgação. Serve o tema para provar que não há indiferentes, em nenhuma das camadas sociais, em tôrno dos problemas que tenham, erdadeiramente, importância econômica, tanto interna como externa. Como que a presença de de um motivo sufoca dissenções de ordem puramente política, ante um verdadeiro mote de política econômica no seu mais alto grau.

De tudo isto devemos concluir, com o melhor otimismo, que evoluímos no setor da opinião pública. Temos, neste caso do petróleo, nada menos de três tendências distintas, cada uma delas apoiada em argumentos merecedores do mais elevado respeito e é de esperar que se saiba conduzir o debate até o fim dentro dêste mesmo clima. E se isto fôr logrado, teremos chegado a uma decisão que traduza realmente a média mais ponderável do que pensa e deseja o Brasil.

Não devemos concluir êste registro, porém, sem uma outra referência. Esta é de que, ao mesmo passo em que lança o govêrno as bases para o aproveitamento do potencial hidro-elétrico do Rio São Francisco, seguido pelos planos de recuperação do vale do mesmo rio, cuida simultaneamente de dinamizar o potencial petrolífero já constatado nos campos da Bahia, ao mesmo tempo ainda que leva as pesquisas a outros pontos do território nacional. Vale ainda lembrar os trabalhos em curso para amplificação da capacidade de energia elétrica do sistema que serve a área intensamente industrial de São Paulo e do Distrito Federal e mais os planos dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Compreendemos definitivamente que um dos grandes óbices contra os quais lutávamos e lutamos ainda, é o da carência de recursos energéticos. Êste é um capital que, uma vez invertido, corresponderá à maior fôrça propulsora do desenvolvimento da economia nacional.

Aparelhamento Portuário

O FATO que os jornais noticiaram pode ser resumido da seguinte forma: a Companhia Siderúrgica Nacional vendeu para a Argentina alguns milhares de toneladas de ferro gusa, assumindo compromisso quanto à data de entrega em Buenos Aires. Planejou a execução da encomenda e, no momento devido, começou a pôr a mercadoria no Cais do Pôrto. Conforme havia sido previsto, chegou também, no dado instante, o primeiro navio que deveria carregar parte da encomenda, o "Midosi". Nesta altura, porém, verificou-se que o aparelhamento portuário era insuficiente para a operação e que isto iria retardar de muitos dias a entrega do gusa ao comprador argentino. Diziam os jornais, então, que seriam necessários 35 dias a fim de que fôssem postas a bordo 7.000 toneladas de ferro.

A Administração do Cais do Pôrto, em nota distribuída, afirma que as coisas não correram bem assim. Diz que estava apta a carregar rapidamente o gusa em lingotes longos, que pudessem ser amarrados em feixes, mas o gusa veio em lingotes curtos, e que assim somente poderia ser pôsto nos porões com o uso de caçambas. Confessa que as caçambas eram insuficientes — não diz se em virtude de quantidade ou da capacidade — e acrescenta que imediatamente mandou fabricar as necessárias, dominando prontamente a situação e que, nestas condições, em quatro dias, foram carregadas 3.800 das 7.000 toneladas. E' uma pena que a Administração tivesse logo cogitado, na sua nota, chamar de "malévola profecia do mau brasileiro que estipendiou a publicação da notícia difamatória...", profecia que não era de todo improcedente, como se vê.

O fato é que, mais uma vez, o velho equipamento de carga e descarga mostrou quanto prejudica, realmente, os interêsses da economia nacional e quanto êle próprio responde pelo frequente congestionamento, promovendo a demora das unidades mercantes na Baía de Guanabara, com visíveis prejuízos para armadores e embarcadores.

Um simples detalhe da própria nota-desmentido serve para mostrar que as coisas são corrigidas ou feitas sempre à última hora. Dado o vulto da produção siderúrgica, é de crer que êste não seja o primeiro embarque de ferro gusa realizado no pôrto do Rio de Janeiro. Pelo menos revendo as nossas estatísticas do comércio exterior, verificamos que no curso de 1947 saíram muitos milhares de toneladas dessa matéria prima para a Argentina, se não nos enganamos. No entanto, conforme está escrito no comunicado, somente a 24 de janeiro próximo passado é que foram encomendados, pela Administração, os eletro-ímãs para embarque de gusa.

Convém lembrar, porém, que quando da crise mal sanada de congestionamento do pôrto, há menos de um ano ainda, muita publicidade se fêz em tôrno de planos tendentes a corrigirem os defeitos e deficiências do mais importante escoadouro marítimo da produção brasileira, tendo havido mesmo uma emprêsa estrangeira, de navegação, que se prontificou a cooperar de maneira decisiva inclusive para a construção de "piers" que ampliariam de muito a área de embarque e desembarque. Falou-se na renovação do material em uso, no aumento de capacidade e em muitas coisas mais. Ao que parece, o Ministro da Viação chegou a assistir ao batimento de uma pedra simbólica para mais uma seção, no prolongamento do cais, lá para as bandas do Cajú ou São Cristóvão.

Mas pelo visto, nos estudos então realizados, não entrou em cogitação o equipamento do cais com os eletro-ímãs; no entanto, tratando-se de um serviço onde se deve estar preparado para tudo, pois nem sempre a improvisação dá resultados, é somente depois de exposta a lacuna que se trata de corrigi-la.

A guerra exigiu de nós também pesados sacrifícios, se não em vidas, pois poucas perdemos em comparação com outros aliados, pelo menos em cooperação material, que não regateamos. Todo o nosso parque industrial, antiquado sistema de transporte e escasso maquinário agrícola foram submetidos a um regime de desgaste que os anemiou extremamente. Outra não é a origem remota das dificuldades que enfrentamos hoje, com a produção decrescendo precisamente quando devia aumentar como mais eficaz remédio contra a inflação.

Precisamos, por conseguinte, de bens de produção, de máquinas e equipamentos de tôda sorte, e o melhor destino para os 65 milhões seria a compra, pelo menos parcial, de tais elementos.

Pagar dívidas é um gesto sempre louvável, e com a mercê de Deus não temos sido dos piores credores para a Inglaterra, sendo de salientar que ela, por sua vez, procedeu sempre com dignidade no assunto, notando-se os recentes "fundings". Mas não podemos nesta hora liquidar dívidas vultosas com um dinheiro que representa verdadeiramente um fundo de depreciação, que agora deveria servir para recuperarmos o desgaste de ontem.

Se é certo que deemos reconhecer existência de circunstâncias especiais influindo nas presentes negociações, que não tiveram comêço feliz em Londres, não é menos importante a pressão constante que sôbre as autoridades brasileiras faz o conhecimento da aflitiva situação da economia nacional.

Não há dúvida que pouco adiantará para o país a liquidação da dívida inglesa, como não adiantaria a aquisição de bens e interêsses em estradas de ferro e outras emprêsas de serviço público sem a possibilidade de obtenção imediata de equipamentos com que substituir o ferro velho existente. Economizaremos um pouco por ano, deixando de pagar juros e amortizações, ou poderemos dizer que tal ou qual estrada é nossa.

E a produção, aumentará por isto?

Não há dúvida de que o capítulo mais sério das negociações se refere ao emprêgo dos milhões congelados e imediata obtenção de equipamentos industriais. Quanto ao comércio, todos estamos acordes em que sua intensificação está no interêsse comum, sendo certo que a indústria britânica, a julgar mesmo pelo número de mercadorias lançadas no nosso mercado, incluindo automóveis e caminhões, se reabilita rapidamente.

◆

CÍRCULO VICIOSO

◆ *Quando* do último movimento generalizado de aumentos de salários tivemos oportunidade de afirmar aqui quanto havia de precário e ao mesmo tempo perigoso naquela maneira de corrigir o desequilíbrio da economia individual. No Brasil, onde em virtude da própria legislação social o valor do salário não pode sofrer qualquer redução, correspondendo cada acrés-

cimo a uma nova responsabilidade que onera o passivo do empregador de forma privilegiada.

Durante algum tempo — quase um ano — foi possível manter o congelamento dos salários; mas como não se conseguiu um meio de manter o nível do custo da vida, aí estamos novamente às voltas com o estudo de tabelas, propostas e contra-propostas; o desenvolvimento natural das coisas nos levará à fase dos dissídios coletivos e, em meio a tudo isto, mais minadas serão as relações entre o capital e o trabalho, pois é certo que as fôrças de desagregação se valem da oportunidade, se aproveitam do enfraquecimento de resistência econômica e social, para caldo de cultura da agitação política.

Já agora em fevereiro estão patentes três grandes movimentos em estado de maturação: é o do pessoal da Leopoldina Railway, da Light e dos comerciários. E as condições em que são pleiteados os aumentos já não guarda mos limites de modéstia e prudência que seria de desejar, porém se elevam a percentagens que atingem não raro os 80 por cento, com a solicitação em alguns casos de que os aumentos ora pleiteados tenham efeito já sôbre os vencimentos do mês corrente.

Não há por onde discutir que o custo da vida, sobretudo nas grandes cidades, continuou em elevação durante todo o ano de 1947, não tendo se beneficiado dos esforços feitos pelo govêrno no propósito de deter a inflação pelo estancamento das emissões. A própria estatística oficial, do custo da vida na cidade do Rio de Janeiro, tomando por base o orçamento mensal para uma família de sete pessoas, estatística que se ressente de falhas ponderáveis, conforme já temos ressaltado em outras oportunidades, aponta que em agôsto, se apurava o índice total 277, contra 219 da média de 1946. O aumento verificado no ano transacto foi pois muito superior ao constatado entre 1945 e 1946.

Nestas condições é difícil encontrar argumentos, dentro da lógica, com que discutir as melhorias de vencimentos pleiteadas. E' certo, porém, que concedidos os aumentos ora em discussão, não serão êles os últimos, de vez que não lobrigamos no futuro mais próximo a perspectiva de que se venha a conseguir uma real estabilização do custo da vida, quanto mais uma redução nos seus níveis atuais, redução esta que ficará sempre longe de atingir as proporções desejadas de vez que o custo da mão de obra, o preço do trabalho, é objeto de bloqueio no que respeita à redução.

Sabem, mesmo os mais humildes, que a felicidade social não se traduz no maior volume dinheiro, mas na possibilidade de se poder adquirir normalmente e dentro de uma certa linha de estabilidade de valor aquilo de que se precisa para um justo padrão de vida. E, mesmo aquêles, sabem também que ao invés do almejado desafôgo, o que se sente é um apêrto, um arrôcho mesmo, no abastecimento. Chegamos ao ponto, inclusive, de desaparecer, do mercado do Rio de Janeiro, o mais popular, o mais corriqueiro, o mais condenado pelos nutricionistas, de todos os gêneros alimentícios: a farinha de mandioca! E' fictício o suprimento de carne para o consumo e não são das mais favoráveis as notícias sôbre o arroz e o charque. O feijão prêto continua vivendo a portas travessas e o pão que nos chega cada manhã, mesmo depois do aumento havido, é do tipo que todos conhecemos.

Aí estão exemplos apontados sem que procedam de nenhum artifício de memória; são gêneros comuns a tôdas as mesas, ricas e pobres. Sabemos todos que o comércio e a indústria não podem suportar novos ônus; que os aumentos, se forem concedidos, deverão ser recuperados nos preços. E que uma vez feita esta recuperação, os vencimentos, mesmo aumentados, tornarão a ser insuficientes. E' o círculo vicioso.

◆

REUNIÃO DE PREFEITOS

◆ *A longa* experiência brasileira, no campo da autonomia administrativa, mostra que não é fácil criar unidade em tôrno de um programa de trabalho. Nada menos de três esferas organizam planos e, nada menos de três executam. Partindo de cima para baixo, estão o govêrno da União, os governos dos Estados e os governos dos Municípios. Em cada uma dessas esferas é natural que o mandatário, eleito — na sua quase totalidade — ou nomeado em poucas exceções, tenha a sua própria orientação ou a sua própria concepção das coisas, inclusive no que respeita ao âmbito dos compromissos partidários.

Ao procedermos a êstes reparos, porém, não desejamos tão pouco aplaudir nenhuma iniciativa de centralização absoluta, mas é evidente que a criação de um clima de compreensão é um propósito elogiável, sendo de esperar, daí, benefícios concretos para o desenvolvimento do país. Vivemos a era dos planos, onde são agrupadas grandes obras que influirão precisamente pelo conjunto. Pouco adianta, por exemplo, explorar jazidas de níquel, de ouro, de prata, ou fazer agricultura, ou instalar grandes fábricas num local onde não haja meios de escoamento. Uma coisa só poderá ser útil se vier acompanhada da outra, a produção do transporte ou o transporte para fazer a produção.

Êste comentário nos foi sugerido por exemplo que deveria ser multiplicado. O govêrno do Estado do Rio de Janeiro, através de sua Secretaria de Agricultura, convocou os prefeitos municipais para uma reunião, no curso da qual foram debatidos os problemas ligados à produção e ao escoamento; valeu a oportunidade para que os governantes dos Municípios entrassem em contato mais íntimo com as autoridades do Estado, à margem das cogitações puramente políticas, a fim de debaterem as realidades e as necessidades das respectivas comunas sob o ponto de vista da economia e da circulação da riqueza. Simultaneamente foi proporcionado aos prefeitos fluminenses contato com novos processos de trabalho, destacando-se neste particular a visita feita ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, no quilômetro 47 da estrada de rodagem Rio-São Paulo.

No Brasil é o município a unidade básica, especialmente no que respeita à produção e tudo segue bem quando é bem começado na órbita municipal. Pelo próprio teor de nossa formação, porém, poucas são as municipalidades dotadas de recursos técnicos à altura do que nelas é possível realizar. Assim, reuniões como a promovida pela Secretaria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, feitas periodicamente, permitirão além do resultado que procede dos contatos entre os titulares comunais, mais ainda uma "mise au jour" com os fatos do momento. Sem que se estabeleça uma centralização que seria prejudicial, forma-se um clima de troca de sugestões, de conselhos, onde é natural que prevaleça o raciocínio fruto de uma visão mais de conjunto das realidades. E, neste diapasão, quanto mais pobre fôr o Estado, quanto mais extenso, mais intensos serão os resultados auferidos.

Comércio Exterior

SOB o ponto de vista de quantidade a exportação atingiu, em outubro do ano passado, um volume possivelmente inédito nos anais do comércio exterior. Foram embarcadas, no décimo mês, 408.667 toneladas; a isto, porém, não correspondeu o maior valor mensal do ano, troféu que pelos números divulgados até agora cabe ainda ao mês de janeiro — 2.125.937 mil cruzeiros — seguido pelo de março com 22.123.003 milhares. O valor a bordo das mercadorias expedidas em outubro atingiu a 2.072.004 mil cruzeiros. Não se pode discutir o fato em evidência: o mercado exportador está em procura de melhores níveis de preços, talvez sob a questão de concorrentes mais hábeis. O valor médio por tonelada, em outubro, foi o menor dos dez meses de 1947, não indo além de Cr$ 5.070,00 quando em janeiro havia sido de 6.352 e, em março, de 6.754 cruzeiros.

A importação se processou em escala maior que nos dois meses anteriores. Recebemos 613.548 toneladas, no valor de 1.983.793 mil cruzeiros, tendo o valor médio por tonelada ascendido a Cr$ 3.233,00, manifestando nova inflexão de alta, após dois meses de valor médio por tonelada em declínio.

Balanceados os números do mês encontramos um saldo a nosso favor de 88.211 cruzeiros. Foi outubro o terceiro mês de "superavit" consecutivo, não obstante a escala decrescente, conforme vemos adiante, em mil cruzeiros:

Agôsto	257.997
Setembro	181.042
Outubro	88.211

Com a diferença a nosso favor verificada no mês em análise, ficou o "deficit" do exercício reduzido para 1.330.083 mil cruzeiros. Nos dez meses — de janeiro a outubro — importamos mercadorias totalizando ..... 6.120.926 toneladas no valor de .... 18.956.808 mil cruzeiros e exportamos 3.011.437 toneladas expressas no total de 17.626.725 mil cruzeiros. Recebemos 2.207.387 toneladas mais do que em igual período do ano passado e embarcamos menos 27.596. Gastamos mais de oito biliões além do que havíamos despendido nos dez meses de 1946 com as nossas compras e recebemos 2.748.653 mil cruzeiros a mais pelo que vendemos.

Analisando a procedência do "deficit" verifica-se que êle continuou em crescendo no continente americano; era de 4.940.485 mil até setembro e, com as contas de outubro atingiu a nada menos de 5.222.953 milhares de cruzeiros, sendo que dêsse total nada menos de 5.198.656 milhares resultam do intercâmbio com os Estados Unidos; os resultados favoráveis obtidos na América do Sul e em vários países das Américas do Norte e Central não foram suficientes para contrabalançar as contas adversas especialmente com as Antilhas Holandesas e o Canadá, montando os nossos compromissos com as primeiras a 803.567 e com o segundo a 112.851 milhares de cruzeiros, além de outras contas menores com Trinidad, Terra Nova e México. Está o nosso comércio continental exigindo um estudo imediato por parte dos órgãos competentes. Vejamos a situação com um pouco mais de detalhes.

A América do Norte e Central tinha feito créditos, com o Brasil, até outubro, no valor de 6.164.371 mil cruzeiros e tínhamos até então créditos na América do Sul na importância de 941.418 mil cruzeiros; davam, por conseguinte, os saldos de que dispúnhamos nesta parte do Continente para liquidar os "deficits" em aberto com as Antilhas Holandesas, Canadá e Terra Nova, ficando sem cobertura as contas com os Estados Unidos, Trinidad e o México. O comércio quase que unilateral que mantemos com as Antilhas Holandesas gira em tôrno de petróleo e derivados: é no momento o mercado maior supridor de nossas necessidades em hidro-carburetos. A correção da balança neste particular somente poderá acontecer depois que o aproveitamento dos recursos petrolíferos de que dispomos se tornar uma realidade. Com o Canadá, os saldos em favor do Brasil têm sido esporádicos e os últimos se virifacaram em 1940 e 1941, quando houve o incremento das vendas de algodão em rama daqui para o Domínio. As nossas compras ao Canadá são muito diversificadas, correspondendo as parcelas mais ponderáveis à celulose e ao papel para impressão de jornais. Em 1944 — ano de que dispomos dados mais completos — sôbre um total de importação de Cr$ 93.497.262,00, as compras de papel montaram a Cr$ 44.206.797,00 e as de celulose a Cr$ 13.354.851,00.

Com Trinidad tivemos uma balança comercial favorável e sem interrupção de 1911 até 1938; 1939 nos foi adverso por pequena margem e, em 1940 realizamos saldo; de 1941 a esta parte, porém, temos acumulado "deficits", sendo que os de 1943 a 1945 foram relativamente grandes. Ainda aqui o combustível mineral líquido é o elemento fundamental. Da Terra Nova recebemos sobretudo bacalhau. A inversão da balança com o México, no ano transacto, é fator surpreendente, de vez que ainda nos dez meses de 1946 registrávamos um saldo no valor de 56.109. E' bem verdade que o valor das nossas exportações, para o país azteca, em 1947, foram pouco superiores a um oitavo das realizadas no ano anterior.

O vulto do saldo credor dos Estados Unidos está plenamente esclarecido pelo simples fenômeno do reajustamento do comércio internacional, onde a União do Norte figura como sendo a grande fonte supridora sobretudo de equipamentos industriais e artigos de consumo provenientes do seu colossal parque manufatureiro; além disto, acrescentamos às nossas listas de compras uma série de artigos novos, tais como os produtos químicos e farmacêuticos, as conservas, etc.

Se bem nos demoramos na análise dêsses fatos concretos do comércio exterior, concluímos que a futura inversão da balança estará na dependência da maior capacidade de produção de alguns produtos essenciais e nossa parte, especialmente o petróleo e seus derivados e um certo número de manufaturas. Devemos nos capacitar de que não estamos apenas em face de um período de recomposição, mas também em contacto com fatôres novos, dirigindo o mercado internacional. Um dêsses fatôres é a centralização, nos próprios Estados Unidos, de determinados suprimentos, oriundos de sua indústria e os seus ativos agentes comerciais, agindo na maioria dos casos praticamente sem concorrência e em função de uma nova ordem no comércio mundial.

MERCADOS SUL-AMERICANOS

Devemos ter sempre em mente que no momento em que se fechavam progressivamente os mercados europeus, em virtude da guerra, tornando-se difícil a colocação de matérias primas, voltamo-nos para as nações latino-americanas, oferecendo-lhes os produtos de nossa indústria, procurando, por êste meio, evitar perigosa rutura em nossa economia, se não foi mais satisfatória a acolhida que logramos, devemo-lo em grande parte a nós mesmos. O relatório da missão Truda é todo um repositório do que necessitaríamos fazer a fim de podermos atender com regularidade aos novos clientes. Nos duros anos da guerra cresceu o nosso comércio com a América Latina e hoje temos, em nossas estatísticas, quase todos os países dessa parte do continente. No tópico anterior vimos a posição de alguns dêles, por sinal que não são clientes da fase da guerra, porém de antes. O que desejamos pôr mais em foco, aqui, são as nações da América do Sul.

A Argentina é o segundo cliente mais importante nas nossas exportações. O nosso intercâmbio feito muito à base do trigo em grão portenho pelo café, está hoje em dia muito ampliado. Dentre os novos produtos em pauta, há dois promissores: tecidos de algodão e ferro gusa e, por sinal que, em recentes declarações à imprensa, em São Paulo, o Ministro da Fazenda, Sr. Correia e Castro, anunciava que havia sido concluída uma transação no valor de 300 milhões de cruzeiros de ferro gusa. Necessita a república do Prata de garantir os suprimentos exigidos pela sua indústria siderúrgica e, sem dispor de minérios de ferro, apela para a matéria prima brasileira reduzida.

O trigo, porém, é um ponto nevrálgico. Melhor, dispondo de trigo, e necessitando nós de comprá-lo e não sendo muito amplo o mercado por circunstâncias que não vêm ao caso, temos nos sujeitado um tanto excessivamente às condições do vendedor. A anormalidade no abastecimento do mercado de farinha, perturbando o trabalho da indústria panificadora, é sem dúvida uma lacuna constrangedora na economia nacional. E' claro que, mais cedo ou mais tarde, venceremos os óbices que dificultam a produção tritícola no Brasil; no momento, a crer na ampla divulgação que se faz em tôrno das colheitas, estamos alijando um pouco da penosa dependência. Quando atingirmos um grau de auto-suficiência no que respeita ao trigo, como ficarão assentadas as nossas relações comerciais com a Argentina?

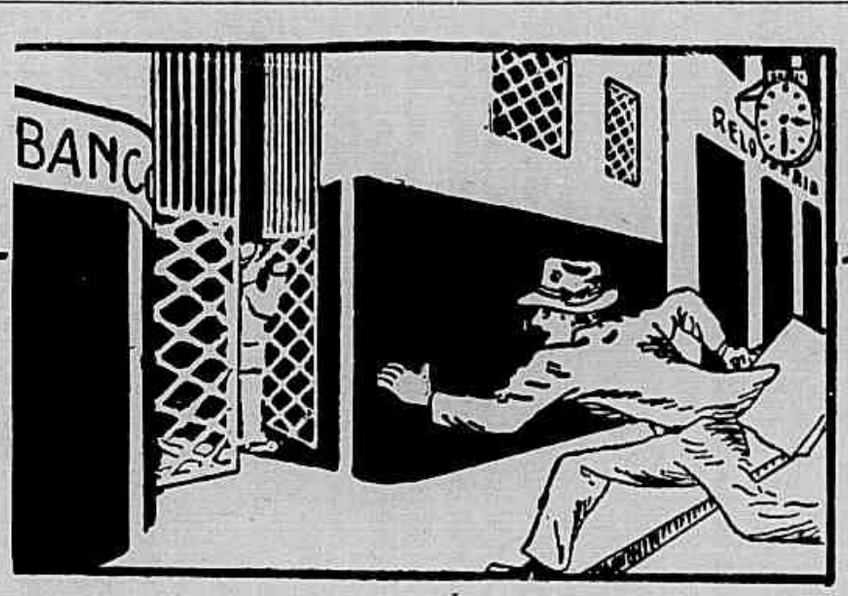
Em dez meses de 1947 importamos 363.483 toneladas de produtos argentinos e para lá despachamos 550.534 toneladas de mercadorias brasileiras; pagamos 1.260.261 mil cruzeiros pelo que compramos e recebemos 1.685.833 mil cruzeiros pelo que vendemos. De janeiro a outubro fizemos um saldo de 425.572 mil cruzeiros.

O segundo mercado mais importante para a nossa produção, na América do Sul, é o Uruguai, que no período em aprêço comprou 320.337 mil cruzeiros; as nossas importações, porém, são pequenas, tendo montado a 36.655 mil cruzeiros naquele período. O terceiro mercado é o Chile; é o único país, na América do Sul, com quem temos "deficit", o qual montava, até outubro, a apenas 564 mil cruzeiros. Vendemos 200.479 e compramos-lhe 201.043 de mercadorias chilenas. Venezuela e Colômbia vêm a seguir e, logo depois, está o Paraguai, com quem muito aumentou o intercâmbio no curso do ano passado. Além do Chile, temos como clientes destacados, na área do Pacífico: Equador e Perú, além da Bolívia, no centro. O comércio com as nações da costa do Pacífico bem como com as do Norte — Guianas, Colômbia e Venezuela — sofre um pesado entrave, que é o do transporte. O Lóide Brasileiro, que no momento está com sua frota rejuvenescida e é uma autarquia, recebendo subvenção do Estado, prestaria um grande serviço estudando a possibilidade da manutenção de uma linha regular, com curso pelo canal de Panamá. O relatório Truda punha em destaque a importância de semelhante ligação.

POSIÇÃO DA EUROPA

Recebemos da Europa, de janeiro a outubro, 622.759 toneladas e embarcamos para lá 1.062.231 toneladas, no valor respectivamente de ..... 4.187.333 mil e 6.683.619 mil cruzeiros. Fizemos um saldo favorável de 2.496.286 milhares de cruzeiros. A Inglaterra, nossa cliente mais importante no Velho Mundo, absorveu 1.420.174 mil cruzeiros daquela exportação e foi responsável por ..... 1.259.508 milhares de cruzeiros das importações que recebemos. O saldo com a Grã-Bretanha era, em outubro, de 160.166 mil cruzeiros.

Não obstante o ritmo crescente dos valores, recebemos um volume menor de mercadorias inglesas, nos dez meses de 1947, do que no mesmo período de 1946; foram 159.534 contra 191.668 toneladas; houve uma redução, também, nas exportações, esta porém bem menor: 324.769 toneladas em dez meses de 1947 contra 329.219 toneladas em igual período de 1946.



EVITE ESTES CONTRATEMPOS...

o BANCO NACIONAL DE DESCONTOS

OPERAÇÕES BANCÁRIAS

50 - RUA DA ALFÂNDEGA - 50

A União Belgo-Luxemburguesa segue como um dos mais ativos mercados para a nossa produção. As exportações para lá dirigidas atingiram, em dez meses, ao valor de 799.867 mil cruzeiros e as nossas compras a 443.830 mil cruzeiros. A França vem logo a seguir: recebeu 712.480 mil cruzeiros de exportações brasileiras e nos remeteu mercadorias no valor de 402.073 mil cruzeiros. Espanha, Holanda e Itália são os que se colocam a seguir pelo vulto de suas compras ao Brasil.

A Finlândia e a Tchecoslováquia, países com quem foram assinados convênios logo depois da guerra, tendo o Brasil aberto créditos a ambos para o movimento financeiro correspondente às compras que aqui fizessem, figuravam nas estatísticas dos dez meses com cifras importantes de importação de produtos brasileiros. O primeiro recebeu, em dez meses, 135.958 mil cruzeiros e o segundo 286.802 mil cruzeiros. A abertura do crédito à Tchecoslováquia é um assunto ainda não inteiramente liquidado. Feita a operação já na vigência da nova Constituição, foi o protocolo respectivo enviado à Câmara; na Comissão a que foi delegado o processo, coube ao Deputado João Cleofas dar o parecer, não tendo sido êste favorável. Mas parece que nesta altura foi o "dossier" acometido de reumatismo, porque até agora não chegou a plenário, não obstante haver o relator feito, já, um pedido de informações...

OS OUTROS CONTINENTES

Na África o saldo elevou-se a 564.287 mil cruzeiros; a União Sul-Africana recebeu mercadorias brasileiras no valor de 245.053 mil cruzeiros e exportou para o Brasil no valor de 54.182 mil cruzeiros, nos dez meses de 1947; o Senegal está como segundo mercado mais importante da produção brasileira, tendo absorvido, de janeiro a outubro, mercadorias no valor de 146.293 mil cruzeiros. Argélia, Marrocos e Egito são, dentre outros, os mais importantes além dos dois já citados.

Para a Ásia foram embarcadas mercadorias no valor de 844.695 mil cruzeiros e de lá recebemos apenas 92.530 mil, restando por conseguinte um saldo de 752.165 mil. A China é o mais ativo dos compradores asiáticos, tendo sido embarcadas com destino a seus portos encomendas avaliadas em 312.212 mil cruzeiros; nos dez meses correspondentes de 1946, porém, as nossas vendas ascenderam a 492.691 mil cruzeiros. O Ceilão vem em segundo lugar com mercadorias recebidas do Brasil avaliadas em 179.704 mil e a Índia Inglesa em terceiro com 108.585 mil cruzeiros.

As nossas vendas para a Oceania se localizam quase que somente na Austrália. De janeiro a outubro importamos da Oceania 1.469 mil cruzeiros e exportamos 81.601 mil; a Austrália enviou-nos 1.458 mil cruzeiros das exportações da Oceania para o Brasil e recebeu 79.849 mil cruzeiros dos embarques feitos para o continente ilhéu. O saldo do intercâmbio com a Oceania era, então, de 80.132 mil cruzeiros.

O QUE VENDEMOS

As 408.667 toneladas saídas em outubro, teriam obedecido a que composição? Apenas os de produtos mais importantes absorveram nada menos de 1.652.074 mil do valor das exportações no mês, isto é, 2.072.004 mil cruzeiros. No quadro seguinte estão dispostos êsses produtos, com a composição de valor até setembro na primeira coluna; na segunda, está a contribuição do mês de outubro e, na terceira, está a soma das duas anteriores, ou seja a posição dos mesmos, no decorrer dos dez meses.

PRODUTOS	EM MIL CRUZEIROS		
	Jan. a Set.	Out	Jan. a Out.
1 Café em grão	5.437.862	834.086	6.271.948
2 Algodão em rama	2.499.965	234.227	2.734.192
3 Tecidos de algodão	991.806	112.826	1.104.632
4 Cacáu em amêndoas	814.690	68.288	882.978
5 Peles e couros	760.804	91.796	852.600
6 Madeiras	741.555	92.271	833.826
7 Arroz	493.847	86.161	580.008
8 Mamona	400.554	91.112	491.666
9 Cêra de carnaúba	304.104	20.408	324.512
10 Carnes	306.558	10.899	317.457

Antes de mais nada convém frisar o revigoramento das exportações de tecidos de algodão, cujo valor apenas em outubro atingiu a 112.826 mil cruzeiros e que, em volume, está representado por 1.904 toneladas; até setembro a quantidade de tecidos de algodão embarcada era inferior à despachada até igual mês de 1946; com a exportação de outubro, o volume de 1946 foi superado. E' bem verdade que o surto verificado em outubro não se confirmou em novembro, de vez que no décimo primeiro mês saíram apenas 612 toneladas, perfazendo um total de 14.732 toneladas para o exercício, volume bem maior que o de 1946 mas igual apenas a dois terços do embarcado em 1945. E' verdade, também, que no ano passado a Argentina comprou bem mais do que em 1946 e que, em face dos recentes entendimentos em tôrno do trigo, as suas encomendas de tecidos brasileiros devem aumentar de muito no ano corrente de 1948.

As vendas de cristal de rocha, nos dez meses, foram superiores de 22 toneladas às de igual período do ano anterior, conquanto que no valor haja uma diferença de 5.727 milhares de cruzeiros a menos. Assinalam os entendidos que o mercado de quartzo está se refazendo com a intensidade dos anos de guerra; com a mica observa-se fenômeno inverso: uma queda no volume de 183 toneladas e um aumento de 6.376 mil cruzeiros no valor.

O café em grão concorreu com 96.835 toneladas para o volume mensal; as madeiras com 92.271, as peles e couros com 91.796; o arroz com 21.748 e o algodão em rama com 20.255 toneladas. Apenas cinco produtos totalizaram 322.905 toneladas, na exportação total dêsse mês "record" para os embarques de produtos

brasileiros. Em novembro, de que até agora conhecemos apenas os números da exportação, a tonelagem saída de portos do Brasil não foi além de 379.375.

O QUE COMPRAMOS

Das 613.548 toneladas de mercadorias recebidas em outubro, nada menos de 437.051 pertencem ao grupo das matérias primas, 60.427 estão classificadas como gêneros alimentícios e apenas 115.310 se incluem entre as manufaturas.

No grupo das matérias primas encontramos a participação fundamental dos combustíveis, sólidos e líquidos. Em outubro recebemos 101.246 toneladas de carvão de pedra, 102.683 toneladas de gasolina e 116.553 toneladas de óleos Fuel e Diesel; somente aí estão 320.882 das 437.051 toneladas de matérias primas! Merece especial atenção, também, o volume da importação de cimento, que só em outubro foi de 20.710 toneladas. No décimo mês de 1947 não recebemos petróleo em bruto ou crú.

Farinha de trigo e trigo em grão perfazem mais de dois terços das importações de gêneros alimentícios: são 22.013 toneladas para o primeiro e 22.427 para o segundo dêsses produtos. Em tempos de suprimentos normais somente o trigo em grão concorria com mais de 100.000 toneladas, sendo verdade que com um valor bem menor. Mesmo nas condições atuais o valor da farinha e do trigo corresponde a um têrço, mais ou menos, do total que empregamos em gêneros alimentícios. Recebemos em outubro 2.599 toneladas de bacalhau e 2.577 toneladas de bebidas, dentre as quais bastante cerveja, de procedência americana, holandesa e dinamarquesa. Nestes quatro artigos estão cêrca de 50.000 toneladas.

No capítulo das manufaturas não é tão fácil colher os mais importantes. A diversificação é muito grande. Não obstante encontramos para outubro uma importação de 15.347 toneladas de embarcações e acessórios; 5.138 toneladas de papel para impressão de jornais; 5.776 toneladas de fôlhas de Flandres; 6.539 toneladas de trilhos, cremalheiras; 5.253 toneladas de tubos. Além disto, é digno de todo registro: a entrada de 5.833 automóveis de tôda espécie e 17 locomotivas. Aqui, a estatística não conta pelo pêso, mas pelas unidades.

Esta recapitulação sem maiores consequências, do que compramos e do que vendemos, comporta muitas sugestões em tôrno do comércio exterior, cuja transformação dos têrmos atuais é mais uma solução nossa do que mesmo da conjuntura internacional. Se apressarmos a realização de uns tantos grupos de produção, como sejam o petróleo e o trigo, lograremos estabelecer o intercâmbio em bases completamente diversas das atuais.

COMÉRCIO EXTERIOR

(Resumo do período de janeiro a outubro de 1946/47)

IMPORTAÇÃO

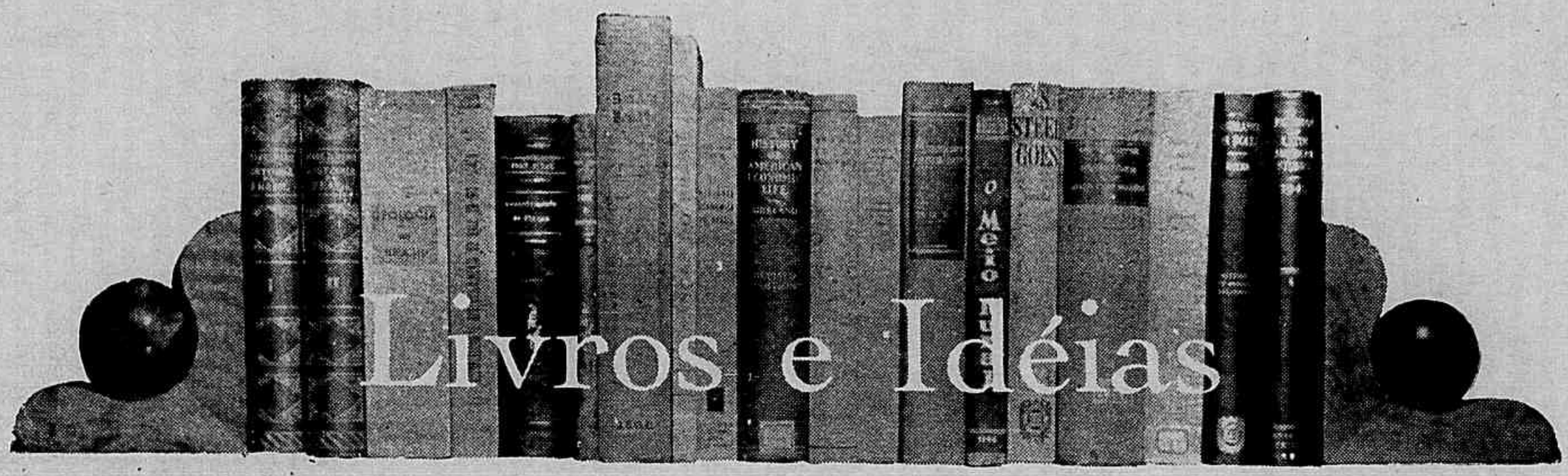
MESES	VOLUME — TONS.		VALOR — Cr$ 1.000	
	1946	1947	1946	1947
Janeiro	300.653	519.550	711.776	1.615.509
Fevereiro	341.269	589.088	875.244	1.642.360
Março	361.272	563.201	967.563	1.620.527
Abril	581.715	650.446	1.126.279	2.255.823
Maio	282.214	832.570	871.460	2.366.472
Junho	383.229	526.201	1.056.272	2.074.594
Julho	381.323	622.234	1.085.157	2.152.020
Agôsto	511.057	608.705	1.186.591	1.589.976
Setembro	446.158	595.383	1.168.007	1.755.734
Outubro	324.649	613.548	1.074.184	1.983.793

EXPORTAÇÃO

MESES	VOLUME — TONS.		VALOR — Cr$ 1.000	
	1946	1947	1946	1947
Janeiro	233.256	334.712	1.115.538	2.125.937
Fevereiro	270.677	265.154	1.195.105	1.564.470
Março	266.525	314.729	1.480.495	2.123.003
Abril	301.421	216.872	1.495.363	1.350.606
Maio	396.250	219.221	1.558.979	1.327.088
Junho	265.292	297.050	1.262.573	1.638.648
Julho	347.366	266.651	1.732.020	1.640.220
Agôsto	382.404	355.783	1.804.738	1.847.973
Setembro	354.079	345.598	1.543.501	1.936.776
Outubro	321.763	408.667	1.689.573	2.072.004

RESULTADO

MESES	VALOR — Cr$ 1.000	
	1946	1947
Janeiro	+ 403.762	+ 510.428
Fevereiro	+ 319.861	— 77.890
Março	+ 512.933	+ 502.476
Abril	+ 369.084	— 905.217
Maio	+ 687.519	— 1.039.386
Junho	+ 206.301	— 435.944
Julho	+ 647.049	— 511.800
Agôsto	+ 618.147	+ 257.997
Setembro	+ 375.494	+ 181.042
Outubro	+ 615.389	+ 88.211



A Mudança da Capital Federal

Valdemar Valente

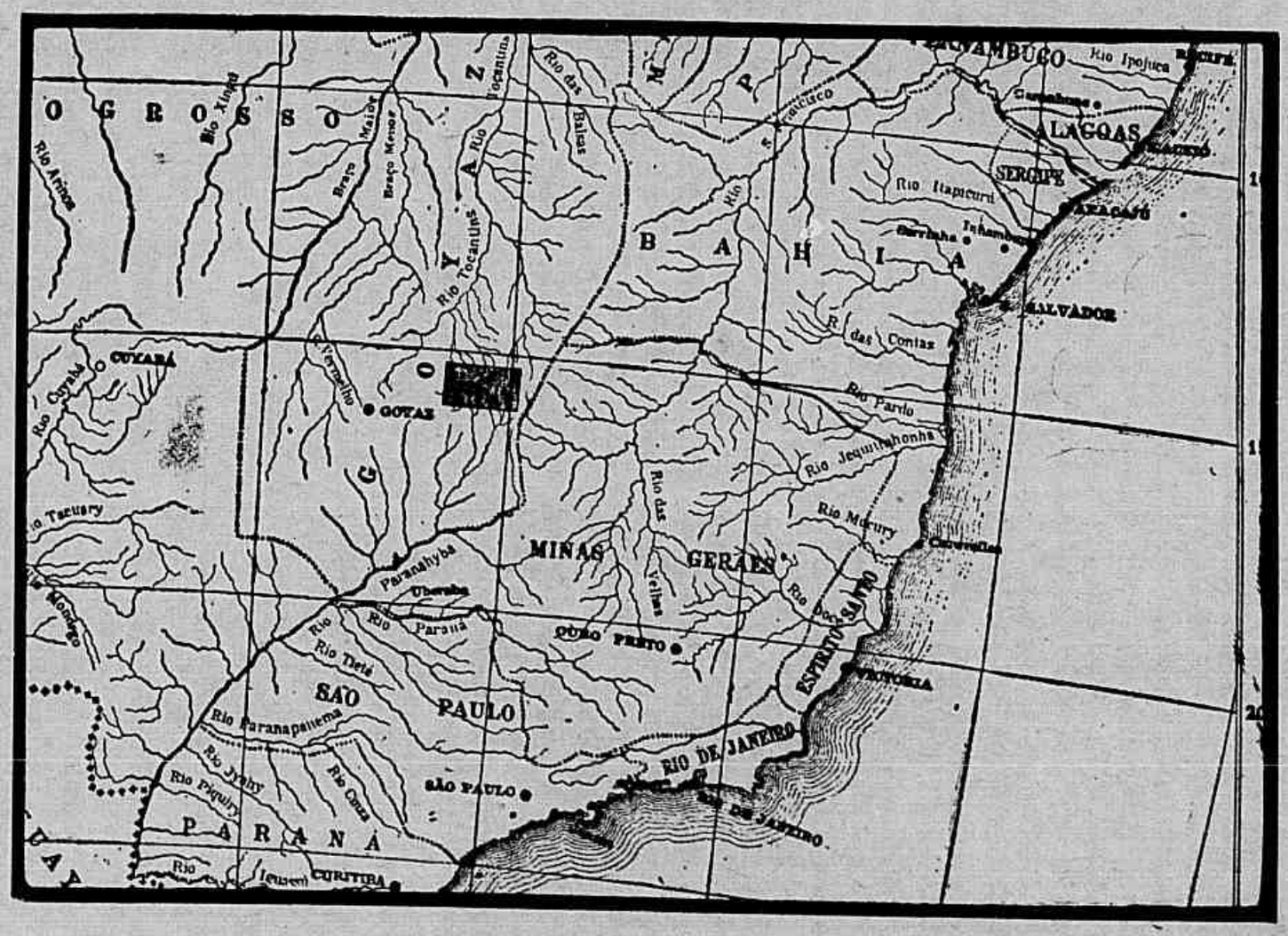
NÃO foi de certo o puro amor de filho que levou Gastão Cruls a tomar a iniciativa de reeditar o *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central* (Cia. Editôra Nacional), elaborado pelo respectivo chefe, Dr. Luís Cruls. Nem o moveu a idéia de apenas prestar, com isso, homenagem à memória do seu ilustre pai. O conheeido escritor brasileiro, ao transformar num volume novo da Coleção Brasiliana aquela raridade bibliográfica, quis colocar ao alcance dos contemporâneos um trabalho de valor, cuja leitura se reveste agora do maior interêsse, quando se estuda os problemas vários da mudança da Capital Federal.

Êsse relatório, apresentado ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, foi publicado em 1894. Mais de meio século, pouco mais, se passou, e a minuciosa exposição do Dr. Luís Cruls não parece ter envelhecido. Volta a prender hoje a atenção dos brasileiros como se fôsse um "vient-de-paraitre", sem nada haver perdido de seu mérito científico e com as honras de um documento histórico que não poderia ser esquecido pelas novas gerações.

A reedição se fêz sob a responsabilidade do General Hastimphilo de Moura, que, tendo sido discípulo do Dr. Luís Cruls, foi seu auxiliar na Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil e é o único sobrevivente daquele grupo de brasileiros. Coube-lhe a tarefa, para a qual estava naturalmente indicado, de aliviar o texto original de quadros considerados dispensáveis, a fim de reduzir o porte da importante obra. Além disso, o General Hastímphilo de Moura escreveu, sob a forma e carta a Gastão Cruls, uma boa introdução para o volume e ainda o enriqueceu com uma resenha final das conclusões da referida Comissão. O que o ilustre militar fêz, no caso, ninguém poderia fazê-lo melhor nem com maior autoridade.

A Comissão Cruls foi constituída em 1892, tendo em vista um dispositivo da Constituição Federal, referente à transferência da Capital da República para uma área do Planalto Central do Brasil. Fôra assim incluída no texto magno uma velha idéia, defendida, no correr dos tempos, por estadistas de larga visão e autênticos patriotas. Logo que o Congresso Nacional consignou no orçamento do país a verba necessária à exploração do planalto e à demarcação da área a ser ocupada, o Poder Executivo organizou a Comissão, convidando para dirigi-la um cientista de invulgar capacidade, Dr. Luís Cruls, a cuja personalidade o General Hastímphilo de Moura se refere com tôda a ênfase dos seus melhores adjetivos: "caráter íntegro, probidade científica modelar, lealdade exemplar, honestidade apurada, bondade invejável, coração ocessível e sentimentos nobres e altruísticos e chefe de trato ameno e agradável".

AQUI SE PRETENDE LOCALIZAR O FUTURO DISTRITO FEDERAL



O trabalho realizado pela Comissão foi admirável, sob todos os pontos de vista. Entendendo por "planalto central" — expressão fixada na Carta Magna de 1891 — aquela parte do planalto brasileiro *mais central* em relação ao centro do território, isto é, mais próximo dêle, a Chefia da Comissão teve por objetivo a parte mais elevada do mesmo planalto. E o resultado dos estudos levados a efeito foi a delimitação da área tida como ideal para a localização da Capital do país — uma faixa nas proximiddes dos Pirineus, no Estado de Goiás; ideal, "não somente por ser, na realidade, a mais próxima do centro do Brasil, como, também, por se acharem aí as cabeceiras de alguns dos mais caudalosos rios do sistema hidrográfico brasileiro, isto é, o Tocantins, o São Francisco e o Paraná".

Consignam os relatórios parciais e o final as excelências da área demarcada, recomendáveis para o transplante do Distrito Federal: clima salutar como nenhum outro, riquezas múltiplas da terra, condições excepcionais para um ritmo desejável de progresso e para a sustentação de um nível ótimo de bem-estar da população a ser fixada.

Não se limitou, porém, o Dr. Luís Cruls a um frio exame da matéria: mesmo fugindo um pouco à expressão formalista dos relatórios oficiais, procurou dar calor à idéia do deslocamento da metrópole brasileira para a hinterlândia, falando uma linguagem impregnada de entusiasmo. Teceu assim várias considerações em favor dêsse plano monumental, aludindo aos diferentes proveitos de ordem nacional que, a seu ver, tornavam — e ainda tornam — recomendável a providência. Chegou a dizer, a certa altura: "Quanto aos inconvenientes ou desvantagens que dessa medida podem provir, acreditamos que êles só existem na imaginação de um pequeno número de pessoas pouco propensas às idéias progressistas e que, considerando insuperáveis as dificuldades que lhe são inerentes, acham preferível não sair dos trilhos da rotina, esquecendo-se que esta é incompatível com todo e qualquer progresso".

Numa hora em que essa idéia toma vulto, para ela voltando-se o olhar dos atuais responsáveis pelo destino do país, a obra do Dr. Luís Cruls tem, a bem dizer, uma flagrante atualidade. O interêsse que ela desperta está longe de ser apenas o interêsse histórico; é mais que isso: trata-se de um documento precioso para o exame do conjunto, embora passível de uma revisão, dos problemas básicos que envolvem a questão da mudança da Capital Federal.

Louvando a iniciativa feliz, que é a reedição do presente *Relatório*, quero, no entanto, fazer duas observações, à primeira vista parece que insignificante: primeiro, não compreendo por que foi respeitada a ortografia do original de 1894, menos no título do volume, quando os prefácios e o resumo final se encontram vasados na ortografia atual; e em segundo lugar, lamente-se o fato de ter sido descurada a revisão do texto, a ponto de serem observados inúmeros erros e lapsos tipográficos, que nada recomendam um volume da série Brasiliana — e um volume de tal significação.

Notas Avulsas

DISTINGUEM-SE pela magnífica apresentação gráfica as publicações do Itamaratí, bem diferentes, nesse particular, de suas congêneres. Ainda agora foi lançada uma série, sob o título de "Documentos": o primeiro é dedicado à questão da rutura das relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS, e o segundo é um relatório, aliás excelente, do Ministro Hélio Lôbo sôbre o problemas dos deslocados. O Serviço de Publicações do mesmo Ministério deu divulgação a mais dois folhetos: a conferência de Gilberto Amado a respeito de Rio Branco e o discurso pronunciado pelo Embaixador Hildebrando Accioly na qualidade de paraninfo da primeira turma do curso de preparação à carreira diplomática.

ESTA' o Conselho Nacional de Geografia desenvolvendo apreciáveis atividades publicitárias. Disso é prova o lançamento, recentemente, de três obras de vulto, que se recomendam aos estudiosos de assuntos brasileiros: *O Homem e a restinga*, de Alberto Ribeiro Lamego *Pantanais Matogrossenses* (*Devassamento e Ocupação*), de Virgílio Corrêa Filho, e *A Bacia do Médio São Francisco* (*Uma Análise Regional*), de Jorge Zarur.

WILLIAM C. Bullitt foi embaixador dos Estados Unidos na Rússia e na França, ntre 1933 e 1940. Tendo assistido ao preparo e ao início da última guerra, assistiu de perto ao desenrolar de acontecimentos importantes, a respeito dos quais presta um depoimento no livro intitulado *E o Globo Desaparecerá* (edição Ipê). Trata-se de uma obra repleta de observações sôbre a luta das grandes potências pela hegemonia mundial. A posição do autor é francamente contra a Rússia, cuja política interna e externa lhe merece os mais duros ataques.

VAI realizar-se em La Paz, em março próximo, a I Exposição do Livro Brasileiro, como parte de um programa de atividades que visam a intensificação das relações culturais entre a Bolívia e o Brasil.

NO segundo número da revista "The Social Sciences in México and South and Central America", que se edita no México, sob a direção do Prof. Laszlo Radvayi, foi publicado um estudo do sociólogo brasileiro Mário Lins sôbre o futuro da sociologia como ciência.

— *Sociologia* (1947) — "Sociologia e Mudança Social", Luís de Aguiar Costa Pinto; "O Problema do Métdo de Investigação Sociológica", Florestan Fernandes; "Sociologia Acadêmica, Sociologia Socialista", Emílio Willems.

ESTUDO interessante é o do Sr. Francisco Rodrigues Leite sôbre o tema Jean de Lery, Viajante de Singularidades", que apareceu em separata da "Revista do Arquivo Municipal", de São Paulo. Grande conhecedor da obra de Lery, o autor faz uma análise da mesma, traçando assim um expressivo retrato do Brasil do século XVI.

PEQUENA HISTÓRIA DO BRASIL

QUANDO exercia, no México, as funções de Secretário da Embaixada do Brasil, o escritor Renato Mendonça recebeu um convite da Se-

Revistas Nacionais

INDICAÇÕES úteis sôbre trabalhos publicados em números recentes de periódicos brasileiros:

— *Arquivos,* do Ministério da Educação e Saúde (n. 1) — "Habitação e Endemias Rurais", Samuel B. Pessoa; "Saneamento do Vale do São Francisco", Mário Pinotti.

— *Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças* (1947) — "Estudo Geral do Sistema Tributário Brasileiro", Gerson Augusto da Silva; "O Orçamento como Plano de Govêrno", Guilherme Moojen; "A Constituição deslocou rendas para o interior", Aristóteles Moura.

— *Boletim Geográfico,* de Santa Catarina (1947) — "Florianópolis, Ensaio de Geografia Urbana", Wilmar Dias.

— *Economia* (janeiro) — "Capitais Rumando para o Brasil Central" J. Pokrovsky; "Pontos de Sociologia Rural", Luís Amaral.

— *O Mês Econômico e Financeiro* (janeiro) — "A Situação Atual do Parque Industrial Brasileiro", Floreal Alba; "Carta e Acôrdo contra o Brasil", Aristóteles Moura; "Pesquisa Sôbre o Capital e os Lucros de Diversas Indústrias do Distrito Federal", Lauro Sodré Viveiros de Castro.

— *Revista Bancária Brasileira* (janeiro) — "Banco Central e Economia de Exportação", Omer Mont'Alegre; "Os ocupados no comércio de valores", Afrânio C. Melo.

— *Revista de Organização Científica* (janeiro) — "Petróleo para o Brasil", Aldo M. Azevedo.

Revistas Estrangeiras

DO sumário de algumas revistas estrangeiras recentes destacam-se os seguintes trabalhos e estudos:

— *Anales de Economia,* da Espanha (1947) "La Dinámica de la Inflación", Emílio de Figueroa; "El Problema de la Reforma Bancaria en España" Higino Paris Eguilaz.

—*Britain To-Day,* da Inglaterra (dezembro) — "The Council of Industrial Design", Gordon Russell.

— *Bulletin de l'Institut de Recherches Économiques et Sociales,* da Bélgica (setembro) — "Études sur la construction des routes en Belgique", Léopold Génicot.

— *Economia y Finanzas,* do Chile (dezembro) — "El Descenso del Mercado de Valores", Luis Eyzaguirre.

— *Phylon,* dos Estados Unidos (dezembro) — "Racial Segregation and Negro Journalism", P. L. Prattis.

cretaria de Educação Pública daquele país, para escrever um breve trabalho sôbre a evolução da civilização brasileira, destinado às escolas e ao povo mexicanos. Daí a *Pequeña Historia del Brasil,* que apareceu por volta de 1944, na "Biblioteca Enciclopédica Popular" mantida por aquela Secretaria com o objetivo único de difusão cultural em têrmos autenticamente democráticos. O volume teve então uma tiragem preliminar de 25 mil exemplares, que deve ter contribuído, de maneira significativa, para a divulgação de conhecimentos preciosos sôbre o nosso país.

Agora, no desempenho de outra missão diplomática em Portugal, o conhecido escritor tomou a iniciativa de volver ao vernáculo o seu interessante manual de história do Brasil e de publicá-lo naquele país, como uma homenagem especial ao povo que tão larga e profunda participação teve em nossa formação étnica, econômica e social.

A qualidade maior dêsse resumo histórico — não escaparia o fato a nenhum crítico — é a simplicidade com que o autor traçou o seu painel: desenho natural, as côres discretas. Nenhuma ênfase no narrar os fatos, nenhum excesso de adjetivação no exaltar os nossos maiores. Qualidade rara, aliás, entre os nossos historiadores, mesmo os que se dedicam ao preparo de obras de vulgarização. Em manchas sucintas, Renato Mendoça faz deslizar o enrêdo da vida nacional sem outro propósito que o de ser exato na informação e sempre fiel às verdades históricas.

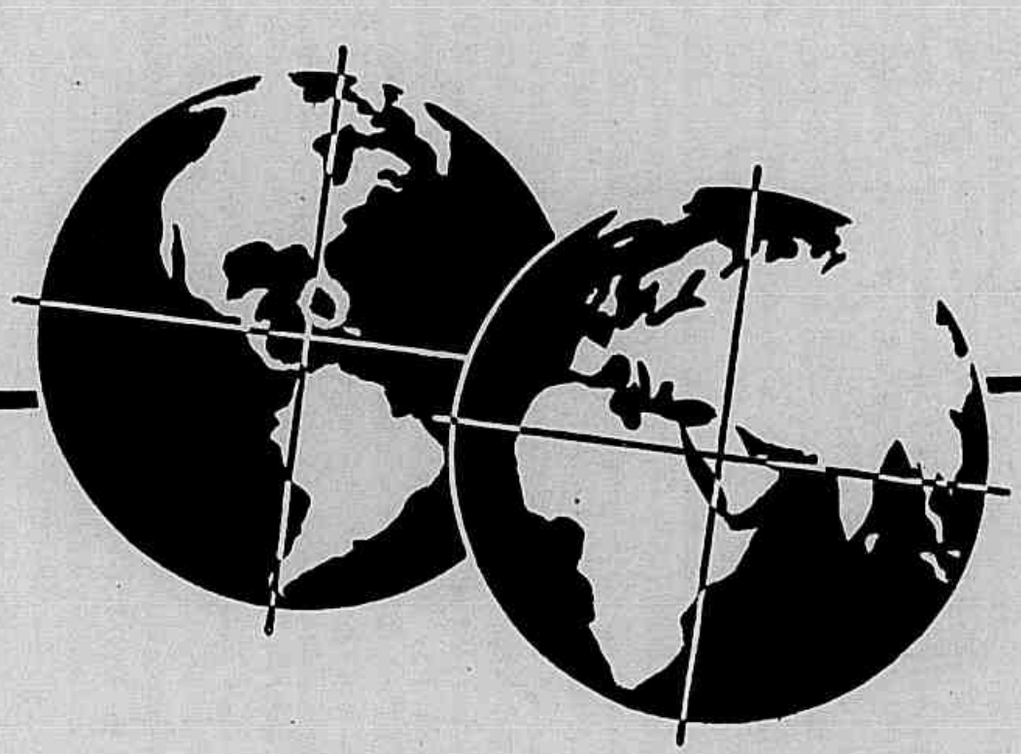
Datas, êle só as citou como referências indispensáveis, e não para impor a suposta respeitabilidade da erudição fácil, tão do gôsto dos fabricantes de compêndios didáticos. E é assim que a sua narrativa ganhou em naturalidade e encanto, sobretudo para o leitor estrangeiro, como é bem de ver.

Partindo do descobrimento, fato que lhe rende menos de duas páginas, Renato Mendonça escreve, preliminarmente, a crônica do Brasil-Colônia, dedicando a segunda parte à Independência e ao Império. Em seguida, escreve trinta páginas miúdas sôbre as características fundamentais do período republicano, para, no fim, elaborar um sintético panorama do Brasil atual, em seus aspectos econômicos.

E' pena que, para escrever êste último capítulo de seu interessante trabalho, o autor não se tenha munido de alguns dados estatísticos atualizados, evitando assim utilizar-se de números velhos. Para falar de atualidades nacionais, deveria recorrer a referências numéricas menos antiquadas. Para isso, bastaria socorrer-se de elementos que hoje abundam, por exemplo, nas publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

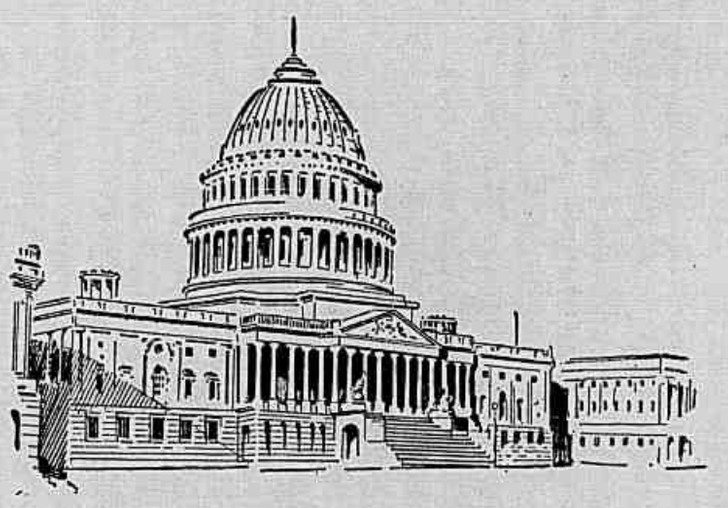
A edição portuguesa dessa *Pequena História do Brasil* é a versão integral da edição mexicana, com o acréscimo, apenas, das duas páginas finais, dedicadas uma ao movimento de 29 de outubro e outro ao govêrno do Presidente Dutra.

A verdade é que o autor conseguiu um milagre, ao resumir em menos de 180 páginas miúdas a história dos quatrocentos anos da vida nacional.



Venda de Excedentes de Guerra

Por JERRY KORN
(Serviço especial da A. P.)



WASHINGTON — Desde que terminou a guerra, os Estados Unidos se encontram empenhados numa das maiores campanhas de vendas de mercadorias da história. Nos últimos dois anos, por um preço de cêrca de 5.325.000.000 de dólares, os Estados Unidos venderam propriedades que custaram originariamente cêrça de 28.000.000.000 de dólares — tudo o que restava ao terminar o conflito.

Existem ainda mercadorias no valor de 10 bilhões de dólares a serem vendidas, arrendadas, desmontadas, atiradas fora ou usadas por alguma repartição do govêrno. E há mercadorias em uso que poderão ser ainda acrescentadas a êsse total.

O fim da guerra deixou os Estados Unidos com a maior parte da produção acumulada durante quatro anos pela indústria americana — isto é, tudo o que não foi consumido durante a guerra. Eventualmente, a tarefa de vender ou dar qualquer outro destino a estas propriedades foi transferida a duas repartições públicas — A Administração de Excedentes de Guerra, nos Estados Unidos, e a Comissão de Liquidação dos Excedentes de Guerra, no exterior. Essas duas repartições venderam uma enorme quantidade de propriedades excedeutes em todo o mundo — desde óculos a grandes aeródromos e fábricas. Alguns artigos tiveram dificuldade em encontrar compradores. Com relação a outros, a dificuldade foi insuperável — como as fábricas de munições, que não podem ser usadas para nenhuma outra finalidade, e que devem ser mantidas frescas em clima quente, a fim de evitar uma explosão.

Eis alguns dos outros materiais que as duas repartições tiveram de vender:

Um milhão de libras de cerdas de porcos orientais; 100.000 libras de penas de aves marinhas da China; 17 mil pombos; 2.000.000 de dentes artificiais; 500.000 etiquêtas de papel que diziam em russo: "Dos Estados Unidos, uma das Nações Unidas".

Apareceram coisas do outro mundo quando as fôrças armadas começaram a limpar seus armazéns para entregá-los à Administração dos Excedentes de Guerra. Encontraram-se, por exemplo, uniformes do tempo da Guerra Hispano-Americana de 1898. E sabonetes envoltos em papel com o retrato de Lincoln, do tempo da Guerra Civil Americana.

Mas foram os artigos como máscaras contra gás, capacetes e outros produtos normalmente não usados em tempo de paz que deram às repartições interessadas mais trabalho. Homens de negócios cheios de imaginação e os funcionários do govêrno ajudaram a solucionar a maior parte dos problemas com idéias como estas:

Os capacetes de aço foram vendidos como gamelas para os porcos e ninhos para as galinhas. As cápsulas de granadas de 20 milímetros — sem o explosivo — estão sendo transformadas em cinzeiros, pesos para papel, quebra-nozes e martelos.

Um fabricante inteligente comprou uma grande quantidade de máscaras contra gás. A mangueira de borracha foi transformada em guidon de bicicleta, a máscara propriamente em cesta de lixo, caixas desodorantes e de batons.

As capas dos pequenos microfones estão sendo transformados em tampas de garrafas de leite; as cápsulas das granadas de mão em pequenos cofres para crianças; caixas de munições em caixas de lanches, de ferramentas e muitas outras coisas.

Muitos materiais de guerra, certamente, não têm nenhuma utilidade para o consumo civil. Canhões, aviões de combate, belonaves e outros semelhantes. Muitos dêstes são vendidos a companhias que os utilizam como ferro velho.

Os balões de barragem e os pombos correios, no entanto, não são vendidos tão facilmente. Alguém pensou em usar os balões para anúncios. Um dêles foi cheio de helium e sôlto em Washington, a fim de fazer uma de-

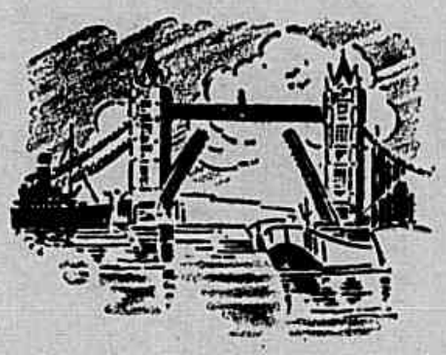
monstração para os possíveis compradores. Mas o balão partiu o fio em que estava amarrado, libertando-se e ameaçando a navegação aérea entre Washington e Baltimore. Agora o Departamento de Aeronáutica Civil se recusa a permitir a venda dêsses balões, com receio de que alguém tente repetir a experiência.

A solução do problema dos pombos foi mais simples, porém alguns dos escriturários da Administração de Excedentes de Guerra ainda têm os dedos inchados de tanto escrever. Os pássaros, localizados em três bases militares, estavam gastando 82.000 dólares de alimentos por ano, quando ocorreu a alguém oferecê-los gratuitamente a qualquer criança que enviasse uma cesta para qualquer uma das bases. Porém muitos dos jornais que publicaram o anúncio da A. E. G. deixaram de mencionar as bases do exército, e dentro em breve o escritório da repartição foi inundado com cestos vindos de todo o país.

Em consequência, foi preciso organizar um serviço especial para responder as cartas e enviar as cestas às bases correspondentes.

Siderurgia Britânica

Por TOM WILLIAMS
(SERVIÇO ESPECIAL DA A. P.)



LONDRES — A indústria siderúrgica britânica superou em 1947 o objetivo de produção de ..... 12.500.000 toneladas fixado pelo govêrno na campanha de recuperação econômica. Ainda operando sob o regime de propriedade privada, com uma supervisão limitada do govêrno por intermédio do Ministério dos Abastecimentos, a indústria siderúrgica foi a única indústria-chave britânica a completar sua quota de produção. Além disso, se não fôsse a crise de combustível durante o inverno, a produção poderia ter atingido 13 milhões de toneladas. A produção, durante os nove primeiros meses de 1947, foi de 9.041.600 toneladas.

As indústrias têxteis, de máquinas e a indústria carbonífera, já nacionalizada, tôdas fundamentais para a economia britânica, não completaram suas quotas. A produção carbonífera, fixada em 200.000.000 de toneladas, foi apenas de 192 milhões.

Por trás da produção siderúrgica há uma notável história de improvisações, numa época de grande escassez de material. "Os estoques de carvão são lamentáveis e os suprimentos de sucata são medidos em têrmos de dias", declarou um porta-voz da indústria. Mas, a despeito destas dificuldades, a indústria espera fazer uma figura ainda melhor em 1948.

Libertada da ameaça de nacionalização imediata, em virtude da decisão do govêrno trabalhista de não incluir o projeto na sessão legislativa êste ano, a indústria está se preparando para um novo grande esfôrço de produção.

O objetivo para 1948 é de 15 milhões de toneladas. A maior produção anual na história foi de 13.331.300 toneladas em 1939. "Mas para alcançarmos os 14 milhões no próximo ano", declarou um funcionário da Federação da Indústria Siderúrgica, "é preciso arranjar sucata onde fôr possível encontrá-la".

Outros fatôres que poderão modificar o ritmo da produção são a escassez de carvão e as dificuldades de transporte. Um porta-voz declarou que a indústria está igualmente preocupada com a escassez alimentar, que poderá concorrer para diminuir o nível de produção dos operários.

A indústria do aço tem um programa ainda mais ambicioso — um plano de modernização e expansão, num total de um bilhão de dólares, para os próximos seis ou sete anos, aumentando sua capacidade de 14 para 17 milhões de toneladas anuais.

Mas, ao elaborarem os seus planos, os industriais devem contar com o govêrno trabalhista, o qual anunciou que "partes importantes" da indústria serão nacionalizadas durante o atual período parlamentar, que tem ainda três anos.

Tanto o poderoso Congresso Sindical como o Partido Trabalhista, que constituem a base do govêrno socialista, têm exigido a nacionalização. O adiamento da nacionalização foi decidido, apesar das objeções de um grande bloco parlamentar, para evitar deslocamentos numa época de crise nacional.

Não obstante, os líderes industriais acreditam que os seus recordes de produção e os planos para o futuro destruirão as críticas do govêrno contra a "ineficiência" da indústria. Outra possibilidade é a de que os trabalhistas sejam substituídos por um govêrno conservador antes da aprovação da lei de nacionalização.

A indústria aumentou sua capacidade anual de 13.000.000 para ..... 14.300.000 toneladas, em abril último, com a introdução de uma nova semana de trabalho contínuo.

Como muitas outras indústrias, a indústria siderúrgica considera a escassez de carvão o maior obstáculo aos seus planos. Com mais carvão, seria possível produzir maior quantidade de ferro guza, reduzindo-se a necessidade de sucata. Um dos mais modernos altos fornos do mundo, em Clyde, ainda não entrou em funcionamento em virtude da escassez de carvão.

Outra nova usina siderúrgica, que deverá estar concluída em meados de 1949, está sendo construída em Port Talbot, no País de Gales. Usando métodos americanos adaptados às condições britânicas, a usina destina-se à produção de um milhão de toneladas de artigos de aço anualmente.

Por meio da mecanização, a indústria espera aumentar a produção sem elevar o número de seus 450.000 operários atuais.

A principal fonte de minérios para intensificar a produção continuará a ser os grandes depósitos dos Midlands. O seu conteúdo ferroso é baixo — de 16 a 36 por cento em comparação com 50 por cento nos Estados Unidos — mas atende a cêrca de 60 por cen-

to das necessidades da indústria. Os restantes 40 por cento serão importados do Brasil, Terra Nova, África do Norte e Escandinávia.

Há 390 emprêsas siderúrgicas na Grã-Bretanha, das quais 20 podem ser classificadas como "grandes". Essas indústrias compreendem a última das indústrias básicas do programa de nacionalização do govêrno socialista.

O adiamento da nacionalização, provavelmente o mais discutido dos projetos socialistas, causou séria divisão no gabinete e no grupo parlamentar trabalhista. Uma divisão similar — sôbre política financeira — derrubou o govêrno trabalhista minoritário de Ramsay MacDonald, em 1931.

A despeito das divergências provocadas pela questão, não parece, no entanto, que a nacionalização da indústria siderúrgica ameace o govêrno Attlee.

Para preparar o caminho para a aprovação da lei de nacionalização, em 1950, o govêrno pediu a redução dos poderes da Câmara dos Lords, reduzindo a um ano o período em que os pares poderão retardar a aprovação de leis dêste gênero.

Tecidos de Algodão nos EE. UU.

Por JOSEPH S. ROSAPEPE
(Serviço especial para A. P.)



NOVA YORK — A despeito da enorme procura de tecidos de algodão, no mercado nacional e no exterior, algumas fábricas norte-americanas talvez sejam forçadas a reduzir sua produção em março ou abril, em virtude da escassez de algodão que devia ser obtido no Egito ou no Perú, segundo revelam fontes da indústria.

Embora os Estados Unidos sejam os maiores produtores de algodão do mundo — e os maiores exportadores — não possuem suficiente quantidade de algodão de fibra longa, indispensável para certos tecidos.

As estatísticas demonstram mais claramente a situação da indústria. A produção total norte-americana em 1947-1948 foi calculada em cêrca de 11.700.000 fardos. No entanto, dêste total, apenas 280.000 dêsses fardos são de algodão de fibra de 1 polegada e 1/8 ou mais longas, necessárias para alguns dos tecidos mais finos. Em 1946, a produção de algodão de fibra longa foi de 245.000 fardos. Em 1945, foi de 240.000, e, em 1944, de 341.000. O sistema de quotas só permite a importação de 91 mil fardos do exterior.

Como as necessidades dos Estados Unidos dêste tipo de algodão são calculadas em cêrca de 500.000 fardos anuais, o "deficit" de mais de 100.000 fardos tem preocupado amplos setores da indústria têxtil.

O Instituto do Tecido de Algodão, uma organização comercial, solicitou ao govêrno uma "liberalização substancial" das quotas de importação. Ao mesmo tempo, o Departamento da Agricultura, em janeiro, iniciou um inquérito para determinar as necessidades das fábricas individuais.

Os círculos industriais da área têxtil e Nova Inglaterra estão preocupados principalmente com a falta de algodão de fibra longa. A possibilidade de uma redução da produção está também preocupando os círculos trabalhistas. Numa recente convenção do Sindicato dos Tecelões do CIO, os líderes trabalhistas discutiram a iminente escassez de algodão de fibra longa.

O Instituto do Tecido de Algodão lembrou que, no ano passado, além dos 91.000 fardos entrados no país, o govêrno permitiu uma quota suplementar de 46.000 fardos. "Êste ano a situação é tal que o "deficit" em fibras longas é muito maior e mais grave do que os "deficits" habituais de fibras extra-longas", declarou o Instituto.

A principal oposição às importações parte dos plantadores dos Estados do Sul. Embora o algodão de fibra longa seja cultivado principalmente no Arizona, Novo México, Califórnia e Texas, todos os plantadores sulistas têm resistido sempre às quotas adicionais.

"A atual necessidade de importação de algodão de fibra longa será certamente obscurecida pela pressão habitual para impedir a importação de algodão de qualquer tipo, seja qual fôr o pretexto", comentou o "Journal of Commerce" de Nova York.

As fontes da indústria explicam que a maioria dos plantadores do sul considera muito dispendiosa a plantação, o cultivo e a colheita do algodão de fibra longa. Com a atual escassez, no entanto, as fábricas têm sido obrigadas a pagar preços exagerados por êste tipo de algodão, o que resulta em encarecimento dos tecidos.

Em virtude da reduzida produção nacional, as fontes da indústria têxtil afirmam que os plantadores norte-americanos não seriam prejudicados com o aumento da importação de algodão de fibra longa. Ao mesmo tempo, salientam o perigo de que as fábricas de tecido, em virtude da escassez de algodão de fibra longa, se voltem para o rayon. Se as fábricas se convertessem para o emprêgo do rayon, a capacidade total de absorver a produção algodoeira seria consideravelmente reduzida, acrescentam.

Êstes argumentos, juntamente com os resultados do inquérito do Departamento da Agricultura, certamente determinarão um aumento substancial das quotas, esperam os industriais.

As quotas supiementares poderão ser permitidas pela Comissão de Tarifas dos Estados Unidos, que é encarregada de regular as importações. Esta comissão espera usar os resultados do inquérito, e todos os depoimentos que possa obter, como base para decidir sôbre a permissão da importação de uma quota adicional. Caso seja concedida essa permissão, o Egito e o Perú serão os principais beneficiados. A respeito, recorda-se que da quota regular de 1947 o Egito contribuiu com 72.000 fardos e o Perú com 18.419.

CRÔNICA PARLAMENTAR

Vários Projetos Econômicos

DOIS grandes acontecimentos políticos assinalaram de maneira especial o primeiro mês de 1948. Foram êles a cassação dos mandatos dos deputados eleitos pela legenda do Partido Comunista e a assinatura do acôrdo inter-partidário.

Numa sessão verdadeiramente dramática, a maioria pessedista, acompanhada por uma ala da U. D. N., votou o projeto que excluí do Parlamento os representantes do extinto P. C. B. O projeto, como se sabe, teve origem no Senado, sendo apresentado à Câmara alta pelo Sr. Ivo de Aquino, que, pela sua condição de líder da maioria, representa o pensamento e as tendências do govêrno.

O acôrdo inter-partidário também constituiu tema de muitos e por vêzes acalorados debates nos círculos políticos. Segundo se alega, os objetivos dêsse entendimento entre os três grandes partidos nacionais são de ordem a inspirar simpatias, em princípio. Numa hora em que tanto se reclama a ação determinada de govêrno de modo que os diversos e urgentes problemas do país possam ser atacados em forma efetiva, uma trégua política, nobremente compreendida, somente poderá ter efeitos benéficos, uma vez que virá estabelecer um clima mais propício ao trabalho. O que se faz mister é que o partido majoritário e o Executivo compreendam as intenções dos outros grupos contratantes e aproveitem a boa vontade para fazer alguma coisa de positivo em favor da coletividade.

Nem todos, porém, se mostram otimistas em relação aos resultados práticos do acôrdo inter-partidário. Não são poucos os políticos e observadores que não escondem um melancólico pessimismo em relação ao acôrdo, levando em conta certos fatos, na verdade, chocantes que se verificam no Piauí e em Alagoas. Também se aponta como detalhe significativo, a provar contra o acôrdo, a retirada do Senador Vitorino Freire, íntimo do Presidente da República.

De qualquer maneira está feito o acôrdo; os mandatos comunistas foram cassados. Não será demais pedir ao govêrno um esfôrço mais decidido, no sentido de que as questões de natureza administrativa recebam de agora por diante uma parte bem maior das atenções do Executivo. E êste parece encontrar sua pedra fundamental no plano que técnicos elaboram sob orientação direta da Presidência da República e tendo como principais motivos a saúde, alimentação, transportes e energia, plano conhecido já como S. A. L. T. E.

A CARNE

Abordando os assuntos econômicos, que mais de perto nos interessam, registramos um discurso proferido no Senado pelo Sr. Mário de Andrade Ramos. O Senador carioca, que adquiriu uma certa popularidade com o famoso projeto de loteamento dos terrenos do Palácio Guanabara — popularidade que tende a crescer com o seu novo projeto de congelamento dos salários e ordenados — desta vez voltou as suas atenções para o intrincado problema da carne.

Diz-se que nem só de pão vive o homem; nem só de carne. A população do Distrito Federal talvez não pense assim. Mas, voltando ao Senador Mário Ramos, convenhamos em que é um mérito levar aos austeros debates do Senado um problema sabidamente complexo, em face dos múltiplos aspectos de que se reveste, mas que no fundo tem um indisfarçável sentido popular.

Reportando-se a um discurso anterior, o Sr. Mário Ramos reafirmou o seu ponto de vista contrário à exportação e à industrialização da carne, em caráter temporário, note-se, a fim de que o abastecimento do Rio e de São Paulo possam ser melhor atendidos. Em aparte, lembrou o Sr. João Vilasboas, que a exportação da carne está proibida, o que levou o orador a declarar que a lei vem sendo burlada, por fôrça de uma portaria do Ministro da Agricultura.

Lembrou o Sr. Mário Ramos que atualmente atravessamos uma fase propícia ao abastecimento, pois que estamos em plena safra. O aumento do preço da carne nesta época lhe parece por isso desaconselhável, porquanto no período de escassez, que se estende de setembro a jaiero, nova majoração será inevitável. Em face dessa argumentação, as perspectivas do suprimento de carne às populações do Distrito Federal e da capital de São Paulo são desanimadoras. Se agora o precioso alimento teve o seu preço elevado, é de prever novo aumento na fase de escassez.

E' indubitável que o discurso do Senador Mário Ramos teve o mérito de agitar uma questão, que tem desafiado de alguns anos para cá a capacidade dos nossos administradores. As soluções ou tentativas de solução que se buscam, como a mais recente de iniciativa da Prefeitura, em geral não consultam os interêsses do consumidor. Num país, onde o custo de vida assume proporções apavorantes, qualquer solução fundada em aumento de preço, em agravamento do custo da vida, é contra indicada.

ANTIPÁTICA, MAS PATRIÓTICA

O projeto do General Euclides Figueiredo concedendo vantagens aos militares bem se enquadra nesta resenha. Como se sabe, a proposição inicial daquele representante do Distrito Federal foi ampliada, de modo a compreender também os servidores civis. Ora, falar em melhoria de ordenados e soldos significa impor ao erário um ônus tremendo.

As condições de vida atuais, tanto para militares e civis, são as mais precárias, ninguém ignora. Atingida pela desenfreada elevação do custo da vida, as classes médias — e nelas se incluem os servidores civis e militares, com raras exceções — lutam com dificuldades assoberbantes. O govêrno tem sido impotente para conter a especulação e a ganância; o que se vê são os próprios órgãos governamentais se atirarem cegamente por uma política de concessões de aumentos de preços, deixando ao desamparo o consumidor. Por outro lado, a queda de produção, reduzindo os suprimentos, cria fatalmente o fenômeno do mercado negro, outra praga que tanto mal faz às classes menos favorecidas.

Tudo isso é verdade consabida. De tôdas as partes reclamam-se medidas para conter a onda cruel da especulação e da ganância. Infelizmente, porém, as medidas concretas não surgem e a situação tende a agravar-se.

Não é menos verdade, no entanto, que a posição econômico-financeira do país não oferece margens a excessos de liberalidade. Sôbre o erário pesa a carga de "deficits" orçamentários pesados e se êste ano parece que a lei de meios foi elaborada à base do equilíbrio, não devemos construir grandes ilusões. Antes o que se deve pedir é uma estrita política de poupança.

Depois de examinado na Comissão de Finanças e das conversações havidas com o próprio Presidente da República, o projeto original transformou-se em um substitutivo do Deputado Leite Neto, que determina no seu artigo primeiro a concessão de auxílio social aos militares e civis que contarem mais de 10, 15 e 20 anos de serviço, na base de 10, 15 e 20 por cento, calculados sôbre os vencimentos do cargo ou pôsto ou sôbre o salário da função. Sem entrar em maiores detalhes, convenhamos em que o projeto vinha beneficiar os servidores que se encontram no meio e no fim da carreira, os últimos, sobretudo, ou seja, aquêles que já percebem remunerações mais elevadas, enquanto as classes inferiores — aquelas que mais sofrem as consequências do encarecimento da vida — não seriam beneficiadas. Parece-nos estranha essa maneira de auxiliar.

Mas o caso não comporta detalhes. Tem aspecto mais grave. E êsse aspecto mereceu corajoso exame do Deputado João Cleofas. O representante udenista chega a classificar a sua reação ao projetado aumento de vencimentos de antipática, mas patriótica. E assim é, na verdade.

No seu parecer, afirma aquêle parlamentar que não pode "concordar com o processo de aumentos dos encargos do país, sem indicar-se, de forma clara e categórica, as fontes em que o Tesouro Nacional irá buscar os recursos para fazer face a essas novas despesas pesadíssimas". Interessante no caso é que não se sabe ao certo o montante dos novos gastos. O DASP faz um cálculo de 750 milhões de cruzeiros. Mas o Sr. Cleofas lembra que êsse cálculo toma por base uma despesa de pessoal de 4.137 milhões de cruzeiros, quando o orçamento vigente consigna uma despesa de 5.941 milhões, em cifras redondas. Outra observação pertinente é esta: o DASP, depois de calcular os ônus do projeto de 750 milhões, afirma que os dados recentes de melhoria de arrecadação asseguram um "superavit" de igual importância. Ao que retruca o Sr. João Cleofas: a Câmara rejeitou a emenda do Senado que modificava a lei do impôsto sôbre a renda e da qual se esperava a aludida majoração de receita.

Procedente é o reparo de que "como em 1946, será inevitável a sua extensão (do aumento) a tôdas as demais entidades estatais e para-estatais, a tôdas as autarquias e a todos os serviços industriais do Estado". Com isso a situação se agravará e o aumento, como aconteceu há dois anos, será apenas ilusório. Protestando contra a crescente burocratização do país — de que é triste exemplo a projetada criação de mais 150 lugares no funcionalismo da Câmara — o Sr. Cleofas diz: "Somos, assim, deflacionistas por um lado e inflacionistas por outro. Combatemos o comunismo, mas estamos, sem querer, comunizando o país, desestimulando as classes produtoras que vivem sob a perspectiva de novos tributos e da ampliação do regime de contrôles mal dirigidos".

Duro dever antipática, mas patriótico, cumpriu o deputado pernambucano com o seu parecer.

AINDA A S. PAULO RAILWAY

O ato do govêrno, em virtude do qual passou ao patrimônio da União a S. Paulo Railway, tem sido objeto de constantes discussões na Câmara. Ao Deputado Herbet Levy deve-se o interêsse que o problema vem despertando. O Sr. Herbert Levy situou-se numa posição contrária ao ato de encampação. A princípio pretendeu ampliá-lo com um substitutivo, que mandava incorporar todo o patrimônio da companhia, qualquer que fôsse a sua natureza, bem assim pagar não o capital reconhecido e sim o realmente investido e mais os débitos pendentes. O substitutivo em aprêço ordenava também a revisão dos valores computados para o cálculo de indenização, de modo a se levar em conta somente as inversões efetivamente feitas, depurando-se tôdas as inversões promovidas com parte dos lucros apurados. Foi rejeitado o substitutivo, não obstante conter em seu bojo medidas acauteladoras dos interêsses do Tesouro.

Posteriormente, o Sr. Herbert Levy apresentou outro projeto, no qual propunha a revogação do ato de encampação. O assunto vem de ser novamente abordado pelo Sr. Lameira Bittencourt, em longo parecer, lido perante a comissão parlamentar designada especialmente para estudar o caso.

Examinando a matéria sob o ponto de vista jurídico e tratando igualmente do ângulo técnico — para isso amparado em afirmativas do atual Ministro da Viação, Engenheiro Clovis Pestana — o Sr. Lameira Bittencourt conclui pela aprovação do ato governamental, que lhe parece não só juridicamente perfeito como conveniente. O parecer do Sr. Lameira Bittencourt, tudo indica, vem encerrar uma série de ruidosos debates. A experiência dirá oportunamente com quem está a razão, se com os que combateram a encampação da Inglesa ou com os que a aprovaram.

INDÚSTRIA DO FRIO

Para concluir esta resenha, aludiremos ao parecer que o Deputado Toledo Piza Sobrinho apresentou na Comissão de Finanças a respeito de um projeto do Sr. Israel Pinheiro, o qual autoriza o Ministério da Agricultura a organizar uma sociedade por ações, destinada a explorar a indústria do frio, mediante a instalação de uma rêde de frigoríficos e a organização e transportes da mesma natureza.

Como bem salienta o relator, êsse projeto se reveste de indiscutível relevância. A indústria do frio é uma lacuna por todos os motivos lamentável. Pode-se afirmar sem exagêro que a falta de uma adequada rêde de frigoríficos responde, em grande parte, pela crise de abastecimento, que está tornando intolerável a vida nos mais importantes centros urbanos do país — São Paulo e Rio.

O Sr. Piza Sobrinho apresentou um substitutivo ao projeto do seu colega mineiro. O substitutivo está elaborado de maneira a atender aos aspectos fundamentais do problema, sendo de esperar receba as melhores atenções tanto do Legislativo como do Executivo.

Financiamento da Planificação

Aristóteles Barbosa

No presente comentário trago ao debate algumas notas esparsas sôbre dois temas da planificação econômica que entre nós ainda não foram suficientemente discutidos. Os dois temas a que me refiro podem ser enunciados nas duas seguintes perguntas: 1.º) — Considerando que, entre as tarefas do planejamento, se destacam a elaboração do plano físico e o respectivo orçamento financeiro, qual a primeira tarefa — o orçamento ou o plano? 2.º) — Considerando que a realização do plano físico importa no emprêgo de capital, pergunta-se: na elaboração do plano, qual deve ser a preocupação principal — o conteúdo do plano ou o financiamento?

Como veremos adiante, a primeira pergunta tem cabimento tanto quando se trata dos planos nacionais como das obras isoladas de pequeno porte. A segunda praticamente só tem propósito nos planejamentos de grande vulto, estaduais ou nacionais. Do ponto de vista da elaboração dos planos, a relevância do orçamento está na necessidade de sua aprovação pelo Parlamento que, embora autorize verbas globais vultosas, não pode esquecer o texto constitucional que exige discriminação. Já o financiamento, com tôdas as suas modalidades e tropeços, transborda para a seara dos economistas. Os economistas brasileiros são os maiores responsáveis pela falta de esclarecimento dêsse tema. Partilham essa responsabilidade com os técnicos de organização, uns e outros fechados em suas repartições e cadeiras universitárias, forçando os comentaristas a abrir na medida de suas possibilidades, como ora faço com estas notas.

Êsse problema do plano, antes ou depois do orçamento, e do financiamento, antes ou depois da elaboração do plano, lembra até certo ponto a pergunta sôbre o aparecimento da galinha, se antes ou depois do ôvo... Quem deseja realizar algo, evidentemente precisa saber antes se pode contar com os recursos financeiros suficientes. Mas no caso dos planos de grande vulto, o que em primeiro lugar se precisa conhecer são os próprios planos. E' a elaboração técnica dêstes que esclarece, em última análise, sôbre sua extensão e sôbre a distribuição em fases anuais. Conforme sejam os objetivos, a extensão e as possibilidades materiais, a partir da primeira fase a execução já pode produzir, por si mesma, novos recursos financeiros. Quando se diz que o investimento total de um plano de 5 anos é, por exemplo, de 50 biliões de cruzeiros, tem-se por certo que uma parte dêsses 50 biliões, embora pequena, deve ser obtida como resultado da execução das primeiras quatro fases anuais. Se tal cálculo não fôr feito, pode-se afirmar que os planejadores pecaram contra as boas regras do planejamento. Admite-se que, em certos casos, o total do investimento financeiro não inclua os lucros a reinverter durante a execução. Êsses casos seriam, entre outros, os de planos de pequena relevância e das construções que só podem ser postas em funcionamento — e portanto dar resultados — depois de ultimadas em tôda a extensão. Nos planos parciais de ferrovias, de cais ,de grupos de edifícios e várias outras construções, é comum pôr-se em funcionamento os primeiros trechos e edifícios à proporção que ficam prontos, assim obtendo-se renda própria e direta durante a execução. Em um plano de indústrias, é evidente que algumas fábricas devem produzir a partir do segundo ano, outras do terceiro e assim por diante. Não se gastam cinco anos para montar pequenos e médios estaleiros, distilarias de petróleo, fábricas de ácido sulfúrico e de soda cáustica. No setor agrícola, na distribuição de terra em lotes individuais ou por família, também é claro que não se iria demarcar em um ano tôda a terra distribuível. A entrega e localização deverá ocorrer à medida que as demarcações se realizarem para um ano depois de já se contar com a produção nova dos lotes ocupados.

Considerada a complexidade de um plano nacional, logo se vê que a primeira tarefa é a da elaboração do plano. Em 1944, quando a planificação foi discutida no Conselho de Política Comercial e Industrial a Secretaria Executiva dêsse Conselho chegou a afirmar que a primeira tarefa era o "planejamento da planificação", dando a entender que a elaboração dos esquemas iniciais, a composição dos órgãos do planejamento e o recrutamento e preparação do pessoal técnico eram tarefas que se deviam realizar com ou sem a certeza de obter financiamento por empréstimos externos.

Realmente, é admissível iniciar essas tarefas de organização tendo em vista um plano nacional realizável com os recursos nacionais. Quem o fizer, pelo menos conseguirá estabelecer normas para a aplicação racional dos capitais nacionais. Essas normas, se aplicadas, já concorreriam para se sair da falta de plano para a prática do plano, dentro de nossas próprias possibilidades. E, nesse caso, pode-se perguntar aos que tanto colocam o orçamento financeiro antes do plano se para êsse plano de recursos próprios também seria necessário começar pelo orçamento. O total das receitas públicas brasileiras já é conhecido. Anda pelos 35 biliões de cruzeiros, incluindo os orçamentos da União, dos Estados, Municípios e autarquias e excluindo as sociedades de economia mista. No caso de planos com recursos próprios, seriam êstes recursos, até agora aplicados anarquicamente, os que a planificação iria de início empregar com método.

A idéia de colocar o orçamento antes do planejamento, ao que parece, foi elaborada por alguns brasileiros que não admitem a possibilidade de se realizar no Brasil empreendimentos de vulto com a renda nacional. O planejamento, já o disseram várias autoridades, é um método de trabalho, um método racional. No caso do Brasil, onde os próprios empreendimentos estatais são, em maioria, dispersos e eventuais, a adoção do planejamento significaria a passagem do anárquico para o racional e o coordenado nas atividades do Estado e de certos setores da iniciativa privada.

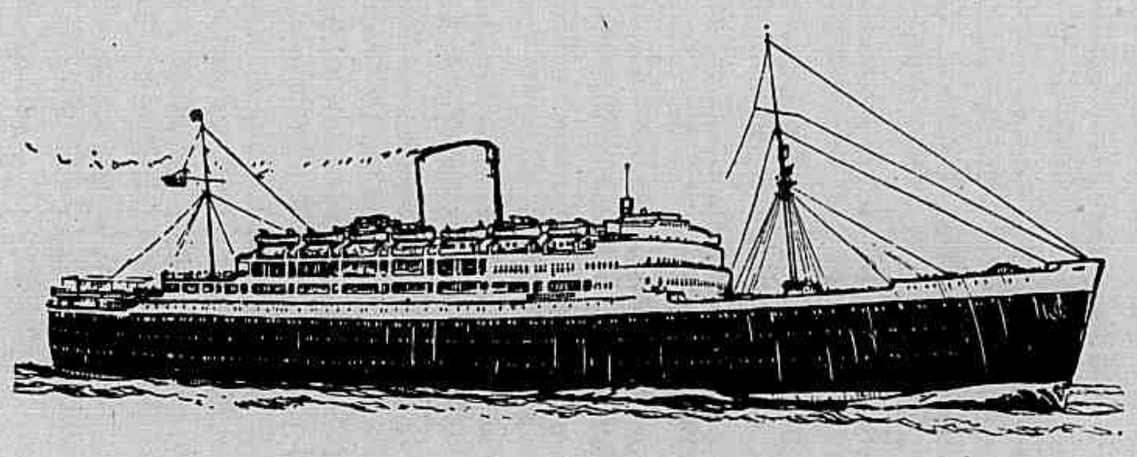
RECURSOS VARIAVEIS

O conhecimento dos recursos disponíveis inegavelmente facilita a tarefa dos órgãos da planificação. E torna-se imperioso nos pequenos planos de construção e de serviços para os quais se chega a atribuir dotações orçamentárias globais e fixas. Na construção de um hospital ou de uma universidade, a quantia destinada a êsses fins já define, de certo modo, o caráter e a extensão das obras. Mas o mesmo já não ocorre em obras públicas de maior vulto como acabamos de ver no caso da Hidro-Elétrica do São Francisco. As obras que essa emprêsa vem de anunciar em seu prospecto apenas representam uma parte do potencial da Paulo Afonso. Os elementos publicados sôbre êsse plano parcial não bastam para a compreensão das possibilidades de consumo de energia elétrica na área abrangida e da necessidade de obras complementares e irrigação, colonização e indústrias derivadas, capazes de elevar o poder aquisitivo local. Mas tem-se como certo que para aproveitar uma parte do potencial da cachoeira, não há necessidade de destacar desde já, de vincular ou comprometer, os capitais necessários ao aproveitamento total.

O que existe até agora dêsse empreendimento é apenas o plano técnico de produção e transmissão da energia. Quanto a todo o quadro da nova economia que deve criar condições para o consumo dessa energia, ainda estamos no escuro. Mas, desde que essa nova economia — de irrigação, distribuição de terras, indústrias derivadas, etc. — seja criada, deve-se ter por certo que, assim assegurado o aumento do poder aquisitivo da região, dentro de alguns anos, a hidro-elétrica poderá produzir lucros, uma parte dos quais, uma vez reinvestida, resultará em auto-financiamento. E' isto o que se espera deva ocorrer com as distilarias de óleo do Conselho Nacional do Petróleo. Os lucros da distilação, altos como costumam ser, permitem que três a quatro anos da produção bastem para amortizar todo o investimento. Não há, pois, por que fazer do capital total ou do orçamento financeiro geral a questão básica de um plano econômico nacional ou regional.

Como exemplos recentes e vivos da significação do financiamento garantido — puro e simples — os dois planos, da Amazônia e do São Francisco, são sugestivos. A Constituição de 1946 atribuiu à valorização dessas duas regiões, respectivamente, as quotas de 3% e de 1% dos impostos federais. Aí estão, pois, os capitais, com entrega assegurada pelo texto constitucional, para dois planos regionais que assim ficam com financiamento previamente garantido, em quantias anuais perfeitamente previsíveis de um exercício para o outro. Mas dois anos já se passaram, os planos não foram elaborados e surgem dúvidas sôbre o aproveitamento anual e inteiro das quotas enquanto os planos não forem aprovados. Com a Hidro-

MALA REAL INGLEZA
ROYAL MAIL LINES, LTD.



Serviços rapidos de passageiros e cargas entre o

BRASIL

E A

GRÃ-BRETANHA

Para passagens, frete e mais informações dirigir-se aos agentes principais

ROYAL MAIL AGENCIES (BRASIL) LIMITED

Avenida Rio Branco, 51-55

RIO DE JANEIRO

Elétrica de Paulo Afonso ocorreu o contrário. Não havia quota para o financiamento, garantida quer pela Constituição quer por lei especial. Havia apenas o plano técnico, em face do qual foram promovidos os recursos financeiros iniciais.

No relatório do recente plano publicado pelo Govêrno do Estado de Minas, também não encontro a preocupação absorvente pelo financiamento. A parte do plano mineiro atinente a obras públicas surge custeada por dotações orçamentárias; certas indústrias de base ficarão a cargo do Estado enquanto outras indústrias, como acontece no plano quadrienal francês, são apontadas à iniciativa particular, a ser auxiliada com empréstimos dos bancos oficiais do Estado de Minas. E' possível que o govêrno mineiro venha a admitir capitais estranhos aos que se acham sob sua órbita administrativa. Mas só o fará se quiser acelerar as construções, se pretender associar interêsses que, conforme a procedência e as condições contratuais, poderá, inclusive, prejudicar o desenvolvimento da economia estadual. De qualquer forma está em mãos do govêrno mineiro substituir a economia anárquica pela economia planejada, saindo do regime de dispersão e eventualismo para a prática do planejamento como método.

Os recursos destinados aos dois planos do São Francisco e da Amazônia não serão também recursos fixos nem quantias inalteráveis ou invariáveis no tempo. O que se acha fixado nos textos constitucionais são as taxas percentuais sôbre a renda tributária da União, (1% e 3%, respectivamente) que é variável e provavelmente ascendente. Os planejadores da "valorização da Amazônia" contam em 1948 com cêrca de 380 milhões de cruzeiros mas é óbvio que, dentro de 2 ou 5 anos, elevada a renda tributária federal, a quota será maior. Evidentemente, não podendo fazer estancar a renda federal, os planejadores da Amazônia e do São Francisco não se acham, por isso, impossibilitados de elaborar planos de 3 ou 5 anos. Não é certamente êsse o perigo que está correndo a "valorização" das duas regiões beneficiadas pela Constituição de 1946. O perigo está em que, até agora, nem o Poder Executivo nem o Legislativo se mostraram à altura da tarefa de que os constituintes os incumbiram. Se os planejadores insisitirem em manter na Amazônia a economia colonial, baseada na exportação de produtos extrativos, nesse caso não haverá método racional capaz de "valorizar"' a região. Enquanto certos responsáveis continuarem a afirmar os estafados "slogans" da falta de transporte, da falta de crédito e que os problemas amazônicos são problemas de preço para a borracha, a castanha, etc., não haverá financiamento capaz de arrancar a Amazônia da economia colonial para o regime de economia nacional.

Em nosso país o caminho certo da planificação já é muito conhecido e tanto serve para a Amazônia como para São Paulo, Rio Grande do Sul e qualquer Estado. A maior dificuldade não está no financiamento e sim na falta de conjugação de interêsses em favor de uma verdadeira prosperidade e a autonomia econômica. Fixo ou variável, vindo de fora ou extraído da renda nacional brasileira, o financiamento por mais vultoso que seja

Coca-Cola
MARCA REGISTRADA
EXPANDE-SE NO BRASIL!

CAPITAIS BRASILEIROS, CONFIANTES NO ÊXITO DA MAIS FAMOSA BEBIDA AMERICANA, EMPREENDEM A MONTAGEM DE FÁBRICAS EM VARIOS PONTOS DO PAÍS



O sucesso de Coca-Cola no Brasil vem comprovar que essa bebida agrada a todos os paladares. Coca-Cola já conta com fábricas em várias cidades como Rio, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, devendo ser instaladas as de Santos, Campinas e Niteroi. Na foto vemos uma fábrica modelo de Coca-Cola em Atlanta, Estados Unidos. Fábricas como estas estão produzindo Coca-Cola no Brasil.



Produzida com um xarope de essencias naturais, agua purissima e açucar da mais alta qualidade, Coca-Cola é um produto em cuja fabricação, em qualquer de suas fases, não toca a mão do homem. As garrafas especiais são lavadas e higienizadas automaticamente, e todo o processo industrial garante que a bebida seja sempre idêntica e com idêntico sabor.



Vemos nesta foto a fase final do engarrafamento, na qual as garrafas são cuidadosamente examinadas por meio de lentes e focos de luz. As fábricas engarrafadoras brasileiras de Coca-Cola estão sendo constituidas com capitais nacionais e locais para cada cidade, com a orientação técnica de "The Coca-Cola Export Sales Co.", Av. Rio Branco, 257 - 14.º, Rio.

não faz por si mesmo o milagre de substituir o colonato rural pela fazenda mecanizada e a pequena propriedade assistida. Não faz surgirem as indústrias de base com capacidade para o consumo interno a ponto de libertar da importação as indústrias de transformação existentes e reduzir seus custos de produção.

A teimosia em fazer do desenvolvimento rápido de nossa economia um problema de financiamento deixa no esquecimento outra dificuldade que é o recrutamento de uma boa equipe de técnicos, agrupados sob orientação patriótica e esclarecida. Nos estudos de planejamento realizados em 1944 no extinto Conselho de Política Comercial e Industrial a palavra "Consumo" era evitada e o aumento do poder aquisitivo quase sempre era substituído pela expressão "aumento da renda nacional". O Conselho muito tratou do desenvolvimento da produção industrial e tratou muito menos da produção agrícola mas deu o merecido realce à formação de técnicos e houve quem proclamasse a necessidade e a viabilidade da planificação mesmo que o financiamento externo não fôsse obtido. Os planejadores de 1944, baseados nos tratadistas, também afirmaram que o planejamento é uma técnica neutra, um método apenas, mas aplicável a qualquer sistema político. Um país pobre como o Brasil pode a qualquer hora aplicar êsse método partindo dos recursos de que dispõe. Se fôsse possível inocular nos cérebros de uma tribo selvagem o método racional do planejamento, essa tribo, desde que o permitissem seus políticos dirigentes, poderia desde logo — sem financiamento e, é o caso de dizer, sem dinheiro — passar a produzir flechas, arcos e ranchos e a pescar e caçar de modo a elevar sua renda nacional e a civilizar-se mais rapidamente. Chego a acreditar que tal tribo, não dispondo, como a nossa Amazônia, de 3% dos impostos federais brasileiros, iria obter resultados mais rápidos que os planejadores que limitam o desenvolvimento econômico aos setores do transporte, do crédito e dos preços.

O ORÇAMENTO VEM DEPOIS

Os casos como o da Amazônia e outros em que, antes da elaboração dos planos, já se conhecem as quantias fixas ou aproximadas a êles atribuídas criam em certas pessoas a convicção de que o orçamento pode preceder o plano. Pelo que ouço dos técnicos de organização as tarefas que precedem a elaboração do plano são a escolha dos objetivos gerais da planificação e os "levantamentos". Mesmo assim somente quanto aos objetivos gerais da planificação e os "levantamentos". Mesmo assim somente quanto aos objetivos gerais — industrialização, etc. — porque o escalonamento em fases, os objetivos específicos, os trabalhos isolados, etc., êstes só podem ser esquematizados no próprio trabalho técnico dos planejadores. Tenho a impressão de que a ordem lógica do planejamento comportaria a seguinte escala: 1.º) — a determinação dos objetivos gerais; 2.º) — o "levantamento", com inquérito amplo das condições e meios de produção, incluindo os recursos financeiros e o pessoal disponível (técnicos, administradores e mão de obra em geral); 3.º) — a elaboração do plano, inclusive cálculos do financiamento; 4.º) — a execução. Dentro dessa escala que tenho visto com certas nuances em vários esquemas, o estudo do financiamento de suas fontes e de sua distribuição por setores é onipresente. Na própria determinação inicial dos objetivos gerais já se cogita dos recursos financeiros; já podem existir estimativas em grosso, sem compromisso. Mas na prática, não se tratando de planos especiais ou locais com recursos prévios, o estudo do financiamento caminha ao lado do estudo dos demais recursos — os materiais e os e mão de obra, nesta incluídos a administração, os técnicos e os trabalhadores não especializados. Já quanto ao orçamento, não se pode contar com tal simultaneidade. O orçamento financeiro, como quadro de receitas e despesas aprovadas pela autoridade competente, só pode aparecer depois da elaboração do próprio plano físico. Depois de conhecido o plano em seus detalhes, inclusive de custo em dinheiro, é que surge o orçamento. Sabe-se que quase todos os planos de certa envergadura realizados em países capitalistas incluem obras e indústrias a cargo do Estado e atividades econômicas diversas a cargo de emprêsas particulares. E' evidente que orçamento no sentido propriamente dito de autorização para realizar despesas públicas só poderá haver no tocante às obras custeadas em parte ou no todo pelo Poder Público com capital seu ou tomado de empréstimo para êsse fim. As obras, indústrias e serviços cuja execução fôr entregue às sociedades de economia mista e às emprêsas particulares já não constarão dos orçamentos públicos. Para êsses empreendimentos haverá previsões financeiras do emprêgo de capitais em geral mas a parte dêsses capitais obrigatoriamente incluída nos orçamentos públicos seria a que eventualmente o Estado, utilizando recursos seus, fornecesse a título de empréstimo ou que subscrevesse como acionista das sociedades de economia mista. Quando o Estado desse ordem aos seus bancos para emprestar a sociedades mistas ou a emprêsas privadas participantes do

"Creme de Milho LUX"
Em pacotes de 1 quilo e meio quilo
EXCELENTE ALIMENTO PARA CRIANÇAS E ADULTOS
O PRODUTO DO
"Moinho da Luz"
MUITO IMITADO MAS NNUCA IGUALADO
EXIJA A MARCA "LUX" do seu fornecedor

plano e quando garantisse tais empréstimos, as quantias assim fornecidas fariam parte do esquema do financiamento mas não constariam dos orçamentos públicos.

No plano quadrienal francês (plano Monnet) e mais recentemente já entre nós, no plano do atual govêrno de Minas, encontram-se algumas dessas modalidades. E tanto num como noutro também se prevê o financiamento parcial a cargo dos bancos dirigidos subordinar os estudos preliminares do plano como tenho ouvido de alguns colegas à existência devidamente assegurada de largas somas a aplicar, valeria a pena pensar bem neste último tipo de financiamento que supõe a prática em larga escala do crédito seletivo pelos bancos oficiais. O Banco do Brasil, as caixas econômicas e demais estabelecimentos bancários ligados aos governos federal, estaduais e municipais estão permanentemente financiando obras e indústrias públicas e particulares. Em estimativa que há meses fizemos para uma reportagem publicada nesta revista, admitimos que êsses estabelecimentos estão investindo anualmente cêrca de dois biliões de cruzeiros (dois milhões de contos) em empréstimos a prazo médio e longo para aplicação em obras e indústrias. Aí está, entre os recursos dos bancos oficiais, para ser entrosada dentro do plano, uma volumosa quantia cuja aplicação deve ser arrancada à economia anárquica e submetida às normas do planejamento. A insistência com que algumas pessoas ligam e subordinam a idéia de plano econômico à existência de grandes somas que não possuímos dá a impressão de que no Brasil não se realizam obras públicas, não se produzem aparelhos e instrumentos nem se instalam indústrias e fazendas particulares. O Brasil seria assim o país paradoxal, o único no mundo que consumiria tôda sua renda nacional, sem aplicar qualquer parcela em investimentos. No aludido trabalho, através de cálculo a grosso-modo, estimamos em seis biliões e 220 milhões de cruzeiros (seis milhões e 220 mil contos) o total dos investimentos físicos realizados e orientados em 1947 no Brasil pelo Poder Público, compreendendo a União, os Estados, os Municípios, as autarquias e as sociedades de economia mista. Trata-se de quantia equivalente a cêrca de 340 milhões de dólares, muito aproximada do que possuímos em saldos-ouro. E significa a média (em cálculo de estimativa) dos investimentos "dirigidos" pelo Estado, incluídos seus investimentos diretos e os que facilita a particulares através dos empréstimos dos bancos oficiais.

FINANCIAMENTO DO CONSUMO

Sob êsse aspecto, o que mais está chamando a atenção em nosso país é a falta de estudos sôbre o consumo do aumento da produção que o planejamento deve provocar. Salvo referências esparsas de alguns comentaristas, as principais preocupações recaem em cheio sôbre o problema do financiamento. Mesmo nos estudos do extinto Conselho de Política Industrial e Comercial não se encontram dados satisfatórios sôbre o novo poder aquisitivo que deve absorver o aumento da produção. Como é natural, a execução de um plano econômico de àmbito nacional, devendo resultar no aumento da produção, exige da população um maior poder de compra com o qual possa adquirir as novas mercadorias e serviços produzidos. E' o estudo dêsse aumento de poder de compra o que, sobretudo, falta realizar. Quando se tratar de montar indústrias produtoras de mercadorias que atualmente são importadas do estrangeiro, não haverá muito o que discutir. O mesmo poder aquisitivo que agora basta para a importação, bastará para comprar no país as mercadorias até agora adquiridas no estrangeiro. Já para produzir certas mercadorias em volume superior ao que atualmente estamos importando, será necessário o respectivo aumento no poder aquisitivo da população.

Estas são as linhas gerais do tema, naturalmente sujeitas a muitas objeções e retificações que não lhe retiram o conteúdo básico. Uma vez que vimos discutindo em têrmos financeiros, apreciada a execução do plano nesses mesmos têrmos, podemos dizer que ela produzirá uma receita geral que é o valor de venda do total das mercadorias e serviços produzidos. E logicamente exigirá uma despesa, realizável em dinheiro através a venda dessas mercadorias e serviços. Em uma economia entregue aos azares da oferta e da procura descontrolada, êsse quadro de receita e despesa ora apresenta saldos que significam a superprodução, ora apresenta "deficits" que elevam os preços, provocam aquisições forçadas no estrangeiro e outras perturbações. Na economia planificada, entretanto, não seria lícito admitir sobras sem compradores e "deficits" perturbadores. Pequenas flutuações e retardamentos são comuns na execução de todos os planos mas nunca em volume tal que signifique a anarquia na produção e no seu escoamento.

Abro estas questões de modo esquemático porque ainda não as vi discutidas de público pelos nossos economistas e planejadores. Sabe-se que os industriais brasileiros colocam suas esperanças de um mercado maior no au-

LUIZ CAMPOS FILHOS & CIA.

Sucessores de LUIZ CAMPOS

Estabelecidos em 1887

COMISSÕES - AGENTES DE VAPORES - COMISSÁRIOS DE AVARIAS

Matriz: RIO DE JANEIRO
RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 51
Fones: 43-8016 — 43-8215
Telegr. CAMPOS
Caixa Postal, 45

Filial: SANTOS
Praça VISC. MAUA', 26 - 2.º - s/204
Fone: 5.233
Telegr. LUCAFICO
Santos — S. Paulo

E. F. LUIZ CAMPOS
CORRETOR DE NAVIOS
Fones: 43-8016 — 43-8215

mento de poder aquisitivo de nossa população rural. E não há dúvida que, para um plano nacional de envergadura, capaz de elevar substancialmente a produção brasileira, não se poderia contar apenas com o aumento do poder de compra que êle provocasse nos centros urbanos. Sendo a população rural duas vêzes mais numerosa que a população urbana, um grande desenvolvimento econômico só pode ser realizado principalmente tendo por base a valorização do trabalho dos homens do campo. Seriam êstes que iriam — digamos assim — financiar o consumo do grande aumento da produção industrial e, portanto, fornecer os meios para novos investimentos no decurso da execução.

Evidentemente, o planejamento da economia nacional só pode ter como objetivo central a melhoria de condições de vida de tôda a população e a realização dêsse objetivo central se desenvolve incluindo um objetivo paralelo que é o da independência de nossa economia. Mas ainda aqui não conseguimos sair do quadro da receita e despesa. As indústrias básicas não podem ser instaladas apenas com a capacidade para cobrir as importações. Elas têm que surgir já em ritmo de crescimento de modo a alimentar as indústrias de transformação e para que estas se desenvolvam substancialmente, cumpre criar o correspondente poder aquisitivo capaz de absorver o crescente aumento de produção de calçado, de tecidos, etc.

Acham-se em nossas mãos os meios necessários para elevar o poder de compra de todo o povo brasileiro a um volume apropriado para absorver uma grande produção industrial. A criação de novas fábricas e a ampliação de fábricas existentes provocará um aumento do poder aquisitivo bastante para a absorção de uma parte da nova produção. Não, de tôda a produção ou do volume de produçãto que costumamos traduzir pelo nome de industrialização do Brasil.

Infelizmente os estudos até agora publicados sôbre a reforma agrária não bastam para o esclarecimento das atuais possibilidades de consumo da população rural e dos efeitos que a criação de novas indústrias exercerá sôbre as condições de vida no meio camponês. Seria de alto interêsse que tais estudos fôssem promovidos, tal é a escassez de elementos informativos dessa natureza. E também porque são as possibilidades de consumo que determinam a escolha, em quantidade e em qualidade, dos ramos industriais necessitados de mais rápido desenvolmento. Esta seria uma cogitação apropriada para pessoas que fazem do planejamento econômico um problema de financiamento. O planejamento como método — ou uma técnica neutra — aplicável em qualquer país serve também para a escolha das oportunidades e para o escalonamento das novas construções, dosando o financiamento e dirigindo-o para as regiões e as atividades onde as necessidades de consumo e o poder aquisitivo o convidam. Se hoje nos caíssem das nuvens máquinas e aparelhos no valor de duzentos milhões de contos, não teríamos o que fazer em prazo curto de todo êsse financiamento milagroso. Teríamos de dosar a montagem dêsse maquinário em alguns anos. Montaríamos em primeiro lugar as emprêsas cuja produção nos aliviasse de certas importações. Com isso obteríamos pequenas sobras de renda nacional pelo barateamento dos custos. Trataríamos bem as indústrias básicas e militares, os transportes, a produção de energia e combustível. Em seguida, deveríamos resolver o problema da capacidade de consumo ou seja do aumento do poder aquisitivo das populações, para então aplicar a maior porção do financiamesmo "in-natura" caído das nuvens.

COMPANHIA AUXILIAR DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE MICROFILMAGEM

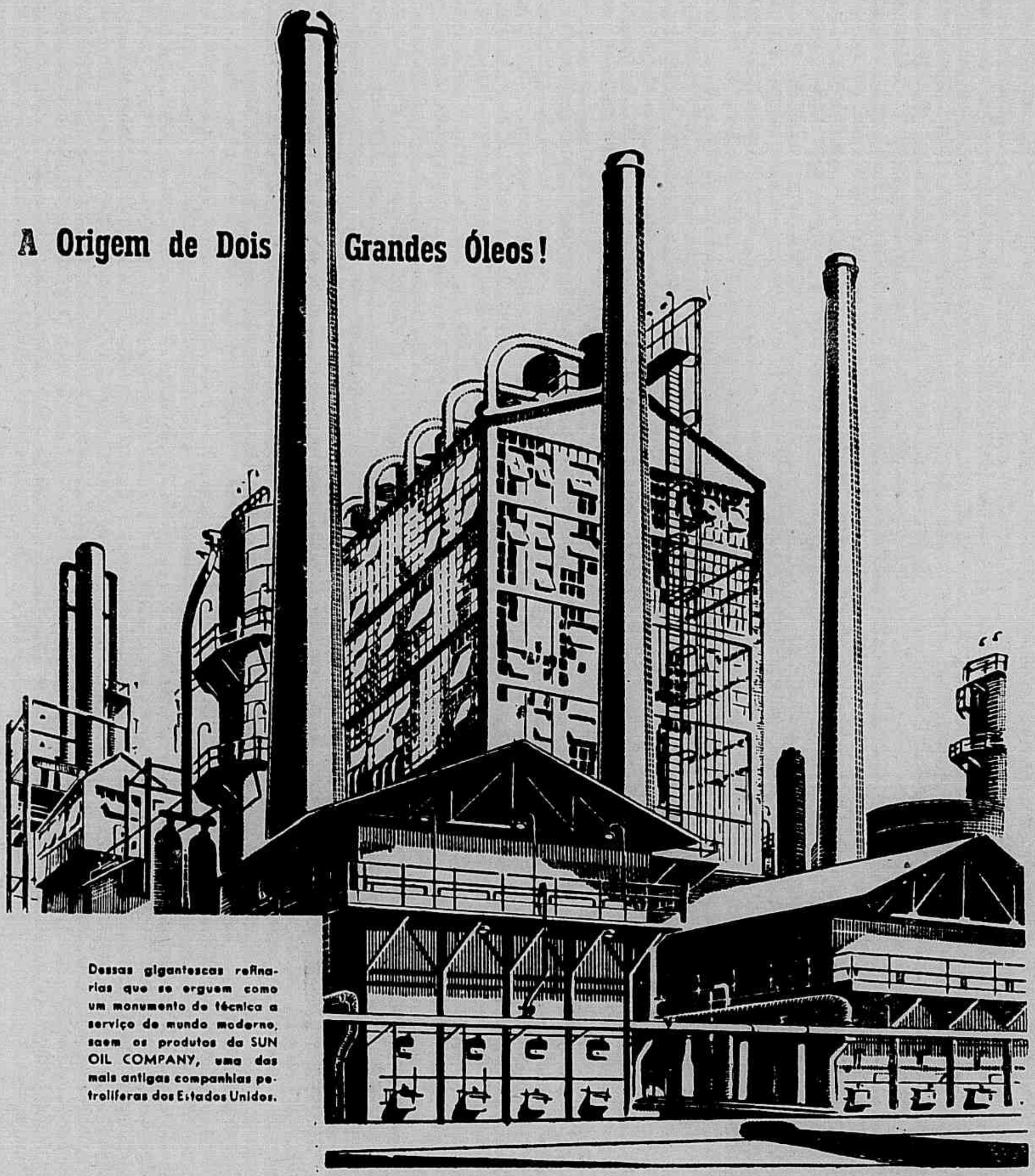
Uma nova arte que a técnica moderna pôs a serviço da segurança do patrimônio cultural da humanidade;

Um novo método de arquivamento de documentos, com economia de tempo, espaço e dinheiro;

Um novo processo de cópia fidelíssima de quaisquer documentos, páginas de livros; jornais e revistas, fotografias. etc.

Avenida Almirante Barroso, 91 - 4.º andar - Telefone, 42-9777

A Origem de Dois Grandes Óleos!



Dessas gigantescas refinarias que se erguem como um monumento de técnica a serviço do mundo moderno, saem os produtos da SUN OIL COMPANY, uma das mais antigas companhias petrolíferas dos Estados Unidos.

Entre os diversos tipos de óleos de sua fabricação, os automobilistas consagram com a sua preferência SUNOCO MOTOR OIL e SUNOCO DYNALUBE. Assegurando maior rendimento, resistindo á oxidação, impedindo a formação de carvão, SUNOCO MOTOR OIL garante a eficiência do seu carro de passeio, a limpeza e o perfeito funcionamento do motor. SUNOCO DYNALUBE, óleo de elevado índice de viscosidade, limpa todas as partes do motor, evita a formação de resíduos ocasionada pelo calor excessivo na câmara de combustão, sendo o lubrificante indicado para os veículos que desenvolvem maior velocidade e operam em mais longas distâncias, através de caminhos acidentados.





Fabricados pela

SUN OIL COMPANY

Phi adelphia, Pa., USA.

* * *

Distribuidos pela

IMPORTADORA MERCANTIL S. A.

Edifício IMPORTADORA MERCANTIL

Av. Venezuela, 131 - Rio de Janeiro

A Eletrificação Rural

Agrolomo Sale

NÃO são poucos os apelos que se fazem pela imprensa, pelo rádio e em discursos inflamados, de caráter, político ou não, para que se povoem os campos. Para que as planícies e colinas se cubram do manto das searas. Apelos para que a terra feraz do Brasil seja levada a produzir sempre mais. Nas viagens de trem, estou a ouvir, as exclamações de desagrado dos viajantes mais observadores, diante de faixas imensas de terreno inculto. Aqui e ali, uma rêz ou outra, a pastar na macega que ninguém plantou, eis o sinal de propriedade de muitos terrenos marginais a ferrovias, de tráfego constante e intenso.

O mesmo se há de dizer e, talvez, com maior amplitude, no tocante às glebas cortadas e recortadas pelas estradas de rodagem de penetração.

Ora são pastagens mal cercadas, ora são terras de cultura envelhecidas, ora são morros a esconderem em suas dobras tugúrios de camponeses resignados. Terrenos semi-desérticos, sem gente e sem lavoura. Sem rebanhos e sem pastores.

Mas o automóvel luxuoso, ou apenas confortável, passa ligeiro, deixando no rastro a nuvem de poeira. Tem-se a impressão de que os modernos peregrinos sacodem o pó das suas sandálias de borracha, como maldição bíblica ao hinterland. Ao interior do Brasil romântico e trágico. Desejado na literatura e evitado na ação. Exaltado na imprensa e humilhado na posição estatística.

Mas êste é o interior do país ainda facilmente acessível porque moldurado pela fita amarelenta da estrada coleante. Interiores há porém onde as estradas são apenas caminhos para tropeiros ou para cavaleiros mais afoitos. São caminhos que, olhados do céu, não se vêem. Não se divulgam, perdidos na folhagem da capoeira viçosa que lhe cresce à margem. Nem mesmo servem de vinheta para a paisagem bucólica da terra interior da imensa pátria.

Não admira que escassas sejam as habitações. Tanto mais escassas quanto mais para oeste, sem que esta afirmativa exclua a existência de tratos de terra desabitados e incultos, bem perto do litoral, bem junto das grandes cidades, e até das capitais.

Derramam-se pelo país inteiro .... 1.904.589 propreidades agrícolas. Nelas mourejam os nossos patrícios, entregues aos seus labores quotidianos na esperança nunca realizada de melhores dias.

Como resultado desta perseverança, "malgrée tout", avolumam-se as colheitas que se escoam para as cidades, onde, a contar somente a classe das que abrigam mais de dez mil hobitantes, se apinham 7.332.769 brasileiros, mais de um sexto de tôda a população do Brasil.

Assim como os viajantes, debruçados à janela do trem, ou acostados às almofadas dos utomóveis, formulam diante da terra inculta das fazendas, que marginam, frases de surprêsa reprovante, assim também o agricultor ou o pecuarista que os vêem passar, também êles, excogitam frases que mal pronunciam: "lá vão os felizes para sítios mais venturosos"... "lá vão para onde há mais confôrto e viver é melhor"...

Não creio que exagere, aventurando esta pincelada ligeira sôbre o quadro psicológico da vida rural brasileira, receio antes de me faltarem talento e arte para, numa frase só, levantar o véu do indescritível drama que se pode presenciar no palco das nossas fazendas.

Para que se notem entusiasmo e vibração em qualquer pôsto onde haja trabalho é preciso que o homem possa divulgar compensações. Divise lucros, anteveja prosperidade, resinta conveniências, frua de vantagens. Na vida rural será a mesma coisa, não refugindo os seus habitantes às contingências humanas.

E é justamente nesta vida assim recolhida que, ao silêncio das longas noites de invernada ou nas compridas ante-manhãs dos dias de verão, aflurem à mente do agricultor as comparações, os paralelos, e as interrogações inquietantes sôbre a desvalia de suas canseiras e renúncias.

Não é de admirar que resultem destas cogitações intentos e resoluções vigorosas, amaduradas, de abandono do que não rende, em procura do que pareça melhor compensar fadigas ou atender a aspirações.

A fuga do campo se processa, paulatinamente. Mas, seguidamente, na procissão ininterrupta dos que tentam a vida nas cidades e, porque negar, muitas vêzes com êxito.

Nenhum mal haveria que assim acontecesse, se o bem estar procurado pelos indivíduos não se traduzisse mais tarde no agravamento dos problemas da coletividade, atingindo tam-

A produção agrícola do país precisa ser lançada em moldes mais rendosos. O baixo rendimento, em balanços finais, deficitários, é a causa principal do êxodo dos campos. A esta, junta-se o desconfôrto da vida rural. O emprêgo da eletricidade, eis um fator de suma importância na resolução dêstes problemas.

A maior dificuldade da eletrificação rural reside na pouca densidade dos núcleos de consumo. Nos Estados Unidos foi dada uma solução aplicável no Brasil.

A eletrificação rural na América do Norte só se acelerou depois da interferência oficial. Aqui se mostram as dificuldades no Brasil e as novas perspectivas.

Tempo de leitura: 40 minutos.

bém àqueles que transitoriamente se viram beneficiados.

O despovoamento do interior, refletindo-se na produção estacionária ou mesmo reduzida, é algo de impressionante no país, e a procura das causas do fenômeno é fácil, sendo difícil apenas fixar a preponderante entre as muitas que afloram ao início das pesquisas.

A falta de lucro resumiria tudo. A falta ou, pelo menos, o minguado dos lucros na proporção dos capitais invertidos, das horas de trabalho e de cuidado dispendidas.

Uma síntese pode ser muito útil para um enunciado, para estigmatização de um fato que se precisa remover. Será porém muito inconveniente para se determinar o modo da sua remoção. No caso, a análise iria armar o interessado com melhores possibilidades de, vencendo partes, superar o todo, no final da luta.

Lembra-me que de uma feita, fui procurado por um conhecido senhor de engenho de minha terra natal (Pernambuco). Solicitava-me um emprêgo que vagara na Secretaria da Agricultura, cujo padrão garantia uma renda anual se me não engano de 8.400 cruzeiros. Admirei-me do pedido e, como tivesse credenciais de amizade para fazê-lo, falei francamente ao solicitante. Como era que êle, tão conhecido como operoso ruralista, cujo "engenho" era um modêlo de ordem e trabalho, cujos pastos de bem cuidados chamavam à atenção, na paisagem bucólica de sua propriedade, pretendia ensarilhar armas!

Custava-me a crer na "reforma" de um dos mais festejados soldados da terra, como eu o considerava, sem favor.

Não demoraram porém as ponderações do amigo, frias como os ventos matinais das longas madrugadas durante as quais os seus pensamentos se geraram, e cresceram, e tomaram vúlto, e se cristalizaram na resolução que tomara, com lágrimas nos olhos, de deixar a vida tradicional de lavrador de engenho.

Possuía cinco filhos, três em idade escolar. Os colégios na cidade eram caros e fora do alcance de sua bôlsa, porque impunha-se o internato. A saúde da espôsa estava a exigir cuidados que, no campo, não era lícito nem pensar possíveis. As canseiras da casa avultavam. A monotonia do retiro rural era gritante. Nem correio, nem imprensa, nem rádio, porque energia elétrica inexsistia para a máquina que aproxima antípodas.

Não. Não era possível envelhecer resignado. Valia a pena tentar alguma coisa sobretudo porque as rendas livres dos seus canaviais e das pastagens do seu gado pouco superavam a que lhe asseguraria o minguado vencimento do cargo pleiteado. Dois mil "pães" era a sua safra normal, quando as chuvas não faltavam. Sessenta mil cruzeiros o preço da safra tôda naquela época de açúcar a 30 cruzeiros o pão.

Quanto renderia livre de despesas, embora nunca livre de apreensões e riscos. Quinze por cento? Nove mil cruzeiros. Preferia os 8.400 do emprêgo para uma vida na cidade, onde não faltam assistência médica, luz elétrica, farmácia, colégio para meninos, jornais, rádio, movimento, movimento.

À medida que falava aquêle herói, prestes a tombar na luta, inflamavam-se-lhe os olhos, enrubesciam-se-lhe as faces. Não. Não queria perder a oportunidade de dar a sua família condições de vida humana, e não tinha mais coragem de exigir dela vegetar sob o teto da casa grande, onde apenas se ouviam os ecos do passado; do passado faustoso a custa do trabalho escravo.

E enquanto se formavam as lágrimas de saudade mal contida naquela fronte outrora sobranceira, também de mim tomava conta uma emoção profunda ao presenciar mais uma tragédia em que o ator era um lídimo representante da lavoura a que se tecem tantas lôas e se negam tantos direitos.

A síntese da tragédia era sem dúvida o lucro ínfimo da exploração, mas os detalhes eram o desconfôrto, o isolamento, o impecilho à educação dos filhos imposto pela distância dos colégios mais acessíveis.

Guardo ainda na memória êste episódio que calou profundamente no meu coração e não o rememoro sem que sopese, na distância do tempo, todo o significado do gesto daquele amigo, por certo, mil vêzes multiplicado por outros iguais no recesso solitário da vida rural brasileira, nestes longos anos que já passaram.

Na análise dos motivos que apressam a fuga dos campos muitos se encontram mais prementes e muitos se juntam na expressão "desconfôrto". Outros se apelidariam de renúncia, e terceiros se chamariam reinvindicações.

Não ousaria sequer tentar arrolá-los todos nesta despretensiosa exposição aos leitores desta revista conceituada. Escolhi, ao acaso, apontar na súmula do desconfôrto o fator ausência de energia elétrica, nas propriedades rurais. Seria êste um setor até agora descurado, mas que, no campo, deixa o rastro de mil e um inconvenientes a exigirem reparos.

À energia elétrica atribuem-se mais de noventa por cento das condições favoráveis da vida moderna. Desde a iluminação das ruas e casas até à conservação dos alimentos, à intensificação dos meios de comunicação, aos recursos da ciência médica moderna, à diminuição das canseiras evitáveis na execução das tarefas quotidianas ou dos programas de produção intensificada.

A eletricidade será a responsável pelo avanço da técnica em todos os domínios da vida criadora do homem, nas fábricas e nos campos, nos laboratórios e nas oficinas.

E' de notar que, aumentando o número de humanos a nutrir, vestir, abrigar, assistir, educar, e crescendo, do mesmo passo, as exigências e aspirações dos que repudiam os níveis de existência do passado, o imperativo da maior produção para que se acorra àquelas necessidades se estabelece simultaneamente com a redução imperiosa das fadigas e esforços que procuram evitar.

Tem o homem que valer-se da máquina e da fôrça motriz para que não desçam os níveis de produtividade, antes subam na escala da eficiência reclamada. Na falta disto, o que se observa é agravarem-se os males das aglomerações humanas, traduzindo-se na torturante inquietação registrada em tantos rincões, espalhados pelo universo em fora.

Para melhor exame do assunto, bastaria que tomássemos em consideração o setor agrícola, desfalcado cada dia mais profundamente dos braços robustos e numerosos que vão para a cidade, cobertos de razão, ao mesmo tempo que dêle se está a exigir avultarem-se as colheitas para que se atendam as demandas sempre maiores de produtos da terra.

Em outros países, remedei-a o impasse com o aprimoramento da técnica do cultivo do solo, proporcionando maiores safras em áreas iguais ou menores, com emprêgo de esforços menores do braço humano.

No Brasil, quem ousará afirmar que já se possa avistar algo de apre-

ciável neste rumo? Penso que poucos não se renderão à evidência, verificando acentuar-se a deserção da lavoura em grau bem mais intenso do que em outros países, sem a correspondente reação no sentido da maior produtividade, per capita, do campo em abandono.

Segue-se, daí, que será em nossa pátria onde as nuvens se afiguram mais ameaçadoras, a pique de se desfazerem em tempestades de consequências imprevisíveis.

Também nos campos, a eletricidade foi chamada para o aprimoramento da técnica da produção naquelas nações que se orgulham de ser industriais e de possuir os "standards" de vida mais elevados do mundo.

Aqui, no Brasil, a eletricidade no meio rural cumprirá o papel não somente de melhorar os processos de produção que acresçam as colheitas por unidade terra-homem, mas também de estabelecer condições de vida mais toleráveis para que se reduzam os êxodos dos braços válidos e das famílias nucleadoras de vidas humanas.

Já pensastes, leitores amigos, no que seja uma casa sem luz e sem água, perdida na amplidão das fazendas, cujos limites afloram à estrada distante? Já sobrevoastes, acaso de noite, estas regiões, chamadas agrícolas, do litoral brasileiro? Não vos terão impressionado as trevas que sepultam, mau grado a rebeldia de uma ou outra herdade mais feliz, tôda uma gleba imensa onde, por certo, mourejam almas humanas dignas de melhor sorte?

Ao isolamento da vida campesina, num país de estradas poucas, ainda mais a escuridão vitoriosa sôbre as raras candeias a querosene, que não produzimos!

A energia elétrica seria o contraste a que, os que ainda não desertaram, têm o direito de aspirar, como condição elementar de vida, a que eu não ousaria nem mesmo de chamar confôrto.

Mas a missão principal da corrente elétrica nas fazendas há de ser o aumento da produtividade do homem e das coisas do campo, como coadjuvante às múltiplas operações e processos inerentes à faixa rural.

Lêem-se em publicações americanas sôbre o emprêgo da eletricidade rural frases concludentes sôbre a excelência do método. Não me privo de citar a que se encontra à página 5 do boletim "Rural Eletrification" distribuído pelo Ministério da Agricultura: ("agricultural leaders and educators are fully aware that electricity is the greatest single factor in bringing farming to a degree of efficiency in keeping with the advances made in industrial production and management"). "Os líderes agrícolas e educadores estão completamente conscientes de que a eletricidade é o maior fator isolado a elevar a agricultura a um grau de eficiência que acompanhe o progresso feito na produção e operação industrial."

E mais adiante prossegue: "Não há espaço suficiente para enumerar aqui os muitos usos práticos da eletricidade para a poupança de tempo e de trabalho, para a redução do custo de operação das fazendas e para aumento do seu rendimento".

"Um "KWh" bombeia mil galões (9 = 3,8 litros) de água dos poços médios das fazendas americanas. Ordenha 30 vacas, aquece cinco galões de água, mói 220 bushels (b = 35 litros) de grãos, movimenta um moinho 4 horas, descasca 30 bushels de milho, refrigera 10 galões de leite ou corta uma tonelada de silagem e a eleva a um silo de 10 metros de altura." (Vide quadro I).

Ajunto a esta publicação um quadro das principais operações rurais com o correspondente de demanda de energia elétrica, facultando o cálculo do preço de custo das mesmas. São dados interessantes e preciosos porque demonstram, à saciedade, a condição desfavorável dos agricultores do Brasil privados, na sua maioria esmagadora, dêste recurso decisivo ao alcance de possíveis concorrentes.

Evoluindo as condições de trabalho no país, como já evoluíram no mundo, a ponto de que não seja mais possível manter-se o operário agrícola ao nível de salário de fome ainda vigente em muitas regiões, as práticas rurais tornar-se-ão de tal modo caras com as pagas humanas a que se tem que chegar, que não será possível dispensar-se a ajuda da energia. Reduzindo o esfôrço humano, diminui-se a mão de obra que, em compensação, pode ser melhor remunerada. Só então é que a agricultura passará a ser uma fonte de emprêgo, em vez de um manancial inesgotável para o "damping" da mão de obra, nas fábricas e centros populosos, desmoralizador e inumano.

Aplica-se ao Brasil a síntese de uma proclamação do ex-Ministro Vickard, dirigida aos agricultores dos Estados Unidos, pouco tempo antes de ter eu a honra de conhecê-lo, em outubro de 1944. Assim se exprimiu o ministro norte-americano: "Assim eu descrevo os fundamentais princípios que se devem subpor à expansão da eletricidade rural:

Primeiro: Os lares rurais precisam de eletricidade tanto — se não mais — do que os lares citadinos. Não podemos ter um "standard" decente de vida rural sem as coisas que a eletricidade provê para as habitações das fazendas.

Segundo: Precisamos encarar o fornecimento de energia elétrica aos fazendeiros antes como uma oportunidade de prestar um serviço à agricultura, do que como uma maneira de fazer lucro."

E' uma síntese muito perfeita das necessidades da agricultura no tocante a eletricidade, e dos deveres dos governos, referentes ao mesmo assunto. E se ajusta perfeitamente ao Brasil.

Principalmente ao Brasil onde as condições gerais de fornecimento de energia são precaríssimas até nas próprias cidades, e onde a inferioridade dos meios de produção agrícola é flagrantemente mais acentuada do que na próspera República a que serviu o Secretário Wickard.

A premissa número dois, da proclamação do Ministro Wickard, no meu entender, é no Brasil um imperativo a que não podemos fugir. Se na América do Norte, onde não falta a iniciativa particular, correndo a largos passos à frente do poder público; não falta combustível líquido abundante e barato; não falta carvão e fácil transporte para que se tenha acesso econômico nas fazendas, a eletricidade se impõe de molde a se considerar um dever de Estado levá-la ao agricultor, o que não diremos nós no Brasil? A eletricidade rural deve ajuntar-se aos mais prementes problemas a que o Govêrno precisa atender.

Há porém duas grandes dificuldades. A primeira a carência de energia elétrica, mesmo nos grandes centros. Segundo a rentabilidade pequena a prever na extensão das linhas ao meio rural.

Não se pode ocultar a condição de inferioridade em que se coloca o Brasil,

no tocante ao aproveitamento de suas fontes de hidro-energia. O lugar que ocupa perante as nações do mundo neste setor é tão proeminente, tristemente proeminente, quanto o é no referente a existência em suas fronteiras de inesgotáveis mananciais a aproveitar.

A política do aproveitamento dêstes recursos de energia dos nossos rios é imperiosa, já disse e, — não será demais repetir, — convém que se leia aqui um trecho do discurso por mim pronunciado no Senado da República, a propósito de como entendo a obrigação do Estado neste setor moderno da vida das nações:

"Quando lancei o plano da "Paulo Afonso" no Brasil, acaso pelo primeira vez, chamei a atenção dos dirigentes dos Estados a que ia servir a cachoeira, sôbre uma face do problema administrativo digno de consideração desta douta casa (referia-me ao Senado). Entre os deveres dos governos em relação ao bem estar material do seu povo, tôda gente admite enquadrar-se a obrigação de construir estradas, prover à educação e ao cuidado da saúde. Ousei lançar também, em paridade de condições, nesta terra em formação, que é o Brasil, ao exame dos senhores interventores o dever de proverem ao desenvolvimento industrial e ao confôrto de vida do povo, com os recursos da eletricidade abundante, constante e barata."

"(A eletricidade) é tão indispensável como o é a estrada, como o são os portos, o telégrafo... Não tenho nem mesmo receio de dizer, como o são as obras de assistência social, os hospitais, as creches, as maternidades. Como o são as obras de caráter educativo, as escolas, as faculdades. As próprias universidades." (Diário do Congresso, 19-7-47).

Segue-se portanto que cumpre ao govêrno, na minha modesta opinião, acorrer em auxílio da iniciativa particular onde esta o reclame, contanto que se aproveitem as quedas dágua. Tomar êle mesmo a iniciativa onde a cooperação particular escasseie.

O Govêrno da República, felizmente, não tem ficado de braços cruzados nestes últimos anos. Haja vista do plano em execução no Rio Grande do Sul e a obra salvadora da Paulo Afonso que está sendo levada adiante com tamanho entusiasmo e comprovado patriotismo pelo General Eurico Dutra. Não cabe aqui ressaltar os méritos das duas iniciativas, nem apontar outras como as existentes no Estado de Minas e em elaboração no mesmo Estado.

Quero somente ater-me a um novo plano de eletrificação do país, principalmente da eletrificação rural do país, como o concebo a luz do que está feito e está prosseguindo vitorioso na República dos Estados Unidos da América do Norte.

Proponho à consideração dos leitores a instituição no Brasil, oficialmente, da política da eletrificação rural, através de uma organização a que daria o nome de "Junta Administrativa da Eletrificação Rural".

A missão da "Junta Administrativa da Eletrificação Rural seria traduzir na prática a aceitação pelo Estado do conceito supra mencionado, de que a êle cabe prover às necessidades do povo de energia elétrica como elemento essencial para o soerguimento do seu nível de vida.

A escassez de energia elétrica no país, não obstante o seu enorme potencial, decorre, não há dúvida, da carência de capitais. Mas a carência de capitais é por sua vez uma decorrência, em muitos casos, da rentabilidade pequena a prever, ou pelo menos a rentabilidade maior em outras iniciativas a que se aventurem os nossos magros capitais.

Como nos Estados Unidos, em nossa terra, no referente a produção ainda se apontam algumas iniciativas, nacionais e estrangeiras, conjugadas com a distribuição em condições de rentabilidade segura.

Seria o caso da Light que inverteu, e está invertendo, vultosas somas na produção de quilowatts para suprir a sua própria distribuição no mercado adensado e rendoso do Rio de Janeiro e de S. Paulo.

Seria o caso de outras emprêsas concessionárias de serviço público de energia e luz, espalhadas por todo o território nacional. Na evidência de largo consumo em rêde condensada de distribuição; na evidência de grande mercado para o quilowatt, os capitais apareceram e provável é que tenham a aparecer.

Por que é que até hoje, no Brasil, se tem restringido a interferência do Estado no setor hidro-energia quase SOMENTE ao regime da concessão prévia do aproveitamento dos mananciais? Porque se tem afigurado aos responsáveis pela administração que a "indústria da energia" é suficientemente rendosa e por isto tentadora para o bom emprêgo de capitais privados.

Se examinarmos até mais detidamente a nossa legislação, veremos que, neste pressuposto, poreja aqui e ali, o intento do legislador em evitar a concorrência danosa entre emprêsas, bem como o aguçamento da sêde de ganho destas em relação ao público consumidor.

Não obstante isto, as nossas condições, diria peculiaríssimas se nos Estados Unidos não se estivesse verificando o mesmo, já vem impondo até no setor produção o concurso do Estado. A companhia hidro-elétrica de São Francisco, visando o aproveitamento da Paulo Afonso, o programa do "Fecho do Funil" em Minas, as pequenas usinas hidro-elétricas realizadas pelo govêrno do mesmo Estado nos últimos anos, as monumentais obras que estão sendo feitas pelo Govêrno Federal e pelo do Estado na terra gaúcha, são provas, para não citar outras, de que o aliciamento dos capitais particulares por uma legislação protetora no entender do poder público já não é suficiente, nem mesmo no setor da "produção de energia".

Mas se assim é, nesta face do problema — (produção) — o que recai à primeira vista do observador é que os cabos condutores do fluido — (permitam os leitores a impropriedade do têrmo) rumam à direção somente dos sítios de rendimento maior. Sustam a caminhada nas fronteiras das rendas remotas. E' a auto defesa do capital que procura clima onde se multiplique ao calor das grandes e imediatas demandas e evite a algidez das esperas improdutivas.

Quem poderá acusar as emprêsas particulares que assim procedam sem esquecer o direito que lhe cabe de zelar para que o seu patrimônio não seja atingido?

Afigurando-se justo que assim aconteça, cumprirá, entretanto, ao Estado tomar êle próprio a iniciativa de dilatar o campo para o ingresso da energia reclamada pelas condições da vida moderna, sob pena de afastar-se esta daqueles sítios até que o determinismo da civilização transborde para suas fronteiras. E isto, Deus sabe, em que afastadas calendas.

Não intervindo o Estado, a energia elétrica permanecerá adstrita aos centros populosos e fabris existentes, ou, quando muito, àqueles com perspectivas de evolução de tal modo evidentes que os riscos de prolongada imobilização de capitais sé reduzam ao mínimo.

Segue-se desde logo que o setor agrícola ficará postergado para tão distantes horizontes que se poderia desculpar o exagêro de quem dissesse que a agricultura ficaria sem esperanças de valer-se dos recursos da eletricidade. Mais uma vez seria privada de um fator predominante de progresso que, ao invés, não escasseia à indústria.

Não me julgo pessimista, no vaticinar o estacionamento da agricultura, no sentido técnico do têrmo, se a eletricidade não lograr atingir-lhe os domínios. De tal modo o seu emprêgo se generalizou como eficiente meio de baratear a produção e aumentar o confôrto dos que precisam ser retirados da faina agrícola, que não há que admirar abandonem os homens a profissão, refiro-me aos homens empreendedores, quando se lhes neguem os benefícios da mais disciplinada das formas de energia.

Compreendendo o problema em tôda a sua extensão o govêrno americano não duvidou de tomar uma iniciativa que espantou a muita gente, interferindo, numa república tida como tipicamente liberal, no setor da distribuição, não sem renunciar a interferir no da produção, da energia elétrica contanto que, o mais depressa possível as fazendas norte-americanas gozassem das conveniências do emprêgo farto da eletricidade, para confôrto dos seus lares e para eficiência e rendimento de suas atividades criadoras.

Foi um ato executivo de coragem do sempre lembrado estadista Delano Roosevelt, em março de 1935, que marcou a reação oficial no sentido do provimento da eletricidade aos fazendeiros da mais industrial nação do mundo, criando-se por fôrça dêste ato, mais tarde confirmado pelo Congresso (1936), a hoje renomada REA (Rural Eletrification Administration). Para que se tenha idéia da alta significação dêste departamento administrativo, transferido ao Ministério da Agricultura, em 1939, não seria inoportuno transcrever-se aqui algo da proclamação do então, Ministro, Henry Wallace, aos camponeses de sua estremecida terra. Eis a palavra inflamada do grande Ministro.

"A todos os membros das Cooperativas do REA".

Luz e fôrça — limpa, segura, confiável — ao estalido de um interruptor! Luz e fôrça, vossas, afinal, pelo milagre do esfôrço cooperativo! Esperastes em vão, alguns de vós, por muitos e muitos anos, pelos empreendimentos privados para que levassem eletricidade para vossas fazendas.

"Agora, cooperando com os vossos vizinhos e com o Govêrno, achastes o caminho para resolverdes vós mesmos o vosso problema. Decidistes construir e manobrar o vosso sistema cooperativo de distribuição de eletricidade"...

O bem estar das populações rurais é de suma importância para a Nação como um todo. Para aumentar o bem estar rural, por meio da eletrificação agrícola, o vosso govêrno entrou em uma espécie de parceria convosco. Parceria que poderá parecer, à primeira vista, unilateral. Através da REA o Govêrno proporciona todo o capital necessário e provê orientação e direção competentes.

A única coisa que espera, em troca, é que reembolseis êste capital no curso de dilatado tempo, com juro ínfimo e sem qualquer lucro. Vós e os vossos companheiros não vos arriscais a quaisquer riscos financeiros.

Ao invés, gradualmente, ireis passando à posse plena de vossa Cooperativa REA.

Comtudo, a parceria não é realmente unilateral. Os vossos representantes no Congresso sabem que milhares e milhares de fazendeiros jamais viveriam bastante tempo para verem seus lares e fazendas eletrificadas, a não ser que autorizassem e admitissem um programa coordenado com o govêrno para o impulsionamento da eletrificação rural". "Mas o Congresso pretendeu contribuir somente com ajuda e nunca com uma doação. O REA (ato da eletrificação rural) de 1936 prevê que esta eletrificação rural se faça numa base autoliquidável.

Vossa responsabilidade nesta parceria é zelar para que o vosso projeto pague o seu próprio desenvolvimento."

Neste plano elevado de expressões entusiásticas o Secretário Wallace continua exortando os fazendeiros americanos para que cooperem com o govêrno, ao mesmo tempo que vai es-



Vista de conjunto do modelar estabelecimento industrial da S. A. Cortume Carioca

clarecendo a todos sobre o magnífico programa de que se tornou denodado executor.

"Não deixeis que alguém vos venha dizer que vossa cooperativa irá fracassar", prossegue numa linguagem tão apropriada para o Brasil, "não deixeis que vos digam que o Govêrno terá que tomá-la sob seus ombros, em breve tempo, e que, depois disto, se verá forçado a entregá-la à emprêsa privada mais próxima ao preço de uma canção". "Desastre semelhante só aconteceria se vós e os vossos companheiros dormissem em suas tarefas."

"A vossa cooperativa REA é para vos servir e vós deveis reger-lhe os destinos. Enquanto possuirdes e manejardes êste vosso "sistema elétrico" dentro dos moldes democráticos e cooperativos, dêle retirareis todos os seus benefícios diretamente para a vossa comunidade, na qual cada um dos membros receberá igual participação."

"Para que as emprêsas cooperativas tenha sucesso só duas coisas são necessárias. Uma é direção honesta e eficiente. Outra é constante e ativa "participação" da assembléia bem informada e leal. Para que se tenha segurança do primeiro item, deveis assegurar-vos também do segundo. Os dois itens, formam uma invencível combinação."

Peço-vos, leitores, que repareis bem quantos ensinamentos numas poucas frases do sociólogo americano, homem de Estado e político de vulto. Dissé-reis que falava êle para o Brasil.

Notai ainda em que bases o govêrno democrático norte-americano se viu obrigado a cooperar com os cidadãos que mourejam nas fazendas contanto que pudesse levar-lhes o essencial elemento de progresso: a eletricidade.

Financiamento em largos moldes. Imposição de condições para o financiamento. Em uma palavra: crédito dirigido. De outro modo não via a administração da progressista República meios de romper com o impasse que, sendo real no país do capital e dos grandes empreendimentos, é dolorosamente cruciante no Brasil: a inexistência de linhas de transmissão de energia elétrica nas zonas rurais porque não há consumo, e a falta de consumo porque ausente a rêde distribuidora de eletricidade. Impasse tão grave que um administrador como Wallace não tem receio de afirmar que "milhares e milhares de fazendeiros americanos jamais viveriam bastante para verem seus lares e fazendas eletrificadas."

Para julgar-se da eficiência da iniciativa oficial norte-americana, aduzo um quadro do desenvolvimento da eletricidade rural nos anos que se seguiram ao ato executivo que criou a REA, em 1935.

QUADRO N.º 2

FAZENDAS NOS ESTADOS UNIDOS COM SERVIÇOS DE ELETRIFICAÇÃO

1925 — 1926

ANO	Fazendas eletrificadas em janeiro		Índice do aumento da eletrificação das fazendas 1936 — 100%
	NÚMERO	Percentagem total das fazendas	
1925	204.780	3.2	26.0
1930	576,168	9.0	73.0
1935	743,954	10.9	94.3
1936	788,795	11.6	100.0
1937	1.042,924	15.3	132.2
1938	1.241,505	18,2	157.4
1939	1.406,579	20.6	178.3
1940	1.786,000	26.2	226.4
1941	2.069,759	33.9	262.4
1942	2.352,603	38.6	298.3
1943	2.486,230	40.8	315.2
1944	2.557,247	41,9	324.0



Desenhos — Sugestões

FOTOGRAVURA
CORREIO DA NOITE
CLICHES TRICROMIAS
Libero Fasano
& CIA. LTDA.

Rua da Quitanda – 51 – 2º and.
RIO
Tel. 43-4176

E' deveras surpreendente o resultado. A estatística abrange um decênio antes de 1935 e se estende até 1944. Dos seis milhões e noventa e sete mil fazendas ianques existentes em 1944, 2.557.247 passaram a ter eletricidade para confôrto dos moradores e eficiência das operações rurais. Em contraste, dez anos antes de 1935 — data da criação do REA — o número de fazendas eletrificadas era de 204.780 e em 1935 somente 743.954 possuíam a fôrça elétrica nas suas fronteiras. Enquanto sem o plano REA, em um decênio, eletrificaram-se 539.174 propriedades rurais, sob o novo regime receberam os benefícios da fôrça criadora nada menos de 1.768.452, em nove anos. Três vêzes o que foi registrado em dez.

Mas, em que consiste a atuação do REA naquela nação supercapitalizada? Na destinação orçamentária de quantias vultosas para a distribuição, em todo o território nacional, sob forma de financiamento a prazo longo — (25 anos, ultimamente acrescidos de mais 10) e juro de 2% ao ano, às organizações cooperativistas que se formarem, bem como às associações que se estabelecerem sob qualquer forma sem visar lucro. E' de notar que não são excluídas as sociedades lucrativas, concedendo-se aquelas entretanto marcante preferência.

No primeiro ano, (ato executivo), foram previstos 40 milhões de dólares no orçamento e logo depois aberto mais um crédito de 100 milhões. Daquela data até hoje foram "apropriados" cêrca de 525 milhões de dólares e emprestada até maio de 1944 a quantia de 466 milhões e 881 mil dólares, registrando-se a extensão de 442.823 milhas de linhas elétricas, em benefício de quase três milhões de fazendas!

São números que poderiam parecer alucinantes? São números porém que devem ser para nós um motivo de confiança no sistema.

Não resta dúvida de que o exemplo deve calar muito profundamente sôbre nós. Deverá mesmo impressionar aquêles que ainda não se capacitaram da rapidez do progresso do mundo e, por isto, acham que devemos nos conformar com o passo de cágado da nossa evolução. Foi na América, onde os maiores sistemas de eletrificação espalham os seus tentáculos de fôrça e de luz, em regime de aplicação privada de capitais abundantes, foi aí que a visão administrativa e moderna de Roosevelt julgou necessário acelerar a penetração da eletricidade nas fazendas, aplicando em proporções tamanhas, o engenhoso sistema conhecido pelas iniciais REA.

Será acaso no Brasil, de capitalistas mirins, de iniciativas privadas liliputianas, será aqui que iremos conseguir o bem estar e a eficiência, frutos do emprêgo da eletricidade nas fazendas, em curto espaço de tempo?

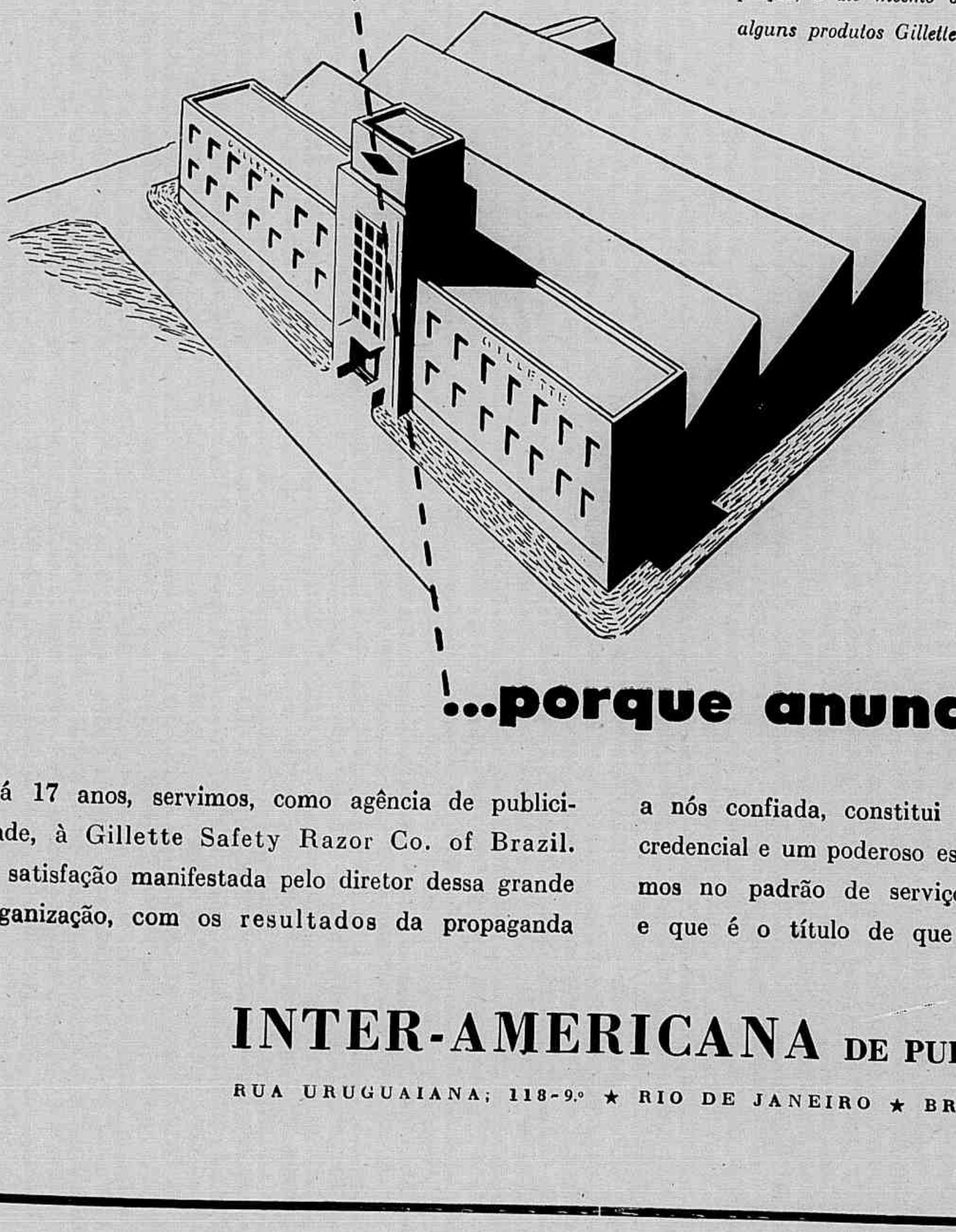
Não nos enganamos. Ou haverá uma iniciativa oficial propulsora da eletrificação agrícola ou "milhares e milhares de fazendeiros passarão a sua vida", passará a vida de seus filhos e netos, e, no bucólico das propriedades rurais semi-abandonadas e rotineiras continuará bruxoleando a "candeia de gás". E a faina agrícola será durante decênios ainda, privada do recurso da técnica, perdendo na competição com os outros meios de vida que hão de prosseguir aliciando braços válidos, inteligências criadoras. E como resultado: mais e mais, o êxodo rural será uma realidade a lamentar. Uma ameaça à tranquilidade social do país!

QUADRO N.º 1

EMPREGO DA ELETRICIDADE NAS FAZENDAS

APARELHOS UTILIZADOS	CONSUMO EM KWH
1) Criadeiras elétricas	1/2 em 6 semanas por pinto
2) Batedeiras para manteiga	1 por 50 quilos de manteiga
3) Retirada da palha e separação das espigas de milho	5 por tonelada
4) Debulhamento do milho	1 por 175 litros
5) Separação do creme	1/2 por 500 kg de leite
6) Esterilização do vasilhame para leite (10 — 40 vacas)	31/ 2–7 1/2 por dia
7) Aquecimento dagua para higiene dos estabulos	15–35 por 370 litros
8) Motôres para pequenos trabalhos nas fazndas (3–5–7, 5hp)	3–5–7,5 por hora
9) Oficinas de reaparo de instrumentos agrìoclas	1/2–3 por mês
10) Moagem de cereais 3–5–7, 5hp)	1 10 –3 por 50 quilos
11) Produção de fôrça por meio de motôres alternados	1 para cada 1 — 1 5 horas
12) Seleção mecânica de frutas	1 .2 — 1 1/2 por 350 litros
13) Limpeza de cereais	2/3 — 1 3/4 por 350 litros
14) Transporte de cereais com elevadores de (5 hp)	1 1/10 a 5 por 35 hectolitros
15) Enfardamento de feno (5hp)	2 — 4 por tonelada
16) Amontoamento de fardos nos veìculos (5 hp)	1 — 3 por tonelada
17) Incubação de ovos em pequena escala	150 — 300 por mil ovos
18) Irrigação (superficial)	4 — 8 por hect. em faixas de 30 centimetros de separação
19) Iluminção em tôda a fazenda	25 — 30 por mês
20) Congelamento de leite	25 — 30 por mês na média de 370 litros por dia
21) Extração de leite (ordenha)	1 1/2 por vaca-mês
a) tipo portatíl	2 — 3 por vaca-mês.
b) tipo canalizado	1 por 231 metros quadrados
22) Pintura nas casas por meio de pistola	2 para cada 35 litros escolhidos
23) Escolha de semente de milho	1,5 por 100 carneiros
24) Tosquia de carneiros	1 — 1,5 por tonelada.
25) Enchimento de silos	1/2 — 1 1/2 por dia (cant. 0,9x1,8)
26) Aquecimento do solo para germinação mais apressada	1 — 1,5 por 28,31 dec. cub.
27) Limpeza do solo	1/3 por 50 quilos.
28) Debulhamento de cereais (lohp)	25 — 35 por ano e vaca
29) Ultravioleta no gado (S-1)	1/2 1 por ave ano
30) Idem para poedeiras	1/5 — por vez e ave
31) Para pintos (CX)	20 — 30 po mês
32) Suprimento de água (médio)	1 por 3,624 dm cúbicos
33) Benefìcio de madeira (serra 5 hp)	

A opinião de um homem que vende muito...



...porque anuncia bem!

"O Aumento da Propaganda proporciona novos negócios, torna possível manter os preços, e até mesmo baixá-los".

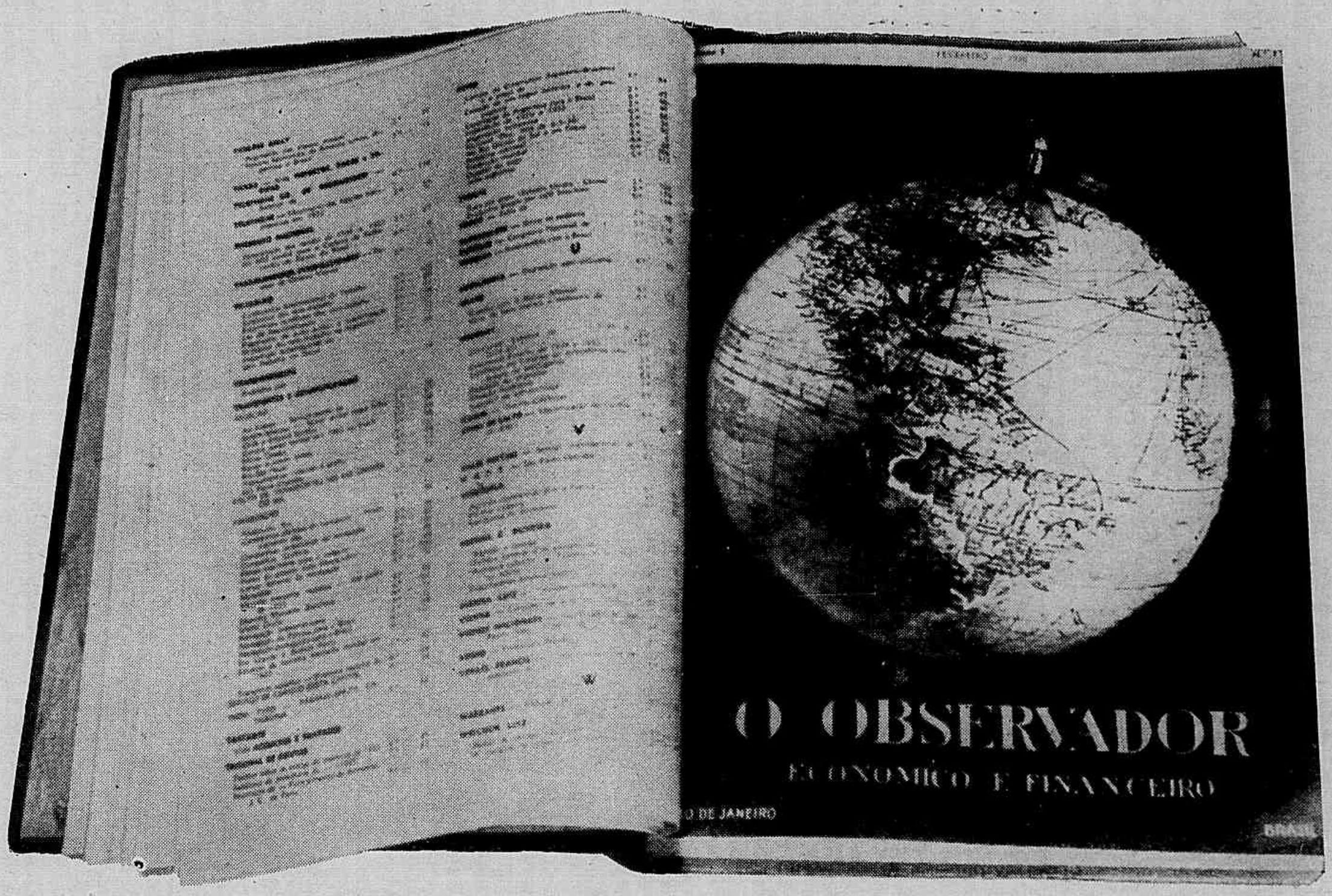
Foi o que afirmou, em entrevista a um vespertino carioca, o sr. Irving Sandbank, diretor da Gillette Safety Razor Co. of Brazil, assim se expressando:

"Buscamos fazer compreender as vantagens higiênicas e econômicas do uso dos nossos aparelhos e lâminas de barbear, por meio de intensa propaganda que, dia a dia, cria novos consumidores. A propaganda eficiente permite o aumento da produção, proporciona novos negócios e maiores lucros, possibilitando manter os preços, e até mesmo baixá-los, como se deu com alguns produtos Gillette".

Há 17 anos, servimos, como agência de publicidade, à Gillette Safety Razor Co. of Brazil. A satisfação manifestada pelo diretor dessa grande organização, com os resultados da propaganda a nós confiada, constitui para nós uma honrosa credencial e um poderoso estímulo para prosseguirmos no padrão de serviço que nos impusemos, e que é o título de que mais nos orgulhamos.

INTER-AMERICANA DE PUBLICIDADE, S. A.

RUA URUGUAIANA, 118-9.º ★ RIO DE JANEIRO ★ BRASIL



ANNO Fevereiro de 1936 N. 1

O OBSERVADOR
ECONOMICO E FINANCEIRO

REDACÇÃO
AVENIDA RIO BRANCO, 43
RIO DE JANEIRO

VALENTIM F. BOUÇAS
DIRECTOR

CAIXA POSTAL 125
End. Telegr. "OBSERVADOR"
RIO DE JANEIRO

APRESENTAÇÃO

A APRESENTAÇÃO de uma revista especialisada do feitio essencialmente technico do OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO, de elevada forma analytica, incondicionalmente libertada de injuncções politicas e alheia a influencia de interesses ilotados, deve resumir-se na exposição do seu programma de trabalho, porque o verdadeiro prologo de um jornal é o seu primeiro anno de vida.

Affirmar que o Brasil não comporta ainda uma publicação desta natureza, completamente voltada ao meticuloso e sério estudo de seus grandes problemas economicos, intransigentemente divorciada dos quisilias individuaes e das polemicas de ambições desenganadas, sem qualquer outro compromisso que o de analysar superiormente e independentemente commentar a evolução economica do paiz — é desconhecer o serventia e a opportunidade desses estudos entre nós.

Hoje em dia uma vasta classe de homens que na administração publica, na cathedra, no commercio, na industria e no proprio jornalismo quotidiano procura inteirar-se dos mais altos questões economicas, resente-se quasi invariavelmente, ora da imprecisão de elementos elucidativos, ora das deficiencias da exposição tecnica de transcendente disciplina, nem sempre isenta de preconceitos e livre de prejuizos pessoaes de toda a sorte.

Por isso, mais do que em uma tribuna ardente de porfia, talvez o nosso tenda de trabalho se transforme num frio laboratorio de analyses, no qual o Numero passe a ser examinado, sem paixão e sem ideas preconcebidas, como simples elemento mineral da nossa estratificação economica.

Certo não vem O OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO preencher uma lacuna em nosso periodismo dedicado ao estudo das questões economicas.

Elle vem apenas juntar á só imprensa brasileira seus esforços e sua boa vontade no terreno especialisado da economia — para que por falta de quem estude e medite, applaudo ou proteste, não enverede a nação pela commoda politica de expedientes e improvisações economicas, cujo custoso provação ainda lhe não tesou a faculdade discernente, nem lhe entorpeceu o sentido instinctivo da sua propria defesa.

Nós outros, que apenas iniciamos, só podemos dizer que O OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO nasce sob o imperativo de uma situação economica que não mais se ajusta as attitudes vacillantes, nem se conforma com a ausencia de um superior plano coordenador do trabalho e da producção nacionaes.

NOSSO PROGRAMMA

I — DIVIDA EXTERNA — Completa revisão, dentro das possibilidades economico-financeiras do Brasil, do serviço das dividas externas da União, Estados e Municipios, tendente a um razoavel reajustamento das taxas de juros e, possivelmente, do capital, tomando-se por base o valor real, no mercado, dos respectivos titulos, de accordo com os seus portadores — revisão cujos estudos preliminares deverão ser iniciados durante a vigencia do Decreto 23.828, de 5 de fevereiro de 1934, verdadeira taxa de seguro que o Brasil paga pela manutenção de seu credito.

II — IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO — Uma vez regulada a situação das dividas externas brasileiras, todo o movimento importador e exportador deverá passar para o mercado livre — com excepção provisoria da taxa especialmente creada para attender ao serviço e resgate do Emprestimo de 1930.

III — SYSTEMA TRIBUTARIO — Revisão e codificação do systema tributario brasileiro (hoje responsavel pela má vontade do contribuinte) para que o augmento da receita não dependa de proporcional majoração de impostos.

IV — BANCO CENTRAL E AGRICOLA — Creação de um Banco Central de emissão e redesconto e de um Banco de Credito Agricola.

V — REFORMA MONETARIA E ESTATISTICA — Introducção, em massa circulação, do Cruzeiro, sobre o qual se basearão os trabalhos preliminares que o Instituto Nacional de Estatistica deverá iniciar o mais cedo possivel.

VI — FUNCCIONALISMO PUBLICO — LLOYD BRASILEIRO E CENTRAL DO BRASIL — Criteriosa revisão dos quadros de todo o funccionalismo publico. Reorganização do Lloyd Brasileiro e autonomia administrativa da Estrada de Ferro Central do Brasil.

VII — RECEITA, DESPESA E BALANCO DE CONTAS — Obrigatoriedade do controle mensal da Despesa e Receita publicas, para o que se fará publicar sua exacta posição, acompanhada da situação do nosso balanço internacional de contas e do movimento cambial de todos os bancos.

VIII — LEIS IMMIGRATORIAS — Revisão do § 6º do Art. 121 da Constituição Federal, que está cerceando o desenvolvimento da população brasileira.

IX — COOPERATIVISMO AGRICOLA — Desenvolvimento, atraves de uma superior propaganda educacional, do cooperativismo agrario no Brasil.

X — EDUCAÇÃO ECONOMICA — Incentivar nas academias e universidades brasileiras, um estudo mais aprofundado da disciplina economica.

"... um frio laboratório de análises, no qual o número passe a ser examinado, sem paixão e sem idéias preconcebidas..."

"... Incentivar nas academias e universidades brasisileiras, um estudo mais aprofundado da disciplina econômica."

"O Observador" Faz Anos

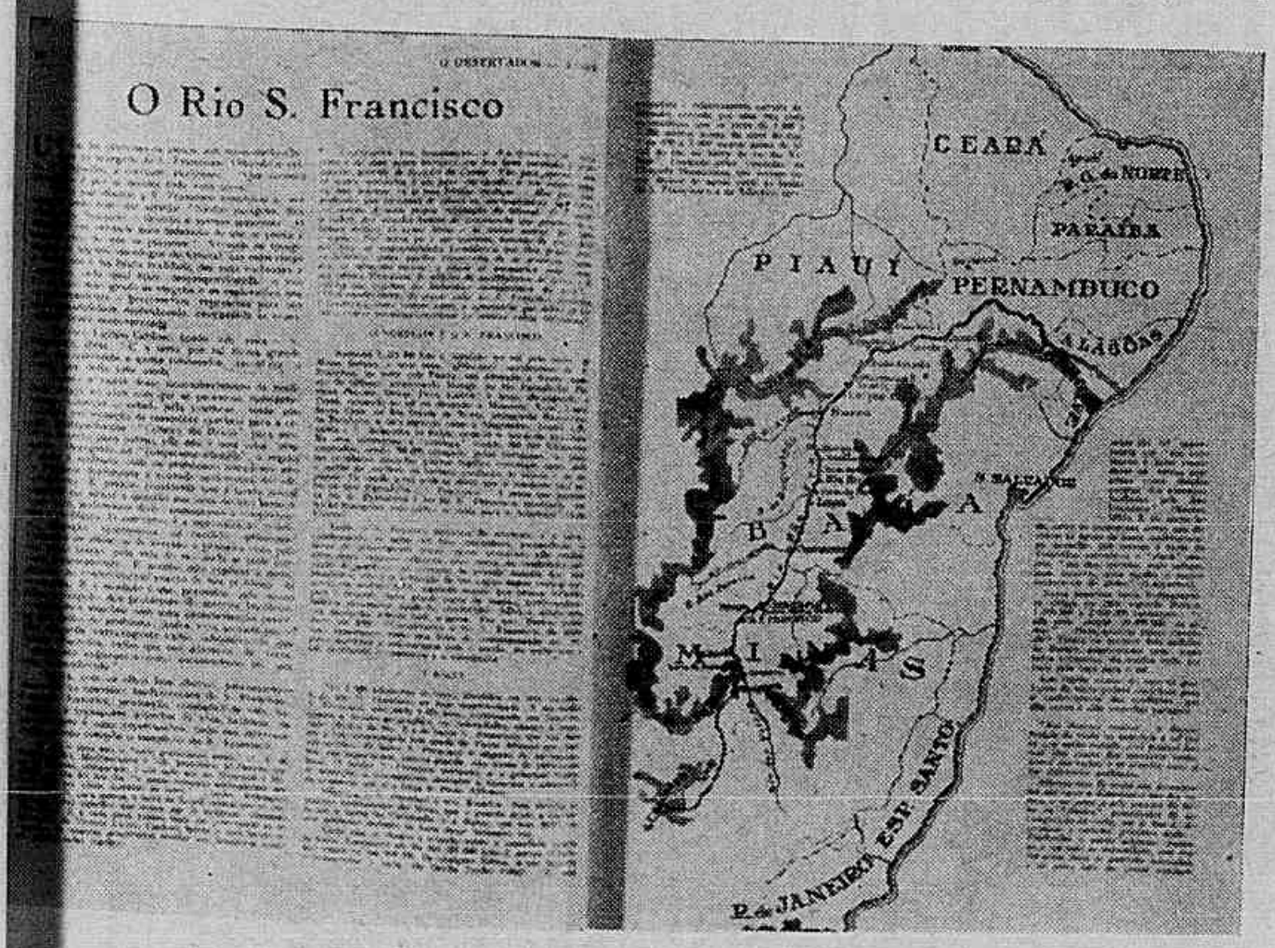
COM a presente edição marca, O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, o início do décimo-terceiro ano de existência. O número 145, impresso na lombada e no alto de cada uma de suas páginas pares, é o melhor testemunho que podemos oferecer, do crédito de fidelidade constante aos propósitos com que, naquele modesto volume de 80 gáginas, lançado em fevereiro de 1936, nos apresentamos ao público, como uma "revista especializada de feitio essencialmente técnico", que pretendia fazer, da experiência colhida no primeiro ano de vida, o legítimo espelho de tôda sua existência. Não chegávamos com a pretensão de preencher uma lacuna, nem tão pouco trazíamos o propósito de descobrir o assunto. Pelo contrário, era precisamente em função do "assunto" que nos modelávamos e, talvez por isto, ao invés de surgirmos como um repositório de doutrina pura, como um veículo acadêmico, cedemos o passo à feição prática dos acontecimentos para encontrar, na formulação de cada um dêles, a procedência do fato, sua consequência e, pela análise definirmos sua filiação teórica.

Os homens que, com o sacrifício dos seus próprios interêsses, conceberam e realizaram a idéia logo tornada vitoriosa, não obstante os tropeços que ainda hoje, decorridos doze anos, se alevantam no seu caminho, compreenderam que chegara o momento de ser criado um veículo que fôsse não apenas um mero repositório de fatos, nem tão pouco um álbum onde encontrassem guarida as descrições mais ou menos coloridas das nossas riquezas. Tornava-se claro que a economia, no Brasil, deixara de ser uma pura especulação filosófica para atingir o terreno de aplicação prática. E isto veio coincidir justamente com a época em que a ciência econômica, depois da grande crise de 1929, que culminou aqui com os acontecimentos de 1932, adquiria sentido humano, orientado-se em direção do interêsse público.

Já por si o advento da Economia Política, no Brasil, foi resultante de uma revolução branca, surgida no bôjo de dois movimentos armados. O seu amadurecimento se deu juntamente com a renovação dos valores intelectuais, iniciada depois de 1920 para encontrar sua forma definitiva, nacional, após 1930. E como sempre, nestes casos, a revolução sem sangue viveu o seu processo partindo das camadas leigas para galgar as muralhas do oficialismo.

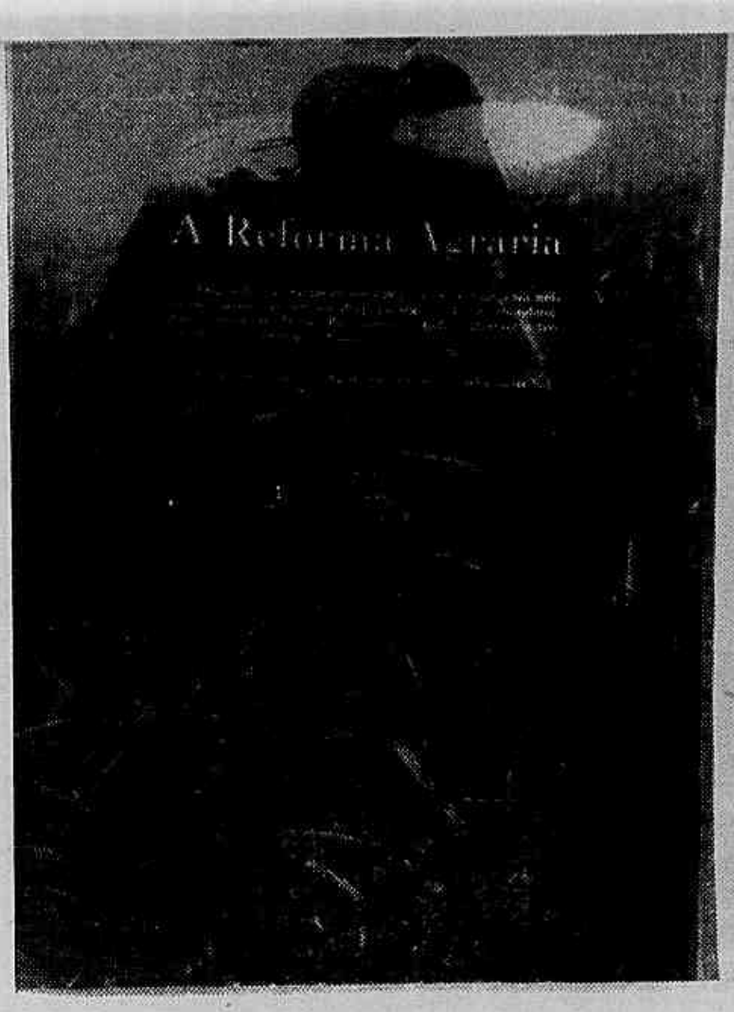
Registrando, em fevereiro de 1939, a transposição do nosso terceiro marco, a redação assinalava iniciando um estudo sôbre as origens da revista: "Os jovens economistas brasileiros que realizavam no país, sem nenhuma repercussão, um trabalho de conheci-

Sem nenhuma nostalgia podemos repetir: recordar é viver. E, para O OBSERVADOR, viver sobretudo, porque, nos doze anos de vida decorrida está, inteiro, o programa que responde pelo seu futuro. Na página ao lado, ao alto, a capa do número um, fotografada no volume de nossa coleção. Em baixo, a apresentação e o programa. Aqui, à esquerda, as duas primeiras páginas de um grande estudo: "O Rio S. Francisco" e, à direita, mostra de paginação utilizada numa reportagem sôbre aviação comercial.


O Rio S. Francisco

CEARÁ
PARAHYBA
PIAUÍ
PERNAMBUCO
ALAGÔAS
BAHIA
MINAS
S. PAULO
Rio de JANEIRO
ESP. SANTO


CANADÁ
CHINA
JAPÃO
OCEANO
OCEANO ATLÂNTICO
AUSTRALIA





Trust do Carvão Nacional

Olympio Guilherme





A Política Alimentar no Brasil de Após-Guerra

Consumo "per-capita" - ano:

Carne	55 kgs.
Leite	37 litros
Queijo	0,600 kgs.
Manteiga	0,600 kgs.

Deficiências protéicas, minerais e vitamínicas influem em certos caracteres de inferioridade antropológica do nosso povo.





Doença

A história da cooperação brasileiro-americana na campanha da saúde



Inicialmente pretendíamos ser uma revista exclusivamente dedicada aos assuntos econômicos, tratando os mesmos com muito rigorismo técnico. Depois, a experiência ensinou a diversificação. Aqui estão vários exemplos: "O Trust do Carvão Nacional", de Olímpio Guilherme; "A Política Alimentar no Brasil Após Guerra", de Josué de Castro; "A Reforma Agrária", da Redação e "Doença não Conhece Fronteiras" de Fernando Tude de Souza.

mento da nossa realidade à luz dos fatos, sem a interferência de idéias feitas, faziam quase em vão êsse esfôrço pela renovação da mentalidade nacional em relação à economia. Perdiam-se os seus trabalhos entre as páginas dos pareceres. Já não se dirá entre os leigos, mas até mesmo entre os técnicos, raros eram os que chegavam a tomar conhecimento dessa necessidade cada dia mais urgente: adaptar às nossas condições os reflexos inevitáveis das transformações que os conceitos modernos da economia vêm sofrendo em tôda parte." Havia um clima de indiferença. "Falhavam, por isso, os pareceres técnicos engavetados nos volumosos processos referentes a problemas econômicos da mais alta significação para o país. Por outras palavras: para a economia "política", a Economia Política era uma intrusa".

Acontecia porém uma transformação que, partindo da base, haveria fatalmente de chegar ao ponto mais alto. E esta transformação era da própria política, na concepção genérica em que a compreendíamos. Os fatos deslocavam-se do sentido vago que presidia aos entendimentos entre os homens públicos, para se situarem em órbita própria, limitada pela medida em que direta ou indiretamente interessavam ao bem público. Pouco a pouco era o Estado chamado a opinar sôbre questões que até então, em virtude da sua fórmula liberal, desconhecera, vindo a estabelecer relações cada vez mais estreitas com a esfera dos negócios privados de onde hauria, pela canalização dos impostos, das taxas, dos tributos, os recursos necessários à manutenção do seu decôro.

Por outro lado, assuntos que até o momento haviam sido da exclusiva alçada do govêrno, passaram a pertencer também à cogitação do povo. Avultava assim, de dia para dia, a importância dêsses problemas concretos de economia, aplicados à produção, ao comércio, às finanças, ao consumo e, mesmo, mais profundamente, a questões que, direta ou indiretamente, afetavam o desenvolvimento nacional, tornando inadiável a neces-



A Verdade Sôbre a Carne

Omer Mont'Alegre

sidade de uma obra séria de esclarecimento e orientação, que fôsse, sem o dogmatismo do costume, mais do que um repositório de acontecimentos econômicos, um roteiro do bom senso. Havia uma vasta classe de homens que na administração pública, na cátedra, no comércio, na indústria e no próprio jornalismo quotidiano procurava inteirar-se das mais altas questões econômicas, ressentindo-se quase invariàvelmente, ora da imprecisão de elementos elucidativos, ora das deficiências da exposição técnica da transsendente disciplina, nem sempre isenta de preconceitos e livre de prejuízos pessoais de tôda sorte.

Aspirávamos assim que:

"Por isso, mais do que em uma tribuna ardente de porfia, talvez a nossa tenda de trabalho se transforme num frio laboratório de análises, no qual o Número passe a ser examinado, sem paixão e sem idéias preconcebidas, como simples elemento mineral da nossa estratificação econômica."

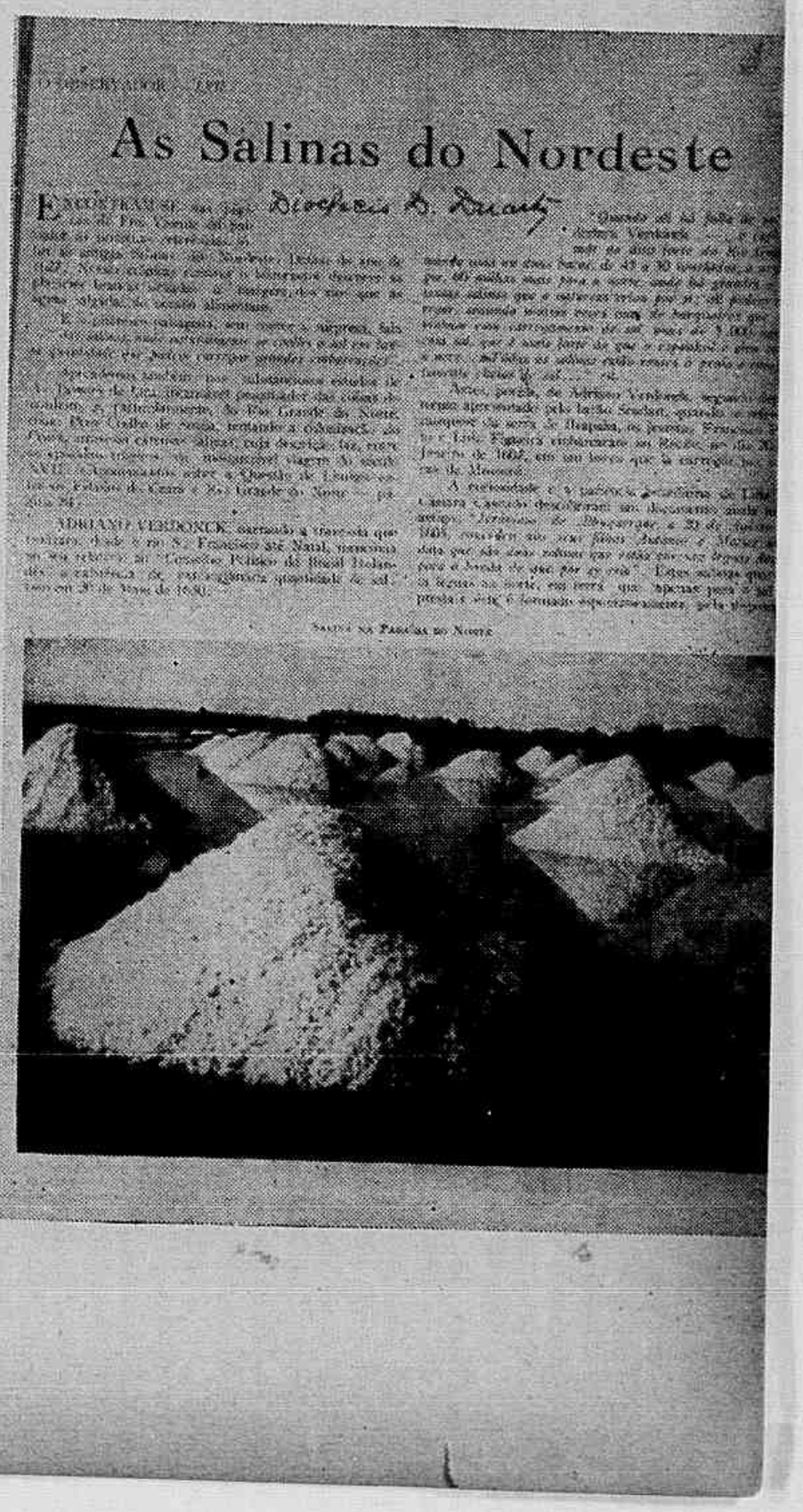
E' possível, por tudo, que nos esteja reservado um lugar, na crônica da imprensa brasileira, onde sejamos apontados como consequência de uma conjuntura na vida nacional. Ao nosso lançamento não presidiu a inspiração de um negócio, porém a imposição e uma necessidade e, por isto mesmo, adquirimos prontamente uma personalidade, a tal ponto que somos muito mais O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, uma revista fruto do trabalho de uma equipe, do que mesmo vivemos em função do nome de qualquer um dos componentes dêsse grupo.

Os homens que, em meados de 1935, conceberam a idéia de fazer esta revista, "incondicionalmente libertada de injunções políticas e alheia à influência de interêsses isolados", "completamente devotada ao meticuloso e sério estudo" dos grandes problemas do Brasil, "inteiramente divorciada das quisílias individuais e das polêmicas de ambições desenganadas, sem qualquer outro compromisso que o de analisar superiormente, e independentemente comentar a evolução econômica do país", eram e são portadores de suficientes reservas morais, de bastante dose de personalidade, para concederem à sua obra a



Habitação Econômica

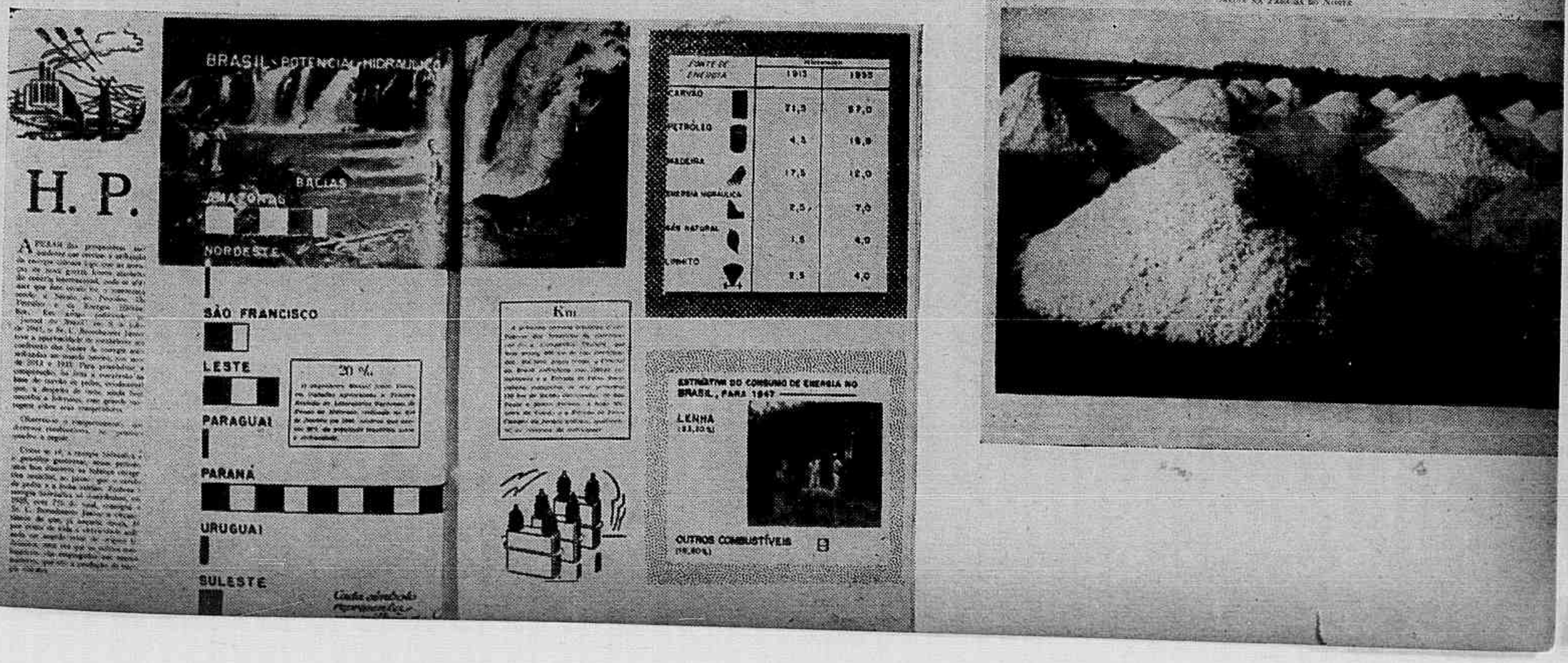
Roberto Simonsen



As Salinas do Nordeste

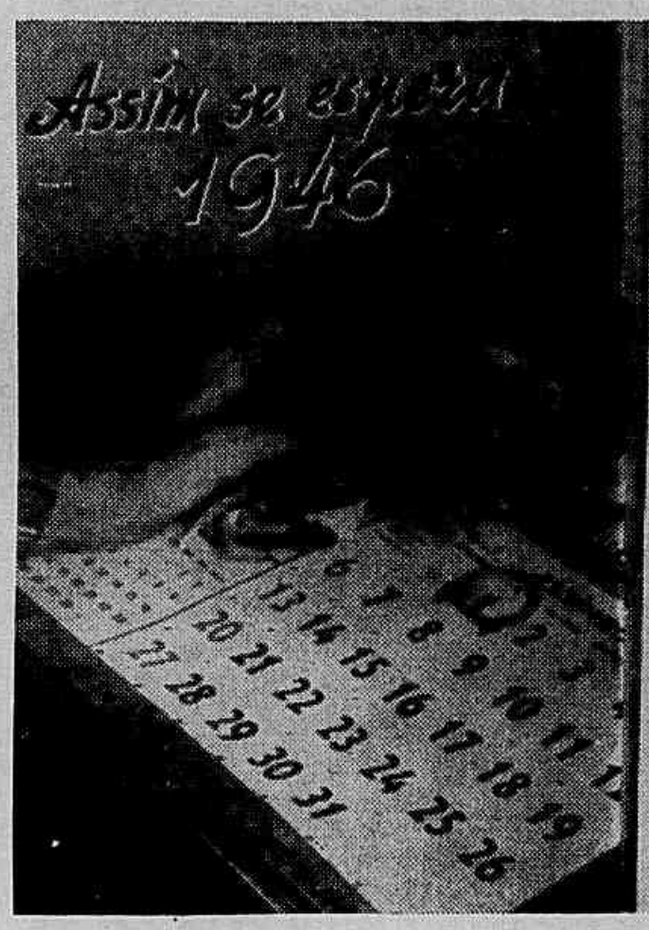
Dioclécio D. Duarte

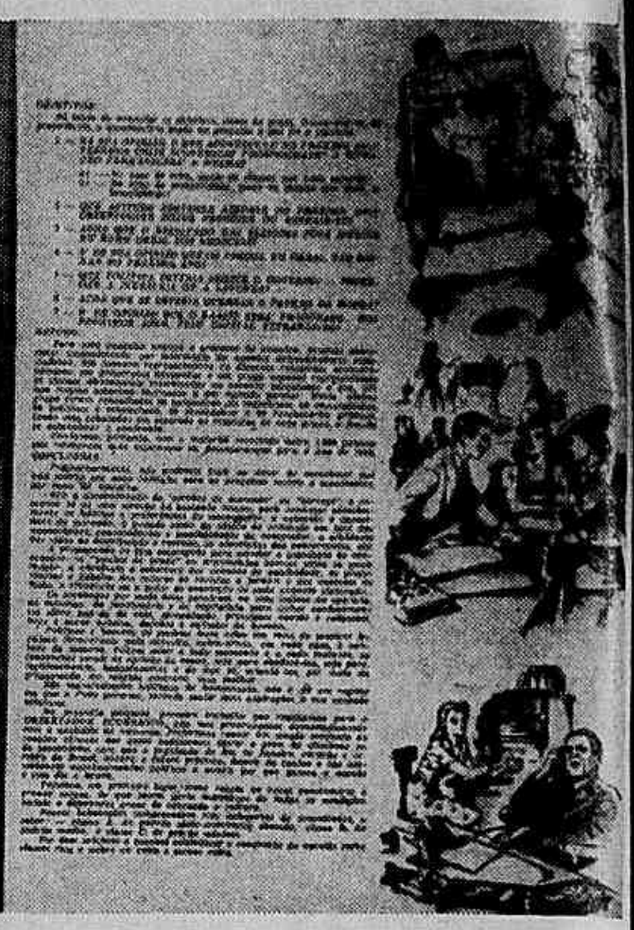
Vale à pena repetir Normano. A história dos povos jovens é história econômica. E' possível que as palavras do grande e saudoso amigo do Brasil não tenham sido precisamente estas, mas o sentido está íntegro. A história do Brasil está tôda ela refletida no processo econômico. Através de 144 números, O OBSERVADOR já constitui uma substancial enciclopédia do que, as reproduções contidas nesta página, dão idéia: A Verdade sôbre a Carne", de Omer Mont'Alegre; "Habitação Econômica", do senador Roberto Simonsen; "As Salinas do Nordeste" de Dioclécio D. Duarte e "H.P." da Redação.




O Vale do Rio do Peixe







E o desfile dos assuntos continua. "O Vale do Rio do Peixe", de Miguel Lins, foi um dos mais completos estudos divulgados sôbre a colonização japonesa no Brasil. Do lado direito, a apresentação de um inquérito de opinião pública sôbre 1946 *e, em baixo, "O Custo da Vida", uma das primeiras grandes reportagens realizadas pelo O OBSERVADOR.*

independência que flui mais propriamente do livre arbítrio. Não forjavam uma arma para uso em favor próprio ou para ser utilizada em benefício do interêsse pessoal de quem quer que fôsse.

A ponderação de todos êsses aspectos, tanto de ordem moral como material, impôs que entre a idéia e sua concretização decorressem alguns meses. A idoneidade da publicação estava na razão da possibilidade financeira, da mesma sorte que a sua estabilidade seria uma decorrência do apoio econômico. Os doze anos de vida já decorridos, e mais o largo futuro que temos à nossa frente, vencemos e venceremos justamente em virtude da madureza dos fatôres permanentes e imutáveis em tôrno dos quais foi constituída a publicação.


O CUSTO DA VIDA

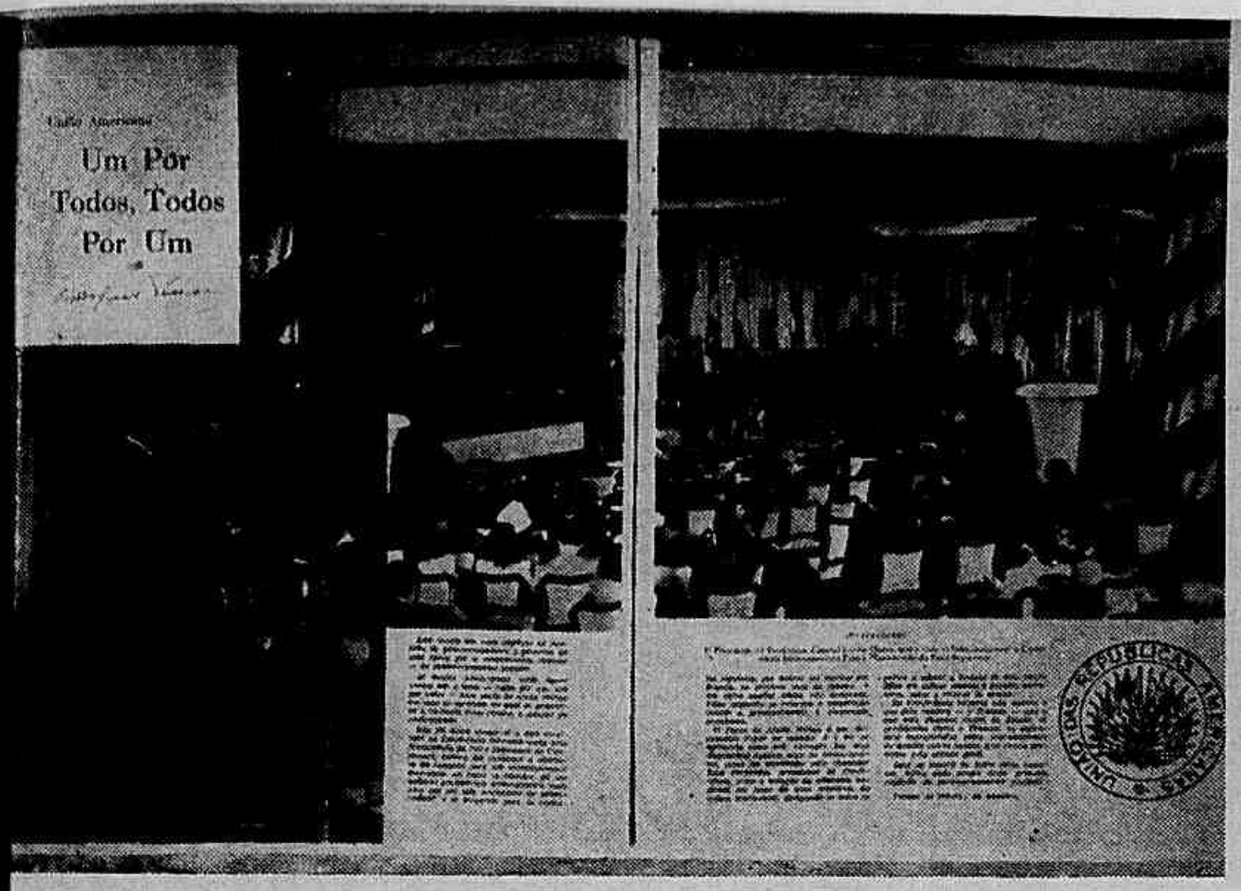
ASSIM FOI O COMÊÇO

Podemos partir de uma base sólida e, graças a isto, temos vivido até hoje sem cedermos ao sensacionalismo fácil, sem voltarmos as linhas de ética que nos impusemos e também sem que nos sintamos constrangidos pelas normas que nos regem. Compreendemos claramente que a justa dinâmica dos fatos, no fundo e na forma, não é incompatível com os princípios adotados e, graças a esta compreensão encontramos, nos vinte e quatro volumes onde estão compreendidos cento e quarenta e quatro exemplares de O OBSERVADOR, que materializam doze anos de trabalho, o testemunho de renovação constante. A importância de que nos revestíamos, a permanência da matéria que divulgávamos, cedo foi reconhecida, criando-se o hábito de guardar cada número. Grande é o número de colecionadores e êstes podem mais facilmente acompanhar a evolução.

Em fevereiro de 1936 foi distribuída por todo o Brasil a primeira edição de O OBSERVADOR, composta dê oitenta páginas contidas no mesmo formato dêste exemplar. No expediente figurava como diretor o Sr. Valentim F. Bouças, que dava ao empreendimento não apenas o apoio financeiro, mas também o estímulo do seu entusiasmo pelos problemas econômico-financeiros do Brasil; como redator principal, o jornalista Olympio Guilherme, que, integrado na equipe, deu início a uma nova fase da imprensa especializada no Brasil.

E assim foi o comêço. Se a "Apresentação" fôra uma definição de clima, o programa deveria ser o futuro, "porque o verdadeiro prólogo de um jornal é o seu primeiro ano de vida". Mas desde logo surgia o compromisso de se proceder ao levantamento de dez grupos de problemas fundamentais para a economia e a finança nacional. Os itens onde foram reunidos traduzem em sua plenitude as preocupações da época e, revendo os índices de cada semestre, podemos afirmar que nenhum daqueles assuntos tem deixado de merecer a nossa atenção. Para muitos dêles foram encontradas já as soluções que consultam os verdadeiros interêsses do Brasil e, dentre êles, está justamente o primeiro, compreendendo a dívida externa, para quem pleiteávamos:

"Completa revisão, dentro das possibilidades econômico-financeiras do Brasil, do serviço das dívidas externas da União, Estados e Municípios, tendente a um razoável reajustamento das taxas de juros e, possivelmente, do capital, tomando-se por base o valor real, no mercado, dos respectivos títulos, de acôrdo com os seus portadores — revisão cujos estudos preli-



Dois aspectos de um grande acontecimento: a Conferência de Quitandinha, é o que apresentamos nas páginas reproduzidas à esquerda; à direita, a visita do presidente Harry Truman, dos Estados Unidos, ao Brasil por ocasião daquela conferência.

minares devem ser iniciados durante a vigência do Decreto 23.829, *de* 5 *de fevereiro de* 1934, *verdadeira taxa de seguro que o Brasil paga pela manutenção do seu crédito.*"

As circunstâncias internacionais, agravadas sobretudo pela progressão da guerra irrompida em 1939, transformaram a feição de muitos problemas que, sendo brasileiros estavam, pelas suas relações naturais, na dependência da política mundial. Êste é o caso, por exemplo, do comércio internacional, assunto classificado no segundo item do programa. Fixávamos então que:

"*Uma vez reajustada a situação das dívidas externas brasileiras, todo o movimento importador e exportador deverá passar para o mercado livre — com exceção provisória da taxa especialmente criada para atender ao serviço e resgate do Empréstimo de* 1930."

Em 1942 *realizou-se no Rio de Janeiro a Reunião de Consulta das Repúblicas Americanas. Como sempre, atento aos grandes temas, aí ficou o nosso registo. À direita, primeira página de um artigo de Otávio Gouveia de Bulhões.*

O OBSERVADOR — *XXVII* 9

Reunião das Nações Americanas

ESTUDANDO a evolução do panamericanismo no número de janeiro de O OBSERVADOR ECONÓMICO E FINANCEIRO, estudo que foi divulgado em separata em português, inglês e espanhol, frisamos que a Conferência do Rio de Janeiro não surgiu como uma improvisação ou movimento de pânico. Ela coroou uma obra de aproximações continentais mais que secular. Teve, assim, as suas raízes longínquas, nas fontes da história comum da América e na compreensão política que do seu destino na civilização do Ocidente revelaram algumas figuras de primeiro plano. Mas não nos cabe recordar aqui o que já evocámos em outra oportunidade. Interessa-nos apenas focalizar o nosso imediato da convocação da III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, efectuada só nos fins de 1942 com incontestável brilho na Capital do nosso país.

A Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, reunida em Buenos Aires em 1936, sob a direta inspiração do Presidente Roosevelt e que marcou solenemente a transformação do antigo *monroismo* no pan-americanismo ou na "política da boa vizinhança", concretizou as aspirações gerais da América na "Declaração de Princípios sobre solidariedade e Cooperação Interamericanas".

Toda ato suscetível de perturbar a paz da América afeta a todos e a cada uma das nações americanas e justifica a iniciativa de processos de consulta para a manutenção, fortalecimento e restabelecimento da paz". A "Declaração" de Lima, aprovada por aclamação na 8.ª Conferência Panamericana, celebrada na capital do Perú, ratificou os princípios adotados em Buenos Aires, para o caso de que a paz, a segurança ou a integridade territorial de qualquer das Repúblicas americanas se veja ameaçada por atos de qualquer natureza que possa ferir-las, procederão as mesmas segundo o interesse comum e a sua determinação de fazer efetiva a sua "solidariedade", tendo em prática os princípios estabelecidos pelas Repúblicas americanas". Os seus chanceleres reuniram-se pela primeira vez em 1939, em Panamá, para adotar medidas de defesa comum ante a guerra que veria de desgraçar na Europa e que em breve precipitaria todos os países livres, ameaçaria por envolver a América, e pôs a segurança



O presidente Vargas lendo o discurso inaugural da Conferência

do Continente. A Conferência de Consulta dos Chanceleres americanos, efetuada em 1940, em Havana, que se firmou unânime e definitivamente a obrigação da absoluta solidariedade dos países americanos, em caso de agressão a qualquer deles. As resoluções XV e XVI aprovadas naquela assembléia determinavam claramente que "todo ataque de um Estado não americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território, ou contra a soberania ou independência de um Estado americano será considerado como um ato de agressão contra todos". No caso de agressão ou de perspectiva certa de agressão, os Estados signatários da declaração de Cuba consultar-se-iam entre-si para combinar as medidas necessárias. O governo que desejasse promover a consulta e propor uma reunião dos ministros das Relações Exteriores ou seus representantes, se dirigiria à União Panamericana, exporia os assuntos a tratar e marcaria a data aproximada da reunião. O Conselho Diretor da União Panamericana, transmitiria a sugestão da consulta, solicitando observações e sugestões e designando a data exata e o lugar da Reunião.

Desde o colapso da França e, mais tarde, a agressão da Alemanha contra a Rússia, com a qual, aliás, sucumbiu toda sua mística doutrinária de destruição do bolchevismo, fazendo um acordo que lhe permitiu as mãos livres no ocidente europeu, que a guerra se apresentava rapidamente às Américas. O Japão, cumprindo sua sinistra empresa tarefa nazista de destruir pelo ferro e pelo fogo as conquistas da civilização cristã, esperava apenas o momento que lhe parecesse mais oportuno para agredir a falsa fé os Estados Unidos. E a traição se verificou no domingo 7 de Dezembro, com o ataque à Pearl Harbour...

A situação da América teria de ser rapidamente adaptada à tragica contingencia. O governo do Chile toma a iniciativa de promover, de acôrdo com as normas já estabelecidas, a III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos. A presença extraordinária com que se agitou mostra como já estava amadurecida na consciencia de todos os americanos o imperativo da defesa comum. O programa aprovado pela União Panamericana para a Conferencia do Rio compreendia dois grandes capítulos: PROTEÇÃO DO HEMISFÉRIO OCIDENTAL e SOLIDARIEDADE ECONÔMICA.

No primeiro se consideravam:

a) Exame de medidas de repressão e alvedrios, extraordinários levados a efeito no caso de tentativa de cada uma das Repúblicas americanas são postas por em perigo a paz e a segurança dessas mesmas Repúblicas, mediante a ação de atos

22 O OBSERVADOR — *XII*

Moedas, Preços e Cambio

Octavio Gouveia de Bulhões.

NÃO ha, no titulo do artigo, a idéa de usurpar o nome de um livro de Alfalou. E' que antes de entrar no assumpto de nossa política monetaria, parece-me acertado dizer algo das criticas sobre a theoria quantitativa, já modernizada e já encarada dentro da interdependencia dos phenomenos.

Ainda ha dias, por exemplo, o professor Gaston Leduc, em uma conferencia no Palacio Itamaraty, assegurava categoricamente que a alta de preços, verificada ultimamente no Brasil, não decorria de um augmento de circulação e sim da entrada de capitaes. E, sustentava ainda, para ser bem claro, que se devia emittir mais, porque o augmento da emissão é effeito da alta de preços.

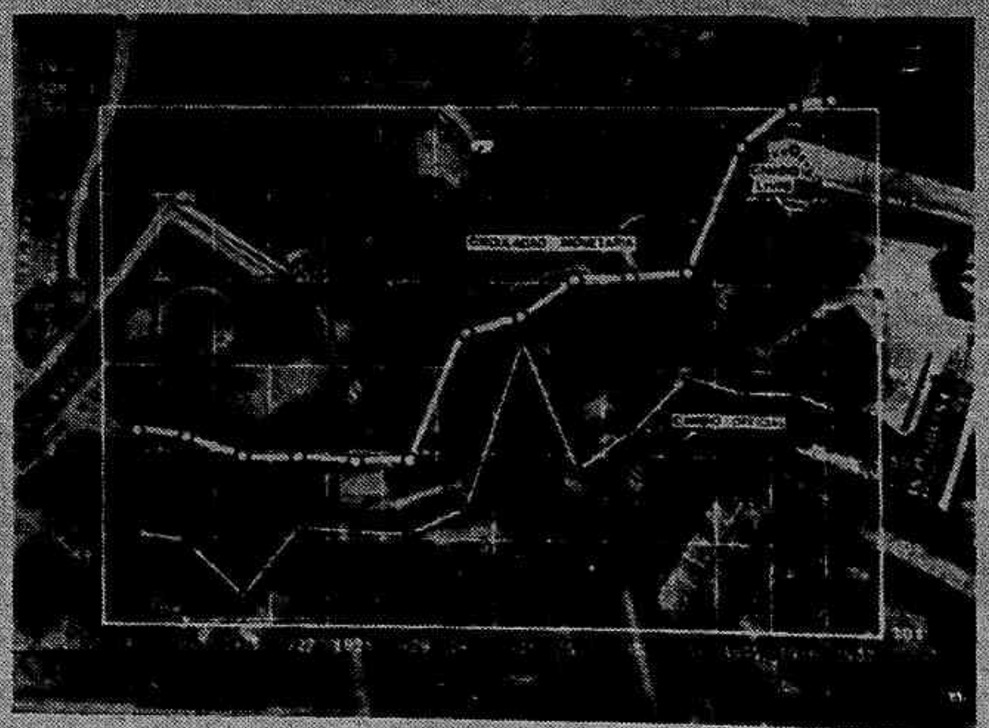
Quem andou pela Europa logo depois de 1918, seria capaz de acreditar na magica de sua vida a essa mesma Europa, ao ouvir, agora, tão illusorias affirmações, tantas vezes contestadas naquelles tempos de após-guerra.

Muito bem: seja a circulação o effeito dos preços. Mas, si assim é, recorro á these de Aftalion, a quem se refira Leduc: "La toute puissance du change". E si é o cambio que regula os preços, procuremos ver, nesse mais labyrintho de causa e effeito, qual seja o motivo das oscillações cambiaes. O proprio Aftalion formula a pergunta: "Mais alors se pose la question de savoir de quoi dépend le change". E passa a expor quaes as theorias que a seu ver explicam as causas das oscillações do cambio:

1.º) — A theoria da balança de contas;
2.º) — A theoria da paridade dos poderes de compra;
3.º) — Os factores psychologicos.

Convenhamos, que a primeira theoria não constitue propriamente uma theoria. A balança de contas já é por si um facto, uma consequencia, um effeito. Consideremos, tambem, em reconhecer, no terceiro item, a impossibilidade de uma influencia psychologica como movimento de longa duração. Não ha uma mesma pressão psychica durante um grande espaço de tempo. Resta-nos, pois, a segunda theoria. E, com ella, estamos no ponto de partida, pois Cassel expõe a theoria da paridade depois de se compenetrar bem de não terem os opposotores da theoria quantitativa apresentado argumentos serios".

As incongruencias da circulação monetaria brasileira em relação ao cambio





TERRA BRASILEIRA

NUNCA foi tão lembrada a frase de Nilo Peçanha — A terra é o nosso melhor banqueiro — como agora, quando a situação dos principais produtos dela nos recorda, a cada passo, o triste estado a que estamos reduzindo o solo brasileiro.

Durante séculos não fizemos mais que devastar a terra. Derrubamos as matas, abrimos caminho à erosão, extinguimos as camadas de "humus" com os mesmos processos da agricultura nômade indígena, e descobrimos, de súbito, que a terra não era tão dadivosa quanto fêz acreditar Pero Vaz Caminha ao venturoso D. Manuel.

Na realidade, o que a terra nega ao brasileiro de hoje é culpa do brasileiro de ontem. E se não nos desincumbirmos da tarefa de redenção do velho solo gasto por tantas gerações dissolutas, e de proteção do que resta das ambicionadas manchas férteis, legaremos aos nossos filhos e netos um solo improdutivo do qual só resultará uma nação fraca e pobre.

Temos que mergulhar na terra as raízes do progresso nacional. A estrutura industrial da nova civilização nacional não se manterá vigorosa se lhe faltar a base sólida de uma economia agrícola robusta. Uma economia agrícola desta natureza está a exigir do homem um conhecimento profundo do solo, porque ela é, tanto quanto a indústria, uma etapa superior de civilização.

Acredito que o novo interêsse pela terra, demonstrado não sòmente pela preocupação dos economistas mas pela atividade dos administradores e estudo dos técnicos, resultará extraordinàriamente benéfico para a economia nacional. É auspicioso constatarmos como vincam as testas dos responsáveis ao serem lidas as estatísticas que mostram a diminuição da produção por hectare em muitas culturas básicas. De um modo geral, o povo vai tomando conhecimento do drama que encerram os números frios destas estatísticas.

A iniciativa de O OBSERVADOR, sempre vigilante na defesa da terra, publicando os mais recentes estudos sôbre a ciência do solo, através a conferência de técnicos aqui realizada, as necessidades nacionais de fertilizantes e a diminuição do consumo "per capita" em virtude da diminuição relativa da produção de certos generos alimenticios, deve produzir os seus melhores efeitos com a leitura pensada por parte de todos, de assuntos tão importantes para o país.

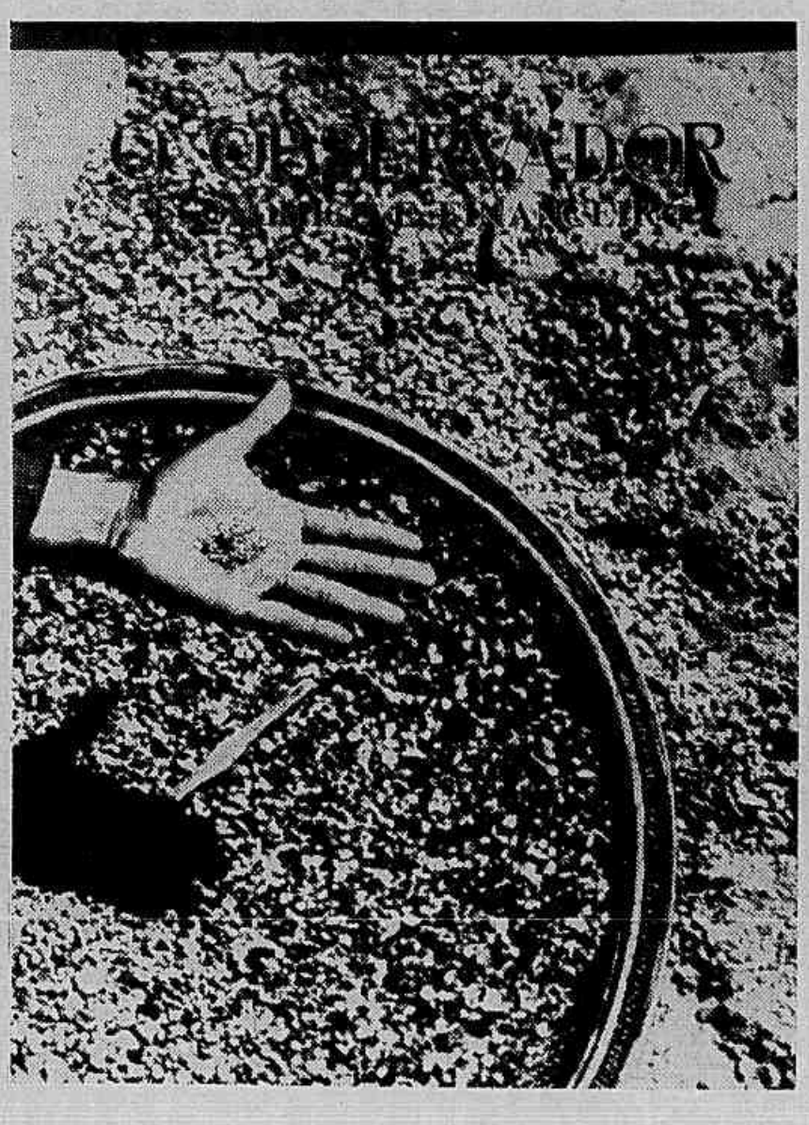
Numa fase em que se multiplicavam os contrôles econômicos, logo seguida pela guerra e, depois desta, ainda na fase de reajustamento das relações, estaria, como ainda está, o retôrno do comércio exterior ao mercado livre, na dependência de órgãos internacionais e acima de tudo na expectativa da Organização Internacional de Comércio a surgir da reunião que ora se ultima em Havana. Mas conforme a própria dinâmica dos acontecimentos, sujeitamos os nossos pontos de vista à nova fabulação. E' o Brasil uma das nações que participaram do comité preparatório que se reuniu em Londres para o exame preliminar do assunto; esteve depois presente à Conferência de Genebra, onde foi discutida a Carta e está agora em Havana, onde colabora na estruturação da Organização Internacional do Comércio. Reconhecemos que em virtude da ordem que se estabelece, as relações econômicas se deslocam do plano nacional para o internacional, havendo assim uma quebra do individualismo rígido das nações em troca de uma fraternidade entre povos.

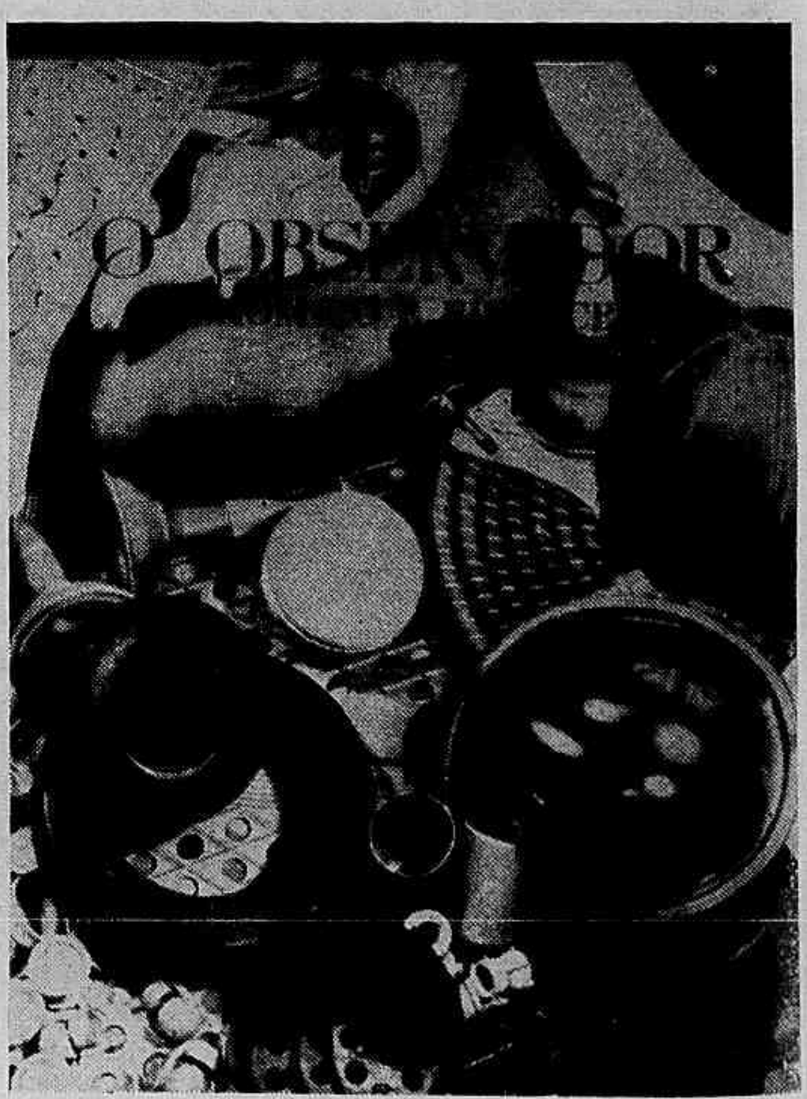
O item III dizia respeito ao sistema tributário. Augurava êle:

"Revisão e codificação do sistema tributário brasileiro (hoje responsável pela má vontade do contribuinte) pa-

Uma página recente, numa campanha pela recuperação do solo: "Terra Brasileira". E depois cinco capas, refletindo cinco grandes temas: artefatos de borracha, colonização do Sul e, finalmente, a do número 100 *uma das mais importantes edições, pela súmula que encer-*







ra que o aumento da receita não dependa de proporcional majoração de impostos."

O tema continua permanente, não obstante o quanto se tem avançado pela desejada disciplinação dos tributos. Já no número 2, em março de 1936, publicava O OBSERVADOR a "Distribuição das Rendas no Sistema Tributário do Brasil", sem dúvida a mais completa relação dos impostos, taxas, direitos e contribuições fiscais até hoje divulgada no Brasil. Mais tarde estudamos largamente o impôsto do sêlo (número 31). Assistimos, posteriormente, e prestamos ampla colaboração, à Conferência dos Secretários de Fazenda, reunida sob os auspícios do Conselho Técnico de Economia e Finanças. E, em cada volume, não deixará o leitor de encontrar a retomada de assunto. Não é o pêso das tributações que faz o volume da renda, porém a justa arrecadação, aquela que atende ao desenvolvimento econômico sem causar entraves à iniciativa.

O sistema bancário, a sua ordenação mediante a existência do Banco Central, bem como a criação de um banco especializado para estimular as atividades agrícolas, favorecendo o crédito a taxas módicas e disciplinado, de maneira a atender ao que seja mais fundamental no momento, é o que está previsto no item IV:

Criação de um Banco Central de emissão e redesconto e de um Banco de Crédito Agrícola.

Ainda agora está, na Câmara dos Deputados, o assunto em estudo e, desde os seus trabalhos preparatórios, tem O OBSERVADOR prestado decisivo apoio, sem no entanto deixar de tornar conhecidas as críticas justas. Corolário indispensável da lei bancária é a reforma monetária. Em nosso programa prognosticávamos essa medida:

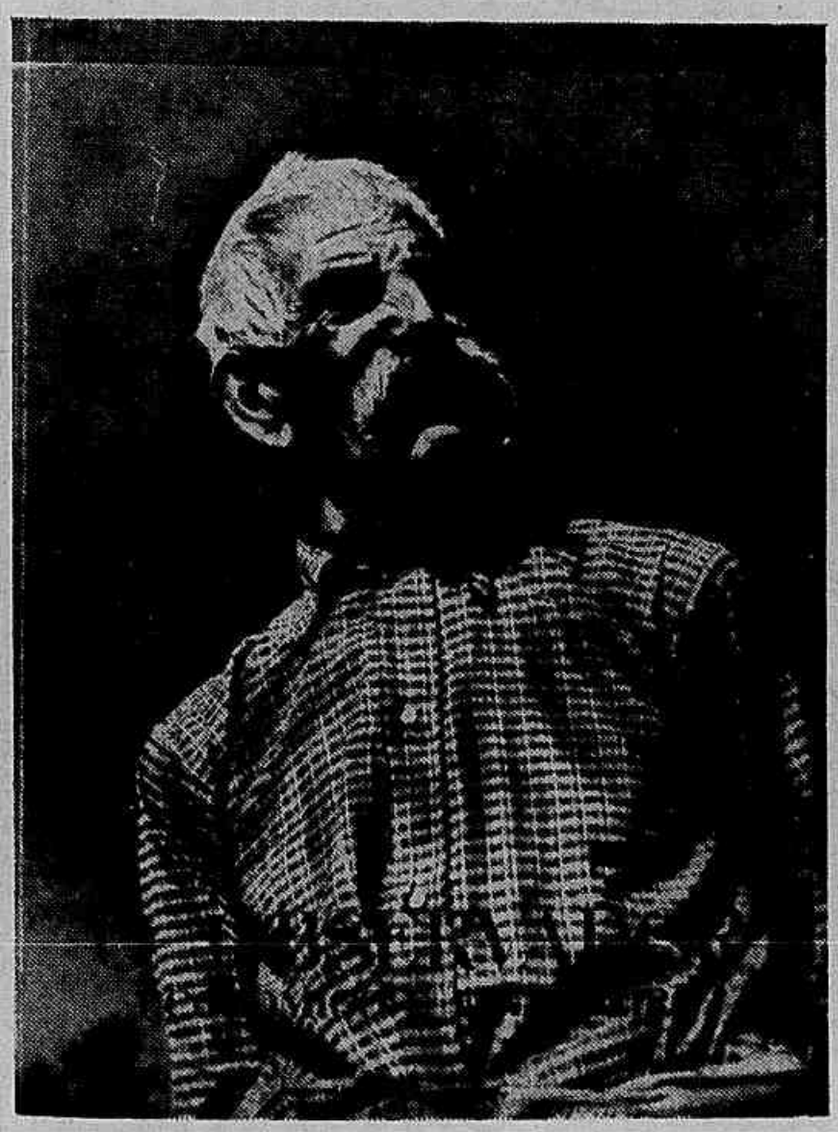
Introdução, em nossa circulação, do Cruzeiro, sôbre o qual se basearão os trabalhos preliminares que o Instituto Nacional de Estatística deverá iniciar o mais cedo possível.

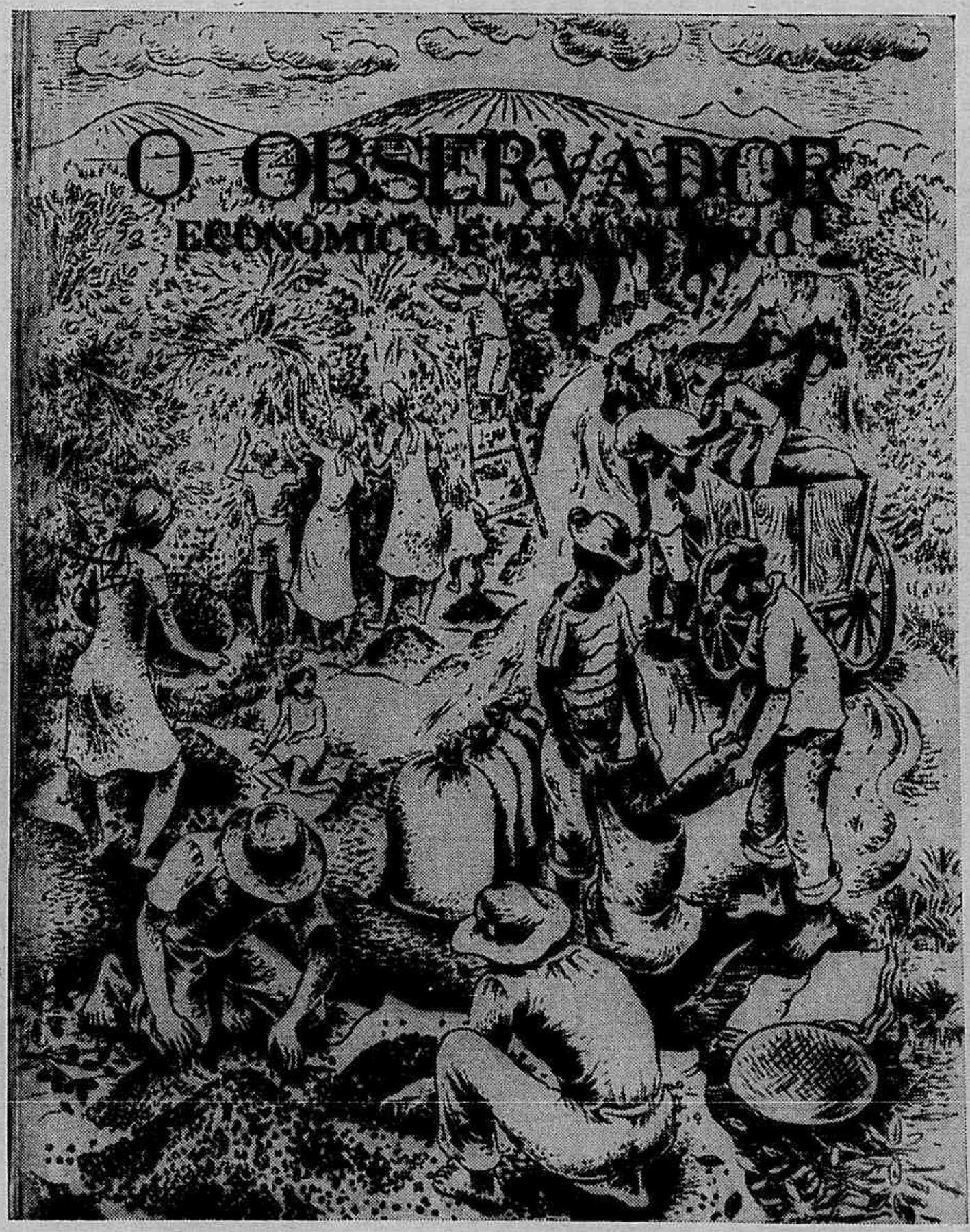
Em 1942, num momento em que se fazia necessária uma providência capaz de resguardar os reais interêsses da moeda nacional, foi o mil réis substituído pelo cruzeiro. Não constou esta substituição, porém, do estabelecimento de uma nova lei monetária. Dados os trabalhos precedentes, da chamada reforma Washington Luís, executada apenas em parte, o valor do cruzeiro e a sua estrutura efetiva, estão ainda por ser convenientemente definidas. No que respeita à estatística, possui hoje o Brasil um dos organismo especializados mais completos do continente: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, instituição que honra a cultura e a técnica nacionais.

Num item único — o VI — reunimos o funcionalismo público, o Lóide Brasileiro e a Central do Brasil. Reclamávamos:

Criteriosa revisão dos quadros de todo o funcionalismo público. Reorganização do Lóide Brasileiro e autono-

"A Economia da Medicina", garimpos, ra da evolução econômica do Brasil.







O OBSERVADOR — XVII 89

O Petroleo no Brasil

O PETROLEO e suas possibilidades no Brasil, sem que deixe de ser um assumpto de preferencia estudado pelos meios technicos, economicos e industriaes, é, sobretudo, materia de uma vasta literatura jornalistica e mesmo de obras impressas com o objectivo de despertar para tão importante problema a attenção do grande publico.

Tal tem sido a offensiva de publicidade mal orientada neste sector, que hoje é convicção generalisada entre nós de que até os proprios trustes e governos não se interessam pelas pesquisas de oleo negro. Nosso objectivo nesse sentido é apenas esclarecer o que, sobre petroleo, se tem feito e se procura fazer no Brasil.

Poucos talvez saibam, fora dos meios ligados a exploração petrolifera que a importancia deste combustivel, em todo o mundo, é relativamente recente.

Só depois das demonstrações feitas na Exposição Internacional de Vienna, em 1875, com o motor a explosão, por Siegfried Marcus, é que o petroleo passou à categoria de precioso combustivel, pois antes só se empregava na illuminação. Sua ocorrencia, ao estado verificada em regiões onde os anteriores nos procuravam agua potavel através de poços artesianos, era considerada "um desastre" e o serviço era abandonado. Para o oleo negro não havia a menor applicação. Descoberto, no emtanto, o motor a explosão, que veio revolucionar a industria mundial, verificou-se uma intensa actividade em busca do novo combustivel, desenvolvendo-se parallelamente a industria do automovel. O motor Diesel veio abrir novas e mais amplas possibilidades ao emprego do petroleo.

Ao passo que o motor de Siegfried Marcus só podia usar o petroleo refinado, o de Rodolpho Diesel foi construido para queimar um residuo de petroleo sem applicação. As guerras de guerra e mercante de todo o mundo não tardaram em modificar seus navios, adaptando-os ao novo combustivel, com supressivamente economia de tempo, peso, espaço e pessoal. Para exemplificar, citaremos o caso de um cargueiro que, para se prover de combustivel, exigia, além de grande espaço, o trabalho de 1.200 homens em 20 horas e que, ao se adaptar ao consumo de "fuel-oil", se abastecia em 8 horas com 4 homens.

Ora, nestas condições o petroleo teria de ser, como de facto o é, um dos problemas fundamentaes não só do Brasil, mas de todo o mundo. Generalisou-se a comprehensão de sua importancia. Para um petroleo é um paiz que não pode competir, em qualquer situação, com os que o possuem.

A autarchia economica é hoje uma phenomeno que se manifesta em quasi todos os paizes do mundo. A competição entre as grandes potencias penetra em todos os ramos de actividade. A preoccupação de cada um reduzir aquillo de que necessita para sua subsistencia e cada vez maior. Os paizes de grande densidade demographica procuram alargar os seus dominios territoriaes. A ameaça permanente da guerra mudou o rythmo da vida universal. A tremenda prova de 1914-1918, em logar de servir de aviso á humanidade contra as luctas armadas foi um terrivel germen da desconfiança, da violencia, da destruição. A intranquillidade é hoje o estado normal. Dahi a preoccupação de todos os paizes em torno dos problemas como o do petroleo. A hypothese de uma guerra dos Estados Unidos com qualquer outra potencia seria de consequencias desastrosas para o Brasil, que teria grande parte de sua vida industrial paralysada por falta de combustiveis. Igualmente o nosso systema de transportes seria desorganisado em consequencia da falta de gasolina.

Considerações desta ordem é que fazem do problema do petroleo um assumpto de interesse popular. O que não esta, porém, ao alcance do publico, são as inconfessaveis difficuldades que têm de ser vencidas para a localisação de campos e poços petrolificos.

Não basta querer encontrar o oleo negro ou despertar o interesse do publico pelo assumpto; nada adiantam as campanhas pela imprensa e pelo radio. O problema exige, indistinctamente, todos aquelles tres elementos indispensaveis: riqueza, tempo e dinheiro. E, quando estes ocorrerem, talvez ainda não esteja sufficientemente resolvida a questão, pois nem sempre a descoberta de petroleo permitte a possibilidade de sua exploração.

A PESQUISA DO PETROLEO

O Brasil foi um dos paizes que, em consequencia da Grande Guerra, iniciou o serviço de pesquisas de petroleo. A publicidade feita nos ultimos tempos sobre este assumpto, ao lado do interesse despertado, não deixou de crear no espirito publico uma noção falsa do verdadeiro problema.

Descobrir petroleo, onde a natureza não o poz á vista, é um grande problema. A sua existencia está condicionada a factores tão que ao homem se torna impossivel abrir-lhe, mesmo com todos os conhecimentos da sciencia moderna, o trabalho de pesquisa e localisação de uma area ou de um campo provavelmente petrolifero, mesmo em regiões e zonas consideradas de exploração viavel, mas ver que os resultados negativos se succedem, a cada dia, por toda parte, mais quer que se realisem trabalhos com esta finalidade.

Não existem regras fixas para orientação dos trabalhos de pesquisas. Ha, é certo, uma serie de processos que, com maior ou menor constancia, é commum se seguirem em que se tem revelado a presença de petroleo. P. C. Clapp, Sidney Powers e De Golyer, reconhecidos como das maiores autoridades em geologia de petroleo, e que defendem a theoria da origem organica, geralmente acceita pelos geologos, depois de estudos e observações de longos annos constataram, nos seios em que se deram pe-

Petróleo, um assunto de ontem e, sobretudo de hoje.

sileiro, a maior emprêsa de transporte marítimo, vive no momento de intensa reorganização de sua frota, tornando-se capaz para atender melhor e mais economicamente à economia nacional, tanto no âmbito da cabotagem, como nas suas relações com as nações amigas. A Estrada de Ferro Central do Brasil vive desde anos em regime de autonomia administrativa, sob a fórmula autárquica.

Obrigatoriedade do contrôle mensal da Despesa e Receita públicas, para o que se fará publicar sua exata posição, acompanhada da situação do nosso balanço internacional de contas e do movimento cambial de todos os bancos.

Esta a definição dada ao item VII — Receita, despesa e balanço de contas — ao qual temos dispensado a atenção que cabe em face ainda da escassa divulgação dos elementos oficiais. Estamos agora, por exemplo, numa fase de nossa vida em que as contas públicas são, cada mês, prestadas ao povo. Quanto à situação do balanço internacional de contas, é coisa de que evidentemente se descuidou o Brasil e desde 1938 não se conhece o resultado da balança de pagamentos. No momento estão sendo completados estudos tendentes à determinação periódica da balança de pagamentos.

Cuidava o item VIII das leis imigratórias, um assunto até hoje controvertido. O item IX expresso no sentido de

Desenvolvimento, através de uma superior propaganda educacional, do cooperativismo agrário no Brasil

é assunto bem atual em nossas cogitações, não apenas no sentido agrário, mas no rumo do fortalecimento das próprias instituições democráticas. Ainda agora, no número 144 e neste, 145, divulgamos dois excelentes trabalhos, da autoria de Carlos de Lacerda, que em recente viagem à Europa fôra incumbido por nós de estudar a organização econômica e social, de bases cooperativistas, compreendendo a Inglaterra e os países escandinavos, onde as idéias de Rochdale atingiram o mais alto nível, ao serem praticadas.

A educação econômica, o incentivo ao estudo mais aprofundado da disciplina econômica nas academias e universidades, encerrava a série e pontos de destaque do programa, constante do primeiro número de O OBSERVADOR.

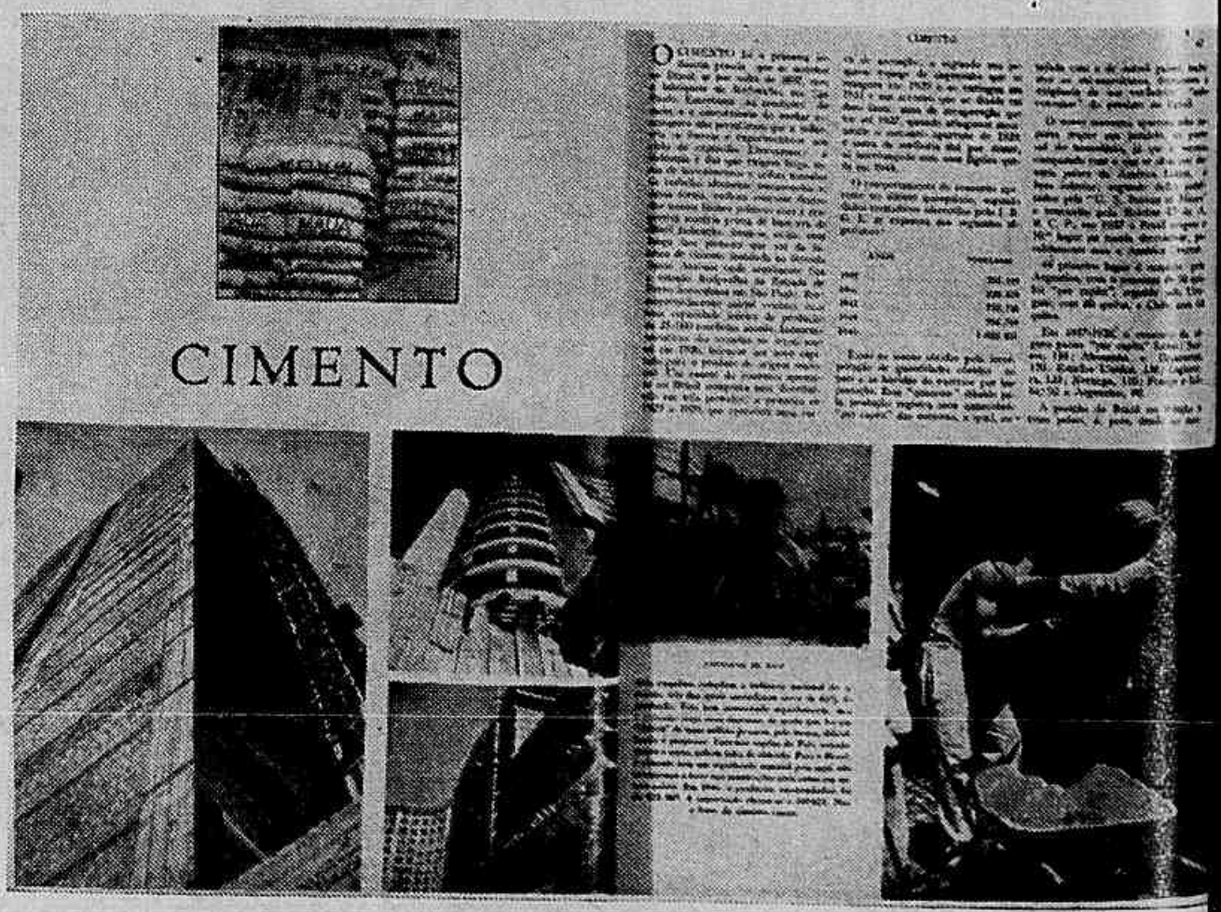
Nos dez itens, porém, não havia qualquer espécie de limitação que nos inibisse de focalizar e debater outros temas. Nunca esteve em nossa mente encarar a economia brasileira tendo em conta particularismos. Ao registrarmos o terceiro ano de vida, vencido como os demais, na luta contra todos os embaraços, "sem jamais desanimarmos diante do vulto da obra apenas iniciada, dano de ombros ao sorriso incrédulo dos incompetentes, dos desencorajados e dos céticos", acrescentávamos:

À esquerda: O OBSERVADOR promoveu uma grande mesa redonda em São Paulo para o debate do problema do crédito agrícola. À direita: Estudando os problemas de uma indústria básica: o cimento.



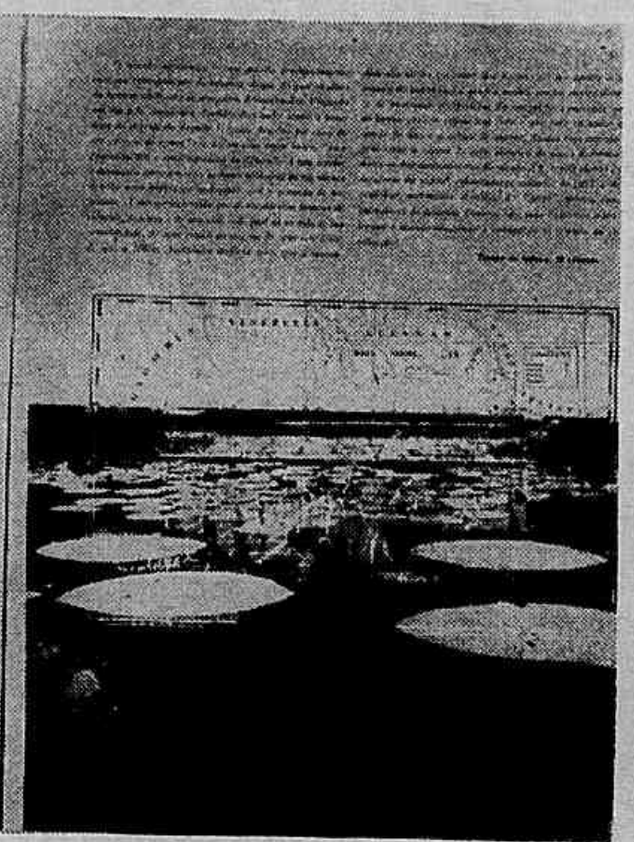
A QUESTÃO AGRÁRIA

"Com o Atual Sistema de Crédito nada é Possivel Fazer!"

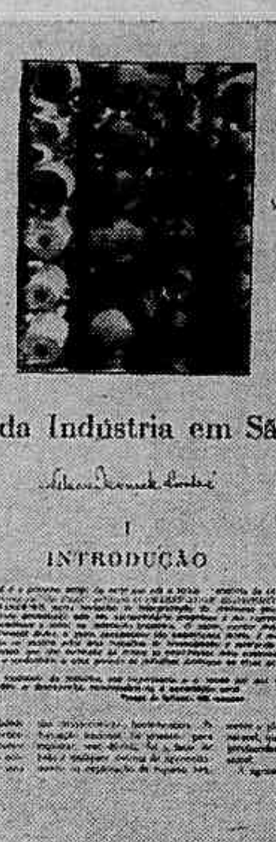


CIMENTO


Conferência da Hiléia Amazônica e seu Resultado






História da Industria em São Paulo

I

INTRODUÇÃO

Quando dissemos que o programa de um jornal é o seu primeiro ano de existência, quisemos acentuar que o critério redatorial de uma publicação não se deve pautar apenas pela estreiteza de um programa de antemão definido, mas cambiar e ampliar-se, à medida que as circunstâncias o exigirem, em tantos programas e tantos planos quantas as necessidades do momento, desde que tudo se conforme ao mesmo critério básico e obedeça à mesma orientação fundamental.

A segurança de sermos sempre nós mesmos, de podermos repetir hoje aquilo que ontem dissemos sem o receio de que nos possam desmentir com as nossas próprias palavras e atos, leva-nos ainda a uma outra reconfissão:

Hoje, porém, mais difícil, mais espinhosa e mais complexa é a tarefa a que nos propomos — porque outros são os tempos e outras, as necessidades do meio. O Brasil entrou num período decisivo de sua vida econômica, fase em que à imprensa está reservado papel relevantíssimo como elemento de cooperação, como instrumento de colaboração, através do estudo das questões que afetam à causa pública.

Mas é também necessário que os homens públicos brasileiros saibam como receber essa valiosa colabora-

As páginas reproduzidas acima refletem o espírito atual da apresentação dos assuntos, valorizados pelo emprêgo de modernos recursos técnicos. Em baixo: na edição de outubro de 1939, divulgamos um completo inquérito sôbre as condições de nossa economia no momento em que foi deflagrada a guerra na Europa.

O OBSERVADOR — 55

O Brasil em Face da Guerra

A GUERRA era esperada por todos. Aquelles que a não esperavam apenas procuravam illudir-se. Uma educação pacifista, em vinte annos de luta, não bastaria para vencer uma necessidade guerreira capaz de reaccender, ao fogo dos combates, a furia dos homens.

Mas si todos esperavam a guerra, nem por isso todos avaliavam seus effeitos sobre os não-combatentes, neutros ou benevolentes, sympathizantes ou refractarios. Presos á illusoria conquista da autarchia, ou por acreditar demais na fórmula politica do "magnifico isolamento", muitos se julgáram immunes de todo contagio guerreiro. Não foi esse um mal particular, americano, brasileiro, mas sim um mal geral, manifestado em quasi todo o mundo. Segundo tudo parece indicar, a Allemanha não contava com a effectivação da ameaça franco-britannica da guerra em auxilio da Polonia, assim como a Polonia, a julgar pela falta de preparação do seu admiravel apparelhamento de defesa militar e economica, ame a promettida ajuda franco-britannica, não contava com a invasão allemã.

Não terá sido, portanto, apenas nosso o engano em torno das consequencias da guerra. O certo, porém, é que si a opinião brasileira lhe muito contava com a guerra, raramente previu e muito menos avaliou devidamente suas consequencias immediatas sobre a economia nacional. Quando as primeiras lavas de guerra, o trafego maritimo se desorganizou e a cambial aos bancos teve de ser evitada pelo opportuno decreto que paralyzou por tres dias o movimento financeiro, de modo a evitar o panico dos depositantes, começou-se a verificar que a guerra não se limita, em seus effeitos, aos paizes belligerantes, e muito menos ás areas attingidas pelo bombardeio.

Ao mesmo tempo que se ia comprehendendo, em toda a sua clareza, o mytho da autarchia, pela comprehensão de que essa mystica não passa de mystificação, percebia-se que, mais do que nunca na historia das lutas entre as nações, esta guerra interessa profundamente a todos os paizes, por mais remotos, por mais distantes que pretendam ficar dos campos de batalha.

Os verdadeiros limites da area de guerra são os limites do mundo. A mais primitiva tribu do centro africano soffrerá consequencias da guerra, porque mudará de dono, terá de pagar tributos a outro, ou verá augmentadas as exigencias dos seus donos actuaes, para compensar as perdas que a guerra acarreta.

Como poderia o Brasil fugir ás consequencias da guerra, em todos os seus aspectos, excluido apenas, graças a uma neutralidade vigilante, o risco de perda de vidas e de territorio?

A incomprehensão nasceu, em grande parte, da illusão da autarchia, que parece ter aqui proporções de culto reli-



ção, saibam compreender êsse alevantado espírito de solidariedade e se apercebam de que na imprensa livre êles contam com o mais poderoso elemento de cooperação que até hoje sustentou os maiores Estados da terra.

DINÂMICA DA REVISTA

Com o lançamento de O OBSERVADOR havia também o propósito de se criar uma nova técnica de revistas de texto no Brasil. Naquele comêço de 1936 não possuíamos nenhum magazine moderno, ilustrado ou não, mundano ou especializado, de grande projeção. No entanto tivera o Brasil, em anos anteriores, publicações à altura não apenas dos seus valores intelectuais, técnicos e científicos, como dos seus próprios recursos de arte gráfica. Depois de 1930, porém, havia começado uma fase de decadência; vários periódicos importantes encerraram mesmo suas atividades naquele ano. Outros depois vieram desaparecendo e, somente um pouco depois de 1936 foram abertos novos horizontes ao mercado das revistas e dos jornais.

Dentre os pontos de vista previamente assentados, deveria O OBSERVADOR ser uma revista técnica de elevada forma analítica e, nas suas páginas não seria usado o recurso da fotografia. Por outro lado, estava proscrita a divulgação de artigos, reportagens ou mesmo comentários ou notícias pessoais; as referências a pessoas, em nossas páginas, deveriam ser limitadas ao interêsse ou relação que as mesmas tivessem com os assuntos aqui tratados e na medida em que fôssem úteis ao seu esclarecimento.

O número um, comparado com os seguintes, pareceu não o programa que desejávamos fôsse o primeiro ano para a vida do periódico, porém uma escola onde tivesse começado a ser vivida uma experiência. Hoje em dia êle é um dos muitos números raros e vale, sozinho, praticamente tanto quanto todos os que vieram depois. Revestiu-se O OBSERVADOR do caráter enciclopédico. Uma coleção sua equivale a um repositório da vida econômica brasileira.

Revendo alguns títulos daquele primeiro fascículo, encontramos: "O Panorama Econômico-Financeiro de 1936", onde eram examinadas a revisão dos tratados comerciais, a valorização do café e o algodão. "O Saneamento da Moeda — O restabelecimento do fundo de resgate e garantia do papel-moeda", artigo assinado por Francisco Sales Filho, então deputado pelo Distrito Federal. Um estudo do Sr. Valentim F. Bouças, sôbre os dois ciclos econômicos da república e o seu comércio exterior, apresentado ao Conselho Federal do Comércio Exterior, e que suscitara um debate entre os Srs. Mário Beni e Maurício de Medeiros, dá margem a que o assunto seja mais amplamente examinado. "Sistema Tributário do Brasil" era o título de um artigo assinado pelo Sr. José Maria Belo, antigo deputado e senador da República, publicista e atualmente representando o Brasil na União Pan-Americana, em Washington. "O Movimento Bancário do Brasil", era outro estudo, êste da autoria de Paulo Frederico Magalhães, então chefe do Serviço de Estudos Econômicos do Banco do Brasil, atualmente um dos diretores do Banco da Prefeitura do Distrito Federal e um dos mais competentes técnicos nacionais em questões bancárias. Câmbio oficial e câmbio livre, carteira de redescontos, perigo de inflação do crédito bancário, salário mínimo, bôlsas e mercados mundiais, estabilidade do dólar, diretrizes do café, balança comercial, custo de vida, eram títulos de outros artigos e trabalhos redacionais. Na íntegra, lá está um importante estudo técnico do Sr. Valentim F. Bouças sôbre a criação do Instituto Nacional de Exportação. Completando tudo isto, intenso material informativo.

Mereceu O OBSERVADOR calorosa acolhida por parte da imprensa nacional. Para os homens empenhados na sua feitura era aquêle primeiro número apenas uma amostra do que seria possível realizar. O segundo número já é uma prova disto. Para o texto dos artigos já então se adota um tipo único, o mesmo de corpo 10 — claro — que ainda hoje utilizamos bem como foi adotado o corpo oito — claro — para as seções; e começa a fazer uso mais intenso de gráficos. Nada menos de 50 páginas estão ocupadas pelas seções informativas.

Com a sequência de números iniciais foi a paginação encontrando a forma que desde o comêço se desejava adotar: de trabalhos completos, fugindo aos cortes e às interrupções. Pela facilidade que oferece ao leitor não dá a êste a idéia das dificuldades que se deve vencer, em cada número, para se conseguir que todos os artigos sejam impressos completos. Um outro detalhe conseguido foi o de simplificar o título de cada matéria, adotando de um modo geral a confecção dêste numa linha única, em matriz uniforme. Com tudo simplificava-se a apresentação, tornando-a clara.

A modificação mais importante introduzida, ainda no primeiro ano, foi a do uso da fotografia. Costumamos, desde o início, proceder à crítica de cada edição lançada, e neste particular, em tempo demos a mão à palmatória:

A experiência nos ensinou. Uma revista de economia no Brasil precisava de ilustrações, porque as revistas nacionais, mesmo as mundanas, em geral, não tinham fotografias brasileiras. Da primeira à última página, da crônica social à reportagem, da seção de culinária à de comentários políticos, tôda a ilustração era recortada, aproveitada ou inspirada em fotografias de ambiente estrangeiro. Faltavam-nos a ilustração nacional. O ambiente, a côr local, o caráter brasileiro, não surgira ainda nas gravuras das nossas revistas. Ficáramos, nesse terreno, naqueles tempos em que Débret e Rugendas andaram fixando os costumes, os usos, os tipos, os interiores, as paisagens do Brasil.

O que desejávamos fazer, o que realmente fazemos até hoje, no campo da ilustração fotográfica, é um esfôrço que honra a imprensa brasileira e que serve ao OBSERVADOR para que êle seja equiparado às melhores publicações ilustradas do Continente, sendo mesmo, no seu gênero, a melhor e mais completa da América Latina. Temos tido a nosso serviço os melhores fotógrafos que têm trabalhado no Brasil e, arcando com despesas não raro bem penosas para a nossa estrutura econômica, temo-los feito viajar por tôdas as partes do território nacional. Possuímos por isto o melhor arquivo de fotografias brasileiras, constituído durante doze anos de trabalho e na sua quase totalidade tôdas as fotografias de que dispomos têm sido divulgadas em primeira mão pelo próprio OBSERVADOR. O capricho com que temos usado o material fotográfico tem sido um incentivo para a arte fotográfica do Brasil, deslocando os artistas da fixação de coisas paradas, verdadeiras naturezas mortas, para os flagrantes de interêsse humano e universal e as fotografias

chamadas de "movimento". Hoje em dia os fotógrafos que nos servem rubricam ilustrações nos periódicos estrangeiros mais exigentes.

Completando seu primeiro semestre, compreendeu O OBSERVADOR que os assuntos direta e indiretamente econômicos não poderiam constituir exclusiva preocupação de uma publicação como esta, cuja autoridade se ia firmando à custa de intransigência e uniformidade de direção.

Abria-se um campo mais vasto à frente: a matéria de interêsse social, que permitia uma ampla multiplicidade de assuntos, de caminhos para tôdas as pesquisas, estudos, análises, depoimentos, inquéritos. A partir de então, todos os problemas fundamentais, do Brasil em primeiro plano e do mundo em segundo, encontrariam nas páginas de O OBSERVADOR tratamento específico. Dando começo à nova tarefa,. já no número 7 se publicava um primeiro estudo sôbre a pecuária e a agricultura nacional. Hoje em dia a série de trabalhos sôbre os dois assuntos, reunidos na coleção, fornecem uma das mais completas fontes de informação e sugestões sôbre os dois ramos da riqueza brasileira.

Com isto o material fotográfico foi fazendo sua entrada, servindo para ampliar a capacidade informativa dos textos com o intenso valor documental e plástico de que é dotado.

OS GRANDES INQUÉRITOS NACIONAIS

Ao lado da função de revista eminentemente técnica, dedicada aos assuntos econômico-financeiros e sociais, compreendia O OBSERVADOR que tinha a cumprir um papel junto à cultura brasileira, com a realização de estudos que correspondessem a prospecções verticais e horizontais. Podemos dividir êstes estudos em dois grupos: os realizados coletivamente, através de "mesas redondas" e aquêles que foram realizados por elementos da redação ou colaboradores da Revista.

Os primeiros foram iniciados com uma série de inquéritos sôbre as profissões liberais e o primeiro dêsses inquéritos versou sôbre "A Economia da Arte"; reunimos, para êsse fim, pintores, musicistas, escultores, romancistas, poetas, publicistas, desenhistas. O segundo dêsses inquéritos foi sôbre "A Economia na Arquitetura" e, posteriormente, "A Economia da Medicina", "A Economia da Advocacia", "Economia da Engenharia", "Economia da Odontologia", "Economia da Farmácia".

Cada um dêsses inquéritos era uma espécie de auto-crítica de uma profissão liberal, correspondia ao seu exame pelo avêsso, revelando-se os excessos e lacunas, críticas e auto-críticas que muito serviram e servem ainda para a fixação tanto dos seus aspectos econômicos, como dos sociais.

O recurso da "mesa redonda" foi sucedido pelos inquéritos individuais, sem que no entanto fôsse excluído das cogitações; utilizamo-lo por exemplo duas vêzes em São Paulo e uma no Rio de Janeiro. Em agôsto de 1946, na capital bandeirante, reunimos no salão de conferências da Secretaria da Agricultura os representantes dos diversos setores da agricultura para uma "mesa redonda" em tôrno da questão agrária: e a maioria das revelações então feitas estão, até agora, desafiando os necessários corretivos. Está o debate em tôrno da questão agrária na edição de agôsto de 1948 — número 115 — na mesma edição em que há um estudo da redação sôbre "Crise Estrutural Agrícola" e uma reportagem "A Tuberculose Corrói a Economia Nacional" onde são feitas estas revelações: I — 100.000 mortos por ano, 826.000 afetados; II — Ataca de preferência homens na idade profissional; III — Prejuízo mensal: Cr$ 1.380.000.000,00.

O outro estudo realizado em São Paulo, em setembro de 1946, e divulgado em outubro — n. 129 — também em volta da "mesa redonda" da Secretaria de Agricultura, girou em tôrno da crise algodoeira e recebeu o título geral de "Pequeno Congresso do Algodão". Debate que durou das 8 da manhã às 20 horas, foi um amplo encontro de tendências e opiniões de técnicos, agricultores, industriais e comerciantes. Aproveitando as observações feitas à margem do "Pequeno Congresso do Algodão", o redator destacado para assistir aos trbalhos, Omer Mont'Alegre, redigiu um longo estudo que se encontra na mesma edição.

O inquérito realizado no Rio de Janeiro reuniu, por tôda uma tarde, técnicos de tôdas as especialidades das agências de publicidade, para uma conversa sôbre os problemas econômicos dêste ramo da imprensa.

OS GRANDES ESTUDOS

Ao lado dos grandes inquéritos, situemos os grandes estudos, alguns dêles tornados mesmo documentos de consulta obrigatória para quantos queiram estudar o assunto focalizado. Para muitos dêsses trabalhos mandou O OBSERVADOR o redator à região específica, oferecendo assim, ao lado de vasta documentação bibliográfica, o testemunho colhido "in loco", além da farta e precisa documentação fotográfica, mapográfica, diagramas, organogramas, gráficos, etc.

Citemos alguns dêsses estudos. Em primeiro lugar nos ocorre "O Rio S. Francisco", tão oportuno hoje quando parece nos encaminhamos para a solução social e econômica dos problemas de uma das mais vastas e mais ricas regiões do território nacional: o assunto, de tão grande importância, mereceu há pouco um longo ensaio do Senador Apolônio Sales: "A Recuperação de um Vale", inserto no número 138. "O Ferro no Brasil", divulgado no número 26, se completa com outros estudos: "O Carvão Nacional", (n. 39), "Itabira Iron Ore" (n. 17), "O Vale do Rio Doce" no n. 48. Acompanhando o desenvolvimento do problema siderúrgico nacional, foram publicados estudos sôbre a usina de Volta Redonda e a Companhia Vale do Rio Doce, bem como um estudo do Coronel Edmundo Macedo Soares e Silva sôbre o aproveitamento do carvão brasileiro na siderúrgia.

"A Colonização Alemã no Brasil", divulgado no número 33, encontra no estudo feito sôbre a colonização japonesa — "O Vale do Rio do Peixe", de Miguel Lins, no número 57 — um outro capítulo para uma história da imigração e seus problemas em terras do Brasil.

Da mesma sorte que o carvão e o ferro, o petróleo e a borracha, matérias primas de igual importância, têm sido objeto de estudos amplos e completos. "O Petróleo do Brasil" (n. 24), "O Petróleo no Brasil" — um estudo feito à margem dos campos da Bahia — (n. 120) e "Petróleo: Economia e Política" (ns. 136-137), oferecem um ângulo completo da questão dos hidrocarbonatos. À borracha dedicamos, em 1943, uma edição inteira: era o período mais crítico da guerra e quando os nossos suprimentos, para a indústria norte-americana adquiriam, não obstante o seu volume, uma importância de vida ou de morte. Na edição de novembro de 1940 (n. 58)

havíamos inserido um estudo de autoria do Sr. Valentim Bouças sôbre "O Vale do Amazonas". Café, algodão, pecuária, diamantes, sal, óleos vegetais, cêras, ouro, todos os ramos da produção brasileira, agrícola ou mineral, extrativa ou não, têm aqui o seu lugar. O número 92 foi inteiramente dedicado a estudos sôbre o custo da vida. Na edição de outubro de 1939 (n. 45), fizemos um levantamento da situação de "O Brasil em Face da Guerra".

Da fase mais recente queremos lembrar ainda as duas séries de Nelson Verneck Sodré, redigidas exclusivamente para O OBSERVADOR: "O Pôrto de Santos" e "História da Indústria Paulista" (ns. 141 a 144) e, de J. Soares Pereira a série intitulada "O Trigo — Um Problema Nacional", inserto nas edições de março e abril de 1946.

Cada um dêstes estudos representa um esfôrço no sentido de ampliar o campo de estudos tanto econômicos como sociais: cada um dêles custa alguns milhares de cruzeiros e não raro, para a confecção de um dêsses trabalhos, devem ser reunidos diversos recursos. Outros capítulos do índice geral que podem ser incluídos neste item dos "grandes estudos" são os trabalhos realizados sôbre várias reuniões e congressos, nacionais e internacionais. Já nos primeiros anos de vida mandávamos por nossa conta exclusiva um redator a Buenos Aires, a fim de assistir a Conferência da Paz, ali reunida para encontrar uma fórmula destinada a pôr têrmo à guerra do Chaco. Amplo espaço dedicamos à Conferência dos Chanceleres, reunida no Rio de Janeiro, em 1942, bem como à Conferência da Paz, reunida em Paris e onde foi nosso representante o jornalista Carlos Lacerda, bem como à Conferência Internacional de Comércio e Emprêgo — reunião preparatória de Londres — onde fomos representados pelo economista Rômulo de Almeida que, igualmente, cobrira para nossa revista a Conferência de Chapultepec e que, no momento se encontra em Havana, como membro da Delegação Brasileira à Conferência de que deverá sair a Organização Internacional de Comércio. Recentemente, por ocasião da Conferência Inter-americana realizada em Quitandinha, realizamos um trabalho que corresponde à documentação completa do certame. Coube, ao jornalista Evaldo Simas Pereira, fazer a cobertura do importante conclave.

No Brasil, reuniões como o Congresso Brasileiro da Indústria, o Congresso das Classes Produtoras (Teresópolis), o II Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria e outros, estão amplamente documentados nas páginas de O OBSERVADOR.

Ao lado dos grandes inquéritos e dos grandes estudos, surgem outras iniciativas de não menor valor para a divulgação de aspectos da vida nacional e de suas realidades. Quanto aos primeiros lembramos a série de "Estudos de Região", título geral sob que divulgamos vários trabalhos de técnicos como o Prof. Afonso Varzea, os Engenheiros Gilvandro Simas Pereira, William W. Coelho de Souza, Beneval de Oliveira; do ensaísta Nelson Werneck Sodré e do jornalista Antônio Lima. As realidades, conforme o documentação dos números e dos fatos, estão na série de reportagens que vimos divulgando há mais de um ano e nas quais temos tido oportunidade de tornar públicas pela primeira vez revelações dos inquéritos do censo de 1940.

OS COLABORADORES

Para realizar todo êste trabalho, inserindo numa mesma edição às vêzes mais de uma dezena de trabalhos sôbre outros tantos assuntos, conta O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO com a sua redação e mais o concurso de amplo quadro de colaboradores. A redação é composta sempre de poucos elementos, aos quais incumbe elaborar ou coordenar os assuntos nascidos propriamente da Revista, isto é, aquêles que ela seleciona no clima da vida nacional e internacional, cuidar da sua apresentação gráfica, tanto pela realização e seleção das fotografias, assistidas sempre pelo redator ou pelo colaborador interessado, promover a confecção de gráficos e desenhos, cuidar da paginação, enfim.

Dentre as publicações brasileiras é hoje em dia O OBSERVADOR aquela que oferece uma paginação mais racional. Não se arreceia a revista de confessar que esta arte não é sua; ela é fruto do estudo dos seus redatores, que acompanham com o mais vivo interêsse os mais modernos aperfeiçoamentos introduzidos nos grandes magazines estrangeiros. Usando inicialmente a paginação em duas colunas, cada uma com 9 centímetros de largura, passamos posteriormente para a divisão em três colunas, de 6 centímetros cada, que permite maior liberdade na distribuição de clichés independente da recomposição em colunas mais ou menos largas, ou seja, na terminologia tipográfica, o "recorrido". Ao lado dessas medidas, tornamos mais correntia ainda a própria paginação, fugindo à disposição tortuosa do texto; passamos simultaneamente a jogar mais com o branco, isto é, a utilizar maiores espaços em claro, tanto ao lado dos clichés como em volta dos títulos, o que incontestavelmente dá maior projeção à gravura ou à cabeça da matéria. Em alguns casos utilizamos fios grossos, para com isto dar maior equilíbrio a determinadas apresentações. Intensificamos a aplicação do pequeno desenho objetivo, também. As paginações maciças, de texto ou de fotografias, se tornam monótonas, ao passo que as marcadas ou entremeadas de pequenos desenhos, em determinados casos, não somente despertam maior atenção para o assunto tratado como auxiliam à memória na fixação do raciocínio decorrente da leitura.

Nada disso porém é de aplicação rígida. A melhor lei a nosso ver, neste particular, é a assimilação do que há de melhor nos demais, enriquecida com a nossa própria experiência.

O detalhe mais importante que se nota na apresentação de O OBSERVADOR, desde 1945, é a impressão das capas a côres, tendo a clássica fotografia sido substituída pelo desenho. Utilizado inicialmente o processo de impressão direta, passamos a utilizar para as capas a impressão indireta — off-set — utilizando inclusive um tipo de papel encorpado e poroso que melhor que o papel brilhante (couché) se presta a êste sistema de impressão. Temos apresentado capas verdadeiramente originais, desenhadas exclusivamente para O OBSERVADOR por Arí Fagundes, artista laureado, de indiscutíveis recursos, pertencente à escola moderna.

Com todo êste esfôrço no intuito de apresentar uma publicação cada vez mais atraente, mais viva, mais conforme à época em que vivemos, interessa a revista não apenas ao leitor, porém ao colaborador. Pode O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO se orgulhar de haver estimulado o interêsse pelos estudos econômicos e sociais e pode, outrossim, afirmar, que o Brasil possui hoje uma equipe de valores positivos, apta a prestar os mais assinalados serviços ao país. Aliás o govêrno da Repú-

blica, compreendendo a função do economista, tem prestigiado a economia, valorizando os seus quadros funcionais com a inclusão no mesmo de economistas. Tanto no Conselho Federal do Comércio Exterior, como no Departamento Nacional de Indústria e Comércio (Ministério do Trabalho), no Ministério da Fazenda, no Ministério da Agricultura, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nos Institutos do Açúcar e do Álcool, do Pinho, do Mate, do Sal, como em entidades da ordem da Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nac. do Comércio, Associações Comerciais, Federações regionais e mesmo Sindicatos, milita hoje uma grande equipe de economistas jovens, feitos na experiência dos problemas brasileiros.

Nos próprios quadros superiores da administração estão hoje homens que foram em anos passados, ou ainda hoje fazem parte, do quadro de colaboradores de O OBSERVADOR. Apresentando excusas pelas omissões naturais, poderemos citar de momento e de memória, o Sr. Daniel de Carvalho, Ministro da Agricultura; o Coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva, Governador do Estado do Rio de Janeiro; os Senadores Roberto Simonsen e Apolônio Sales; o Sr. Samuel Duarte, Presidente da Câmara dos Deputados; os Deputados Aliomar Baleeiro, Luís Viana Filho, Rui Santos, Daniel Faraco, Clodomir Cardoso, Gilberto Freyre, Hermes Lima, José Augusto, Sales Filho, Leite Neto, Deoclécio D. Duarte, Alberico Fraga.

Além dos nomes já citados no corpo desta reportagem, lembraríamos mais aqui: da equipe mais antiga e hoje afastada de nossas páginas por outros afazeres, os nomes de Teófilo de Andrade, Garibaldi Dantas, Gileno De Carli, Mário Beni, Eurico Dias Martins, Nóbrega da Cunha, Oliveira Viana, Artur Tôrres, Rubens do Amaral, Rafael Xavier, José Maria dos Santos, Artur Coelho, Octavio Domingues, Filgueiras Filho, Newton Freitas, Galeão Coutinho, Rafael Kamprad, J. Kingston, Roberto Lyra, Graciliano Ramos, J. Martins Rodrigues, Cecília Meireles, Sérgio Milliet, Osvaldo M. de Carvalho e Silva, Caio Prado Júnior, Clovis de Gusmão, Érico R. Nobre, Alberto A. C. de Gusmão, Benjamim Hunnicut, Osvaldo Benjamim de Azevedo, Humberto Bastos, Otávio Bulhões, etc.

Dos novos, feita a mesma ressalva pelas possíveis omissões, citemos B. de Aragão, Aristóteles Moura, A. de Miranda Bastos, Richer Lewinshon, Piragibe da Fonseca, Fernando Tude de Sousa, Manuel Diégues Júnior, José Eurico Dias Martins, Andrade Gouveia, José Ribeiro, D. Duque Catão, Valdiki Moura, Aguinaldo Costa, Raul Lima, Afonso Arinos de Melo Franco (de quem publicamos no número 125 em primeira mão o capítulo inicial de sua "História do Banco do Brasil"), Heitor Ferreira Lima, Brigadeiro Antônio Guedes Muniz, Marcos Monte Lima, etc.

Na redação temos reunido: Evaldo Simas Pereira como redator principal; Omer Mont'Alegre como redator secretário e mais Afrânio C. Melo, Heitor Marçal e Valdemar Cavalcanti. A parte fotográfica está a cargo de Mozart A. da Silva, recorrendo também O OBSERVADOR a Eric Hess; gráficos de Francelino Nunes e trabalhos de arte de Israel. Dirigem atualmente O OBSERVADOR os Srs. Oyama P. Teixeira e Rodolfo C. de Medeiros.

Não obstante o seu corpo de colaboradores e redatores, sempre que julga de interêsse recorre O OBSERVADOR a personalidades tanto da alta administração ou do parlamento, como de atividades privadas, a fim de colher em artigos especialmente escritos pensamentos e opiniões sôbre fatos e acontecimentos da vida nacional.

NÚMEROS RAROS

Pela sua própria natureza não pode O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO ser o que se chama uma revista popular; deve por muito tempo ser uma publicação de elite e, em função dessa elite, ter limitada a sua circulação. Bem seria do nosso agrado que ela estivesse em tôdas as mãos. Mas em compensação ela circula dinamicamente e uma grande percentagem dos seus exemplares têm o destino de bibliotecas das entidades e dos homens de estudo.

Por isso mesmo criou-se um mercado para os números atrasados, muitos dos quais atingem preços elevados. Alguns, como o 1, 39, 60, 98 por exemplo, são efetivamente raros. Não raro deparamos, no "Jornal do Comércio", "Jornal do Brasil" ou "Correio da Manhã", anúncios de compra ou de venda de coleções completas ou de números valorizados.

Comercialmente seria para a revista, muito mais interessante, se as suas tiragens pudessem ser calculadas em dezenas de milhares de exemplares. Mas devemos nos satisfazer com os milhares contados por unidades, valendo porém pela sua permanência, pelo valor constante de qualquer publicidade divulgada.

Desde o seu primeiro número tem O OBSERVADOR procurado ter base econômica justamente na cessão de espaço para a divulgação de anún-

COMPANHIA DE PROPAGANDA. ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO

End. Telegráfico PROPAC Rio de Janeiro

IMPORTAÇÃO EM GERAL

Produtos Químicos, Farmacêuticos e para Industqias, Explosivos "ATLAS", Agua-raz, Chapas Prstas, Cabos de Aço, Tubos Galvanizados, Eletrodos, Barras, Arame e Ferros em Geral.

Locomotivas, Guindastes e Materiais Ferroviários e Portuários, Motores Diesel para fins Industriais e Marítimos, Automóveis, Caminhões, Tratores, Máquinas Agrícolas, Material Rodoviário, Betoneiras, Britadores, Compressores de Ar, Escavadeiras etc.

ESCRITÓRIO	SECÇÃO DE FERRO	PRODUTOS FARMACÊUTICOS
Av. Rio Baanco, 85 - 14º. - tl. 23-2101	VENDAS: Rua 1º. de Março, 71 - A - 8º. - tl. 43-4831	Rua Camerino, 61 - tl. 23-3432
OFICINAS	DEPÓSITO: Rua Sotero dos	SALÃO DE EXPOSIÇÃO
Rua Camerino, 81 - tl. 23-6211	Reis, 13 - tl. 28-8000	Av. Oswaldo Cruz, 95 - tl. 25-2307

cios ou de matérias de interêsse comercial. E' bem caro, porém, o custo de cada exemplar, custando um pouco mais, mesmo que o preço de sua venda avulsa. A manutenção efetiva decorre, por conseguinte, do maior volume de anúncios. Graças ao elevado teor, à apresentação, tem O OBSERVADOR contado com a compreensão não apenas das emprêsas de publicidade, como das mais importantes organizações comerciais e industrias do Brasil.

Resta ainda o caráter que tem O OBSERVADOR de circular no estrangeiro, indo às grandes emprêsas internacionais, às universidades, às bibliotecas. Em trabalhos publicados nas línguas mais universais, como o inglês, francês, espanhol, italiano, alemão, sempre que surge uma referência ao Brasil, sôbre sua organização econômica, sua vida financeira ou social, não raro encontramos citado um trabalho inicialmente divulgado aqui.

UMA ENCICLOPÉDIA

Examinando bem o material contido nos números que compõem os doze anos de vida decorrida, podemos nos definir assim: uma enciclopédia econômica brasileira. Uma publicação de cultura e informação tanto para a vida pública e privada, como para os estudiosos e estudantes. Muitos dos grandes estudos e inquéritos a que fizemos referência são considerados como fonte de consulta em cursos como os do Estado Maior do Exército, de administração e organização. Os estudantes das escolas de economia, os que frequentam os cursos universitários, encontram no OBSERVADOR o elemento brasileiro, o fato local, com que exemplificarem o seu estudo teórico.

Tudo isto é um patrimônio. E um patrimônio que em doze anos sucessivos tem sido construído mercê de sacrifícios, às vêzes, de interêsses pessoais dos que aqui trabalham. Devemos agradecer a inspiração que presidiu ao lançamento da reivsta, por tê-la mantido independente de grupos que facilmente poderiam sujeitá-la a concessões que teriam desvirtuado inteiramente a sua finalidade.

Desejamos continuar vivendo assim. Fiéis às palavras da apresentação contida no primeiro número, oferecemos como programa para o futuro tudo quanto fizemos no passado. Desejamos a cooperação mais estreita com os estudiosos brasileiros, que todos nos tragam a sua colaboração, que critiquem, mas também que ajudem a tornar mais conhecido, mais difundido O OBSERVADOR.

Vive hoje o Brasil uma fase decisiva, em que se juncionam conjunturas interna e externa. Está o mundo atravessando um momento de transição, em que as fôrças que venceram a guerra contra um inimigo comum, repostas nas fronteiras dos seus ideais, travam entre si uma outra luta, ideológica e econômica, plena de inquietação e agitação, mas da qual sairá vitoriosa a luz mais forte dos ideais de liberdade e fraternidade.

A ciência econômica tem, no mundo novo que surge, um papel de importância superior e nos países jovens, cuja economia atravessa ainda a sua formação, esta importância redobra pelo muito que há a construir e consolidar. Desejamos, no Brasil, ser uma das colunas de sustentação. Ao iniciarmos o 13.º ano de circulação, não são outros os desejos que nos animam. Estamos afeitos à luta em todos os seus sentidos. Temos conosco a cristalização de doze anos de experiências repetidas e, afirmamo-lo, tudo isto não foi em pura perda.

Acabamos de receber nova remessa dos famosos climatizadores portáteis **Carrier** — resultado de anos de experiência nos ramos do condicionamento do ar e da refrigeração

CONDICIONADORES DE AR PARA INSTALAÇÃO IMEDIATA

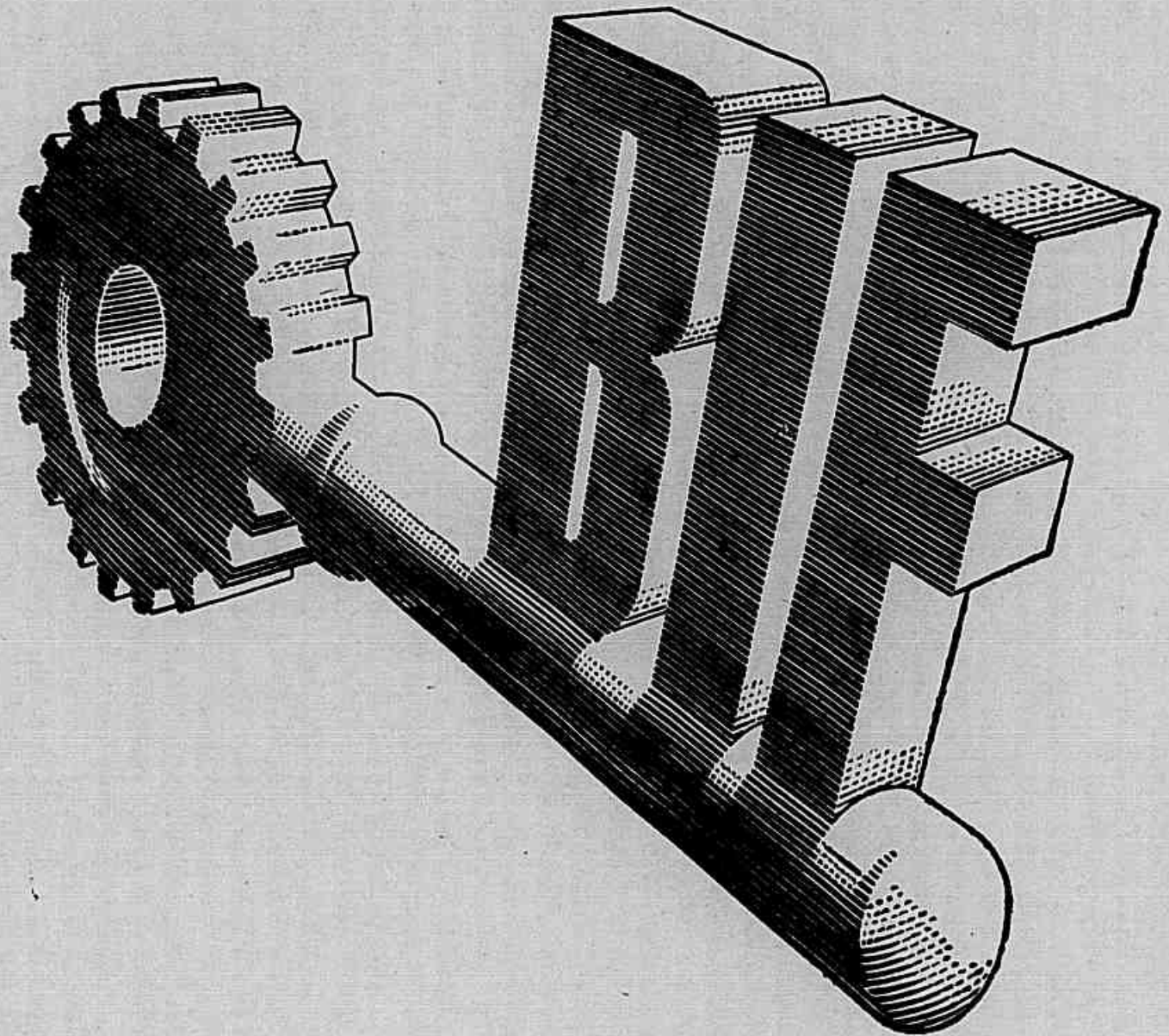
DEPARTAMENTO DE VENDAS

CARRIER ENGENHARIA S. A. *Av. Nilo Peçanha, 155 - 3.º and. - Tel.: 42-8165*

Carrier A PIONEIRA DO CONDICIONAMENTO DO AR

LONDRES & BIRMINGHAM

BRITISH INDUSTRIES FAIR



1948

Maio 3-14

A 3 de Maio de 1948, quando fôr inaugurada a Feira das Indústrias Britânicas, compradores de todas as partes do mundo terão oportunidade de examinar os produtos de 3.000 fabricantes do Reino Unido.

Esse acontecimento anual constitue a maior feira comercial do mundo. Sua amplitude e importância aconselham Vossa Senhoria a conhecê-la pessoalmente. Terá, então, a certeza de que poderá se entender com o próprio produtor ou seu distribuidor exclusivo e encontrará os artigos cuidadosamente agrupados segundo o ramo da indústria, de maneira que as comparações possam ser feitas com presteza. Acima de tudo, Vossa Senhoria terá ocasião de observar novas realizações, novos métodos de manufatura e novas concepções, sempre executadas com absoluta habilidade.

Essa será sua única oportunidade, em 1948, de examinar, em poucos dias, as realizações de 87 indústrias do Reino Unido.

Qualquer informação pode ser obtida na Embaixada Britânica no Rio de Janeiro, ou no Consulado na Capital do seu Estado.

O Caso da Rússia

Carlos Lacerda

MUITO há que ver, ainda, sôbre os aspectos peculiares do cooperativismo em cada país ou região do mundo. Ainda recentemente, quando da estada no Rio da missão parlamentar britânica, um dos ilustres MP que nos visitaram, o trabalhista George Saville Woods, fêz-nos uma exposição sôbre o movimento cooperativista, do qual é um dos veteranos, na Eslováquia. Nessa exposição, por nós promovida, o Deputado Woods acentuou como na aludida região a luta pela melhoria da vida do povo se impregnou do espírito de afirmação nacional contra a tendência absorvente do govêrno tcheco-slovaco e a crescente influência da Rússia. Assim, ali, o cooperativismo foi dotado de uma estrutura política muito sólida e preeminente, a par de um completo sistema de federações para cada gênero de atividades.

Mas não se pode falar tudo de uma só vez.

E' natural, no entanto, que vejamos desde logo alguma coisa sôbre as cooperativas na Rússia, E' difícil abordar êsse tema. Torna-se necessário afastar, desde logo, a massa de silêncio que luta com a massa de propaganda, às portas da realidade russa. Os cooperativistas ingleses que lá estiveram em missão durante a última guerra — entre êles o Deputado Woods, pude-

VETERANOS EM DISCUSSÃO

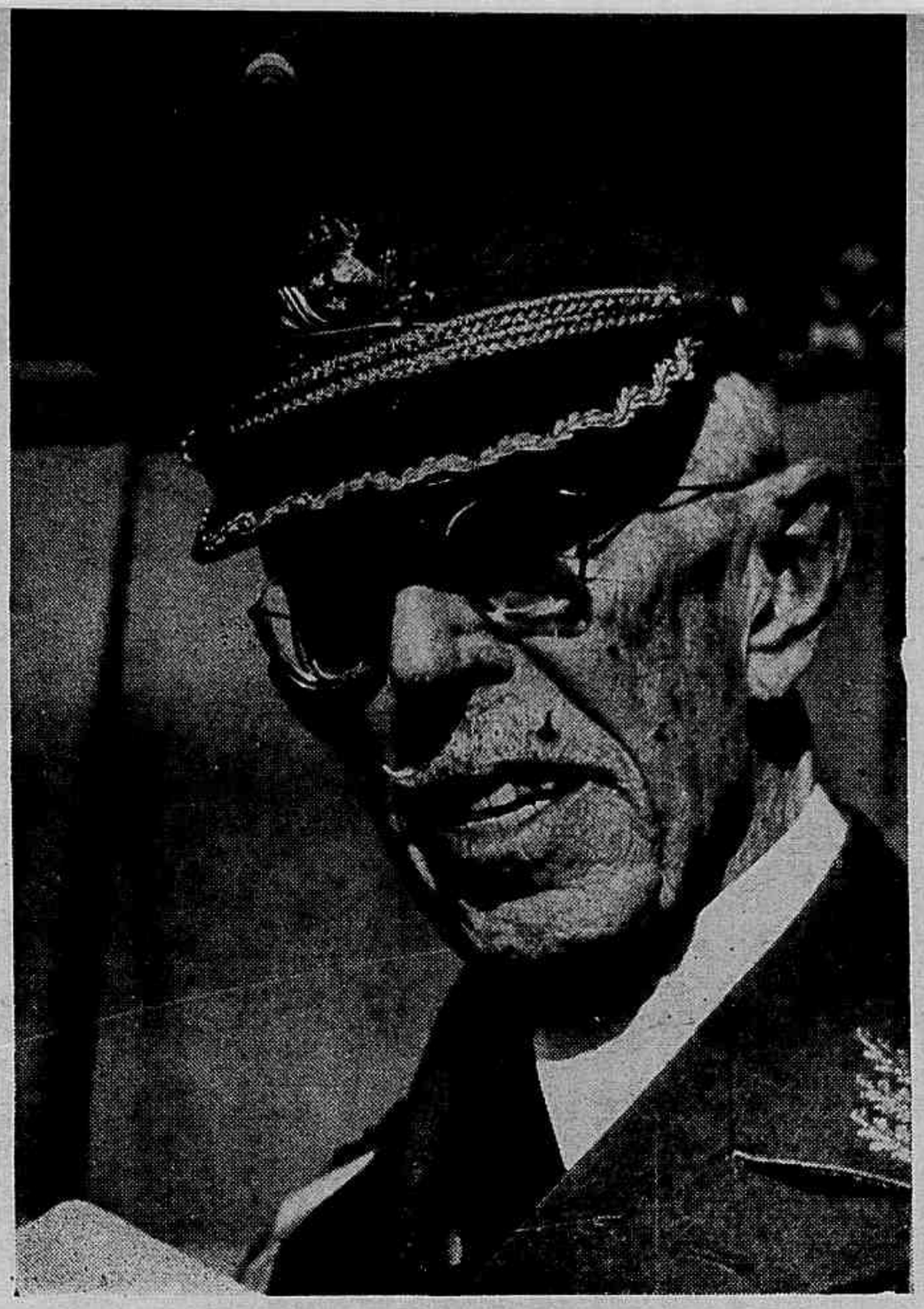
Aspecto definitivamente democrático das cooperativas. Reunem-se os veteranos dos Grupos de Discussão, mantidos pelas cooperativas, no gabinete do sr. Albin Johansson. Um eletricista, um administrador de fazenda, e donas de casa às quais Johansson perguntou com um sorriso: "Como arranjam tempo para cozinhar e lavar a roupa?" (Foto — O OBSERVADOR).



ram ver alguma coisa dessa realidade. Mas o seu relatório ressente-se das exigências da propaganda. Eram, afinal, aliados em plena fase militar da guerra. Calcam com ênfase particular certos aspectos, enquanto sôbre outros deslizam — por exemplo, o contrôle do Estado sôbre as cooperativas.

Desde logo, porém, há um fato que ninguém contesta. O cooperativismo na Rússia não começou com a Revolução. Data de 1865. Desenvolveu-se precisamente depois de malograda a primeira revolução, a de 1905, quando o povo, ao ver que um caminho meramente político não resolvia os seus problemas imediatos, enveredou pela cooperativa. Em 1918 já haviam 35.000 sociedades cooperativas com 11.550.000 membros, na Rússia, e o valor de suas transações já correspondia a 40 por cento do comércio a varejo. Em 1913 já havia uma Escola de Cooperativismo, de grau universitário, na Universidade de Moscou. (1)

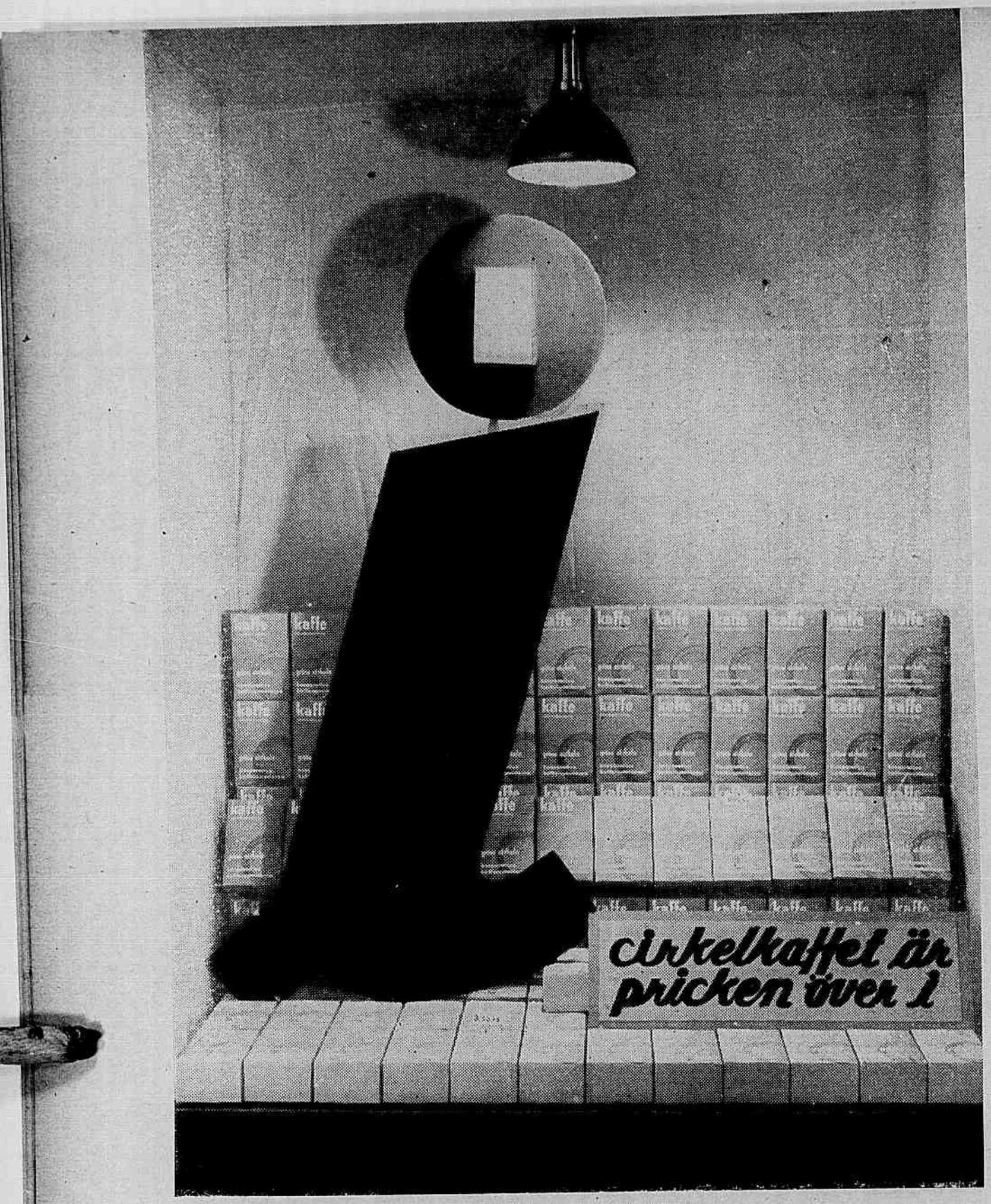
(1) — Além dos relatórios do movimento cooperativo inglês sôbre as cooperativas na Rússia, é útil consultar a "Encyclopedia of Social Sciences, verb. "Cooperation", e o volume "Co-operation in the Soviet Union", estudo preparado para a Sociedade Fabiana pelo Dr. N. Barou, (Londres, Victor Gollancz, Ltd., 1946).



REI DE UM PAÍS SOCIALISTA

Êste que vemos acima é Gustavo, rei de um país socialista. Sem o querer, pode ser tomado como símbolo do fracasso soviético. Em baixo: apresentação de gêneros alimentícios numa loja cooperativa da Odengatan, em Estocolmo. (Foto Sandels — O OBSERVADOR).





CAFE' NA VITRINA

Apresentação de café brasileiro na vitrina de uma loja cooperativa dos arredores de Estocolmo. (Foto Konsum — O OBESERVADOR).

Ao desencadear-se a Revolução russa havia naquele país, segundo MAKEROVA, no estudo (*"Consumers Cooperation during the ten years of Soviets", editado em Moscou,* 1927), cinquenta e cinco mil sociedades com um total avaliado em 8 a 9 milhões de membros, que na sua maioria apoiavam os partidos socialistas. Igualmente o Dr. N. Barou salienta que os comunistas, então, não contavam com o apoio da maioria dos cooperados.

Quando Sidney Webb, já muito idoso, publicou seu livro sôbre a Rússia — o mais fraco, aliás, de tôda a sua numerosa bibliografia, e precisamente o único que está traduzido no Brasil — havia naquele país mais 77 milhões de cooperados. Em 1944, segundo Joseph Reeves, que lá esteve três vêzes, o número de cooperados na Rússia baixou para 45 milhões. Por que? Porque as cooperativas urbanas *foram em grande parte absorvidas pelo Estado, através* do Comissariado do Comércio Interno, que detém o truste do comércio a varejo. (2) O Govêrno passou a financiar as cooperativas, que são mais de produção agrícola (kolkhozes) do que de consumo. O consumidor ficou inerte nas mãos do Estado-comerciante, Joseph Reeves, socialista e simpatisante declarado do regime russo, escreve: "O Estado passa a ser responsável pelas áreas urbanas (comércio a varejo) e o movimento cooperativista pelas áreas rurais". (op. cit., pág. 113).

Assim se foi deformando o sentido e a própria natureza da cooperativa que é, hoje, em grande parte um simples órgão do Estado super-burocratizado.

Nem seria de admitir que, inexistindo condições para o livre debate, para a crítica livre, para a livre associação — sejam quais forem as razões



COOPERATIVA DE

Estas três fotografias nos recordam as lojas

capazes de explicar essa ausência de liberdade — viessem elas a existir precisamente e unicamente na cooperativa.

NO BRASIL

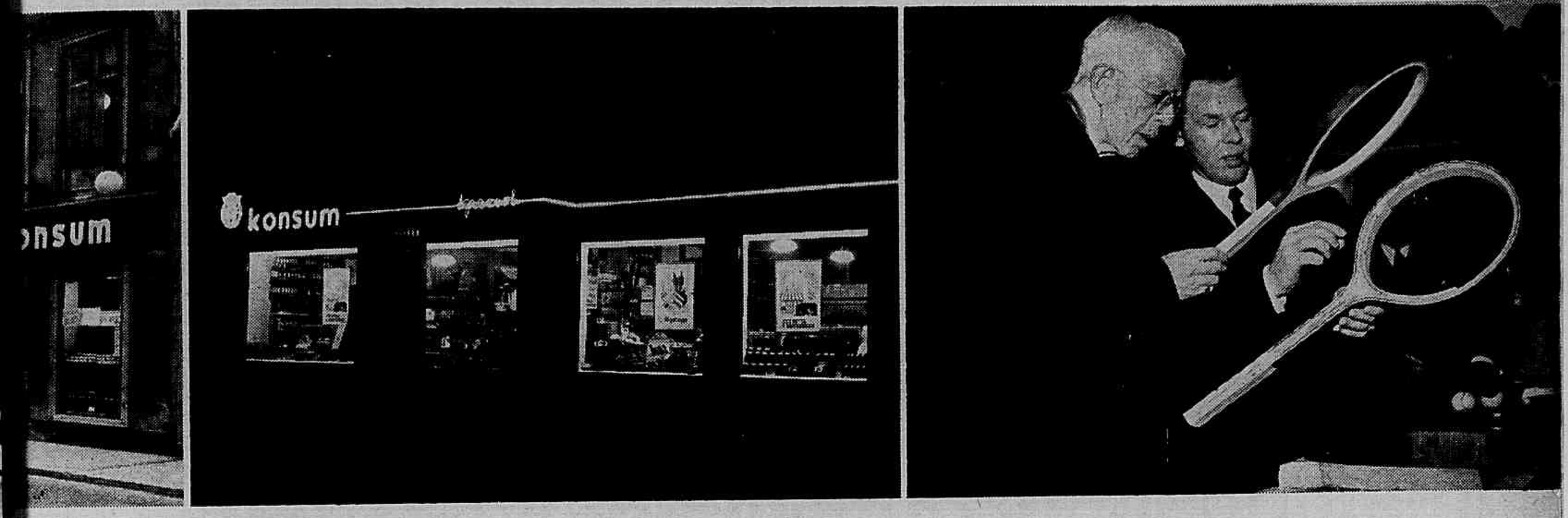
Um dos mais graves sintomas do enfraquecimento da riqueza nacional é, sempre, o aumento desproporcionado do número de intermediários. O número relativamente normal de comerciantes, que corresponde à necessidade de distribuição e de acessibilidade dos produtos, por parte do consumidor, ao se converter em número exagerado, em comparação com o volume da produção e com as possibilidades do consumidor, denuncia um mal latente que não tarda em vir a ser agudo. Estudos feitos na França, em 1946, revelaram pela análise do número de intermediários a alarmante decadência, o enfraquecimento progressivo da economia nacional. No Rio de Janeiro, sem que ainda tenham os especialistas meditado bem sôbre o que representa a saída de tanta gente da produção para o setor da distribuição de produtos cada vez mais escassos, já o Sr. Arruda de Albuquerque (citado pela revista "Cooperação") observava, em agôsto de 46 que já existem:

— 1 padaria
— 1 quitanda
— 1 botequim e
— 1 restaurante

para cada grupo de 140 pessoas, ou de 23 casas.

---

(2) — Joseph Reeves, "A Century of Rochdale Cooperation", pág. 111, etc.



CONSUMO

de cooperativas de consumo na Suécia. Na última delas, o rei Gustavo comprava raquetes.

O fator de eliminação dessa anomalia nço é, está provado que não é o tabelamento; não são as comissões de preços, burocráticas, às vêzes venais, sempre ineficazes e empíricas. E' precisamente a cooperativa. Mas, até o nome "cooperativa" ficou desmoralizado com as da Pesca e a do Leite, no Rio, e as de Pernambuco, nas quais o que realmente se fazia, com raras exceções, era uma tentativa de monopólio do comércio por intermédio de uma casta burocrática, nomeada — já se vê — pelo govêrno. E' preciso não esquecer, nem por um momento, que a cooperativa de que falo nada tem que ver com o cooperativismo da legislação do Estado Novo.

Não posso, agora, fazer o exame da legislação cooperativista brasileira, que deve ser urgentemente reformada. Mas, fizemos desde logo êste truísmo: cooperativa não se faz por decreto. Isto no entanto não significa que devamos ser pessimistas e nem mesmo quer dizer que devamos rejeitar tôda a experiência até aqui acumulada, mesmo no Brasil. Pelo contrário, devemos cerrar fileiras com todos aquêles que têm procurado dar impulso ao movimento cooperativista no Brasil, desde que não o tenham feito por baixo cálculo político e com uma incompetência irremediável.

O principal argumento dos pessimistas assenta no atraso cultural da maioria do nosso povo, e na tendência nacional — que é inegável — para a irresponsabilidade, sendo a cooperativa um instrumento de compreensão e uma arma de gente responsável. Foi com êsse mesmo argumento que o Comité Oficial de Inquérito designado pelo Govêrno inglês para a Malaia, em 1911, concluiu contrariamente à cooperação, devido ao caráter e ao atraso cultural dos malaios. Contudo, criado ali um Departamento de Cooperativismo, dez anos depois o Registro (inglês) de cooperativas anotou o seguinte: "os desfalques nas cooperativas malaias foram notavelmente poucos em número"... (etc.)

Confesso que ao ler essa demonstração, que se encontra no estudo da Sociedade Fabiana sôbre o cooperativismo nas regiões coloniais, tive uma sensação de alívio. O caráter endêmico do desfalque, a incidência do peculato como doença resultante da irresponsabilidade nacional, têm-me feito hesitar muito sôbre o êxito do cooperativismo — que é essencialmente baseado na probidade e no decôro. Mas, se os malaios se regeneraram, por que não os brasileiros?

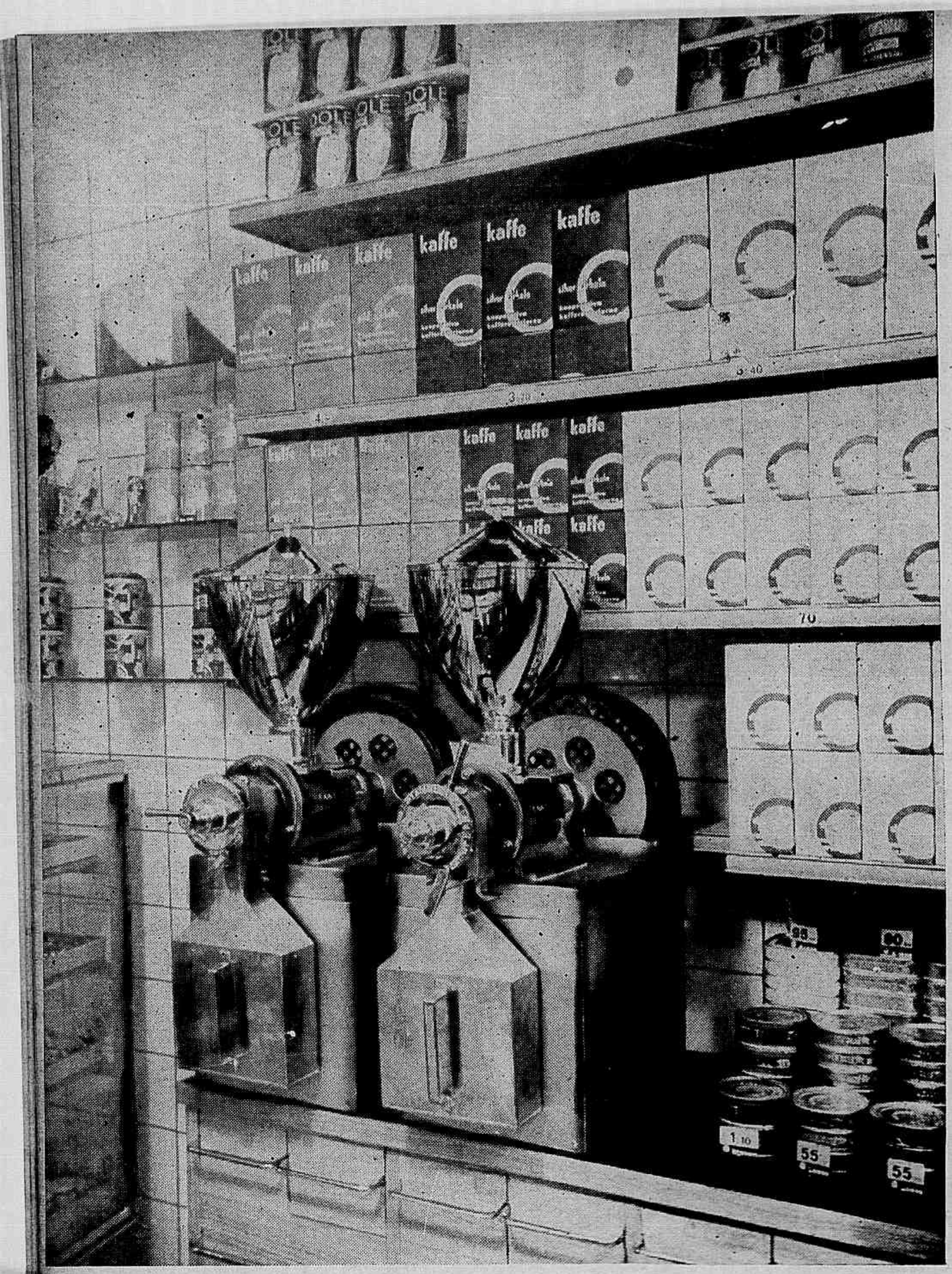
Aos que dizem que a cooperativa é resultante da elevada educação cívica de dinamarqueses, suecos, etc., não ofereço uma resposta minha. Aqui está a resposta do Relatório da Sociedade Fabiana:

"Diz-se que o sistema dinamarquês exige elevado nível de confiança mútua e difusão ampla de capacidade comercial, de que não dispõe o povo das colônias. O exame dos fatos, porém, mostra que êsses chamados requisitos preliminares são, na realidade, resultantes da agricultura cooperativa dinamarquesa. Há setenta anos passados, depois que os prussianos e os austríacos jogaram os dinamarqueses para fora das férteis províncias do Schleswig-Holstein, lançando-os às planícies arenosas que êles hoje ocupam, o campesinado dinamarquês era analfabeto e roído de miséria. O país passou da pobreza à prosperidade, em período relativamente curto, em consequência da introdução de métodos de agricultura cooperativa combinada com a difusão das escolas populares — o grande movimento educacional que surgiu, também, do seio do povo."

Assim, podemos concluir que todo programa de cooperação deve desenvolver-se paralelamente à vontade e à capacidade do povo no sentido de melhoria de suas condições. Só assim um beneficia o outro, em vez de envolvermos o problema num círculo vicioso insolúvel.

O EXEMPLO CHINÊS

Foi com a invasão japonesa que a China se voltou para o cooperativismo. J. B. Taylor, um inglês, propagou os princípios de Rochdale na China. Os estudantes das universidades ajudaram-no, procurando ler, conhecer, para ensinar a formar cooperativas e a fazê-las trabalhar. Pouco material disponível se encontra, ainda, sôbre o cooperativismo na China. Reeves cita o volume "China builds for Democracy, a Story of Cooperative Industry", por Nym Wales, para o conhecimento da verdadeira revolução industrial que o cooperativismo está fazendo na China. Nym Wales, espôsa de Edgar Snow, de quem se conhe-



CAFE' PARA O POVO

Pequeno moinho para o varejo do café numa loja cooperativa sueca. (Foto Konsum — O OBSERVADOR).

ce um curioso volume sôbre a China, intitulado "400 milhões de consumidores", passou nove anos naquele país e afirma que êle pode converter-se numa sociedade democrática de base cooperativa, como alternativa ao fascismo e ao comunismo. (*Reeves, op cit. pág.* 150-1). "Pelos métodos de Rochdale, de financiamento de administração, escreve Reeves, a China mostra que um povo (ainda) atrasado pode improvisar um caminho para industrializar uma economia agrária, primitiva, que durante muitas eras não viu maiores transformações". "A aldeia chinesa converte-se em centro de indústria, abrindo assim caminho àquele equilíbrio entre a agricultura e a indústria, do qual todo Estado moderno tão desesperadamente necessita".

Em agôsto de 38 começou a primeira cooperativa industrial da China, em Paochi, nos confins do país, fundada por nove ferreiros. Em nove meses, 1.200 sociedades se formaram. (*Reeves, pág.* 151). Em dois anos, nada menos "de cinco centros diretores para essa cadeia de cooperativas haviam sido criados, supervisionando, aconselhando e dirigindo a obra cooperativa em tôdas as 18 províncias da China, à exceção da região de Changai". O govêrno chinês emprestou 2.500.000 dólares, pagos com juros módicos em tempo relativamente curto. Dessa verba, 50 dólares destinaram-se à instituição de uma sociedade de assistência médica cooperativa, 100 dólares a uma fábrica cooperativa de sabão — e assim por diante, nas mais variadas formas, da maior à menor sociedade. Uma sociedade capaz de proporcionar emprêgo a cem refugiados dos territórios ocupados pelo inimigo podia ser financiada com apenas 700 dólares. E a primeira cooperativa, a dos ferreiros, mereceu do seu secretário, outro inglês, Alwyn Hogg, estas palavras na aldeia de Paochi: "A Cooperativa de Ferreiros é o milagre de Paochi".

Reeves salienta, como é óbvio, que as condições da China diferem das da Inglaterra. Acrescento que se parecem muito mais com as do Brasil. Além de que, na China, antes de ocupar-se propriamente do consumo em grande escala é preciso tratar da produção em escala suficiente para o consumo, por meio de desenvolvimento de cooperativas de produção, de tarefas educativas, de compra de máquinas, etc., outra circunstância deve ser acentuada:

"A cooperação voluntária é um poderoso instrumento — escreve Reeves — *quando a sociedade se desintegra e o capitalismo entra em colapso, como aconteceu (na China) na crise de 1937. A cooperação voluntária é (então) o único meio de criar a engrenagem da produção e da distribuição numa sociedade que, devido ao seu atraso, não está preparado para o socialismo. E digo isto, esclareçe Reeves, a despeito do exemplo da revolução soviética. A gente mais simples do povo aprende logo a cooperar quando está em dificuldades. A cooperação é uma excelente ama-sêca para o socialismo, e na verdade o socialismo só pode vir pelo caminho da cooperação voluntária".*

Quanto à impossibilidade do financiamento, também alegada pelos pessimistas para o caso brasileiro, basta considerar o seguinte: assim como o dinheiro despendido na construção do cassino de Araxá, (300 milhões de cruzeiros) daria para construir uma refinaria de petróleo, o dinheiro destinado à especulação sôbre algodão (450 milhões de cruzeiros), se aplicado no desenvolvimento da produção agrícola em base cooperativa, alicerçada no colonato livre, na imigração e na pelo menos relativa melhoria do transporte, teria resolvido o proble-

ma da carência de gêneros de primeira necessidade, no Brasil.

Qualquer plano de govêrno que menosprezar o papel fundamental da colonização livre e da produção agrícola cooperativa, é plano destinado a malograr.

O EXEMPLO DE REGIÕES COLONIAIS

Um estudo a que de passagem já me tenho referido, magistral e completo, é o da Sociedade Fabiana. Intitula-se "Cooperation in the Colonies". E' um relatório do Fabian Coloniau Bureau, com prefácio de C. F. Strickland, pioneiro do cooperativismo na África, (London, George Allen & Unwin, 1945). O Comité Especial que elaborou o relatório compõe-se de Lord Winster, presidente, do Dr. Barou, de Sir. Malcolm Darling, Neil Beaton, etc.

Quando Ministro das Colônias, Sidney Webb (Lord Passfield) disse ao autor do relatório: "As colônias devem ter mais cooperação". Mas Webb passou como um meteoro pelo ministério e apenas pôde preparar um memorando, sôbre cooperativas, aos governos coloniais do Império Britânico. Nesse memorandum define-se assim a Cooperativa: *"A cooperação é a educação do adulto para o comércio da vida".*

Existem Departamentos de Cooperativismo em colônias como Chipre, as Ilhas Maurícias, a Malaia e o Ceilão, onde, segundo relatório,

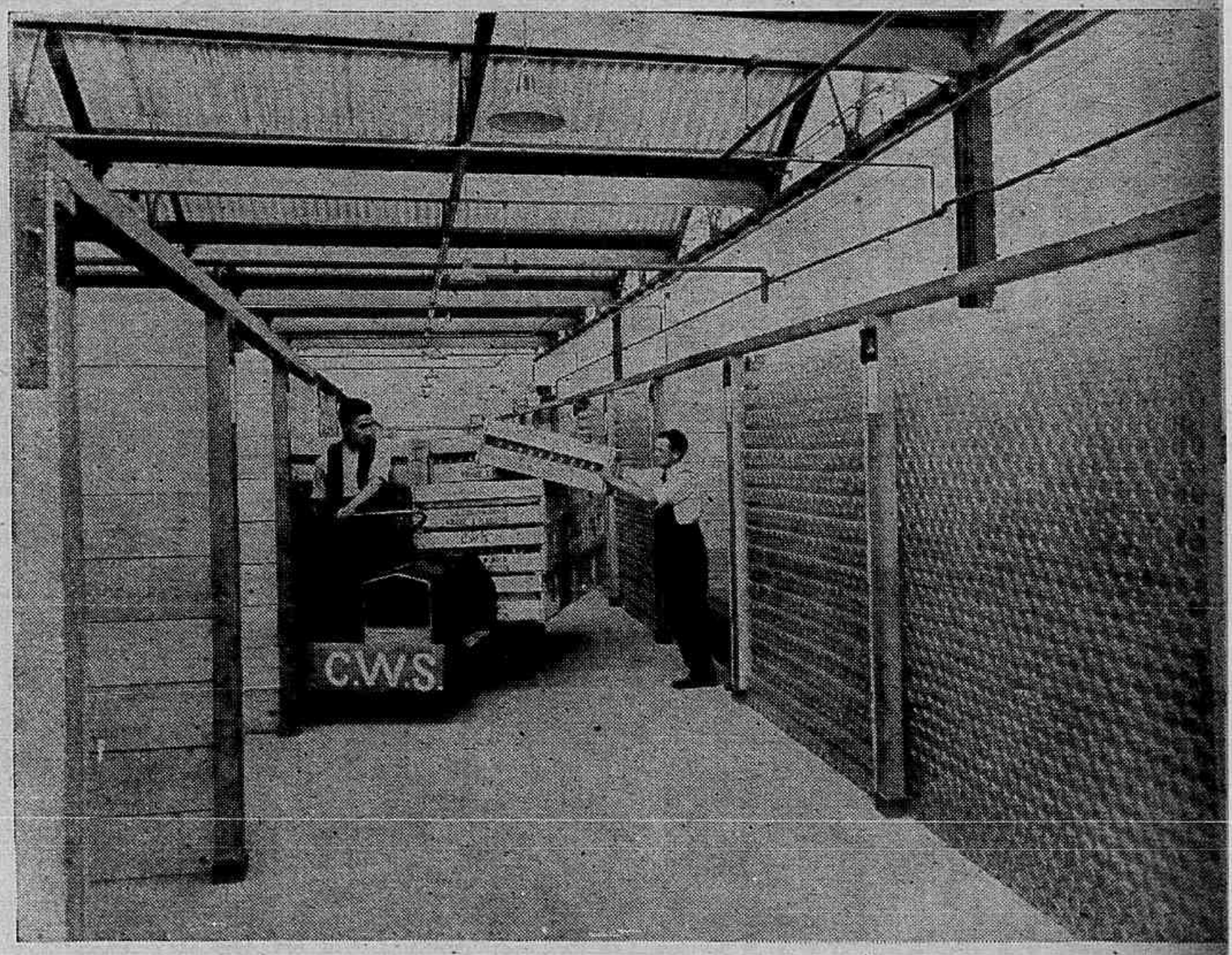
"o lavrador colonial é, na sua maior parte, pobre, iletrado e desacostumado às idéias de ciência e de comércio do Ocidente. A ajuda do govêrno é necessária para assisti-lo na difícil transição da velha para a nova economia. O movimento cooperativista pode ser um instrumento vital nesse período de transição, não só pela melhoria dos padrões de vida e de educação por efetuar o progresso através do esforço do próprio povo". (Op. cit. Int.)

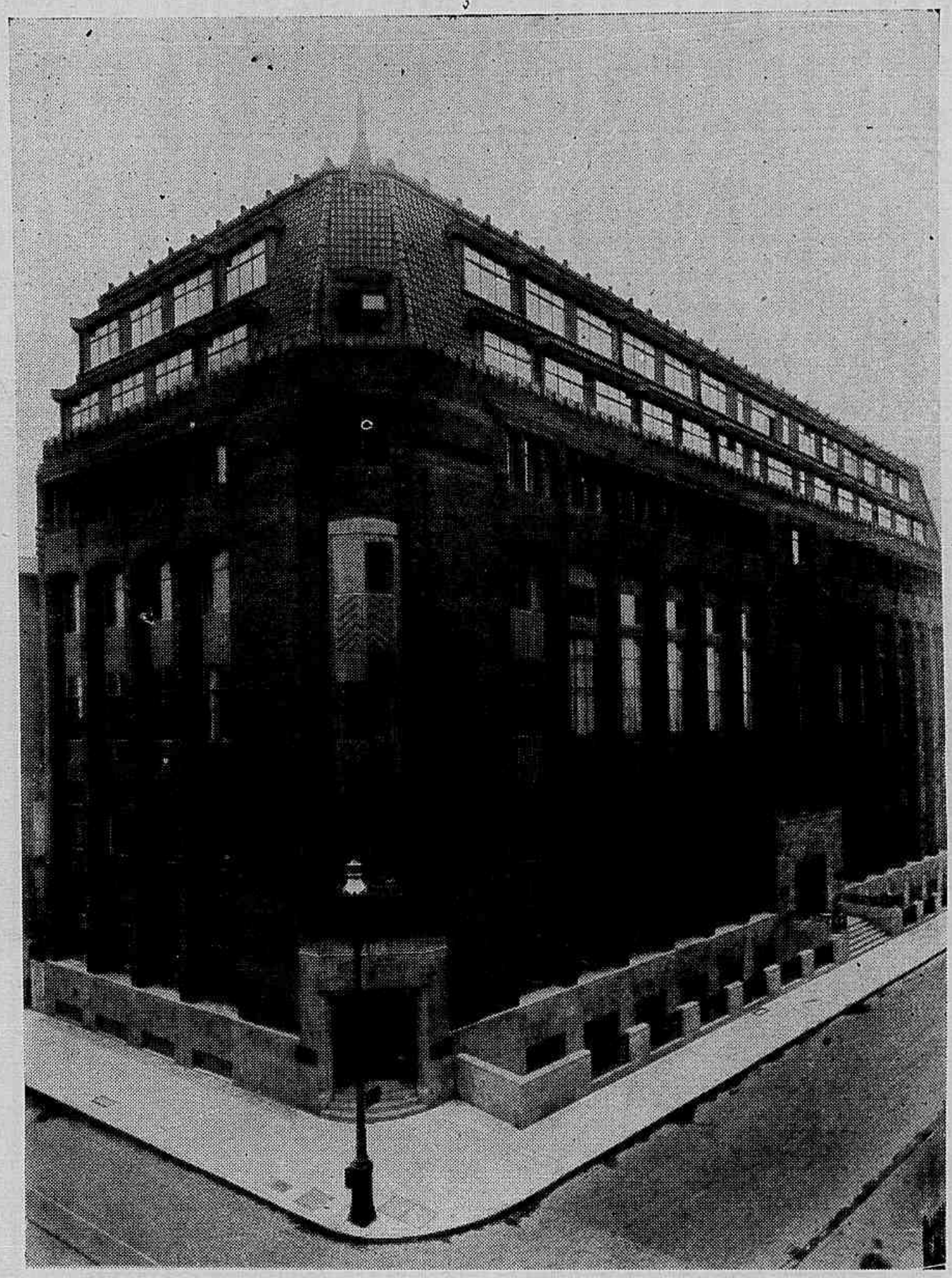
O primeiro esfôrço, nas colônias, tem sido o de libertar o lavrador dos empréstimos onerosos, por meio de cooperativas de crédito para financiamento de suas colheitas. O que o Banco do Brasil não pode e não quer fazer — o financiamento direto ao lavrador — só se conseguirá através da cooperativa, que é local, que conhece cada um dos seus membros e



DETALHES DE ORGANIZAÇÃO

As cooperativas iniciaram sua vida modestamente, mas hoje são organizações primorosas com detalhes muito expressivos. Na foto superior, tomada no PUB, o maior magazine da Suécia, transformado em cooperativa de acôrdo com o filho do seu fundador, uma intérprete fala tôdas as línguas indicadas pelas bandeiras. Atrás do autor, o gerente do PUB. Qualquer pessoa, mesmo não sendo cooperado, pode comprar ali, recebendo imediatamente, em forma de desconto, o "retôrno" da despesa efetuada. Em baixo, detalhe da fábrica de vidros e garrafas, sociedade cooperativa, na Inglaterra, filiada à CWS.
(Foto Dagens Bild — O OBSERVADOR).





BANCO COOPERATIVO

Esta é a fachada do Banco da Cooperativa Whole sale Society, secção de Londres. (Foto SWS).

pode assim disseminar o crédito pessoal.

Constata o citado Relatório:

"Uma vez que uma colônia tenha desenvolvido a sua economia cooperativa em proporções razoáveis, um grande passo avante terá sido dado na sua capacidade de auto-determinação democrática. Mas, embora se concorde com essa afirmação, em discursos oficiais, é espantoso como é, pequena a proporção de resultados práticos resultantes dessa concordância."

Na Conferência Imperial de Cooperação Agrícola, em Londres, em 1938, assim se definiu a pobreza dos lavaradores coloniais:

(...além dos rumos gerais da economia do século XX, em que as condições do comércio voltaram-se contra os produtores de produtos primários),

"o pequeno e anti-econômico rendimento da propriedade cultivada, a ruinosa taxa de juros que êle tem de pagar pelos empréstimos que faz, as exações e fraudes cometidas em cada etapa, de modo a privá-lo até do pequeno rendimento do seu labor, o seu analfabetismo, a sua ignorância e a pouca saúde, devida à alimentação deficiente, e à falta de organização que o converte em prêsa fácil... a essa lista eloquente devem acrescentar-se as mudanças modernas na economia da aldeia; as próprias vantagens acarretam os seus próprios males. Com o crédito mais fácil e uma economia monetária aumentada, aumenta a oportunidade do lavrador gastar — e êle cai desesperadamente no regime das dívidas."

A essa enumeração acrescenta o Relatório outra poderosa causa de pobreza: a concentração do dinheiro, nas colônias, em um ou dois gêneros para as colheitas destinadas à exportação. Essa concentração conduz à dependência de um mercado mundial sujeito a violentas flutuações contra as quais as colônias não têm defesa. Exemplos: na Costa do Ouro o cacau representa 60%, em Barbados o açúcar significa 90% das exportações; na Jamaica o açúcar e a banana são 85 por cento — e assim por diante. Essa especialização importa em sacrifício de outras culturas, no desinterêsse por outros produtos. A primeira depressão ocorrente no mercado mundial afeta imediata e irremediavelmente a colônia, na sua principal fonte de renda, enquanto o atraso dos lavradores para prover a sua própria alimentação produz, por seu turno, efeitos imediatos na saúde e na produtividade dos habitantes.

A preferência por um, dois ou três produtos de exportação estimulou o estabelecimento, nas colônias, de firmas européias de beneficiamento, embarque, etc., que agem por um sistema de "adiantamentos", de financiamento, numa longa cadeia de inversões a prazo curto e juro alto. Na África Ocidental Inglesa, por exemplo, milhares de libras são anualmente adiantadas pelas grandes firmas importadoras de cacau, aos seus clientes africanos, que por sua vez pagam em dinheiro — com êsse mesmo dinheiro aos pequenos cultivadores do interior — e assim por diante. "Uma extensa cadeia de intermediários se estica da região em que se faz a colheita, em fazendas isoladas, no interior, até o pôrto de embarque — e cada um dêles ganha a sua comissão"

Qual é a situação do crédito, no Brasil, senão essa mesma. Que é o Banco do Brasil, do qual todos os outros dependem, senão o mais privilegiado, o maior dos intermediários, na extensa cadeia de mãos que vai do produtor ao pôrto de embarque? Quando o Govêrno se decide a financiar, repete o mesmo mecanismo e põe o Banco do Brasil, como seu agen-

te, a financiar de preferência o intermediário.

Do relatório de H. Calvert sôbre *"A riqueza e o bem estar do Punjab"* (Londres, 1936, pág. 357-389) retiro estas observações sôbre as causas econômicas da pobreza nessa região da Índia:

"Das causas (de pobreza) a maior é indubitavelmente o desperdício... Desperdício de material humano, devido aos altos índices de mortalidade... imprevisão no tratamento de doenças... ineficiência pelo absenteísmo, devido à frequência de enfermidades... desperdício no sistema agrário, pelo qual os homens não trabalham ou produzem muito pouco, numa considerável parte do ano... no número desnecessário de intermediários empregados na distribuição... nos desnecessários litígios e demandas... nas relações entre o senhor da terra e o trabalhador agrícola... no miserável sistema de crédito rural... na depredação ousada por insetos e outros animais... no uso de sementes infecundas... no fraco senso de disciplina, cuja real importância econômica não é compreendida... na má distribuição das culturas... na alta mortalidade do gado... nas vastas áreas que se deixa entregue à Natureza para que as empolgue de acôrdo com a sua vontade caprichosa... na desperdiçada inteligência, na verdade e no trabalho humano, no capital e nos recursos que poderiam ser utilizados inteiramente na produção de riqueza..."

Sôbre os financiamentos diretamente efetuados pelo Govêrno, observa o Relatório: "Os empréstimos do Govêrno aos pequenos produtores, nas regiões atrasadas, são dispendiosos e frequentemente não conseguem qualquer benefício, devido ao tormento dos prestamistas, pela burocracia, no tempo do empréstimo e no pagamento de cada prestação. O prestamista também tem, geralmente, de ir a lugar distante para tomar emprestado e pagar. O clássico exemplo do bem intencionado mas desastroso empréstimo pelo Estado foi o do Banco Agrícola do Egito, quando êste se encontrava sob administração inglesa. As desvantagens práticas do empréstimo pelo Govêrno nem sempre são avaliadas por aquêles que não tiveram experiência pessoal da administração". (Op. cit., pág. 132).

E Calvert acrescenta: *"Nenhuma organização governamental, por melhor que seja a sua intenção, pode atingir a grande massa do seu povo, disseminada por tôda uma área sob a sua administração, mesmo num país rico... Para atingir até o último homem da mais remota aldeia o crédito cooperativo não tem rival, exceto o usurário. Êle oferece o único método, de méritos comprovados, para atingir o povo em seu conjunto. E' a única alternativa prática para a usura..."* (*pág.* 133) E naturalmente previne o excesso de liberalidade e de iniciativa, no comêço, entre coletividades iletradas. E' preciso preparar o solo para então, e só então, receber o crédito cooperativo... e pagar os adiantamentos feitos.

Para as regiões de população escassa e esparsa, o Relatório recomenda os "travelling shops", ou seja, os armazéns itinerantes das cooperativas. Foi o que se fêz na Inglaterra para as cooperativas que servem a áreas rurais isoladas. Um caminhão transporta mercadorias para vender aos cooperados ao longo da estrada e, por sua vez, na volta, vem trazendo produtos dos cooperados para vender na cidade-sede. E' a versão moderna do mascate, tradição tão acesa e tão profunda na vida rural e na formação nacional brasileira.

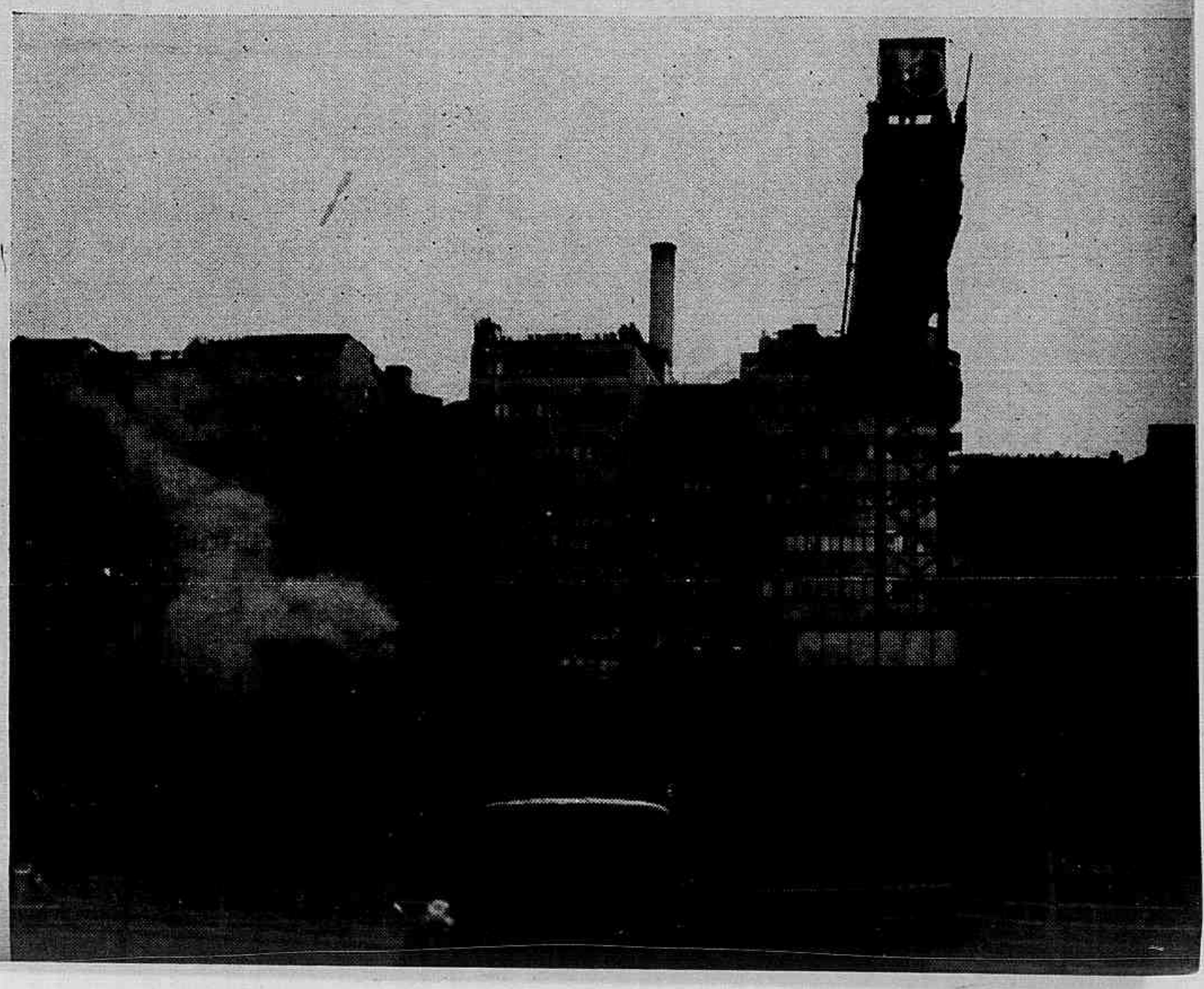
Nas fazendas ou grupos de fazendas, especialmente quando o fazendeiro se interessa pelo assunto, ajudando inicialmente a cooperativa, as sociedades de consumo são utilíssimas. Por sua vez, os próprios fazendeiros, sitiantes, arrendatários, etc., podem beneficiar-se se uma cooperativa lhes oferece o uso de reprodutores, de máquinas agrícolas, sementes, fertilizantes, etc. A curta mas substancial experiência das cooperativas de laticínios já existentes, com todos os seus defeitos, basta para demonstrar a vantagem dêsse empreendimento. No entanto, na estrada de Juiz de Fora tenho um amigo que deixou a medicina para criar galinhas, ato heróico ao qual se refere com certa vergonha. Perguntei-lhe porque não manda os ovos de sua granja para uma cooperativa. "Porque não me prestam contas e sempre descontam tantas quebras que eu saio perdendo", disse. Prefere então vender na porta, à beira da estrada, a quem tenha transporte para levar a mercadoria.

Eis um dos perigos a evitar na cooperativa: a burocratização, o excesso de solenidade, que retarda a marcha das coisas.

O fornecimento de sementes, de adubos, de vacinas, de máquinas e ferramentas, de sacaria, as usinas de beneficiamento e tratamento dos produtos, a irrigação e preparo do solo, o contrôle da erosão, a fabricação de

FEDERAÇÃO DE COOPERATIVAS

Parte do edifício da Federação de Cooperativas (Kooperative Forbundet) em Estocolmo. Em baixo, funcionam lojas. No último andar, um restaurante que se prolonga pela ponte que conduz a um elevador. Junto à rua, em plano mais baixo, uma estação ferroviária. No terraço, pequenos apartamentos com grandes ateliers envidraçados para artistas. (Foto AGH — O OBSERVADOR).



conservas para aproveitamento de frutas e legumes, os frigoríficos e as estufas, são algumas das obras e serviços que a cooperativa pode executar com êxito. No relatório sôbre a política de Trinidad (1) afirmam os autores: "A cooperação é frequentemente a base do êxito na agricultura em pequena escala... Temos sobretudo em mente os grupos coletivos de pequenas fazendas, onde para alcançar as vantagens e assumir a responsabilidade financeira da fazenda em grande escala o pequeno fazendeiro teria de abdicar muito da sua liberdade de ação e da sua independência. E o próprio fornecimento de equipamento mecânico pesado, pelo Estado, não seria justificável enquanto os próprios produtores não estivessem preparados para aceitar a responsabilidade coletiva pelo seu uso regular"

Fala-se muito em reforma agrária, passo tão necessário e que já devia ser dado há cem anos passados, reforma indispensável já reclamada, entre outros, por Joaquim Nabuco. Mas nenhuma reforma será viável e útil se não tiver uma base de compreensão e de antecipação, por sssim dizer, no próprio lavrador.

Repartir simplesmente as terras, seria criar uma legião de pequenos lavradores inermes, sem resistência econômica nem cultural nem política para oferecer à ação opressiva do Estado. Por outras palavras, seria dar uma base agrária ao totalitarismo.

Convém lembrar que a reforma agrária não vai fazer com que o homem do asfalto vá plantar batatas. E' com o próprio material humano atual, o homem da roça de nossos dias, que se há de levar por diante a recuperação dos campos, a regeneração e reabilitação do trabalho agrícola — e isto naturalmente com a indispensável ajuda do imigrante, que devemos receber aos milhares, se de fato quisermos salvar os filhos, netos e bisnetos de imigrantes que são os brasileiros já aqui existentes.

A primeira condição de tudo isto é odesenvolvimento da cooperação, o qual permite novos métodos e novos processos de trabalho, de produção e de comércio no interior, e abre uma perspectiva educacional muito ampla, pela participação cotidiana e direta do próprio interessado na Democracia.

De acôrdo com suas observações na África, C. F. Strickland, C. I. E. assim procurou orientar o cooperativismo indiano no Pundjab:

"...o govêrno guiará e aconselhará as sociedades com o mínimo de obrigatoriedade, compreendendo que o processo de auto-educação que essa associação voluntária promove possui o mais alto valor e tende ao equilíbrio social".

Aquêles, pois, que se baseiam no atraso do Brasil para descrer da eficácia da cooperativa, e para isso alegam, por exemplo, o caso da Suécia, esquecem que se o cooperativismo sueco é obra da educação e da estrutura social do seu povo, seria injusto ignorar que a educação e a estrutura social dos suecos são, em grande parte, resultantes do desenvolvimento do cooperativismo, graças aos pioneiros, aos homens capazes de acreditar e de agir de acôrdo com a sua crença.

Aquêles que se consideram em estado de julgar do atraso do Brasil e da ignorância do seu povo, em vez de fazerem de tal situação uma desculpa para nada tentarem, transformem em ação a sua superioridade real ou alegada — organizem o povo em cooperativas, dando ênfase especial ao aspecto educacional do movimento. Então havemos de ver que, em poucos anos, a cooperativa terá transformado o Brasil, transformando, de passagem, os brasileiros.

Pois, como dizia Stalin, que preferiu acreditar na ditadura, "a cooperação é eminentemente indicada para os povos economicamente atrasados"...

Não há dúvida que cooperativas mal lançadas, ou defeituosamente dirigidas, constituem fator negativo de insucesso e desestímulo para o desenvolvimento de outras. Mas a verdade é que a cooperativa tem um lastro tradicional a aproveitar, a desenvolver e estimular. Mesmo nas sociedades mais primitivas a cooperação já existia, em formas rudimentares mas semelhantes na sua essência. Quem verdadeiramente conhece os costumes e hábitos do índio e do negro, no Brasil, para não falar do colono imigrante, que trouxe o crédito na bagagem, como o alemão do Itajaí, o italiano e o japonês de São Paulo, o sírio de tôda parte, sabe que a cooperação para o trabalho, em forma primitiva, rudimentar, sempre existiu. Trata-se de fazê-la acordar, dando-lhe novas possibilidades de expressão — e por êste meio criando por todo o interior, assim como nas cidades, plataformas sôbre as quais possam adquirir voz e poder as campanhas de recuperação nacional. A assembléia de cooperados, a sede da cooperativa, deverão ser focos naturais de campanhas de educação, de saúde, de difusão cultural, de mobilização para a produção, de socorro em face de calamidade pública, de solidariedade e assistência, de informação econômica, de capacitação e treinamento administrativo, de estímulo financeiro ao produtor e ao consumidor de todo o país, que são, afinal, em conjunto, aquilo que os democratas chamam "povo" e os totalitários, "massa".

Se o povo se compõe de consumidores, muitos dos quais são também produtores, o melhor meio de educá-lo e de fazê-lo governar é contribuir para que êle se organize, como consumidor, e também como produtor, em sociedades próprias, autônomas, de produção e de consumo, através das quais êle aprenda a governar o país enquanto vai governando os seus próprios e imediatos interêsses.

SUGESTÕES SÔBRE O BRASIL

Num plano para a utilização de recursos naturais (*"Ettfredsproblem", cit. Stolpe*), Albin Johannsson recomenda a formação de cooperativas para a exploração e comércio de recursos minerais e matérias primas em geral: "essas organizações, com participação facultada a todos os compradores e dividindo o retôrno de acôrdo com as compras efetuadas garantiria inegàvelmente a tôdas as nações o benefício, em igualdade de condições, "...das matérias primas do mundo, de que elas necessitam para a sua prosperidade econômica". *Ora, êste é precisamente o sentido do item 4.º da Carta do Atlântico, tão esquecida mas tão bem nascida...*

Não se pense, no entanto, que a cooperativa é panacéia. Ou que é fácil e fagueira. Ela não cura a miséria, ela a redime. Ela não produz abundância, ela conduz à abundância através de um processo que é, ao mesmo tempo, econômico, cultural e político, senão mesmo moral.

Há quem lhe negue qualquer impregnação de sentido político. Há mesmo quem afirme que ela deve ser rigorosamente apolítica.

Mas a cooperativa já é, por si mesma, um movimento político — no sentido de que uma cooperativa é uma tomada de posição. Nos seus fundamentos, pela sua estrutura, pelo modo

---

(1) — Report of the agricultural policy of Trinidad and Tobago, part. I, 1943, p. 17).

de funcionar e progredir, pelas consequências educativas que dela se desprendem, a cooperativa é uma instituição eminentemente democrática. E se é democrática é política, não é inconsciente e sim conscientemente um órgão de aperfeiçoamento da consciência popular. Logicamente, portanto, deve ser adversa a todo regime anti-democrático. Portanto, engaja-se na luta política geral: numa democracia, deve ser anti-totalitária. Num regime totalitário, deverá ser antidemocrática? Talvez, mas neste caso nunca será verdadeira cooperativa.

A nossa legislação atual procura barrar o aperfeiçoamento democrático da cooperativa negando-lhe autorização para funcionar sempre que ela tenha caráter político. Assim, começa por negar a própria essência do cooperativismo, como associação do povo para a preservação e desenvolvimento de seus próprios interêsses, desligando-os da tutela do Estado assim como da subordinação ao intermediário.

A cooperativa é um dos instrumentos pelos quais o povo atinge a maioridade. Eis porque procuram reduzi-la às proporções de uma simples associação para interêsses menores, descurando o seu próprio fundamento, os regimes que vivem da menoridade do povo.

Nos serviços públicos, no crédito popular, na construção civil, nos gêneros alimentícios, na pequena lavoura, na avicultura, na criação de escolas e de serviços médicos, na colonização e no transporte, na previdência social, por tôda parte a cooperativa encontra oportunidade de fazer valer a sua qualidade de associação pela qual o povo aprende a se ajudar a si mesmo.

E' sobretudo nos tempos de crise que ela adquire relêvo e se converte num órgão essencial à sociedade. Ela se realça, se consolida na adversidade, na luta, no perigo. Quando tôdas as organizações tremem, quando os empreendimentos escasseiam, quando nem o especulador ousa entrar de mar a dentro, a boa cooperativa resiste e subsiste.

Êste é um tempo de crise. O egoísmo apossou-se de muitas indústrias mal construídas e corrói a base das bem construídas mas contaminadas indústrias. Confundiu-se, aqui, *emissão* com prosperidade e se fêz a inflação. Hoje, por seu turno, confunde-se emissão com inflação. Suprime-se todo crédito, sufoca-se tôda iniciativa, sem notar que a melhor emissão talvez não seja aquela lastreada de ouro, mas com lastro de milho, lastro de feijão, lastro de arroz, de açúcar, de batata e carne.

Em Rochdale (aponta Reeves em "A country of Rochdale cooperation", pág. 22) como em tôda parte, não foi nem será apenas por altruísmo que os homens irão participar das cooperativas, e sim por motivos egoísticos, por verificar que se trata de bom negócio, que se pode comprar mais com o mesmo dinheiro com que até então se comprava menos, ou vender melhor aquilo que até então se vendia pior.

Mas a cooperativa tem isto de humano, ela serve à humanidade precisamente quando cada um se serve a si mesmo.

Para a formação da mentalidade cooperativista no Brasil, urge que se criem, nas universidades, cursos livres de teoria e prática do cooperativismo. E por igual, para servir ao interior, escolas de cooperativismo por correspondência, visando não só os fundamentos da sua formação como a técnica de vendas, de preparação dos produtos, etc. A escola por correspondência da Koperative Forbundet, sueca, fundada há quinze anos, tem hoje, 123.000 alunos. Ensina por correspondência contabilidade, rudimentos de economia, ciência da administração, o idioma nacional, informações para trabalhadores e empregados das cooperativas, um idioma estrangeiro — geralmente o inglês, etc. Para aperfeiçoamento dos mais bem dotados, existe a escola de Var Gard, onde êles se concentram depois. Cursos semelhantes, no Brasil, viriam aproveitar os rapazes e moças do interior, que por falta de oportunidade e de aplicação para o seu anseio de melhoria, passam o melhor da vida sonhando em vir para as cidades grandes. E daria, nas escolas de grau universitário, não apenas um sentido mais prático, mas sobretudo um espírito mais generoso à frieza mercenária do ensino superior no Brasil.

Na Suécia, o cooperativismo tem pouco mais de cinquenta anos. A primeira cooperativa data de 1860, mas só em 1899 foi fundada a primeira federação, a Kooperativa Forbundet. A composição social dos membros da cooperativa, que começou quàse exclusivamente operária, hoje está assim expressa: lavradores em geral, 20%. Artífices e profissionais, 8%. Diferentes grupos de operários, 40%. Funcionários e empregados de escritório, 11,5%. O resto, diversos.

Sendo a educação a base e também o principal resultado da cooperativa, já é tempo dos brasileiros lutarem pela criação da cadeira de cooperativismo em cada universidade, a exemplo daquela que Charles Gide manteve no Colégio de França. O ensino do cooperativismo como matéria de currículo escolar não está ainda generalizado. Mas, curioso é notar, êle existe precisamente nos países econômica e culturalmente mais atrasados, como a Bulgária, a Lituânia, a Polônia e, fora da Europa, na Índia (Universidades de Agra, de Calcutá, Lucknow, Misore e Pundjab) — onde é matéria de ensino obrigatório. Na Argentina, as Universidades de Buenos Aires e de La Plata, na Colômbia a de Cauca, têm cátedras especiais para o ensino da cooperação. Em 42 colégios e universidades americanas se ensina cooperativismo como matéria do currículo. Desde 1935, no Wisconsin, êsse ensino é compulsório, nas escolas superiores e profissionais. Em 1943, lei semelhante foi adotada em North Dakota. Em 1937, o Estado de Minnesota pôs à disposição do Departamento de Educação uma verba especial para a criação do curso de cooperação.

No Canadá, o programa das escolas primárias e complementares da província de Quebec recomenda o ensino da cooperação. Outras províncias prevêem também êsse ensino, sendo que na Nova Escócia êle visa proporcionar "informações suficientes sôbre a filosofia, os progressos, os métodos da cooperação e seu lugar no programa de reconstrução social".

O dever e o grande interêsse das cooperativas está em serem pioneiras em tudo: nos métodos de contabilidade, na apresentação do produto, nos processos de venda, na arquitetura das lojas, na disposição da mercadoria, no trato com o cooperado. Desde as bôlsas de estudo para arquitetos capazes de criarem os tipos-padrões da cooperativa rural, até os cursos de treinamento para arrumação de vitrinas, para preservação de mercadorias, etc., a cooperativa tem de ser, no local em que se instala, um fator de progresso, um modêlo de higiene e de beleza simples, um centro de interêsse e de atração, exercendo assim, também, uma influência benéfica sôbre o próprio comércio privado. O tratamento dispensado aos seus empregados deve servir de modêlo aos demais empregadores. Como empregadores, elas se interessam pelas associações comer-

ciais e industriais, mas não devem pertencer a tais associações, porque são diferentes em sua natureza. Deve entender-se com os sindicatos, nas atividades com elas relacionadas, por meio de acordos, entendimentos celebrados segundo a legislação vigente e, sobretudo, com marcado espírito de colaboração.

A lei sôbre cooperativas deve ser simples e fácil de entender e de aplicar. Deve conter uma definição geral e básica, tão geral que seja capaz de abranger todos os tipos de cooperativa. Deve poupar despesas aos cooperados, na formação de suas sociedades. Deve dispensar os relatórios extensos e frequentes, inclusive as listas de sócios, acionistas, etc., a serem enviadas ao órgão fiscalizador governamental. Deve criar um registro de sociedades, com poderes para efetuar inquéritos e levantamentos das condições locais, etc. Um exame anual das contas da Cooperativa deve ser feito, por contabilista especializado, a fim de verificar não apenas se ela tem idoneidade financeira como igualmente se ela é de fato uma cooperativa. Deve a lei garantir ainda: a participação livre e aberta, a fixação de um máximo de prticipação individual em número de ações (absoluto, pelo número de ações permitidas, ou relativo, por exemplo, uma quarta parte do total de ações).

Estas devem ficar sempre ao par — pois em caso de subirem deve haver logo nova emissão para admissão de novos membros. Iguadade de voto, isto é, um voto para cada cooperado, qualquer que seja o seu número de ações. Em princípio, deve admitir que as compras — ou vendas — sejam feitas só pelos respectivos cooperados. Mas deve deixar aberta a porta para negócios com estranhos, como um meio de propaganda da própria cooperativa. Deve prever a obrigação, por parte dos cooperados, de efetuarem os seus negócios por meio da respectiva cooperativa. Não há que temer a semelhança dêsse compromisso com a formação de monopólios ou trustes, pois é a natureza da organização que altera essas consequências e não são as consequências que afetam a sua natureza. Deve distribuir o retôrno de acôrdo com o ovlume de negócios efetuados, deixando *sempre* fundos de reserva e desenvolvimento, fundo educacional e filantrópico, etc. O restante é distribuído em taxas fixas de retôrno, não de acôrdo com o capital e sim de acôrdo com o volume de negócios efetuados pelo cooperado na sociedade. Deve manter o caráter voluntário da participação na sociedade. Deve preservar a expressão *cooperativa* unicamente para as sociedades organizadas nessas bases.

A lei em vigor no Brasil tem algumas qualidades e defeitos fundamentais. O novo projeto está-se arrastando. Urge fazê-lo caminhar e obter a sua aprovação.

A legislação fiscal, que é geralmente caótica no Brasil, em relação às cooperativas é simplesmente iníqua, Favores fiscais são concedidos aqui e negados ali. Encontrei uma cooperativa no Rio pagando taxas que os particulares não pagam. Em Três Corações, Minas, há uma que paga todos os impostos federais e estaduais e unicamente, pelas mesmas razões, não paga os municipais. A prioridade no racionamento nunca lhes é assegurada. Ainda recentemente, chamado no "caso do feijão de Caratinga" que investiguei pude ver, nas listas de compras aos intermediários que o govêrno resolveu enriquecer, que as cooperativas compravam na "fila", juntamente com grandes organizações atacadistas e varejistas.

O princípio de só vender a dinheiro é difícil de ser mantido, sobretudo em país como o nosso, onde tôda gente compra a crédito, embora comprar a crédito signifique viver acima de suas possibilidades. A equivalência de direitos entre os membros da cooperativa fica alterada, pela venda a crédito. A princípio, no entanto, certas concessões têm de ser feitas. Na Suécia a percentagem de vendas a crédito, segundo a K. F., passou de 50 por cento em 1908 para 2 por cento em 1935 — mas isto porque nunca os líderes das cooperativas deixaram de insistir na propaganda e na adoção da compra e venda à vista. Se a cooperativa avícola à qual o meu amigo da estrada de Juiz de Fora vendia ovos, pagasse à vista, êle não a teria deixado. E cada cooperado que abandona uma cooperativa é um passo atrás na organização democrática da vida brasileira.

Na formação de uma cooperativa há pontos muito delicados a considerar. Deve-se começar vendendo (ou comprando) um artigo de cada vez, ou um grupo de artigos congêneres. Em vez de lidar com muitas mercadorias diferentes, procurar vender mais, de um só artigo, a muito cooperados.

Vender ao preço usual da praça, inicialmente. Depois, quando a cooperativa estiver em condições de ditar o seu preço, vender mais barato só e enquanto o comércio privado estiver vendendo a preços superiores ao razoável. Assim não servirá apenas aos cooperados e sim a tôda a população consumidora e produtora. Assim poderia o Govêrno acabar com as ridículas Comissões de Preços e cuidar de aumentar a produção para baratear o custo da vida, pois quanto à especulação, a cooperativa se encarregaria de liquidá-la.

Uma cooperativa só, em cada localidade, região ou zona, para cada atividade. A concorrência entre cooperativas é funesta. Entenderem-se as diferentes cooperativas de uma região, para fundirem-se em unidades maiores, a fim de aproveitar as vantagens da diminuição de despesas e de maiores recursos ao seu alcance. Boa e racional contabilidade, contrôle de mercadorias em ordem, com a maior precisão possível. Um padrão de contabilidade e de contrôle de mercadorias (estoque, entradas, saídas, etc.), deve ser estudado para fornecer modelos às cooperativas.

Um Departamento de Assistência ao Cooperativismo deve existir, no Govêrno, inicialmente, até que as cooperativas estejam em situação de se unirem em federações para, dêste modo, dispensarem a ajuda do Govêrno. Nesse Departamento deve ser criado um Registro circunstanciado, minucioso, de cada cooperativa e um levantamento das cooperativas prováveis, conforme a zona, a composição de seus habitantes e respectivas atividades, etc. Deve ser responsável diretamente perante o Governador não subordinado a qualqur outro departamento ou secretaria. Deve dispor amplamente da colaboração de todo o pessoal técnico das diferentes secretarias, desde a assistência financeira até a médica, a educacional, a veterinária, a agronômica, etc. Mas a independência de movimentos do Departamento deve ser assegurada. Êle promoverá o reconhecimento oficial de cada cooperativa, de acôrdo com a lei — e esta precisa ser urgentemente revista, inclusive no plano federal, pelo Congresso. Grande parte da tarefa de educação de adultos deve ser executada por êsse departamento, de modo a que não se intente fazer a simples alfabetização. A educação do adulto através do cooperativismo tem a vantagem de, ao mesmo tempo que lhe ensina o alfabeto, lhe dar alguma coisa para fazer com o alfabeto, e coisa útil, que contribui para melhorar a sua

vida. Assim, pois, êle compreenderá desde logo que o alfabeto é realmente uma vantagem e que lhe serve de muito — e não irá apenas desenhar o nome para votar sem saber em quem nem por que.

Quando, por meio dessa tarefa múltipla, o Departamento houver suscitado os líderes da cooperação, estará finda a sua parte. Todo êsse trabalho, no entanto, não tenhamos ilusões, exige uma verdadeira mobilização cívica, educacional e econômica. Pois sem capacitação e sem entusiasmo o cooperativismo se arrastará durante anos, melancolicamente e nada se fará.

Entre os tipos de cooperativas urbanas de efeitos imediatos contam-se alguns nos quais bem poucos, aqui, têm pensado — o que bem prova a variedade de aplicação dêsse tipo de sociedade. Creches para filhos de empregadas domésticas, nas grandes cidades. Cooperativas de jardinagem e de horticultura, lavanderias, cooperativas para o esporte da pesca, etc. Há poucos meses, em visita à Policlínica do Rio de Janeiro, soube que essa instituição, tão pobre quanto benemérita, gasta mensalmente mais de vinte mil cruzeiros das esmolas que arrecada, par lavar roupa. Por que não emprega êsse dinheiro como entrada para a formação de uma lavanderia-cooperativa para associações filantrápicas, escolas, asilos e hospitais? A idéia ficou, não sei se irá adiante. Mas ao conseguir uma subvenção na Câmara local, de uma milhão de cruzeiros, para a Policlínica, procurei estimulá-la a formar a lavanderia-cooperativa com uma parte dêsse dinheiro.

E' na construção da casa de tipo popular que a cooperativa de construção encontra um campo imenso. Mais de 20.000 cooperativas de habitação existiam no mundo, antes da guerra. Uma das maiores é o Hoger Obrero, da Argentina, de onde nasceu todo o cooperativismo argentino. Essas sociedades são de dois tipos: as que fornecem aos seus membros, por meio de economias ou de crédito, o adiantamento necessário à construção ou compra do lar, e as que constroem por si mesmas as casas, para vendê-las ou alugá-las aos cooperados. Estas últimas são mais numerosas (9/10 do total). Mas os seus efeitos representam apenas 1/3 do total. E há também aquelas que, progredindo, acabam por fabricar o próprio material de construção, como acontece às da Suécia.

A Fundação da Casa Popular, no Brasil, deveria ser fundamentalmente um órgão de crédito e de orientação cooperativa para a formação de cooperativas locais de construção, capazes de, federadas, financiarmos a indústria de materiais de construção padronizados segundo os estudos da própria Fundação. Assim, e ouso dizer que somente assim ela construiria casas populares de acôrdo com as necessidades nacionais.

No estudo "Europe re-housed', publicado em 1938, após extenso exame do problema, Elisabeth Deny descrimina as modalidades de construção de casas populares e conclui que das três principais — a construção pelas municipalidades, a que é feita por sociedades de interêsse público (como a Fundação) e as cooperativas, são estas "cooperativas de habitação que constituem, com certeza, a base mais segura para o financiamento de novas residências".

Para a colonização, sociedades cooperativas podem prever e efetuar trabalhos em comum no desbastamento e preparo da terra, primeiras instalações, etc. Muita gente, especialmente os comunistas, pensa que isso só existe na Rússia, nos kolkhozes. No entanto é o que existe no secular *ejido* mexicano, nas *affitanze* italianas (cooperativas de trabalho agrícola existentes há cêrca de 30 anos) na *zadruga* — espécie de mutirão na Iugoslávia, no Japão, na Austrália, na Índia, no Perú — onde é modelado pelo antigo trabalho agrícola dos incas, etc. E no próprio Brasil, naquelas zonas em que o mutirão é ainda praticado à moda tradicional, e que resta apenas aproveitar e sistematizar.

A cooperativa de serviços públicos da qual o Estado participa juntamente com o particular (a *régie* cooperativa) é uma das soluções mais recomendáveis para sairmos do dilema — ou concessão a emprêsas particulares ou absorção de todos os serviços públicos pelo Estado. A cooperativa de serviços públicos é uma sociedade distributiva, de financiamento e exploração de serviços como a energia elétrica, a água, os esgotos, os transportes, etc., organizada em moldes cooperativistas.

FINANCIAMENTO AGRÍCOLA E COOPERATIVA

Hermann Stolpe mostra, em seu estudo "Kooperationen och fredsplaneringen" (Stocolmo, 1944), como mediante auxílio inicial do Estado à cooperativa agrícola, de 1944 para cá, coube uma parte correspondente a 80 a 90% dos gêneros postos à venda pelos produtores agrícolas do país

O financiamento agrícola no Brsail é uma aventura e uma farsa. Não podendo o Banco do Brasil, ao qual êle é cometido pelo govêrno, chegar a tôda parte, limita-se a financiar o intermediário, que lhe oferece maiores garantias — sob pretexto de que financia o produto e não o produtor. Dispenso-me de maior análise, pois o que está à vista de todos, por enquanto, me basta: o financiamento pelo Banco do Brasil não dá nem dará certo. O produtor vive esparso, longe db *guichet* da agência do banco, não tem aparelhagem de beneficiamento e de ensacamento, não dispõe de armazém para aguentar a demora do financiamento oficial, produz quantidades desprezíveis, etc.

Que há a fazer? Criar caixas de crédito cooperativo, subordinadas a um órgão central já existente, aliás. mas que ainda se ressente de alguns defeitos básicos. Disseminá-las pelo único sistema de crédito até hoje não adotado no Brasil: o *simplicitário*... Chamaremos *simplicitário* o sistema que consiste em encarar com naturalidade as coisas naturais, com honestidade as honestas, com fúria as que nos põem furiosos, com repulsa as que inspiram repugnância. O método simplicitário, aplicado ao crédito cooperativo, consiste em instalar pequenas caixas, providas pelo estabelecimento central, com um único funcionário — um só, não precisa mais! — em cada localidade, um conselho consultivo gratuito, composto dos notáveis do lugar, em cada arraial, em cada povoado. Aí, sim, o financiamento agrícola se fará, regulado por um sistema também simples de contrôle estatístico e de informações econômicas primárias; irá tocar direta e imediatamente o produtor, e não, como até agora, principal e quase exclusivamente o intermediário.

Entre as deficiências e salvas a corrigir e a prover, no Brasil, apontarei as seguintes:

1 — Dependência excessiva em relação ao Estado.

2 — Deficiência do movimento educacional correspondente, sem o qual a cooperativa tende a se converter num negócio como outro qualquer.

3 — Em consequência dêsses dois erros, burocratização de cooperativas

e incompreensão de suas características, dando como resultado a existência de cooperativas que se baseiam no lucro — negação da sua própria natureza — e não tardam em morrer, ou pior ainda, em se converterem em mistificação.

4 — Ausência de espírito político, não-partidário, mas apaixonadamente democrático, de reforma social pela modificação das condições morais e econômicas da sociedade brasileira. O apoliticismo da cooperativa deve existir, mas nunca a ponto de ignorar que a cooperativa é, por si mesma, uma política — e que essa política deve ser corajosamente afirmada em face do poder do Estado.

5 — Legislação adequada e simples.

6 — Cursos de teoria e prática, fundamentos doutrinários, organização e funcionamento de cooperativas nas escolas primárias, secundárias, superiores e profissionais.

7 — Missões cooperativistas ao interior, com material educativo e instrutores tecnicamente habilitados a promoverem a organização de sociedades, articulando os interessados, entreligando-os, a fim de formarem as suas cooperativas locais.

8 — Mobilização das Igrejas para a sua indispensável colaboração nessa obra, muito mais urgente e mais produtiva do que as iniciativas meramente filantrópicas a que, na sua maioria, e com justos motivos, elas se dedicam.

9 — Levantamento das condições objetivas de vida, condições econômicas, morais, culturais, sanitárias, habitacionais, etc., de cada núcleo de população, adotando-se, por exemplo, o método de pesquisa do dominicano Lebret, da "Economie et Humanisme", para o recenseamento acurado dos agrupamentos humanos.

10 — Universalização da cooperativa por meio da livre participação de qualquer indivíduo, sem a acentuada preferência que tem sido atribuída, até hoje, à formação de sociedades confinadas a determinado setor ou categoria profissional

11 — Popularização da propaganda do cooperativismo, até agora limitada os já interessados no movimento, sem contacto mais extenso com a maioria do povo.

12 — Ao excesso de assistência estatal, até agora pelo menos teoricamente proporcionado, deve suceder total independência em face do Estado, o qual se contentará em conceder à cooperativa facilidades para instalação — que é o que realmente êste lhe concede...

13 — Criação da imprensa cooperativa.

14 — Formação de centros de estudos cooperativistas, com ramificações em todos os núcleos urbanos, para cursos, conferências, demonstrações práticas, difusão de material informativo, etc.

15 — Ensino prático do cooperativismo nas escolas públicas, desenvolvimento das cooperativas escolares.

16 — Atribuir às Cooperativas o encargo de representar os consumidores junto aos órgãos oficiais existentes.

Temos de sair do círculo vicioso dentro do qual o Govêrno deve fazer tudo mas tudo não faz porque não pode e acaba nada fazendo; e o particular nada faz porque o Govêrno devia fazer alguma coisa para que êle fizesse o resto. Rompe-se o círculo por meio da cooperativa.

FUNÇÃO DEMOCRÁTICA E CIVILIZADORA

Pelo hábito das assembléias, pela faculdade de votar, de escolher livremente os gestores dos seus interêsses, habitua-se o mais apolítico dos homens a se interessar e decidir sôbre questões que afetam a maior cooperativa do país — que é, ou melhor, que deve ser o Govêrno. Ela forma, assim, líderes naturais naquelas que se impõem à confiança dos seus consócios; elimina paulatinamente a influência dos mandões e dos chefes políticos, os quais cedem o passo aos que realmente saem do meio do povo com vocação de servir e senso de responsabilidade.

Qual é o objetivo da cooperativa? Não é apenas diminuir o custo da vida. E' aumentar o padrão de vida. Poderia mesmo dizer: é restituir à vida o sentido que ela vai perdendo, o sentido da *dignidade o indivíduo no contjunto da sociedade, através da participação responsável de cada um na gestão do interêsse coletivo.* Para isto, duas coisas são necessárias: educação e capital. Eis por que o movimento assenta nessas duas fôrças o seu trabalho, afirmou o presidente da Kooperative Forbundet, Albin Johannsson, numa irradiação pela Columbia Brodcasting System. Para educar, especialmente educar sôbre os fatos econômicos, a cooperativa deve manter círculos de estudos, cursos de correspondência e colégios para o treinamento de empregados e diretores e dos próprios cooperados.

Habituar o consumidor a fazer suas compras à vista não é nem foi fácil. O hábito de comprar a crédito tende sempre a escravizar o consumidor ao fornecedor. E no caso da cooperativa, impede que ela disponha de verba para o seu movimento. Mas com esfôrço e paciências isto se consegue — e logo os resultados comprovam a vantagem dêsse sistema. As verdadeiras cooperativas pagam também à vista as suas contas, assim como as dos seus cooperados. Não tomam empréstimos ao Govêrno ou a bancos, normalmente — salvo casos excepcionais, que geralmente só devem ocorrer quando da primeira ampliação de uma cooperativa. Normalmente ela se constitui apenas pela contribuição das quotas de seus cooperados. Por isto é comum que a cooperativa de início só se ocupe com determinado artigo, atividade ou serviço, ampliando-se depois. Em certos casos, os consumidores organizam-se, compram um negócio privado já existente e o transformam em sociedade cooperativa. (Foi assim, por exemplo, que o PUB, o grande magazin de Paul U. Bergstrom, em Stocolmo, se transformou no maior magazin cooperativo do mundo, sendo seu diretor... o filho de Bergstrom, convicto partidário do cooperativismo).

Existe, entre a família e a cooperativa, uma interação constante. Hermann Stolpe, diretor de Educação da Kooperative Forbundet, em conversa comigo, em 8 de agôsto de 46, elucidou com poucas palavras aquilo mesmo de que já se ocupara num estudo magistral: a cooperativa age na base da família.

E' indispensável interessar as mulheres na cooperativa. Sendo a participação individual para que a mulher influa diretamente é necessário que ela também seja membro da cooperativa e não apenas o marido. Às vêzes êste prefere transferir para a mulher a sua quota, passando ela a fazer as compras (ou vendas) e a receber o retôrno.

Na elevação do nível de vida de cada unidade familiar, a cooperativa é essencial. No livro de Carr-Saunders, Florence e Peers, *"Consumer's Cooperation in Great Britain"* (Harper & Bros, Londres e New York, 1938), encontram-se informações muito significativas. Foram as cooperati-

vas de consumo que instituíram o sábado inglês. Já antes da guerra de 14 era o movimento cooperativo inglês o que pela primeira vez no mundo fixava um salário mínimo para os homens e uma escala de salários para as mulheres. E desde 1919 sindicalizavam-se os empregados dos armazéns atacadistas de organização cooperativa.

O desenvolvimento do sentimento familiar é consequência, por assim dizer, inevitável do próprio desenvolvimento da cooperativa. Não é o cooperado o único beneficiado e portanto também não é o único interessado nas sempre crescentes atividades da cooperativa. Também a família a êle se une nesse afã. Os círculos de estudos — que são um dos pilares do movimento — examinam métodos e processos para melhoria do confôrto no lar, através das cooperativas produtoras de mobília, por exemplo. Uma cooperativa de telefones pode libertar do isolamento muitos lares da roça. Colônias de férias, preventórios, consultórios dentários e médicos, serviços farmacêuticos, campanhas de redenção sanitária ou de simples prevenção, tudo pode organizar-se de modo cooperativo, inclusive restaurantes onde a cozinha será mais barata e melhor — pela simples razão de ser o freguês, ao mesmo tempo, sócio do estabelecimento...

A cooperativa — convém notar — não pode ser paternalista, não deve ser confundida com uma obra de caridade que se faz ao povo permitindo que êle compre ações para ficar menos pobrezinho. Não. Ela é uma forma de dignificar o esfôrço humano, a contribuição de cada indivíduo para o bem comum. Cooperativas de consumo estão nascendo nas plantações de chá de Ceilão e em Nairobi, na colônia de Kenia, na Jamaica, cooperativas de carpintaria, de ferragens na África Oriental, de irrigação de terras em outras colônias, cooperativas de mercados para produtos agrícolas, de crédito, de economia doméstica, de seguros, de recriação, de construção civil — e só aqui está estagnado, burocratizado o movimento.

Em "A new family economy" Stolpe expõe de como é pela igualdade do voto — cada pessoa, um voto, seja qual fôr o seu número de ações — que a cooperativa constitui um movimento de caráter decididamente democrático. E' por êsse voto igualitário, direto e secreto, que o cooperado governa a cooperativa. Mas, para que essa organização seja eficientemente democrática, é preciso que o eleitor, isto é, o cooperado, esteja imbuído de idéias democráticas e compreenda, cada vez melhor, a significação dos seus atos", a repercussão que êles podem ter na vida da cooperativa e, portanto, nos seus próprios interêsses".

Movimento popular, que espera do Estado compreensão e garantia de equivalência com as emprêsas privadas ou estatais, mas não proteção demasiada e paternalista; movimento criado e desenvolvido por famílias e indivíduos interessados em melhorar a própria vida e a dos seus, em comprar mais mercadorias com o mesmo dinheiro, em vender por melhor preço aquilo que produzem em se livrar do intermediário e das contas com "quebras" e "extravios" com acréscimos e "enxertos", a cooperativa — uma vez disseminada, é o órgão pelo qual se assegura a chamada democracia econômica e, com ela simplesmente a *democracia,* a estabilidade econômica do país, o desenvolvimento da riqueza nacional. E já tereis compreendido a importância e a urgência dêsse desenvolvimento, num país em que a renda nacional, por pessoa, não chega a 100 cruzeiros por ano.

SOCIALISMO, DIRIGISMO, COOPERATIVISMO DEMOCRÁTICO

Cooperação e livre iniciativa

Num debate radiofônico pela BBC, a 5 de abril de 1934, Lord Alexander, antigo membro do ministério que ganhou a guerra, hoje líder da bancada cooperativista na Câmara dos Comuns e um dos consultores do govêrno trabalhista, assim respondeu ao seu interlocutor, o Sr. Howling, secretário geral da Câmara de Comércio:

"Com a crescente racionalização e a produção em massa, da indústria moderna, a única solução definitiva dos problemas econômicos e industriais do homem será através da produção para o uso e não para o lucro, e a distribuição para servir e não para ganhar. A cooperação está organizando e construindo, abertamente, nessa direção, num mundo de competição, aumentando o poder aquisitivo do consumidor, estimulando e regulando, tanto quanto possível, as necessidades dêsse mesmo consumidor."

Eis uma definição do papel da cooperativa, na Reforma Social.

Os socialistas do século XIX, notadamente Marx e Lassalle, foram muito contrários à cooperativa. Chamavam ao movimento cooperativista "o socialismo atacadista". Mas os trabalhadores, organizados em seus sindicatos, verificaram que podem ter mais mercadoria com o mesmo dinheiro. Começaram, assim, a organizar sociedades cooperativas, a princípio neutras em matéria política, democráticas — é claro — mas não partidárias. Hoje os socialistas não-comunistas, ou seja, os democratas, sustentam com vigor a cooperativa à margem, independente e até oposta, quando necessário, ao Estado. E os reformadores, em geral, adotam cada vez mais uma orientação firme e positiva a êsse respeito.

O Comité Internacional de Relações Intercooperativas se manteve longe de *laisser faire* que o próprio capitalismo renega, mas por igual distante "de um planismo que seria excessivamente racional para ser razoável", segundo as próprias expressões da referida Comissão. Lembrando que o movimento cooperativista desenvolve, na estrutura do mundo contemporâneo, tal como é ela própria, uma forma organizada de economia, declara o Comité (1):

"...Os cooperativistas não hesitam em reconhecer aquilo que existe de comum entre os seus esforços e todos os esforços sinceros que visam uma economia organizada ou uma economia dirigida: a necessidade de ordem e o firme propósito de introduzir a vontade refletida dos homens entre os fatôres que agem sôbre a economia. Mas não observam sem espírito crítico o que vêem sem desfavor; e não estão dispostos a aderir, sem reservas, às doutrinas mais ambiciosas da economia "organizada" ou da economia "dirigida"; e menos ainda, a subscrever indistintamente tôdas as realizações parciais ou sistemáticas que se fazem dessas doutrinas".

"Condenam, sob tôdas as suas formas, a luta desregrada dos interêsses egoísticos, porque é geradora de desordem e desumanidade. Mas não pretender privar o progresso daquilo que lhe pode proporcionar o desenvolvimento das faculdades de iniciativa e de invenção.

"Desejam, pela organização e a prática da solidariedade, poder tornar suportáveis, pela sua limitação, os riscos que comportam a atividade econômica e a vida. Mas recusar-se-iam a levar êsse esfôrço a ponto de abolir,

(1) — Bureau Internac. do Trabalho, relat cit., pág. 201).

com o senso do risco, o próprio senso da responsabilidade.

"Não admitem que, sob a capa de uma doutrina de liberdade, a direção suprema dos assuntos econômicos nacionais e internacionais seja deixada às mãos de grandes emprêsas financeiras. Mas espantam-se como de grosseiro engano e sentem-se injustamente tratadas tôda vez que a intervenção dos poderes públicos deixa de fazer a distinção necessária entre as grandes concentrações de negócios de fim lucrativo e as organizações cooperativas sejam quais forem as suas dimensões destinadas a servir.

O dirigismo do Estado geralmente se anuncia pela mania do "técnico", o delírio do "técnico", a tecnocracia perfeita ou imperfeita, sempre mais ou menos daspeana. Sôbre essa mania, eis a manifestação do referido Comité. Saudando o advento do *perito,* do técnico, na cena pública, êle não se dispõe, no entanto, reconhecê-lo "como mestre infalível, onisciente, onipotente. Constata que nada prejudicou mais a idéia de economia dirigida do que o autoritarismo absoluto, além do diletantismo e das advertências imperativas para *"plantar mais"*, logo seguida de injunções, não menos peremptórias, para *"arrancar tudo o que plantaram"*. Não acham que a economia possa ser entregue às manias, às fantasias, às experiências de técnicos irresponsáveis que não são mais do que teorizantes. Porque estão ao par, todos os dias, dos problemas concretos e complexos, alimentam (os cooperativistas) a sua confiança na capacidade do espírito humano, tomando consciência das suas limitações."

Sôbre as virtudes e os limites da lei, eis o que diz: *"Reconhecem e propagam os benefícios da disciplina, mas não a identificam com o constrangimento, que consideram impróprio para estabelecer e manter a ordem, tanto quanto a fazer aceitar a verdade Subscrevem a célebre afirmação de Laordoaire*: "entre o forte e o fraco, o rico e o pobre, o senhor e o servo, é a liberdade que oprime, é a lei que liberta". Mas igualmente sabem da existência entre o céu e a terra, de mais coisas indesejáveis do que aquelas que se podem exprimir por meio de textos de lei".

Assim, pois, como bem resumiu Stolpe, a cooperativa é contra a influência excessiva do Estado na economia. A cooperativa é economia coletiva, está claro; mas é também, por isso mesmo, livre iniciativa. E nunca a entrega da iniciativa ao Estado, sob pretexto de que êste é a expressão da coletividade. São indivíduos, os da cooperativa, que se reunem para trabalhar em conjunto pelos seus interêsses. E não indivíduos centralizados numa cadeia dominada por uma direção altamente especializada — ou que como tal se apresenta. São indivíduos que, por escalonamento eleitoral, constituem uma federação, com suas entidades harmônicas e independentes entre si.

Basta ver, por exemplo, a estrutura do movimento na Suécia. Êsse magnífico país está dividido, do ponto de vista das cooperativas, em 18 distritos, tendo como unidade a cooperativa local. A assembléia representativa de cada distrito cooperativo elege 1 a 2 representantes para um Conselho de 22 membros, representando tôdas as regiões cooperativas do país e um Conselho Geral de 6 membros que emprega todo o seu tempo, remunerado devidamente, nessa tarefa. Êsse conselho tem um presidente, um diretor financeiro e de contabilidade, um diretor da produção, compra e venda de gêneros alimentícios, um diretor de produtos têxteis e industriais em geral, um diretor de máquinas e mercadorias pesadas, um secretário geral responsável pela educação, imprensa e publicidade, etc., — e a esta hora já deve contar também com um diretor da cooperativa de seguros. E há o Congresso das Cooperativas, para o qual cada sociedade manda delegados eleitos de acôrdo com o número dos respectivos cooperados e com o valor das suas respectivas compras na Federação das Cooperativas, sediada em Stocolmo.

Eis como se combina a livre iniciativa com planificação.

Surge, aqui, a pergunta: cooperativismo é socialismo? Os socialistas ortodoxos, como vimos, sempre disseram que não. Os cooperativistas sabem que não é, porque não dão ao Estado as proporções que os socialistas lhe atribuem. O cooperativismo é a forma de comércio socialista, isto sim. E', por assim dizer, a atualização do socialismo, dando mais ao grupo social, ao núcleo de indivíduos, a iniciativa que o socialismo do século XIX atribuía ao Estado

CONCLUSÕES

No comêço da segunda guerra mundial a Associação Nancional de Educação Cooperativista divulgou na Inglaterra um manifesto que diz: "Quanto mais fortes se tornam as nações sob ditadura, mais fracas, em relação a elas, vêm a ser as democracias".

Existe, portanto, o interêsse vital — se é que pretendemos preservar a raça humana — não só de não participar, mas de corajosamente refutar as ideologias degeneradas que conduzem ao fortalecimento das ditaduras. Foi a fatalidade econômica que o marxismo colocam na base da sociedade, e que os aproveitadores do marxismo levaram às últimas consequências, o que desviou, tantos milhões de criaturas, insatisfeitas com tão primária explicação para, como diz Koestler, êsse sucedâneo fascista da sociologia — que é a biologia. O racismo é a contrapartida do economicismo e todos se fundem num programa de ódios. Portanto, todos conduzem à destruição.

Não basta, porém, antepormos razões místicas ou resistências ocasionais. E' preciso forjar, no contacto diário com a vida, com as suas necessidades e consequências, a ideologia da renovação democrática, da reforma social pela valorização do homem.

Uma querela antiga se tem travado entre os partidários da participação da cooperativa na política e os que defendem a sua rigorosa neutralidade, no Brasil. Êstes últimos estão escudados na lei, cujo apoliticismo é apenas aparente, pois submetendo-as ao Estado submete-as, está visto, à ideologia que informa, que domina o Estado. Seja como fôr, porém, não me parece que a querela tenha hoje mais sentido do que aquela que consiste em saber se a Igreja defende ou não os interêsss da ordem social vigente.

Nada mais detestável, especialmente no caso brasileiro, de que uma cooperativa a serviço de um partido ou facção política. Mas, por outro lado, sendo a cooperativa um órgão essencialmente democrático, seria contrassenso exigir que ela deixasse de participar do levantamento geral das consciências para o esclarecimento, a vivificação do povo no processo de sua organização social e política.

Existe um movimento democrático, supra-partidário, latente, que deve ser considerado de acôrdo com a sua urgência e significação para o Brasil. A função dos partidos tem sido e será sempre — não nos iludamos — necessariamente limitada. Êles, e quanto mais honestos são mais isto é verdade, reorganiza a sociedade por cima, operam a reforma legislativa, influem

nas relações jurídicas, definem, dão forma, através do govêrno, cujo contrôle disputam, e das assembléias legislativas cujos corpos compõem com suas bancadas.

Mas a não ser aquêles partidos de caráter totalitário, que usam a estrutura partidária como instrumento para se apossar do homem na sua totalidade, o indivíduo, a consciência, o pensamento, a ação, as relações de família, de trabalho, as reações, as transações, a própria germinação das idéias, os partidos democráticos — e ainda mais no Brasil, que não tem de sua atividade uma lembrança tradicional muito profunda — não descem da superfície dos fenômenos, não atingem as camadas essenciais, dividem os homens em grupos, em parcelas, em partidos para as necessárias preferências eleitorais, antes de uni-los basicamente para o exercício, a capacitação, a lenta e penosa ascensão às luzes da vida democraticamente organizada sôbre a concepção cristã do respeito e estímulo ao desenvolvimento da pessoa humana.

Um movimento supra-partidário, portanto, terá de levar a obra dos partidos a uma conjunção, a uma profundidade a que êles por si sós não atingem, e com a ajuda dêles, por sua vez, ajudá-los, principalmente aos mais sinceros, aos mais capazes.

Que movimento há de ser êsse, capaz de tocar o interêsse das criaturas, capaz de falar ao seu instinto ao mesmo tempo que à sua inteligência, vender-lhes macarrão mais barato não apenas na véspera da eleição, como Borghi ou Ademar, mas permanentemente? Que movimento será capaz de completar, pela base, o trabalho que nas estruturas superiores da vida política os melhores agrupamentos partidários visam realizar? Que movimento há de ter, ao mesmo tempo, capacidade e oportunidade para educar o povo, encarando-o como consumidor, melhorar os padrões e os níveis da produção, orientar e atender às necessidades do consumo, executando ao mesmo tempo incessante obra educativa?

A cooperativa. Tem ela, assim, uma indisfarçável missão política, a mais alta das missões políticas de que se pode investir um movimento: realizar reforma social pela qual o povo chegará conscientemente ao govêrno de si mesmo. Resolver, enfim, o dilema em que se procura colocar os homens e as nações: — democracia política manejada pela autocracia econômica, ou democracia econômica subordinada à autocracia política.

Nenhuma dessas alternativas tem sentido, pois nenhuma é realizável. Numa democracia chamada "política", quando estoura uma crise econômica os direitos do voto popular são muito discutíveis... Numa democracia dita econômica, privada de liberdades políticas, ninguém pode mais discutir se os "grandes" homens que detêm o poder andam certos ou errados.

Estão agora os povos, e não apenas o brasileiro, encerrados na brutalidade de um dilema que corta em duas partes a humanidade inteira — nesta contingência miserável de escolher entre um dêstes dois destinos:

— ou o direito ao voto sem o direito à comida, solução que acaba sempre pela perda do direito ao voto, gostosamente cedido ao primeiro demagogo que se propõe encher a barriga do eleitor;



SHEAFFER'S "TRIUMPH" SENTINEL DELUXE:
Caneta: ..... Cr$ 450,00
Lapiseira: .. Cr$ 150,00
Jogo: ..... Cr$ 600,00

Em qualquer ocasião use sempre uma **SHEAFFER**

porque Sheaffer escreve melhor!



Examine detidamente uma caneta ou lapiseira "Triumph" SENTINEL DELUXE da SHEAFFER. Veja a sua perfeição; a beleza de jóia finamente trabalhada; o seu equilíbrio perfeito. Faça comparações. Escreva também com outras canetas e *fatalmente* comprará uma SHEAFFER... sentindo satisfação, em todas as ocasiões, pelo trabalho que ela realiza.
SHEAFFER escreve rápida, suave e silenciosamente. A lapiseira "Fineline", de ponta de manga que reduz as quebras das grafites, é vendida também isoladamente.

A pena SHEAFFER. Cilíndrica, com ponta de irídio e platina na ranhura. Tem maior quatidade de ouro de 14 k. que qualquer outra pena SHEAFFER é a melhor caneta que o seu dinheiro pode adquirir.

SHEAFFER'S

Representantes exclusivos no Brasil: M. AGOSTINI & CIA. LTDA.

Matriz e posto central de consertos: Av. Pres. Vargas, 502 - 11.º - RIO

— ou o direito de comer sem o direito de decidir, o que significa fatalmente entregar a pessoas estranhas à nossa casa o direito de fixar a hora das nossas refeições, dizer que pratos devemos e que outros não devemos comer — e até se devemos ficar em casa, e, mesmo, se temos realmente ainda algum direito de comer e de morar.

O dilema é falso. Só se apresenta para aquêles que não reconhecem a falsidade dos têrmos em que êle é formulado. E' necessário que os homens, principalmente os moços, se neguem a submeter-se a tamanha falsidade. Não se trata de escolher entre o capitalismo e o comunismo e sim de reconhecer que ambos conduzem aos mesmos fins, sendo que o comunismo, pelos piores meios. Há uma terceira solução, uma terceira saída para a crise do mundo moderno, para a crise do Brasil. Não é inventada por ninguém nem consiste numa solução miraculosa que, pelo seu simples enunciado, resolva todos os problemas. E' uma solução penosa, em pleno processo de elaboração, que há de sofrer os mais duros choques com a realidade, há de ser desprezada e vilipendiada, há de ser combatida e confundida, mas que se viver no coração dos homens há de ressurgir e se impor:

— a solução cooperativa, a solução que educa o cidadão à medida que o alimenta, e o alimenta melhor quanto mais êle se educa. A solução que se funda na civilização do consumidor e não na do dono do capital nem na de produtor unicamente, ambos considerados, afinal, no seu denominador comum — que é o consumo. O homem é, antes de tudo, consumidor. E' através dessa característica comum de todos os homens que se há de identificá-los e organizá-los para dar à sua vida em sociedade uma razão lógica, um ordenação sensata.

À luz dêsse entendimento, ver-se-á como é pueril discutir se o Estado deve ou não intervir; como as autarquias cedem o passo às cooperativas e o Estado se retrai às suas verdadeiras funções, sem a interferência desabalada nem a inepta inibição que constitui os dois máximos do seu alucinado movimento pendular em nossos dias.

Ver-se-á como é monstruoso indagar se devemos ser livres sem comer ou comer sem ser livres, porque então havemos de compreender que sem liberdade não comeremos e sem comer não seremos outra coisa senão escravos.

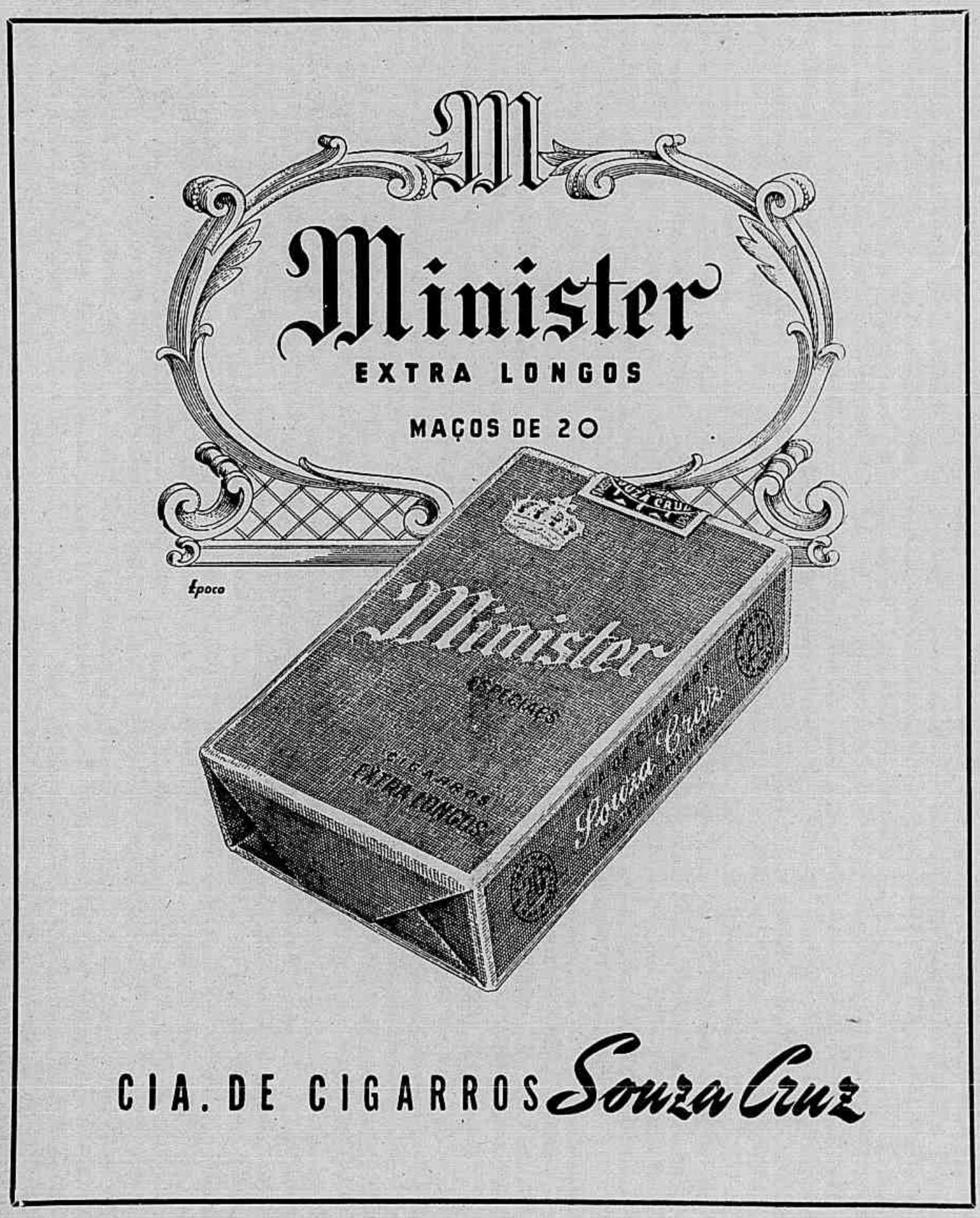
Está claro que não é fácil, não é simples como pedir, sem conseguir, a "renúncia de Dutra" ou conseguir, sem pedir, a cassação de mandatos. Mas, será mais simples viver sem o direito de trabalhar onde se quer, sem falar alto, sem criticar o que nos desagrada, sem saber se o nosso próprio filho não será o nosso espião?

Dar naturalidade à vida, restituir-lhe uma certa e perdida espontaneidade, sem a qual tôda alegria é impossível e todo amor se transforma em ódio e destruição, é sempre mais prático do que comprimir a vida entre artifícios. O natural de uma vida democrática é que o cidadão não seja apenas eleitor, porque antes de tudo, é criatura.

E' como criatura humana, simples, no entanto espantosa, múltipla, incessante criatura humana que êle deve ser considerado.

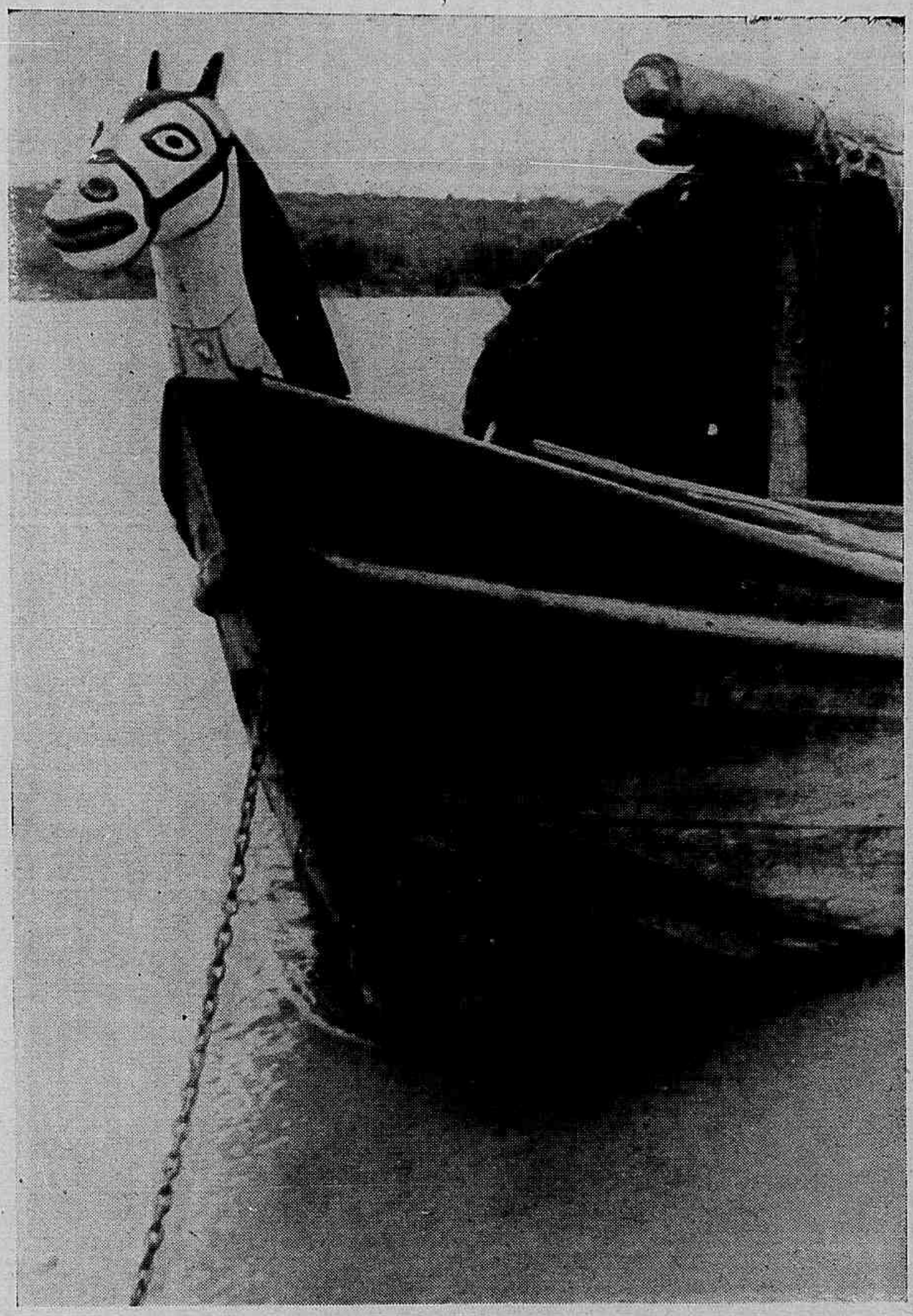
Só uma grande obra de amor pode libertar o mundo do ódio, assim como só um ato de confiança pode livrá-lo do jugo do temor. Obra de amor e confiança não há maior do que a cooperativa, que é um ato de fé na melhoria do homem e na sua capacidade de recuperação.

A organização cooperativa da democracia é o aproveitamento máximo das potencialidades da criatura humana. Da sua capacidade de produzir, de organizar, de querer, de pensar, de se divertir, de se educar, de amar, de prever, de recordar, — de, simplesmente, viver. Da soma útil de muitas criaturas, no bairro, no escritório, na fábrica, na paróquia, na escola, no clube, resulta a cooperativa. Da federação articulada de cooperativas, um novo sistema de vida social, donde uma concepção mais ampla da organização política, uma reabilitação dos conceitos jurídicos, renovados pelo sôpro de vida que então lhe vem do povo organizado, mobilizado, consciente.



O São Francisco

D. Duque Catão



Típico do São Francisco: figura totemica à prôa dos "paquetes".

ENTRE os grandes problemas nacionais: Siderurgia, Baixada Fluminense, Rio Doce, Amazônia, Paulo Afonso, etc., o São Francisco sempre mereceu lugar de destaque. Como qualquer dêles, periodicamente êle aflora à tona da opinião pública, e das preocupações governamentais com as galas de grande problema do dia. Mas não tarda a cair no ostracismo, até que outra onda o ponha em evidência novamente.

Agora estamos numa dessas ondas de opinião favorável, de técnicos e poderes públicos, e tudo faz crer que o grande problema vai mesmo ter solução.

Não obstante de nossa parte ainda continuamos meio cépticos. Porque achamos tão ciclópica a tarefa a enfrentar, diante da nossa lentidão burocrática e ausência de arrôjo administrativo, que não podemos deixar de ter outra atitude, senão essa de reservado entusiasmo.

A despeito do nosso cepticismo, entretanto, cumprimos o dever cívico de colaborar, com o nosso humilde grão de areia, nessa obra que deve ser de todos os brasileiros, num esfôrço uno, para melhor êxito.

Para isso, damos adiante as nossas modestas sugestões, na esperança de que elas possam contribuir de algum modo, em mínima parcela que seja, para solução dos múltiplos e comple-

O autor é um velho conhecedor do rio e seus problemas. Aqui mesmo, nas páginas de O OBSERVADOR, tem publicado o resultado de minudentes pesquisas sociais e econômicas. No presente artigo, relaciona uma série de providências capazes de levar o São Francisco a uma nova etapa de civilização.

Tempo de leitura: 15 minutos.

xos problemas técnico-econômicos do São Francisco.

Sempre tivemos uma doentia tendência para procrastinar as grandes soluções nacionais. Isso parece ter a sua causa, na exuberante e privilegiada natureza com que o Destino nos cumulou. Infelizmente, porém, uma tal Natureza nem sempre é um bem. Porque confere ao povo que a possui, quando não se trata de uma raça também privilegiada, — a desastrosa filosofia do "laiser-faire", que o impede de lutar com o vigor e a decisão daqueles que se vêem hostilizados por ela. Dentre êstes podemos citar a Holanda e o Egito. O primeiro, conquistando o mar do Norte e opondo-lhe diques que a engenharia de hoje tem de reconhecer como obras simplesmente gigantescas, mesmo se realizadas com todos os recursos da técnica moderna. E o segundo subjugando o rio Nilo na sua periódica fúria de destruição das suas populações marginais, que eram as de quase todo o Egito, visto que fora do vale do Nilo a vida era quase impraticável.

O Egito é um país semi-árido, ou mesmo desértico, em sua maior parte. Tôda a sua população vivi aglutinada ao longo do rio Nilo, única faixa de agricultura possível, assim mesmo só praticada na lama das terras inundáveis. Mas uma inundação no Egito, terra onde pouco chove, era fenômeno que a bem dizer só se verificava uma vez em cada década. E em consequência, a bíblica alternativa: dos sete anos das vacas gordas, ou sete anos das vacas magras. Ou em outras palavras: um período de fome e outro de relativa abastança.

Uma tal situação só poderia levar ao desaparecimento lento, mas inevitável do povo egípcio. Porque o Egito é o país do mundo mais pobre de bens naturais. Se se lhe tirassem o Nilo, ficaria apenas o deserto.

Daí a concepção genial e arrojada dos seus governos, desde os tempos faraonicos, de dominarem o Nilo, e fazerem normalmente, e de maneira racional, uma irrigação que a natureza só fazia periódica e muito irregularmente. Política nacional essa, que foi seguida por todos os seus governos, até os nossos dias.

As suas maiores obras hidráulicas foram realizadas até o século passado. Se tivermos em conta a inexistência absoluta de qualquer equipamento técnico até essa época, e considerarmos ainda que o Nilo é um dos seis maiores rios do mundo, é que poderemos fazer idéia exata do arrôjo das obras realizadas, e o que é pior; da nossa incapacidade de empreender no São Francisco obras idênticas, mesmo ajudados por uma soberba civilização técnica como a presente.

Com a circunstância de que para enfrentar êsse problema, já partimos da nossa própria experiência, em matéria de barragens para fins hidroelétricos no Sul, e de irrigação, no Nordeste; e da experiência de outros povos mais adiantados do que nós, inclusive do próprio Egito.

Se não nos falta no caso, capacidade técnica, é que nos falta então a exata concepção do aspecto utilitário: econômico e político — da valorização e aproveitamento do vale do São Francisco, infinitamente superior ao do Nilo. Êste, fora da sua faixa irrigável, é um deserto; e essa faixa em sua maior parte, está a mais de 2.000 quilômetros do mar; o que não se dá com o rio brasileiro, cujo ponto mais distante está a 1.000 quilômetros e é servido por diversas estradas de ferro nas suas duas extremidades, que conduzem ao Atlântico.

O Egito, no Nilo ou fora dêle, não tem nenhum produto natural base da civilização material contemporânea. E a bacia do São Francisco ao contrário, é de uma riqueza incalculável, sob todos os aspectos.

Para se ter uma exata idéia da pobreza natural do Nilo, basta dizer que o único combustível doméstico ao alcance das suas populações, é o estrume do seu gado e o palhiço das suas roças, combustível caro, como se vê, por ser também indispensável para adubação das suas terras irrigadas. E o material humano é o pior possível, do ponto de vista mental, infenso à qualquer evolução, pois é bastante saber que ainda hoje se vestem exatamente como há 2.000 anos atrás.

No entanto, os grandes empreendimentos irrigatórios no vale do Nilo conseguiram fazer dêle a terra mais povoada do mundo, com um índice demográfico superior ao da própria Bélgica. Aliás, com razão, pois o seu rendimento por hectare, de algodão, por exemplo, é 3 vêzes superior ao nosso; o de arroz: duas vêzes e mais, segundo Geraldo Rocha. E tudo o mais nessa proporção, apesar de explorarmos terras praticamente virgens.

Citamos êsse paralelo apenas, com o Nilo, não só, por ser o curso dágua dominado pela técnica no estrangeiro, que mais se assemelha ao nosso São Francisco; mas especialmente porque, sendo um dos maiores rios do mundo, começou a ser enfrentado numa época recuada da história, até o século passado, por um pequeno povo, primitivo e destituído de quaisquer recursos técnicos e que, não obstante, nêle construiu gigantescas obras de engenharia hidráulica, visando um fim econômico: da irrigação sistemática e em grande escala. E com tal êxito, que significou a sobrevivência da nação egípcia, conferindo ainda ao seu povo um índice econômico "per capita" superior ao de muitos outros, inclusive o nosso.

Êsse paralelo fixa bem a nossa incapacidade de percepção objetiva do problema sanfranciscano, tendo em vista que somos um povo muito mais numeroso; mais culto; potencialmente mais rico, e temos diante de nós um rio sob ponto de vista técnico muito mais favorável, e com uma bacia hidrográfica prenhe de riquezas naturais de tôda espécie.

Os egípcios conceberam a idéia da irrigação artificial sob princípios científicos, praticamente no limiar da história. Para o caso do São Francisco, nós já partimos da experiência dêles; dos Estados Unidos; da Índia, do México e da nossa própria, nas obras de irrigação no Nordeste.

Estamos vivendo numa época em que a técnica multiplica centenas de vêzes o esfôrço físico de um trabalhador; na época dos monstros mecânicos e do cimento armado; dos inseticidas fulminantes e de mil maravilhas da ciência, coisas nem sequer sonhadas na época em que os faraós empreenderam a construção das primeiras barragens laterais do Nilo para submissão das suas enchentes.

Não há pois nenhuma razão plausível para não atacarmos desde já o problema do São Francisco. A única coisa que se poderia arguir, é que não temos recursos para isso. Mas a essa, respondemos que os egípcios também não tinham. Construíram suas grandes obras, com o auxílio do trabalho compulsório dos seus jovens em idade militar. E essa fonte de trabalho que não é privilégio dêles, é inesgotável em qualquer grande nação.

Temos anualmente milhares de jovens que escapam ao sorteio, e que na época de guerra total em que vivemos, em que até as mulheres são chamadas ao serviço de guerra, não poderiam deixar de dar pelo menos um pouco de seu esfôrço, em empreendimentos que dizem respeito à defesa econômica e mesmo militar da

Pátria; pois a livre navegação do São Francisco e mesmo a produção econômica do seu vale irrigado vitais ao país em tempos de guerra, dependem das grandes obras de regularização do seu curso.

O que não padece dúvida, pois, é que não podemos deixar que a próxima guerra nos apanhe de novo, geograficamente bipartidos, um Brasil norte e um Brasil sul, impossibilitados de se comunicarem por via marítima e fluvial, com os maiores perigos e transtornos à defesa do país e à economia nacional.

Além do mais, é a nossa região plana, de agricultura mecanizável e irrigável em grande escala, mais próxima do litoral. E visto que daqui por diante só a agricultura científica, em bases de elevada técnica e acentuada mecanização poderá sobreviver, torna-se óbvio que teremos de dar início imediato ao completo aproveitamento econômico do portentoso vale do S. Francisco. Para cuja consecução sugeiríamos o seguinte programa, que abrange todo o médio São Francisco navegável, trechos: baiano e mineiro. Isso pela impossibilidade de separá-los, visto que como dissemos constituem um todo, sob qualquer dos seus aspectos: Sócio-econômico, administrativo, político e agro-geológico. Eis o

PROGRAMA

1 — Criação da Comissão de Planejamento do São Francisco, composta de dois terços de engenheiros civis e agrônomos, e um têrço de pioneiros do rio, residentes na região e nela empregando suas atividades profissionais e econômicas; — para estudo e delineamento do programa de melhoramentos a se executar naquele rio.

2 — Designação independente da Comissão acima, (para ganhar tempo) — de uma comissão de engenheiros com experiência na região, para início imediato dos estudos das duas primeiras barragens a se construir no São Francisco, uma em Pirapora e outra em Sobradinho.

3 — Fusão das emprêsas de navegação do São Francisco, visando a unificação de esforços de todos para um mesmo fim e melhor aparelhamento de seus estaleiros, de maneira a satisfazer às necessidades do rio e da região.

4 — Industrialização das oficinas das companhias de navegação, em Joazeiro e Pirapora. E instalação de uma terceira em Barra, de maneira a atender aos reparos e recondicionamento no próprio sertão, de tôda a sua frota autoviária, sem necessidade de ir ao litoral para isso. Equipando-as, se possível, com máquinas e mecânicos estrangeiros especialistas em reparo de automóveis.

Essas oficinas se dedicariam também à idealização de *novos tipos rústicos de cataventos,* com o aproveitamento de rolamentos velhos e sucata de automóveis, e construção dos mesmos em caráter industrial para vender por pouco mais do custo aos ribeirinhos; ensinando ainda aos que quisessem, a melhor maneira de improvisar um catavento para as suas necessidades, com os próprios materiais da região, como fazem os cearenses, o que certamente seria tarefa fácil e de grande alcance prático. Pois há séculos, sem qualquer recurso da técnica moderna, rústicos camponeses da Holanda e da Espanha, já construíam possantes moinhos de vento que ainda hoje satisfazem plenamente suas necessidades de fôrça motriz rural.

E não seria crível que em pleno século XX, não pudéssemos fazer o que outros já faziam em época tão remota.

5 — Instalação de 2 fábricas de cimento nas extremidades do trecho navegável, uma em Joazeiro e outra em Pirapora, ou outro ponto mais indicado pela presença da matéria prima, — não só para atenderem às obras hidráulicas a se realizarem no rio e seus afluentes, mas também para facilitarem o progresso material dos sertões de Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia e Minas, abastecíveis por ambas, e tributários da economia sanfranciscana.

6 — Aquisição de 5 dragas para melhoramento das condições de navegabilidade do São Francisco e seus afluentes.

7 — Aquisição de uma frota inicial de 20 barcaças de desembarque do esfôrço de guerra, (se se tornarem técnicamente aconselháveis para o rio), de calado inferior a um metro, a fim de facilitarem o tráfego na época das estiagens, e irem substituindo aos poucos o desumano e anacrônico esfôrço dos remeiros.

8 — Construção da ponte entre Joazeiro e Petrolina, ligando assim por via férrea o sul do Piauí ao pôrto de Salvador.

9 — Ligação do São Francisco ao Atlântico, por três costelas rodoviárias, em parte já programadas no Plano rodoviário.

a) — A primeira, em grande parte já existente, ligando o pôrto de Ilhéus ao da Lapa, no São Francisco, e futuramente prolongando-se aos portos de Barreiras, no Rio Grande e Natividade, no Tocantins, pondo assim em contacto rodoviário a bacia navegável dêste com a do São Francisco e o Atlântico.

b) — A segunda, (já construída pelo Estado da Bahia de Salvador até Ipirá); conclusão do trecho de Ipirá ao pôrto de Barra do Rio Grande e até Pôrto Nacional, no Tocantins.

c) — A terceira ligando Pirapora a Teófilo Otôni e Caravelas, no Atlântico, e futuramente prolongando-se até Paracatú e Goiânia.

Essas transversais rodoviárias sôbre o São Francisco são de baixo custo de construção e conservação por quilômetro porque com exceção de alguns trechos arenosos do vale do mesmo, atravessam regiões de baixo índice de chuvas, topografia pouco acidentada e sólo favorável.

Se possível, a construção de uma quarta transversal rodoviária, ligando Januária ao pôrto de Belmonte no Sul da Bahia, passando por Rio Pardo, e prolongando-se posteriormente até São José do Tocantins.

Essas quatro rodovias, serão indispensáveis ao escoamento da grande produção agrícola resultante da irrigação no médio São Francisco, e prestarão um inestimável serviço à marcha da nossa civilização econômica do litoral para o Brasil Central.

10 — Criação do Centro de Irrigação do São Francisco, com sede em Pirapora, e núcleos em São Romão, Januária, São Francisco, Lapa, Barra, Chique-Chique, Joazeiro, Barreiras, Correntina, Rio Prêto e Paracatú, para promover o ensino e a propagação da agricultura irrigada em tôda a bacia do rio, e fomentar contratos de cooperação para estabelecimentos irrigatórios com os proprietários ribeirinhos, financiados pelas nossas instituições de crédito agrícola e pelo Estado.

11 — Promover a organização de uma emprêsa construtora com capitais privados, ou mistos, nacionais e estrangeiros para execução de obras especializadas: barragens, canais e outras obras irrigatórias, financiadas pelo Govêrno e por particulares, a fim de facilitar, pela rapidez da construção mecanizada, a propagação dos empreendimento irrigatórios no São Francisco.

12 — Contrato com uma grande emprêsa americana ou inglesa, especializadas em obras de irrigação, para

exploração industrial da irrigação no São Francisco, com garantia de juros, por parte do Govêrno.

Semelhante contrato seria feito inicialmente só para um determinado trecho do rio, e em caso de êxito serviria de experiência para sua generalização, em maior área da bacia de irrigação do alto e médio São Francisco, além de servir também de escola para os nossos técnicos e capatazes, em hidráulica agrícola e agricultura irrigada.

13 — Promover a compra na Europa, ou a permuta com produtos do próprio São Francisco, juntamente com as barcaças de fundo chato, — de 1.000 grupos conjugados (locomóvel e bomba) à óleo Diesel — para venda a longo prazo aos proprietários do S. Francisco.

Semelhante partida, que parece grande, não o é, pois em fins do século passado quando a máquina a vapor estava praticamente na sua infância, ao menos nos países atrasados como o Egito, já havia nas margens do Nilo mais de 3.500 grupos a vapor, elevando água para irrigação. Com a circunstância de, que não possuindo aquêle país cobertura vegetal, abundante como no São Francisco, essas máquinas, segundo Geraldo Rocha, consumiam ainda, carvão inglês, transportado mais de 2.000 quilômetros rio acima para o interior da África.

14 — Criação de um serviço de 5 ESTAÇÕES agro-pecuárias no São Francisco, com sede em Pirapora; sendo uma nesta cidade, 1 em Januária, 1 em Barra do Rio Grande, 1 em Barreiras e outra em Joazeiro. Com estações de monta em Paracatú, São Romão, Carinhanha, Lapa, São Francisco, Rio Prêto e Rio Branco.

Essas Estações e Postos, visariam produção em grande escala para fornecimento gratuito, em tôda a bacia do São Francisco e seus afluentes, de mudas de plantas industriais e frutas tropicais de tôda espécie inclusive introdução de espécies exóticas; e também um serviço de monta e melhoramento do gado bovino, asinino, caprino e ovino de tôda a região, de acôrdo com as indicações técnicas, além da experimentação de novas espécies vegetais e animais, para enriquecimento da economia da região.

15 — Criação nas Estações Agro-Pecuárias, de um serviço especial visando a produção e propagação em larga escala, de mudas de Tamareira, Oiticica e Coqueiro, (de preferência ANÃO), procurando estimular e ajudar até financeira e diretamente, o início e a formação de plantações industriais principalmente das duas primeiras. Pois se essas providências fôssem tomadas, estamos certos de que num futuro próximo o vale do São Francisco estaria em condições de abastecer todos os mercados sul-americanos, não só de tâmaras mas também de óleo do oiticica e côco, isso porque o vale do mesmo, apresenta tôdas as condições ecológicas para a sua produção em grande escala. E ambos êsses produtos, principalmente a tâmara, poderia facilmente se tornar num dos primeiros produtos de exportação, não só da região, mas até mesmo do país, pois a tâmara, é um dos produtos de maior rendimento econômico por unidade de área.

A nosso ver, essas são as plantas cultivadas mais indicadas para o São Francisco, e estamos certos de que de futuro elas vão dominar por completo a sua paisagem.

16 — Criação de um Pôsto Experimental de Viticultura no São Francisco, ou restabelecimento do serviço outrora existente em Joazeiro, e que conseguiu introduzir mais de 150 variedades de uvas naquela região com grande êxito cultural. O referido serviço teria por fim seleconar as variedades que resistiram a êsse longo abandono e aclimatar novas espécies, para distribuição em tôdas as zonas calcáreas do S. Francisco, visando o enriquecimento dos seus pomares, ou eventualmente a produção industrial de "passas", como fonte econômica, e melhoria alimentar do sertanejo. Para isso o clima da região é excelente, como já ficou demonstrado em experimentos anteriores, por nós realizadas no Pôsto Agrícola de Queimadas.

17 — Criação de uma Estação Experimental de Plantas Têxteis numa das extremidades do trecho navegável visando:

a) — Estudar, selecionar e melhorar sob todos os aspectos as fibras têxteis nativas da região — inclusive a malva e o sizal.

b) — Introduzir novas espécies exóticas nacionais ou estrangeiras, incluindo as variedades de algodão de fibra longa, bem como a produção de caroço para fins forrageiros.

18 — Instalação de um Pôsto de Piscicultura em Pirapora ou Joazeiro, onde fôr mais indicado, com os seguintes encargos:

a) — Policiar a pesca na bacia do São Francisco e nas suas lagoas, de maneira a evitar a pesca predatória;

b) — Estudar tôdas as espécies piscícolas do São Francisco a fim de preservar e fomentar o aumento das mais indicadas;

c) — Introduzir e procurar povoar o rio e seus afluentes com novas espécies, da Amazônia e de outros rios nacionais e estrangeiros, inclusive de anfíbios úteis e econômicos, como as nossas grandes tartarugas fluviais, do Araguaia e do Amazonas; a lontra e etc., com o fim duplo de criar uma nova fonte de vida para os seus habitantes, promover a melhoria alimentar do sertanejo e o enriquecimento faunístico da região.

19 — Instalação de duas grandes usinas de óleos, para beneficiar tôda a produção das diversas oleaginosas da bacia do São Francisco e regiões subsidiárias, também preparadas para industriá-los no que se recomendar, não só para reter na região maiores lucros e fomentar o seu desenvolvimento, como também para evitar a saída dos seus resíduos necessários à restauração do seu solo e sobrevivência dos rebanhos, sob a forma de adubos e torta forrageira.

Mas a sua atividade mais importante, sem dúvida seria a hidrogenação dos óleos vegetais para fins alimentícios, a fim de suprir o grande "deficit" da gordura na economia alimentar sertaneja.

Uma vez que já existe uma indústria de óleos em Pirapora, esta deveria ser ampliada, visando êsses objetivos, e instalar-se-á então outra idêntica em Joazeiro, ou em Bonfim, no nordeste da Bahia.

20 — Envio de um grupo de 20 engenheiros civis e agrônomos, sob concurso, para estágio de especialização nas grandes obras de irrigação do Teenesse, nos Estados Unidos, do México e do Nilo, e se possível do Ganges, para aplicarem aqui não só a técnica da grande irrigação, mas também as peculiaridades de cada uma, aconselháveis ao São Francisco.

21 — Legislação imediata sôbre o direito de propriedade das terras irri-

gáveis, para evitar que a valorização resultante dificulte as desapropriações, e a ganância dos proprietários conduza à especulação nos casos de arrendamento e venda de terras irrigadas.

22 — Criação de ginásios, sendo 3 em Minas e 3 na Bahia com curso rural, anexo,, de frequência obrigatória, especializado em tarefas de irrigação.

23 — Criação de 2 escolas de artes e ofícios inclusive de mecânica agrícola; sendo uma em Pirapora, e outra em Joazeiro.

24 — Criação de 7 hospitais regionais com um mínimo de 100 leitos cada, sendo um em Pirapora; outro em Januária e outro em Paracatú, em Minas; e na Bahia: um na Lapa; um em Barra do Rio Grande, um em Barreiras e outro em Joazeiro. Criação também de um pôsto de Higiene com médico e enfermeiro em cada município ribeirinho, inclusive nos seus afluentes.

25 — Acôrdo com a Comissão Rockefeller, para uma campanha em grande escala, de saneamento e educação sanitária em geral, na bacia do São Francisco, empregando os equipamentos e a técnica usados pelo exército americano na Malásia.

O PROBLEMA SANITÁRIO

A sífilis, o impaludismo, a tuberculose e o analfabetismo, são as quatro maldades do Apocalípse sanfranciscano.

Muito de propósito colocamos a sífilis em primeiro lugar, porque é na verdade a maior desgraça da sua população, segundo a opinião abalizada de um médico da região, com a autoridade de uma existência profissional ali exercida. E não era preciso dizer. Qualquer leigo que bem conheça o São Francisco, há de ver na fisionomia de cada ribeirinho de baixa ou média condição social, os estigmas dêsse terrível mal, que não encontra a menor barreira na sua propagação, pela ausência de qualquer medida de polícia ou educação sanitária.

Alguém, também com autoridade, já colocou a tuberculose acima do impaludismo como fator de letalidade no São Francisco. O que é bem possível porque, além do livre contágio, e da absoluta ausência de sanatórios e meios de cura, ela conta ainda para a sua propagação, com a favorabilidade do clima e deficiência alimentar da população.

De qualquer forma entretanto, qualquer delas, de per si, constitui um inimigo implacável da população ribeirinha. E em ação conjunta, então, principalmente o impaludismo e a sífilis, não se poderia desejar melhor máquina de destruição orgânica e contrôle maltusiano de um povo.

Mas é fôrça reconhecer, que não é possível combater nenhum dêsses males com drogas e remédios vendidos a pêso de ouro para uma população de párias, que são exatamente as classes mais molestadas.

Daí, a nossa

SUGESTÃO: De que todos os produtos básicos da saúde e economia do povo, como por exemplo os remédios para essas três moléstias principais, o bisulfureto de carbono e outros inseticidas; ferramentas agrícolas, etc., deveriam ser monopólio do Estado. Ou pelo menos, fabricados por organizações oficiais, ou mesmo privadas, porém, sob contrôle em base de absoluta honestidade técnica e comercial.

Porque não é possível que uma população paupérrima como a do São Francisco, que ganha talvez menos do que um quarto do necessário para uma subsistência mínima condigna, ainda possa se curar adquirindo comprimidos de quinino por Cr$ 3,00, como tivemos oportunidade de comprar no seu comércio farmacêutico.

O Estado tem o dever de envidar os meios de proporcionar saúde a essas populações. Não o faz. E ainda permite que um comércio desonesto lhes explore a morte.

Voltando a nossa sugestão, o nosso ponto de vista é que o Govêrno deveria mandar, por uma comissão de médicos, escolher 3 ou 4 medicamentos dos mais eficientes para cada uma dessas três moléstias; adquirir as respectivas marcas e mandar prepará-los em grande escala por uma das indústrias incorporadas: a Bayer por exemplo. Para venda pelo custo às nossas populações pobres do interior. Além de uma taxa de amortização, a título de estímulo, a administração teria 5 por cento, de gratificação; e o comércio distribuidor mais 10 por cento sôbre o preço de custo. E as drogas, honestamente fabricadas, chegariam assim em razoáveis condições de preço ao pobre consumidor.

MÃO DE OBRA

A maior dificuldade para execução dêsse programa no São Francisco, reside na ausência de recursos financeiros. Ora, seguramente 50 por cento das despesas correrão por conta da mão de obra. E esta custará muito pouco ao Govêrno, se o mesmo quiser resolvê-la dentro de conceitos que nem sequer chegam a ser revolucionários, porque já estão definitivamente aceitos e incorporados à concepção do Estado moderno, mesmo os de índole tradicionalmente liberal, como a Inglaterra, que já chegou ao recrutamento de homens e mulheres para tarefas econômicas de interêsse nacional, e ainda agora acaba de decretar a desocupação, crime passível de prisão.

Estamos numa era de guerra total. Em que até mulheres e crianças são chamadas aó serviço ativo, não só na retaguarda e frente econômica, se confundem em importância militar; visto que daqui por diante, a derrota de uma nação comecará exatamente pela sua frente civil.

A segurança de um povo hoje tornou-se função precípua de sua solidez econômica. E, sendo esta feita com grande antecipação, na paz e não na guerra, conclui-se que os empreendimentos pacíficos de caráter econômico, nada mais são do que batalhas ganhas antecipadamente, com suor apenas, sem derrame de sangue e lágrimas.

Indizíveis sofrimentos e imensuráveis sacrifícios de vida serão poupados na guerra, aos povos que deram às suas campanhas de paz, apenas 10 por cento dos seus esforços de guerra.

E partindo dêsse critério, o que vamos sugerir está perfeitamente de acôrdo com o bom senso e a realidade nacional e contemporânea.

Milhares de jovens em idade militar, anualmente deixam de prestar serviço, seja: por não terem sido sorteados ou por falta de "claros" nas fileiras.

E se, na era atômica e de guerra total em que vivemos, os objetivos civis passaram a ser objetivos de guerra, correspondentemente, as obras públicas e trabalhos econômicos devem passar também, à categoria de tarefas militares.

Sendo assim, nada mais lógico, natural, imperativo mesmo, que êsse de-

saproveitado exército de jovens, preste o seu serviço militar, em verdadeiros trabalhos de guerra: Construções de barragem; abertura de estradas; de canais, pontes, etc. Quando não, pelo menos os filhos da própria região a ser beneficiada, onde êles têm parentes, e bens materiais a se valorizar. Isso se se quiser dar ao assunto um tratamento regionalista e não nacional, como deve ser.

Como se instituiu o curso primário rápido, de 2 anos apenas, para generalizar a alfabetização, assim poderia se instituir também o ensino "semi-militar" em que os nossos jovens não convocados ou não sorteados, dessem à Nação a metade do tempo regulamentar da tarimba. Num programa que poderia ser dividido em 6 horas diárias de trabalho físico e 2 horas diárias de instrução militar, de feitio essencialmente objetivo.

Semelhante curso com o auxílio de métodos modernos e especialmente do cinema educativo, seria de maior eficiência que o antigo, e de grande alcance, para a eventual defesa do país. Tanto mais, se se tiver em conta que os jovens a êle submetidos estavam isentos da prestação do serviço militar.

Quem conhece nossa mocidade, no interior, sabe que ela geralmente vive à custa dos pais até os 20 anos ou mais; não estuda e não tem emprêgo regular; desperdiçando o seu tempo, comumente, no futebol e na vadiagem diurna e noturna, característica das nossas pequenas cidades.

De sorte que além do rendimento econômico dêsse serviço obrigatório para militar, só por si bastante para justificá-lo, haveria ainda o saldo de um inestimável trabalho educativo e de disciplinamento da mocidade condenada a todos os inconvenientes e um desenvolvimento ao Deus dará, sem nenhum acidente sério na vida, capaz de pô-la em contato com as duas realidades do mundo em que vivemos.

Com isso, a Nação teria resolvido o seu problema de mão de obra para os seus grandes empreendimentos econômicos na paz, estruturando sua economia para os dias piores.

E sem o desastroso inconveniente dessa "inflação' de mão de obra urbana, que tanto contribuiu para o êxodo dos nossos campos e encarecimento do custo da vida. Se Volta Redonda e outras obras públicas que mais provocaram a corrida de salários, tivessem sido construídas sob êsse regime, não teríamos conhecido tamanha crise de braço rural, de consequências ainda imprevisíveis para a economia e o futuro do país.

São êsses a nosso ver, os pontos salientes de qualquer programa visando o desenvolvimento econômico do médio São Francisco; aliás já anteriormente por nós delineados em pequena colaboração, para legisladores interessados no estudo do problema sanfranciscano. Com o que, esperamos ter contribuído com o nosso anônimo grão de areia na realização dêsse grande e patriótico empreendimento de interêsse nacional.

AOS NOSSOS ASSINANTES

EM virtude do aumento considerável da venda do "O OBSERVADOR" cujas edições veem sendo rapidamente esgotadas, recomendamos aos nossos assinantes que nos encaminhem suas reclamações sôbre exemplares não recebidos, nesta Capital até o dia 30 do mês seguinte e nos Estados dentro de 60 dias depois da circulação da Revista.

Pelas causas apontadas, não podemos aceitar a responsabilidade sôbre a entrega dos exemplares que, extraviados, não nos forem reclamados dentro dos prazos acima estipulados.

Símbolo de eficiência da técnica

RADIOFÔNICA

A INDÚSTRIA RADIOFÔNICA, desde os rádios de galena, até os nossos dias, evoluiu e continua evoluindo sem cessar. Longas pesquisas deram lugar a novos aperfeiçoamentos e novas descobertas, tudo produto de especialização técnica, árdua e trabalhosa. Assumpção S.A. contribuiu sensivelmente para a melhoria técnica da indústria de rádio. Em seus laboratórios e oficinas, cada pôsto está a cargo de um técnico que responde pela eficiência do seu trabalho. A rigorosa qualidade do material empregado, o profundo conhecimento dos montadores e o cuidadoso escrúpulo dos testes preliminares e finais, são testemunhados pela contra-marca ASA, caracterizando todos os receptores de sua fabricação.

ASSUMPÇÃO S.A. *RESPONDE PELO QUE VENDE*

RUA RODOLFO MIRANDA, 76 * CAIXA POSTAL 2025 * SÃO PAULO

PANAM — Casa de Amigo



A COLHEITA

1950-Ano

José Ribeiro

E' ALI no Rio Grande do Sul que o lavrador de arroz brasileiro obtem maior rendimento de seu trabalho. De norte a sul do país deparamos arrozais mais ou menos extensos. Em alguns Estados, há terras em que o rendimento não vai além de meia tonelada por hectare. O lavrador paraense, por exemplo, não colhe mais de 850 quilos em média.

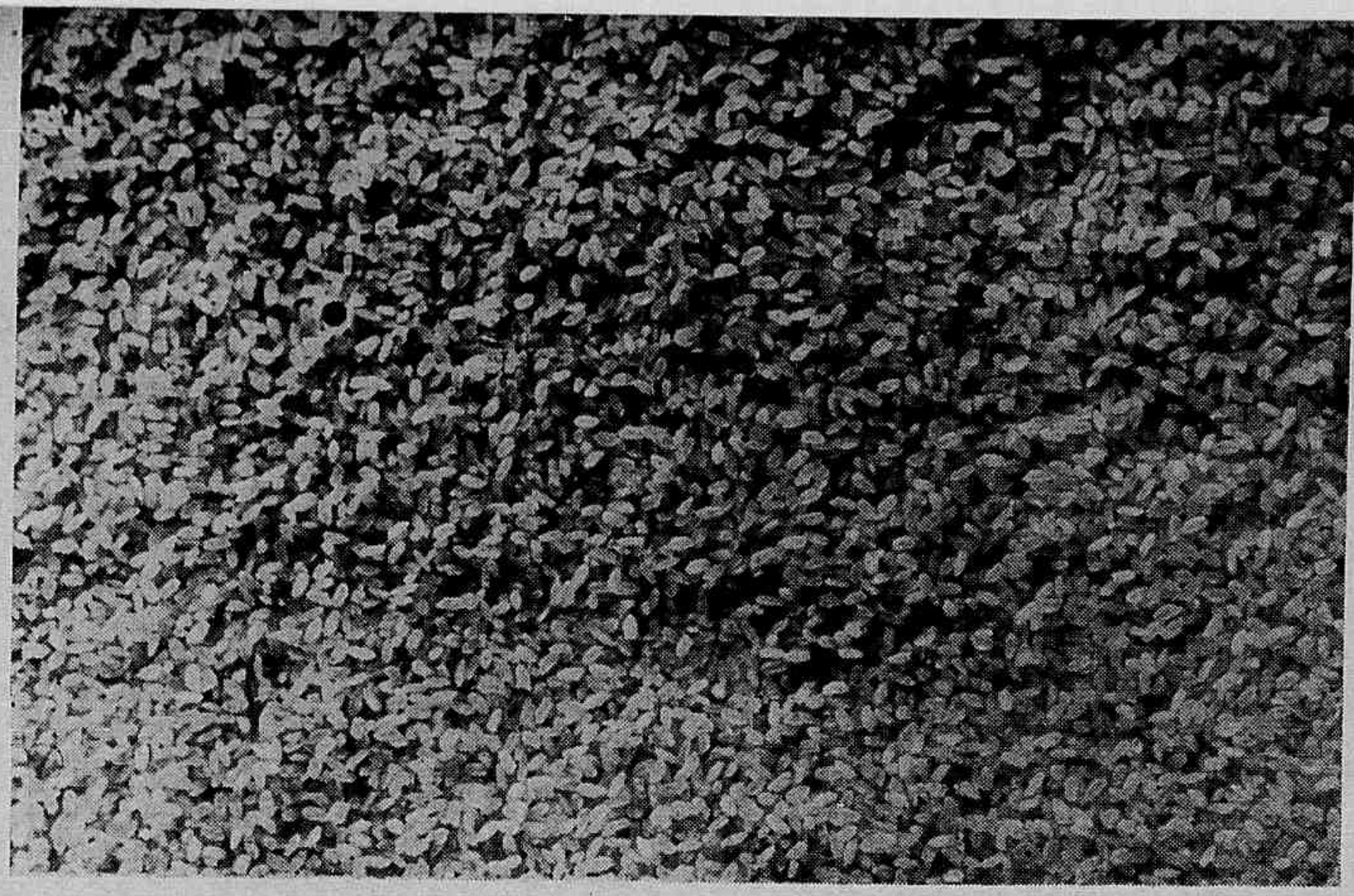
Entretanto, às margens das lagoas, dos rios, dos açudes e arroios sul-riograndenses o homem que planta arroz alcança em média três seguras toneladas por hectare. E há trechos largos de solo onde é comum atingir a colheita quatro mil toneladas; e onde a terra é mais pobre sempre se arranja uma e meia tonelada, em cem metros quadrados. As terras fracas para arroz no Rio Grande do Sul representam apenas 4,8%, ao passo que as boas se estendem na proporção de 26,1% e as médias na de 34,1%. Mas, existem também as terras férteis que abrangem nada menos de 24,6 por cento e ainda as muito férteis — aquelas de Alegrete, de Cachoeira, de Uruguaiana, de São Borja, de Santa Maria, de Caçapava e vários outros municípios as quais cobrem 9,5% do total das terras gaúchas escolhidas para a rizicultura.

A olhos vistos, cresce o rendimento das lavouras com a aplicação de métodos modernos de preparo do terreno. A safra de 1942-43 sôbre uma área de 179 hectares, aproximadamente, somou 281 mil toneladas de arroz em bruto. Mas a safra de 1946-47 sôbre uma área de 212 hectares alcançou 559 mil toneladas. Aumentou o rendimento em cêrca de 68 por cento. O gaúcho planta vários tipos de arroz, mas 77 por cento da safra de 1946-47 foi representada por êsse grãozinho curto e largo que se denomina *japonês*. A participação do *agulha* não alcançou mais de 3 por cnto e o *blue-rose* 20 por cento. Os demais tipos têm comercialmente papel insignificante no conjunto da produção.

O IRGA E OS SEUS FUNDAMENTOS

O Instituto Rio Grandense do Arroz foi criado para estimular o desenvolvimento da lavoura dêsse cereal. Segundo seus Estatutos, êle deve "promover a defesa da lavoura rizícola do Estado, a começar nos centros de produção e a terminar nos mercados internos e externos, mediante adoção de todos os meios práticos, destinados a melhorar e baratear o custo da produção e regularizar o seu comércio, harmonizando os interêsses da produção, do comércio e do consumo".

Para que o IRGA realizasse, com efeito, o seu papel em proveito dos lavradores de arroz estabeleceu-se que caberia a sua direção a produtores selecionados, mas produtores eleitos pelos plantadores locais e um re-



O GRÃO

Trágico Para o Arroz

presentante do Banco do Rio Grande do Sul. Como tôda experiência de capitalismo dirigido, o IRGA devia suprimir as crises na lavoura e no comércio de arroz nos limites do Estado, determinando "medidas no sentido de estabelecer o equilíbrio entre a produção e consumo".

O aparelho econômico criado para estimular o capitalismo no setor agrícola do arroz teria, todavia, de substituir o princípio capitalista de livre concorrência pelo princípio socialista de produção planificada. Sem o que seria impossível o equilíbrio exigido pelos Estatutos. Essa contradição de nascença é responsável, sem dúvida, pelo abandono da rigidez das bases teóricas do IRGA, cuja atuação por isso mesmo desperta descontentamentos.

Mas, como na prática, procede o Instituto? E' o que iremos ver agora.

A PRODUÇÃO E O COMÉRCIO DE ARROZ

A safra de 1946-47, por exemplo, alcançou cêrca de 559 mil toneladas de arroz em bruto. Dêsse volume, são reservadas 42 mil toneladas para as semeaduras. O restante, depois de beneficiado, soma no mínimo 352.000 toneladas. A população do Estado consome dos demais Estados 120 mil toneladas. Restam para a exportação 184.200 toneladas, ou sejam 3.070.000 sacos de sessenta quilos. O Instituto deixa livre a venda do produto para o mercado interno. Seu contrôle se exerce, vigorosamente, é sôbre o comércio externo, que ocupa a maior parte da atividade de sua direção.

A tal ponto o IRGA intervém no comércio externo do arroz que surgem contra êle a acusação de haver se afastado de suas funções estatutárias: a de defesa da produção e a de regulador do comércio.

Realmente, há razão da parte dos que reclamam. O IRGA só garante um preço mínimo ao produto que vai ser exportado. Não lhe interessa o arroz destinado ao consumo no mercado interno, ficando grande massa de lavradores completamente abandonada. Seu produto terá o preço que lhe quiserem pagar os engenhos beneficiadores. Nota-se no tocante ao aparelho destinado a promover a defesa da lavoura rizícola do Estado a mais alarmante indiferença sôbre o problema, que atinge sobretudo o pequeno produtor.

Talvez não tenha a direção do Instituto tempo de sobra para pôr em dia os seus deveres relativamente à lavoura. Feito para suprimir as crises, depara-se no momento com a mais séria delas. Da safra de 1946-47, acham-se estocadas ainda nos armazéns gaúchos cêrca de 1.500.000 sacos dos 3.070.000 destinados à exportação. A solução dêsse problema enche, de certo, a cabeça dos dirigentes do IRGA. A demora no escoamento daqueles dois e meio milhões de sacos de arroz não constitui só um entrave para o desenvolvimento dos negócios do IRGA mas para tôda a lavoura rizícola do Estado. O sucesso dos negócios do IRGA não reflete diretamente sôbre os plantadores, mas o insucesso tem sôbre êles a mais dramática repercussão.

A teoria da economia dirigida, capaz de suprimir as crises, está no caso prosaico do arroz sul-riograndense passando por uma dolorosa prova de fogo, arriscando-se essa flor do "socialismo precoce" que é o IRGA a queimar as suas pétalas.

O IRGA NEGA SUA TAREFA ESTATUTÁRIA

As estatísticas do IRGA revelam que existem no Rio Grande do Sul nada menos de 7.012 lavouras de arroz. O número de pequenas lavouras sobe a 4.711 e o das grandes fica em 2.301. Compreendem-se, aí, por pequena lavoura aquelas que abrangem até nove hectares Mas entre estas contam-se 1.774 que atingem apenas dois hectares a 1.244 que não vão além de três hectares. Ao passo que entre as grandes notam-se 548 de mais de 100 hectares, sendo vinte e oito acima de 500 hectares e dez acima de mil hectares.

E' comum na agricultura do Rio Grande do Sul o arrendamento da terra. Aproximadamente 58 por cento das lavouras de arroz ali se estendem através de terras arrendadas. O grande proprietário exige pela terra virgem um aluguel quase sempre muito alto. E' sabido que historicamente o grande senhor de terra aproveita a condição do pequeno lavrador tão in-

timamente ligado ao campo para explorá-lo. Pelas margens das lagoas e dos açudes gaúchos há terrenos alugados até a cinco vêzes o seu valor real.

Além disso, o lavoreiro, ao alugar a terra por três ou quatro anos, terá de fazer por sua conta tôdas as melhorias. A irrigação e a drenagem, o beneficiamento do terreno para a lavoura do arroz, representam obras que, vencido o prazo do aluguel, irá entregar de mão beijada ao proprietário, ou se submeter a um arrendamento mais elevado. O IRGA não intervém na hipótese para amolecer o coração do latifundiário, para cumprir, em suma, a sua missão de estimulador do desenvolvimento do capitalismo na lavoura rizícola. Êle deixa que a tragédia do pequeno lavrador corra por conta das contradições históricas do capitalismo no campo. E começa assim a negar sua tarefa estatutária de promover a defesa da lavoura rizícola do Estado. Depois, abandona os lavoreiros aos apetites dos donos de engenhos beneficiadores de arroz.

O PREÇO MÍNIMO E O FINANCIAMENTO

Só interessa ao IRGA o arroz destinado à exportação. Assim, só para êsse garante o preço mínimo, considerado um estímulo à produção, isto é, para que se produza mais, haja sobras para o mercado exterior.

Acontece que, realmente estimulado pelo preço mínimo, lançaram-se à exploração agrícola do arroz aventureiros de tôda espécie, muitos sem qualquer conhecimento técnico ou rotina da lavoura. Elementos mecânicos e humanos foram, então, utilizados tumultuariamente, sem qualquer disciplina econômica. Disto, resultaram o encarecimento da terra e do material agrícola em geral. E, como última consequência, assistimos ao fracasso de determinadas lavouras, encarecendo pela redução da safra o custo da produção.

Por sua vez, o Banco do Brasil tem financiado grande parte da produção, mas só aquela que lhe parece saudável. E' sabido que dinheiro só se empresta para investimentos sôbre cujas possibilidades de lucros não haja dúvida nenhuma. O banco recebe seus depósitos para emprestá-los com juros certos. Não pode, se é banco sério, meter-se em aventuras. A pequena lavoura é, de certo modo, uma aventura. Os cofres dos bancos não se abrem para elas. Há grandes lavouras, organizadas tecnicamente, utilizando máquinas modernas e cujos rendimentos são os mais altos. Para elas, de certo, há financiamento do banco. O IRGA não intervem no problema, não garante pelo pequeno lavoureiro, entrega-o à sua sorte economicamente tão precária.

O COMÉRCIO EXTERIOR NAS MÃOS DO IRGA

O IRGA tem o seu problema próprio: o arroz para a exportação. O preço mínimo, pago por intermédio dos engenhos é de 75 cruzeiros por saca do produto com casca. Os engenhos são particulares. O IRGA, através de seu serviço de estatística, faz a estimativa da safra. Separa as quotas para a semeadura, para o consumo interno e para a exportação. A quota geral de exportação, adquirida pelo IRGA aos engenhos, é depois distribuída às vinte e nove firmas comerciais, às quais permite o Instituto exportar e às quais distribui êle próprio, para contrôle, os sacos vazios.

A safra de 1946-47 permitiu uma exportação superior a três mil sacos. O IRGA distribuiu também mais de três mil sacos com as firmas exportadoras, uma dúzia das quais possuem aliás engenhos próprios. O Instituto, por sua vez, também é proprietário de alguns engenhos. Existem firmas como a Arrozeira Brasileira S/A ou a Brasilarroz Ltda., às quais é autorizado um volume de exportação, para cada uma, superior a 200 mil sacos. As menores exportam entre 20 a 15 mil sacos. Das vinte e nove firmas exportadoras de arroz sul-riograndense, quinze exportam acima de 100 mil sacos cada uma. Todavia, mais da metade do volume destinado aos mercados externos é negociado apenas por dez grandes firmas. Não há critério certo para a distribuição de quotas. O IRGA é quem dita. Tem assim todo o comércio exterior enfeixado em suas mãos. Desde que todo o excedente exportável fica automaticamente em poder do Instituto, nenhuma firma poderá fazer negócio com o exterior sem sua autorização.

UMA INSATISFAÇÃO CRÔNICA EM FACE DO CARTEL

Essa situação de cartel gera uma insatisfação crônica entre os próprios comerciantes de arroz. Certa vez, tendo de opinar sôbre o problema, o Sr. Moisés Velinho tentou um inquérito. Lutou, porém, com a maior dificuldade para obter o pronunciamento dos interessados.

Reina, com efeito, no Rio Grande do Sul, um verdadeiro pavor em face do poder que tem o IRGA de aniquilar economicamente qualquer reclamante. Diz o Sr. Velinho: "Só desabafam às escondidas e, assim mesmo, mediante a garantia de que seus nomes jamais serão revelados". O produtor teme que o IRGA lhe barre o crédito no banco. O industrial receia que o IRGA deixe de contemplá-lo na distribuição de arroz para beneficiamento. O exportador tem mêdo de vir a ser eliminado da lista dos que podem exportar.

E' o mesmo Sr. Moisés Velinho que narra êste episódio: Em março e abril de 1942, realizaram-se na Associação Comercial de Pôrto Alegre diversas reuniões para a elaboração de um memorial sôbre o IRGA. "As sessões tiveram de ser rigorosamente secretas, e para que todos ousassem pensar em voz alta foi preciso que assinassem do próprio punho o compromisso de honra de que uns não denunciariam jamais a presença dos outros". Daí a conclusão a que chegou o Sr. Velinho de que o IRGA havia saltado dos trilhos, afastando-se vertiginosamente de suas finalidades estatutárias.

O MAIS CARO ARROZ DO MUNDO

Há quem afirme que o arroz sul-riograndense é o mais caro do mundo. Sendo, entretanto, as terras gaúchas as mais férteis do Brasil para a rizicultura, devemos desconfiar de que qualquer coisa de errado existe na orientação desta lavoura que cabe, fundamentalmente, ao IRGA.

A estimativa de custo de produção para uma quadra de arroz (132 metros quadrados) feita pelo Instituto soma 6.976 cruzeiros. O arrendamento por quadra varia entre 403 cruzeiros em Osório onde as terras são médias, boas e mesmo férteis, e 1.322 cruzeiros em Guaíba, onde as terras são em maior proporção boas. Entretanto, em média, o custo da quadra no Estado atinge 896 cruzeiros.

Para alcançar aquela cifra de quase sete mil cruzeiros, muita despesa terá que fazer o lavoureiro. A lavração, discagem e plantação, taipas e remontes, canais e condutos, adubos e distribuição, sementes, esgotos, irrigação corte e emedação, transporte para

trilhiera, trilha, transporte para o secador e secagem, tudo isto que representa despesa propriamente da lavoura soma 4.010 cruzeiros. Os restantes 43 por cento para completar o total são gastos em sua maior parte com impostos, juros, seguros, combate às pragas, tributos diversos, etc.

Se a média de produção por quadra é de 94 sacos de cinquenta quilos de arroz com casca que, na melhor das hipóteses, os engenhos pagam à razão de 75 cruzeiros, o lavoureiro poderá receber pela sua colheita 7.050 cruzeiros, ou seja apenas 74 cruzeiros por quadra a mais do que investiu, com os quais deve se pagar de sua atividade. Essa é, com mais ou menos exatidão, a situação do pequeno lavoureiro. Para os donos das grandes lavouras, a coisa é outra, desde que diminuem sensivelmente as despesas gerais para qualquer emprêsa de maior amplitude.

VANTAGENS E DESVANTAGENS DO ACÔRDO

O arroz japonês representou na safra de 1946-47 nada menos de 77 por cento do total. Êsse fenômeno é uma consequência dos acordos comerciais do período da guerra. O arroz sul-riograndense sempre foi recebido no exterior como excelente. O tipo japonês gaúcho concorria no mercado internacional com o egípcio e o italiano. Mas havia também o tipo blue-rose que concorria com o americano e o espanhol. Ambos êsses tipos conseguiram fama nos mercados do Velho Mundo, mas sobretudo o grão nem muito curto nem muito estreito do blue-rose. Os consumidores europeus gostavam cada vez mais do arroz agúcho. Pena é que a nossa produção fôsse pequena, antes da guerra, para atender à procura do produto nos mercados externos.

O acôrdo anglo-brasileiro teve a virtude de possibilitar o aumento da produção. Êle foi feito num momento de crise para o arroz do Rio Grande do Sul. Porque, com a guerra, havia o produto gaúcho perdido os mercados europeus. Os mercados platinos que absorviam dêle grande volume, tinham, por sua vez, atingido a auto-suficiência. Os excedentes de arroz enchiam os armazéns do Estado. O acôrdo, com efeito, veio salvar a situação. A partir de 1942 o produto gaúcho passou a ter colocação segura. As circunstâncias do conflito levaram a Inglaterra, associada aos Estados Unidos, a lavrar um tratado pelo qual se obrigaria a absorver os excessos da produção rizícola do Brasil. Trouxe o acôrdo, concretamente, os benefícios de um preço no momento remunerador, ao mesmo tempo que colocação certa, condições a que nenhum outro país poderia naquele tempo sujeitar-se. Entretanto, o produto ficou à mercê de um único comprador. A Inglaterra destinou todo o nosso arroz aos mercados do Extremo Oriente. Praticamente afastou-o de seus mercados normais. Compreendia-se isto durante a guerra. Mas depois?

EM FACE DE 1950

Nas condições da guerra, só interessava aos ingleses o volume. De modo que o tipo japonês passou a predominar nas lavouras sul-riograndenses. Na safra de 1946-47 o blue-rose, para o qual há um prêmio na exportação, dada a sua superior qualidade, representou apenas 30 por cento do total. De certo, não se ia adquirir arroz premiado para povos famintos. Os compradores não queriam saber de qualidade, mas apenas de quantidade. Desviado durante anos dos mercados europeus, é natural que atualmente os tipos gaúchos hajam ficado esquecidos. O milhão e meio de sacos excedentes que enchem os armazéns do Rio Grande do Sul não contém arroz para concorrência. Não há um grão de blue-rose. E' o curto e largo japonês, o mata fome da guerra, para o qual até hoje o IRGA não encontrou solução razoável.

Todos mais ou menos sabem que, até 1950, a situação mundial do arroz estará resolvida. Os fornecimentos mundiais estão normalizados. Que tem feito o IRGA para, naquele ano, o arroz gaúcho não se deparar envolvido, outra vez, nas dificuldades da crise em que se encontrava antes do acôrdo com os anglo-americanos?

A época das vantagens reais do acôrdo já passou. De 1943 a 1946, tudo correu no melhor dos mundos. Com a garantia de preço e mercado, as safras pularam de cinco milhões de sacos em 1942-43 para 11 milhões em 1946-47. O IRGA acumulou as vantagens de tamanho sucesso. Mas, agora êle terá que agir é em face das condições dos mercados daqui a dois anos — condições bem diferentes das de dois anos passados. E agir sem aventurismo.

A HORA DO INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA DO ARROZ

Não resta dúvida que agora mais do que nunca o Instituto é uma necessidade. Mas é preciso, não há dúvida, mudar de rumo. Terá que voltar

Via "ALL AMERICA"

SANTOS
Rua 15 de Novembro, 141
TELS. 5502, 5561, 6852

ALL AMERICA CABLES AND RADIO

SAO PAULO
Rua da Quitanda, 100
TEL. 33116 (5 LINHAS)

RIO DE JANEIRO
RUA DO ROSÁRIO, 118 — TEL. 23-1700 (8 LINHAS)

Para rapidez, segurança e sigilo no serviço telegráfico para todas as partes do mundo, mande seus telegramas "Via All America"

All America Cables and Radio, Inc.

aos eixos estatutários, do contrário tudo estará perdido. Vivemos uma época de pesquisas, de debates, de ajustamentos, o que, de certo, favorecerá uma solução para o Instituto. O ambiente de chumbo em que decorreram as misteriosas reuniões da Associação Comercial em 1942 não pode reinar em nossos dias. Podem e devem pensar todos em voz alta, falar, discutir, resolver democraticamente.

Qual é a razão de ser do Instituto? Promover a defesa da lavoura, a começar nos centros de produção e a terminar nos mercados internos e externos, harmonizando interêsses da produção, do comércio e do consumo. O interêsse da produção envolve uma série de problemas, desde o preço da terra, os métodos de trabalho, os impostos até os transportes, normalização dos mercados e o preço do produto. O interêsse do comércio envolve outros problemas a começar pela qualidade e quantidade do produto até a liberdade de suas atividades, quer interna, quer externamente. O interêsse do consumo não se resume na existência do produto no mercado, diz respeito também à qualidade e ao preço. E' claro que, pelos estatutos, o Instituto teria que cuidar de tudo isto. E somente assim se justificaria a sua existência.

O IRGA viveu os anos de guerra e imediato após-guerra empolgado pelo sucesso dos grandes negócios. Chegamos, entretanto, à hora em que só é possível marchar de cabeça fria. O Instituto terá que olhar, agora, muito profundamente para os mercados internos para atender, talvez, às deficiências dos demais Estados. Talvez, seja oportuno dar já a maior atenção à questão de como transformar o IRGA num Instituto Nacional de Defesa do Arroz.

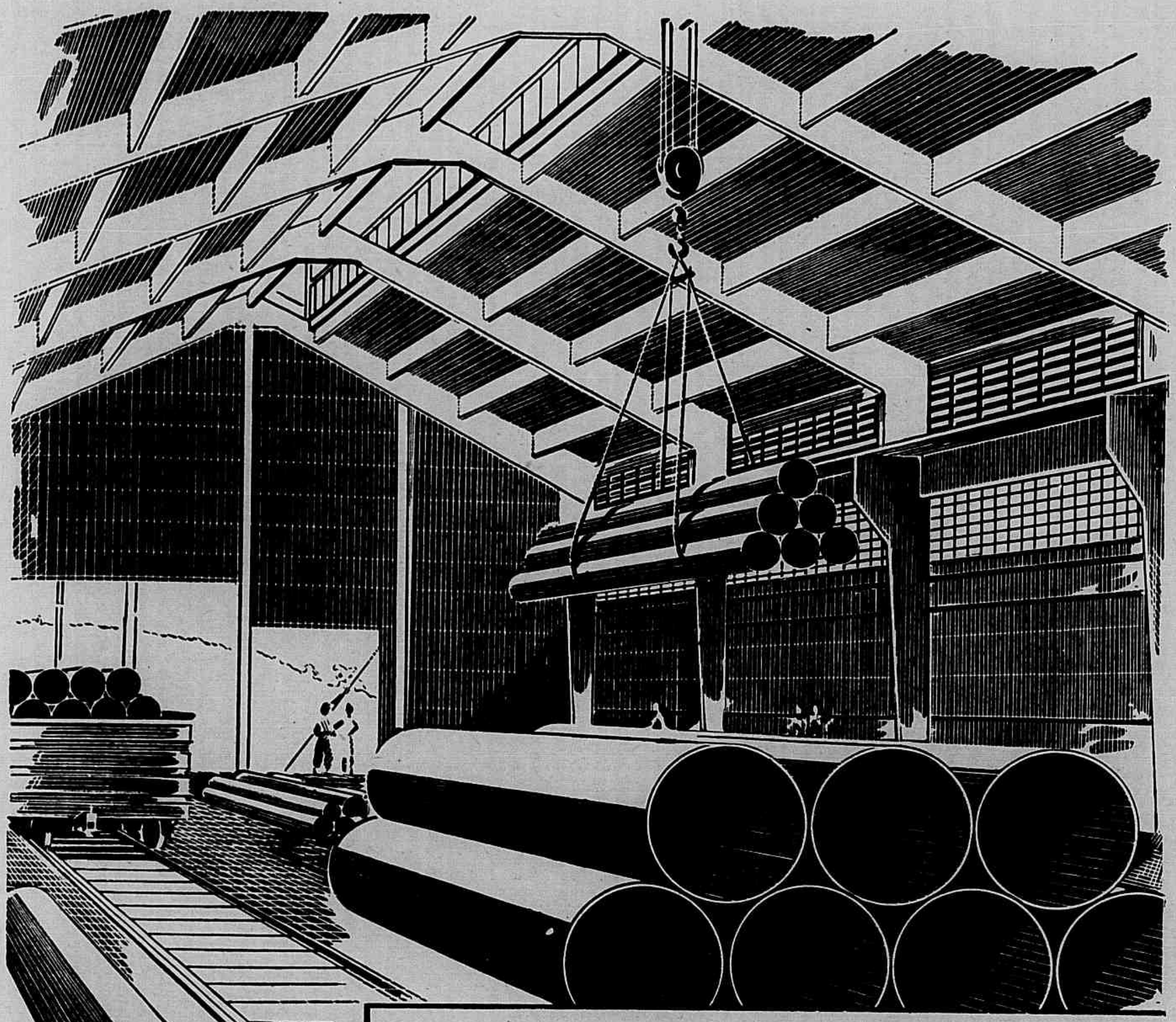
As possibilidades da lavoura de arroz em São Paulo são também enormes. Em Minas Gerais idem. A produção de Goiás ultrapassa 250 mil toneladas. E' apreciável o volume de produção do Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, sem falar nas possibilidades da baixada, do Maranhão, de Mato Grosso e do Pará. Em todos os demais Estados planta-se em maior ou menor quantidade êsse cereal. O Instituto Nacional de Defesa do Arroz justifica-se para melhorar, efetivamente, as condições das lavouras, introduzir nelas os métodos modernos, aumentar o rendimento e elevar o padrão econômico dos pequenos lavradores. A experiência sul-riograndense não deve ser perdida. Ali obteve-se um rendimento maior através da técnica e da ciência. O mesmo poderá ser feito dos demais Estados produtores de arroz. Mas isto só será possível através de um órgão nacional de defesa, não em moldes ditatoriais, mas democráticos, em que a palavra do autêntico lavrador possa ser ouvida para que o seu interêsse possa ter defesa real. E' por aí que o govêrno deve se orientar para enfrentar a perspectiva do ano de 1950. O Instituto Nacional de Defesa do Arroz parece, agora como nunca, uma necessidade premente.

The
FIRST NATIONAL
BANK *of* BOSTON
Fundado em 1784

Depósitos, Cauções, Descontos, Cambio, Cobranças, Cartas de Crédito para Importação, Guarda de Valores, Cofres de aluguel e todos os demais serviços bancarios.

•

Avènida Rio Branco, 18
Telefone 23-2191
Rio de Janeiro



NOVA INDÚSTRIA

para o progresso do Brasil

Afim de atender às crescentes necessidades que o rápido desenvolvimento do Brasil exige, será posta brevemente em funcionamento pela ARMCO Industrial e Comercial S/A uma moderna fábrica de *tubos de aço soldados*, segundo a mais moderna técnica norte-americana

Pondo à disposição do mercado *tubos de aço soldados*, de diâmetros até 1,80 m para tubulações, irrigação, "penstocks" e estaqueamentos, a ARMCO Industrial e Comercial S/A vem cooperar activamente para o progresso do Brasil

Std. 2.909

Dirijam suas consultas à:

ARMCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A

Rua da Alfândega, 107 — Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO • PORTO ALEGRE • SALVADOR • CURITIBA • BELO HORIZONTE • AGENTES NAS OUTRAS CAPITAIS DOS ESTADOS

BANCO DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL S. A.

RUA DA QUITANDA, 129

CAPITAL E RESERVAS	**Cr$ 103.730.718,00**
DEPÓSITOS	**Cr$ 281.120.432,00**

Recebe depósitos à vista e a prazo.

Concede taxas especiais nas operações de desconto à indústria e ao comércio.

Emite letras hipotecárias ao portador, juros de 7% a. a., com cupões semestrais e garantidas especialmente pelos seus empréstimos hipotecários.

O Banco recebe ao par essas letras, em pagamento de amortizações vencidas de qualquer dos seus empréstimos hipotecários.

TABELA PARA DEPÓSITOS

DEPÓSITOS POPULARES — LIMITE CR$ 10.000,00
Juros 5,5% a. a.

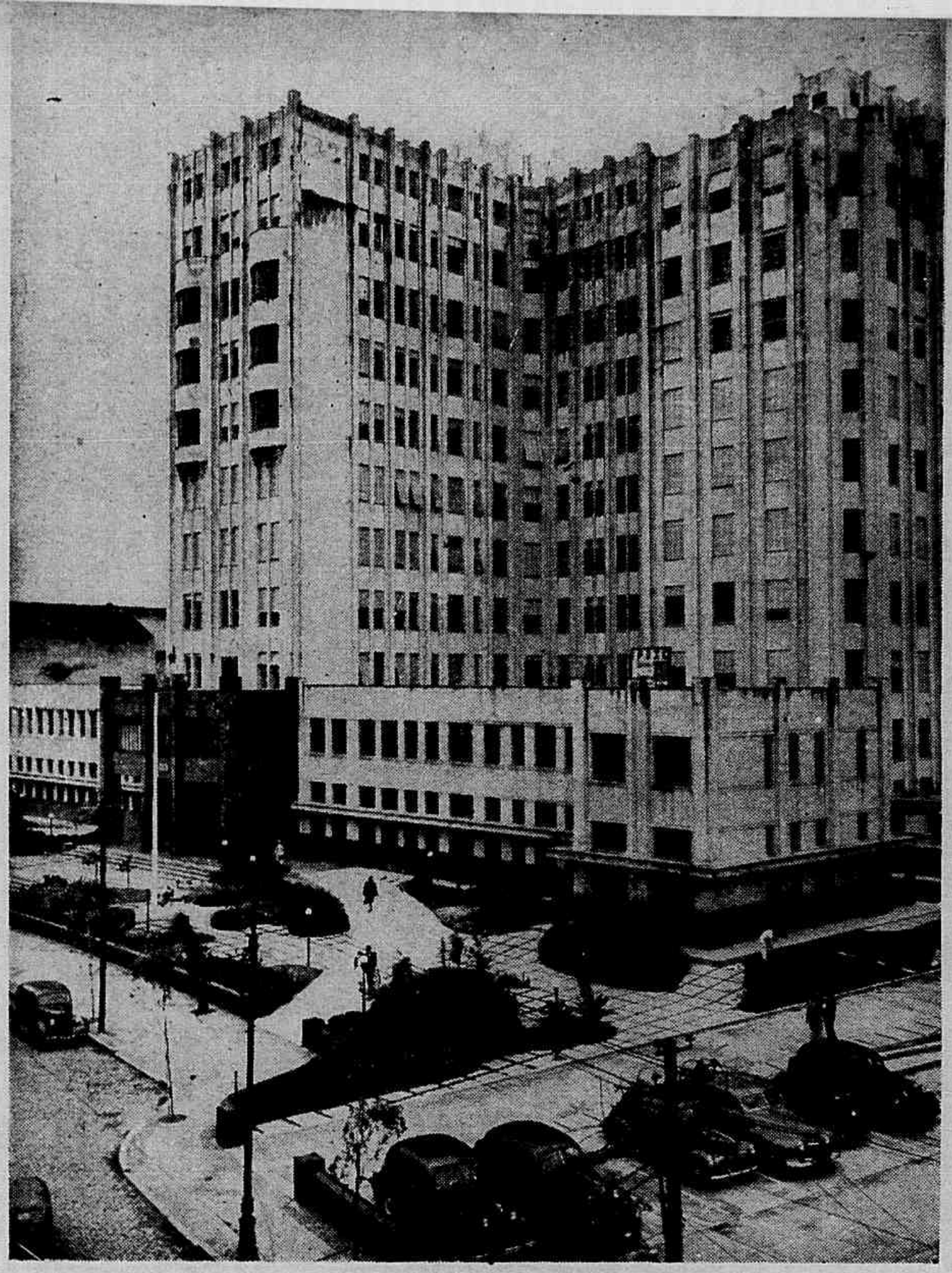
DEPÓSITOS LIMITADOS — LIMITE CR$ 200.000,00
Juros 5% a. a.

DEPÓSITOS À VISTA — SEM LIMITE
Juros 3,5% a. a.

DEPÓSITOS DE AVISO PRÉVIO
30 dias — Juros 4% a. a.
60 " " 4,5% a. a.
90 " " 5% a. a.

DEPÓSITOS A PRAZO FIXO
De 6 meses — Juros 5,5% a. a.
De 12 " " 6% a. a
De 24 " " 6,5% a. a.

DEPÓSITOS A PRAZO FIXO — RENDA MENSAL
De 12 meses — Juros 5,5% a. a.
De 24 " " 6% a. a.



Hospital dos Servidores Públicos do Estado, inaugurado a 28 de outubro passado, pelo Sr. Presidente da República

O IPASE na História da Previdência Social

MUITO tem evoluído a previdência social no Brasil. Hoje ela já não constitui apenas o privilégio de uma classe, a dos servidores da União. Pelos diversos órgãos criados, cada um atendendo a um gráu de especialização profissional, a previdência social tornou-se um direito inerente a todos os que trabalham, desde o mais modesto e humilde até ao mais graduado.

E' natural que para muitos contribuintes a previdência pareça apenas a justificação para um desconto certo no valor bruto do vencimento ou do salário de cada mês; a culpa talvez seja do Brasil, que é muito grande, e por isto os resultados de um serviço tão complexo, como o que decorre da organização da previdência, custam a se tornar conhecidos; há, ainda mais, razões que justificam a concentração de benefícios em determinadas áreas; a demográfica, por exemplo, ou o maior volume de contribuições, e assim por diante.

Um estudo da previdência social no Brasil, porém, inscreve no primeiro capítulo de uma nova éra, o IPASE, isto é, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado. Ainda há pouco tempo serviu aquêle órgão de motivo a uma campanha do melhor interêsse jornalístico, por ocasião da inauguração do grande Hospital dos Servidores do Estado, a mais moderna organização do tipo que possui o Brasil e, sem dúvida uma das mais bem instaladas e equipadas. O início de funcionamento do Hospital, uma grande iniciativa em prol da efetiva assistência ao funcionalismo, como já se teve oportunidade de dizer, veio por seu turno despertar o interêsse, a curiosidade, em tôrno de outras realiza-



Maquete do novo prédio de apartamentos que o IPASE vai construir à rua Felisberto de Menezes com a rua Mariz e Barros, e cuja pedra fundamental foi lançada pelo Sr. Alcides Carneiro, presidente do Instituto, no dia 15 de janeiro transacto.

ções do IPASE, no desdobramento de sua campanha pela mais intensa assistência ao funcionalismo público.

Aquí nestas páginas vamos procurar fazer uma síntese expressiva; e, para isto, começaremos mesmo pelas origens.

BREVE HISTÓRIA

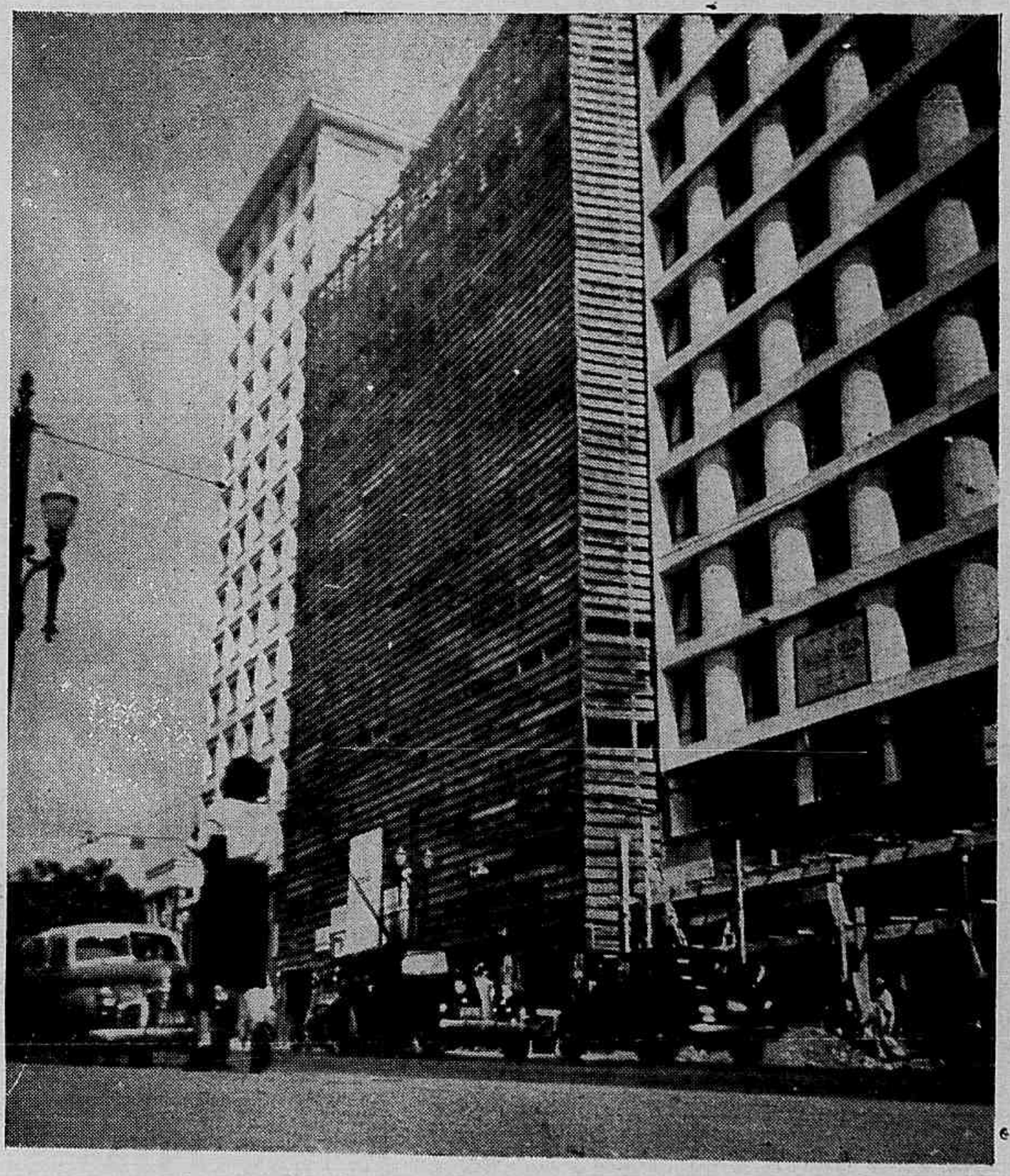
No comêço o nome era Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União, surgido em função do Decreto Legislativo nº 5.128, de 31 de dezembro de 1926. A sua existência deu razão a uma intensa atividade legislativa, através da qual se procurava adaptar a instituição às necessidades, conforme indicada a experiência. Inicialmente sua competência era "constituir e assegurar pecúlio ou pensão em benefício da familia de todo contribuinte falecido"; os fundos para atender a tais finalidades, provinham de contribuições dos inscritos, emolumentos por títulos, guias e certidões, legados, doações e quaisquer benefícios provindos de particulares, as subvenções dos poderes públicos, e os juros dos empréstimos aos contribuintes, e os do capital assim constituído.

Além de definir tudo isto, aquêle decreto já citado cuidava da aplicação dos recursos que assim fossem obtidos: retirada a parte necessária ao pagamento das pensões e pecúlios, o resto deveria ser aplicado nas despesas do Instituto, na concessão de empréstimos aos contribuintes, na compra de títulos da dívida pública federal e na aquisição de casa para os associados e beneficiários. Cuidava também, o mesmo instrumento legal, dos contribuintes.

Em 1934 — decreto n.º 24.563, de 3 de julho — foi dada nova organização à previdência, passando o I.P.F.P.U. (Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União), a se chamar Instituto Nacional de Previdência. A sua finalidade recebeu também nova definição, passando a compreender o seguinte: assegurar pecúlio ou pensão à família de contribuinte falecido, proporcionar a aquisição de casas para contribuintes e beneficiários, facilitar empréstimos e conceder outras vantagens.

Na parte relativa aos contribuintes, foi introduzida ampla modificação. Seriam contribuintes obrigatórios do I. N. P. todos os funcionários públicos, maiores de 18 e menores de 60 anos; mas era criada, então, a classe dos contribuin-

Fotografia do edifício onde funcionará a Agência Local do IPASE em São Paulo, e cujas obras acham-se em vias de conclusão.



tes facultativos. E' longa a enumeração das classificações dêsses últimos.

Foi em 1938 que surgiu finalmente o IPASE, tal como existe hoje. Até então o "centro de interêsse" do Instituto não ia além da previdência de um modo geral; não se tomava conhecimento do problema da assistência, pois esta exigia solução geral, uniforme, e seria necessário criar uns tantos meios para que qualquer providência viesse a se tornar efetiva.

O "IPASE"

Na sucessão de institutos, orientada no propósito de atender da melhor maneira o interêsse social dos servidores da União, surgiu o IPASE em virtude do decreto-lei n.º 288, de 23 de fevereiro de 1938,



Vê-se acima um aspecto do novo pavilhão do Sanatório Bela Vista, em Correias, no Estado do Rio, recentemente inaugurado pelo Sr. Presidente da República, e cuja capacidade é de oitenta leitos. O Sanatório Bela Vista é um dos setôres que o IPASE mantém para o combate à tuberculose.

Êste é o edifício sede do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, na Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro.



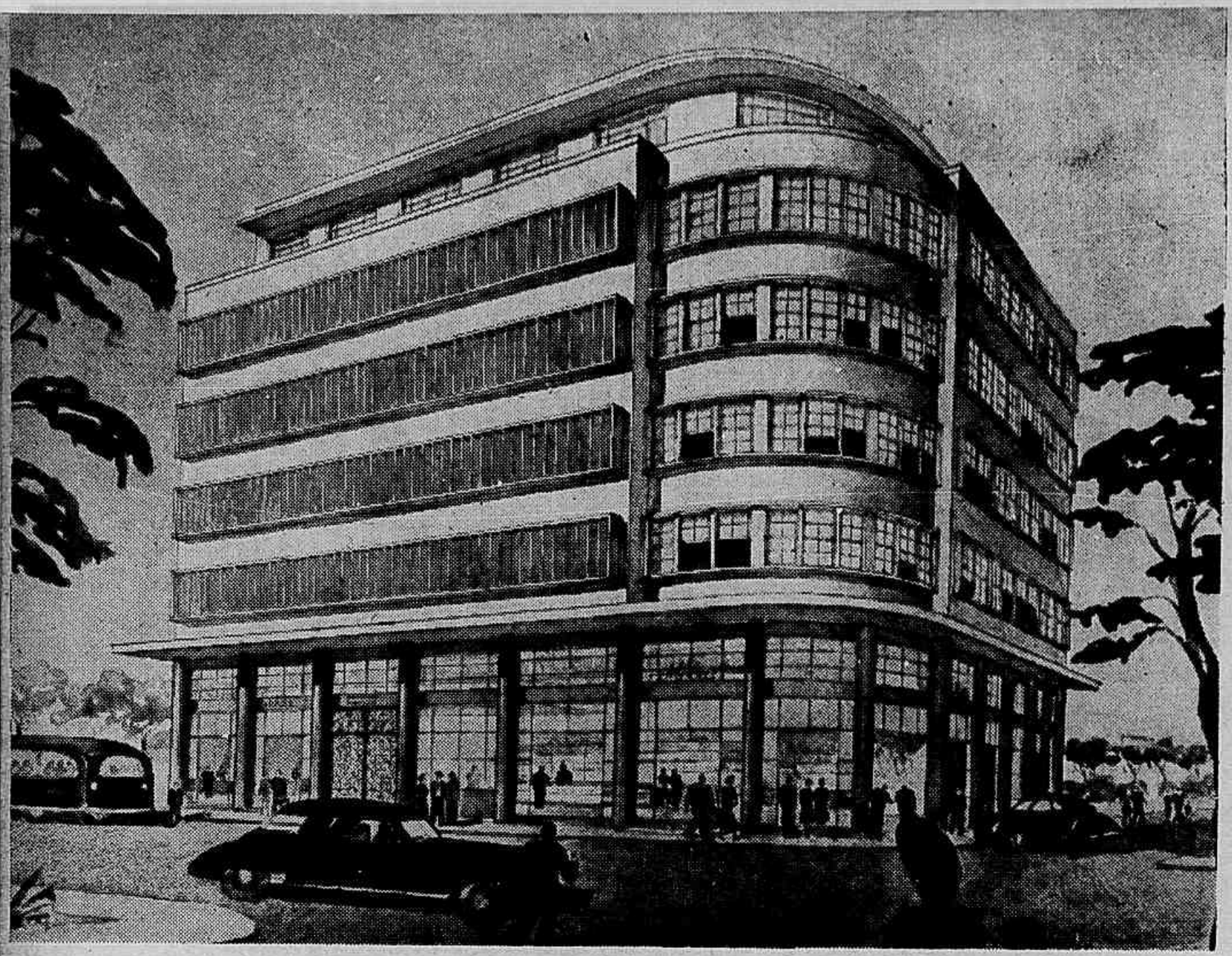
Já o govêrno fizera antes um cabedal de experiência, nêste sentido, com a instituição das Caixas de Aposentadorias e Pensões, nas quais assistência e Previdência eram palavras com significados diversos, concorrendo uma para complementação da outra.

Dentre as diversas medidas sugeridas desde logo pela Comissão Organizadora do IPASE, ressaltava a necessidade de uniformizar os benefícios concedidos ao funcionalismo, tanto no que respeitava à forma quanto à natureza. Havia benefícios custeados pelo Tesouro e outros pelo Instituto Nacional de Previdência.

Também a organização dada ao IPASE reconheceu a classificação de contribuintes obrigatórios e facultativos; como obrigatórios, foram definidos:

a) os funcionários civis efetivos, interinos, ou em comissões;
b) os extranumerários que executem serviços de natureza permanente;
c) os empregados do próprio Instituto.

São facultativos "os que exercem função pública civil ou militar, federal, estadual ou municipal, inclusive os membros do Poder Legislativo e do Executivo".



Maquete do edifício sede da Agência do IPASE em Maceió, Estado do Alagôas.

Foi porém com o decreto-lei n.º 2.365, de 1940, que a sua finalidade se tornou mais clara e definida: realização do seguro social do servidor do Estado, cabendo-lhe cooperar na solução de problemas de assistência, incluindo-se também no seu programa de trabalho: realização de seguros privados, operações de capitalização, financiamento para aquisição de casas, empréstimos e outras formas de assistência econômica.

Não dispomos de espaço para uma minuciosa revista dos trabalhos do IPASE nesta sua fase e, por isto, deveremos passar pelos assuntos fazendo dos mesmos apenas um registo. Assim é que nos encontramos no capítulo do seguro social, onde se procura resolver tudo com a máxima presteza, dentro de nítida compreensão de serviço e não de favor; as facilidades lógicas, isto é, sem implicarem em qualquer deficiência na concessão do benefício, restauram a confiança do contribuinte no Instituto. O volume crescente dos pecúlios e pensões pagas cada ano são o testemunho do valor social e econômico do Instituto. Vejamos os totais dos pecúlios obrigatórios pagos em 1946:

a)	art. 46 do Decreto n.º 24.563 Cr$	1.846.271,10
b)	enquadrados no Dec.-Lei n.º 3.347 Convertidos ém pensão	4.019.269,10
		1.895.156,60

Os pecúlios facultativos importaram num dispêndio de Cr$ .... 1.052.440,70 durante o ano. A Extranumerários da União, de proventos de aposentadoria, o IPASE pagou ainda em 1946: Cr$ ..... 1.108.173,60. Em 31 de dezembro de 1946 contava o IPASE com 184.978 segurados distribuidos por tôdas as Unidades da Federação.

Mas o Instituto possui hoje sua carteira de seguros privados, operando com os seguintes planos:

a) "Seguro Ordinário de Vida", de importância pagável quando o segurado falecer, com prêmios devidos a "vida inteira";

b) "Seguro de Pagamentos Limitados", de importância pagável quando o segurado falecer, com prêmios limitados ao prazo estabelecido no contrato;

c) "Seguro Dotal", de importância pagável em caso de morte ou, ao próprio segurado, em caso de sobrevivência a determinado número de anos;

d) "Seguro de Obrigação Imobiliária", para liquidação, ou redudução, em caso de morte, do saldo a pagar por imóvel que esteja sob promessa de compra e venda ou hipoteca;

e) "Seguro de Pensão Mensal", especialmente destinado ao aumento das pensões instituidas pelo Decreto-lei n.º 3.347, de 12 de junho de 1941, de acôrdo com o previsto no mesmo Decreto-lei, bem como à constituição de renda, temporária ou vitalícia, em favor de qualquer pessoa.

O processo de inscrição do segurado está dispôsto de forma que a carteira de seguros privados do Instituto não faz concorrência com as emprêsas privadas. Do sucesso, basta ver o número de apólices emitidas: em 1946 elas foram da ordem de 12.559 apólices contra 6.400 do ano anterior, isto sòmente no que respeita a vida. Para o seguro de fidelidade funcional foram emitidas, em 1946, 10.977 apólices. De janeiro de 1944 até abril de 1947, já pagou o IPASE cêrca de Cr$ 9.000.000,00 de capitais garantidos por apólices de seguros de vida a beneficiários dos seguros das Companhias Adriática de Seguros e Assicurazioni Generali — cujas carteiras lhe foram transferidas — e dos seguros novos do IPASE e dos antigos Pecúlios Facultativos.

ASSISTÊNCIA

O Departamento de Assistência é aquêle através do qual se processam os contactos mais diretos e imediatos entre duas realidades na sua forma natural: o contribuinte que vai à procura de um determinado serviço e um "bureau" do IPASE que examina o problema e lhe dá solução.

A parte mais intensa da "Assistência" gira em tôrno dos serviços médicos, hoje em dia fixados no grandioso Hospital dos Servidores do Estado, à cuja frente se encontra o Dr. Raimundo Brito. Mas, além das modelares instalações, compreendendo tôdas as especializações médico-cirúrgicas, o IPASE tem sanatório próprio que atende às necessidades do serviço de Tisiologia, e ambulatórios de tôdas as especialidades no edifício-sede do Instituto.

O Departamento de Assistência tem ainda sob seu contrôle um Serviço de Subsistência Reembolsável, tendo êste Serviço, por finalidade, adquirir gêneros alimentícios de primeira qualidade nos mercados produtores, nas cooperativas agrícolas, nos importadores e distribuídos nas melhores condições econômicas entre os seus segurados.

O emprêgo das disponibilidades é uma outra forma de assistência, dadas as condições que presidem aos diversos tipos de operações. Com a sua aplicação não sòmente logra o IPASE melhor remuneração das suas disponibilidades como atende ao interêsse social.

Dentre os diversos tipos de operações praticadas, distinguem-se os seguintes:

a) empréstimos em dinheiro a segurados, mediante garantia de consignação em fôlha e de acôrdo com a legislação vigente;

b) empréstimos garantidos por caução de valores;

c) construção ou aquisição de imóveis destinados à venda a seus segurados;

d) empréstimos hipotecários a mutuários;

e) aquisições de imóveis, cuja valorização presumível seja compensadora; e

f) aquisição de títulos da União.

Chama-se de Departamento de Aplicação de Capitais, ao setor administrativo encarregado desta importante tarefa; dentre as suas divisões uma das mais importantes é a de Técnica e Engenharia, responsável por um grande volume de obras não apenas no Distrito Federal, mas também em outros Estados, como do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Alagôas, Paraíba, etc., compreendendo aí obras acabadas, obras em curso, em projeto; estas obras são para residências, inclusive grandes núcleos dotados de escolas, clubes, "play grounds", cinema, etc. e edifícios para sede dos serviços do IPASE e para locação, a serem ocupados por escritórios, consultórios, lojas, etc.

Não é fácil fazer com que o panorama geral de uma obra de semelhante extensão seja acomodado em poucas páginas de uma revista; o que aqui fica, porém, é uma tentativa de divulgação do que é e das finalidades do IPASE, como sendo índice capaz de dar a medida do que é possível realizar.

O atual presidente do IPASE, Dr. Alcides Vieira Carneiro, em declarações repetidamente feitas à imprensa, tem timbrado em acentuar: "O meu desejo é tornar o IPASE uma instituição viva, capaz de proporcionar o máximo de benefícios e de assistência ao funcionário público e à sua família". Não é um programa demagógico mas, em compensação, não é tarefa muito fácil de ser levada a têrmo.

COMPANHIA MERIDIONAL DE MINERAÇÃO

☆

RIO DE JANEIRO
Av. Rio Branco 311 — 12º.

CONSELHEIRO LAFAIETE
Estado de Minas Gerais.



O HOMEM E A TERRA.

A verdade inequívoca é que no ano passado permaneceram as mesmas condições de trabalho para o homem e a mesma situação de abandono para a terra. Os instrumentos não melhoraram substancialmente e os fertilizantes continuaram ausentes. Como poderia melhorar a produção em tais termos? O Ministério da Agricultura anunciou providências excepcionais, mas os contestados números estatísticos causaram verdadeira decepção.

O Ano Agrícola de 1947 tem sido dos mais controvertidos. Os números recolhidos da produção e rendimento por hectare causaram certa decepção, ante o desejo, mais que isto, necessidade em que se encontra o país de tirar da terra o máximo do que ela pode dar.

Várias causas foram apontadas como responsáveis pelas colheitas parcas, chuvas demasiadas, geadas, gafanhotos, sêcas, etc. Até se pretendeu contestar os números com alegações várias.

A verdade, porém, é que a produção diminuiu. As máquinas agrícolas de todo gênero continuaram escassas, os fertilizantes não tiveram suas quantidades aumentadas substancialmente, as sementes não melhoraram.

Deve ser ressaltado que um grande esfôrço foi feito no sentido de melhorar geralmente a agricultura nacional, sendo de esperar que o tempo, pela persistência no emprego de tais providências, nos traga os resultados esperados.

Nesta reportagem O OBSERVADOR faz revelações inéditas e surpreendentes em tôrno do ano agrícola de 1947, sendo recomendável à atenção dos leitores.

Tempo de leitura: 25 minutos.



O Ano Agrícola de 1947

A SAFRA agrícola de 1947, segundo revelam as estatísticas, foi menor do que de 1946. E' difícil saber-se em que medida os fatôres climáticos e as pragas podem ser responsabilizados por êsse decréscimo da produção, mas a verdade manda reconhecer que, no que se efere ao arroz, ao trigo, à batata, à cana de açúcar e ao feijão, sua influência há de ter sido ponderável. No ano findo, as áreas destinadas a essas culturas foram maiores do que as trabalhadas em 1946; no entanto, o volume da produção foi modesto, evidenciando rendimento deficitário. Os dados da Tabela I, compreendendo a situação de 16 das principais culturas, dão uma razoável amostra dessa queda de rendimento.

O rendimento do abacaxi baixou de 9.402 quilogramas por hectare, em 1946, para 8.888, em 1947; o do arroz de 1.649 kg por ha, em 1946, para 1.608, em 1947; o da aveia de 870 kg, para 854; o da batata de 4.953 kg, para 4.386; o do feijão de 727 kg, para 704; o do milho de 1.319 kg, para 1.293; o da cana de açúcar de 37.129 kg, para 36.244; o do cacau de 480 kg, para 441; o do café de 384 kg, para 371; o do amendoim de 926 kg, para 892; o do algodão de 451 kg, para 439; o do fumo de 815 kg, para 677. Apenas o centeio, a cevada, o trigo e a mandioca apresentaram, em 1947, rendimento melhor do que o de 1946. O centeio teve seu rendimento por hectare aumentado de 665 kg para 695; a cevada de 894 kg, para 1.006; o trigo de 823 kg, para 855; a mandioca de 12.410 kg, para 13.213.

Essa progressiva diminuição do rendimento das culturas brasileiras vem constituindo tema das mais curiosas controvérsias. Explicam-na das mais diversas maneiras, tudo deixando crer que um conjunto de fatôres, e não um isolamento, deve ser responsabilizado pelo fenômeno. Salvo raríssimas e honrosas exceções, os solos agrícolas do país são exclusivamente trabalhados pela fôrça humana, auxiliada por êsse primitivo instrumento que é a enxada. A ausência de máquinas no campo é da ordem de nos deixar alarmados, quando confrontamos nossa situação com a de outros países.

O censo de 1940, investigando 1.904.589 estabelecimentos agrícolas, em apenas 433.914 encontrou máquinas ou aparelhos agrícolas. Isto quer dizer que tão somente 22,78% das propriedades rurais existentes no Brasil, naquele ano, possuíam êsses instrumentos de trabalho. Essa percentagem, do conjunto, esconde a pobre-

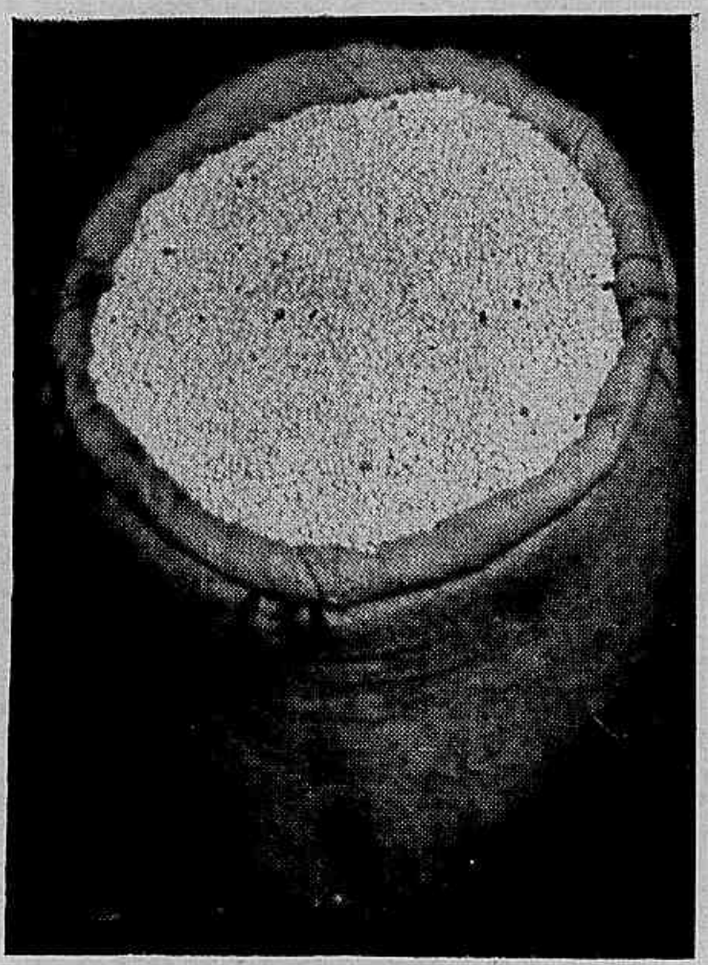
A CENA IMUTÁVEL

Os últimos números conhecidos sôbre existência de máquinas agrícolas datam do censo de 1940. As suas revelações são modestas, mesmo no que se refere a primitivos arados como o que nos mostra a gravura.



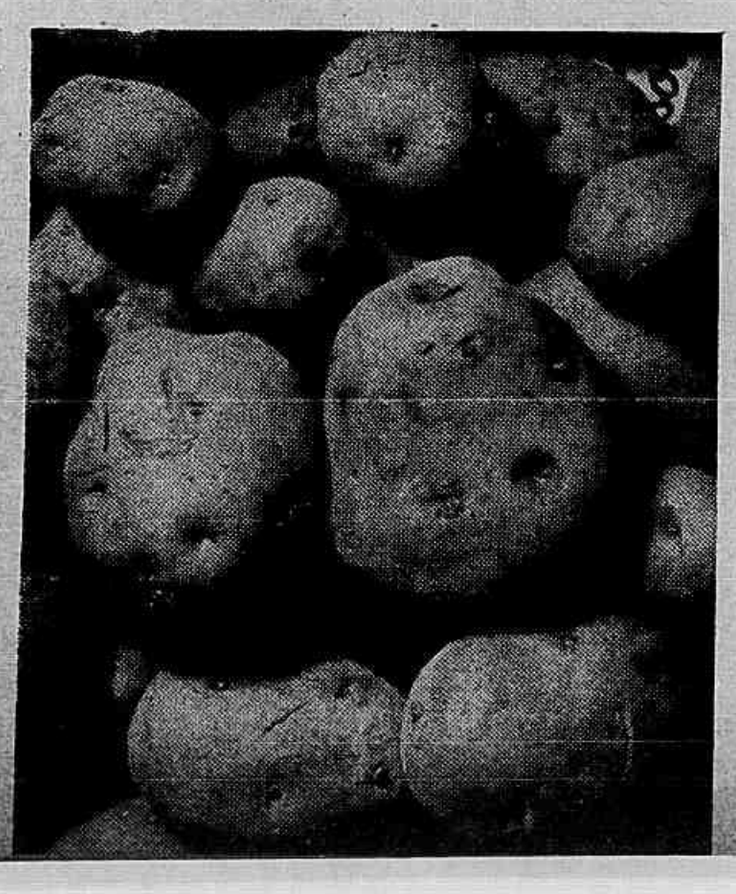


...da cana...



...do feijão...

...da batata...





A PRODUÇÃO DIMINUIU

...do fumo...

za absoluta de determinadas Unidades da Federação. A fim de que essa pobreza possa ser conhecida, alinhamos, a seguir, para cada Unidade da Federação, a percentagem dos estabelecimentos que possuíam máquinas e aparelhos agrícolas sôbre o total dos que foram recenseados:

Acre	3,92
Amazonas	0,26
Pará	2,56
Maranhão	0,12
Piauì	2,29
Ceará	6,64
Rio Grande do Norte	13,84
Paraìba	5,45
Pernambuco	3,90
Alagoas	3,34
Sergipe	11,50
Bahia	2,61
Minas Gerais	14,30
Espìrito Santo	5,38
Rio de Janeiro	12,80
Distrito Federal	3,95
São Paulo	47,54
Paraná	32,26
Santa Catarina	26,45
Rio Grande do Sul	80,63
Mato Grosso	10,04
Goiás	0,74

A enumeração desta distribuição deverá ser completada com o arrolamento das máquinas e aparelhos agrícolas recenseados no país, àquela época. Que espécie de máquinas e aparelhos seria essa? Vejamos:

Tratores	3 380
Arados	500 853
Grades	127 728
Rolos	11 718
Semeadeiras	156 383
Cultivadores	227 648
Ceifadeiras	5 805
Extintores de formigas	188 050

Pois bem. Do total de tratores, 1.410 estavam localizados em São Paulo; 1.104 no Rio Grande do Sul; e 253 em Minas Gerais. Do total de arados, 168.073 estavam localizados em S. Paulo; 222.657 no Rio Grande do Sul; e 49.373 em Minas Gerais. Do total de grades, 32.502 estavam localizadas em São Paulo; 65.322 no Rio Grande do Sul; e 3.538 em Minas Gerais. Do total de rolos, 2.062 estavam localizados em São Paulo; 2.139 no Rio Grande do Sul;



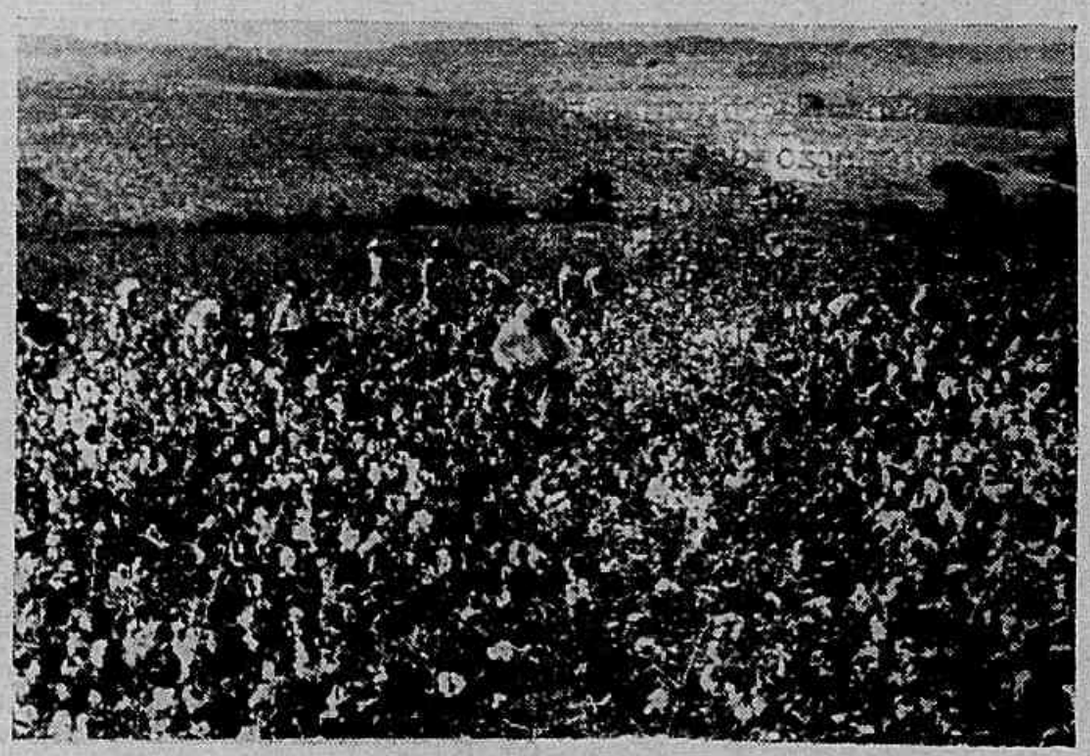
...do café...



...do milho...



...do arroz...



...do algodão...

e 3.870 em Minas Gerais. Do total de semeadeiras, 64.464 estavam localizadas em São Paulo; 72.334 no Rio Grande do Sul; e 3.752 em Minas Gerais. Do total de cultivadores, 83.037 estavam localizados em S. Paulo; 99.467 no Rio Grande do Sul; e 6.781 em Minas Gerais. Do total de ceifadeiras, 1.932 estavam localizadas em São Paulo; 1.562 no Rio Grande do Sul; e 576 em Minas Gerais. Do total de extintores de formiga, 79.197 estavam localizados em São Paulo; 73.215 no Rio Grande do Sul; e 6.902 em Minas Gerais.

O registro dessa relativa concentração do maquinário agrícola nestas três grandes Unidades da Federação — São Paulo, Rio Grande e Minas Gerais — serve como subsídio à compreensão da importância que as safras auferidas nas regiões em aprêço exercem sôbre o total da safra do país. Se as lavouras paulistas, gaúchas e mineiras são atingidas por qualquer contratempo, quer de ordem climática, quer de ordem econômica ou financeira, quer em resultado de pragas, pode-se esperar o reflexo frontal dêsse contratempo sôbre a situação geral da agricultura, no conjunto do pasí. Na Tabela II, alinhamos o rendimento médio, por hectare, alcançado pelos 16 produtos agrícolas a que já nos referimos, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, em 1947.

A leitura dêsses números permitirá entender-se porque, satisfatórias que sejam as condições de produção de outras Unidades da Federação, as safras paulistas, gaúchas e mineiras, se deficitárias, com o pêso do seu volume, comprometem inteiramente o panorama do rendimento cultural do país, se verificando o inverso, no caso de serem boas. Em 1947, segundo as estimativas do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, a situação geral da lavoura dos três grandes Estados líderes não foi as maiores promissoras, razão por que o ano agrícola que findou não pode ser apresentado como bom.

Se isto se observou nas regiões melhormente dotadas de máquinas e aparelhos agrícolas, que não dizer daquelas outras que, pobres de instrumentos agrários, exclusivamente confiam ao homem, à enxada, à foice, o trabalho de semear e de colhêr? Ultimamente, em muitos casos, nem isto pode ser feito. O homem escasseou para as lides do campo; as enxadas e as foices rarearam, ou são vendidas por preços astronômicos. A falta da mão de obra constitui, hoje, o problema número um das atividades rurais. A êsse problema, outros se aliaram: a ausência de preços compensadores, a impossibilidade financeira para a compra de fertilizantes, a deficiência do sistema de crédito agrícola vigorante no país.

Tôdas essas questões são responsáveis, em maior ou menor escala, pela progressica diminuição do rendimento da terra lavourada, terra que, à míngua de assistência técnica, vem sendo destruída pela erosão, ao tempo em que as lavouras são destruídas pelas pragas, pelo sol, pela geada, pela erva daninha.

COMPARAÇÃO COM O ANO AGRÍCOLA DE 1946

Tudo deixa crer que a safra de 1946 foi a melhor já verificada no Brasil. Quase todos os produtos agrícolas, ou, pelo menos, os gêneros básicos, tiveram seus volumes sensivelmente aumentados. Se destacarmos, da Tabela I, os dados relativos a 9 dos 16 gêneros ali apresentados — abacaxi, arroz, aveia, batata, centeio, cevada, feijão, milho e trigo, aos mesmos acrescentando três outros — açúcar, aguardente e farinha de mandioca, observaremos que, somados os quantitativos da produção (Tabela III), houve uma redução de 4% no total de 1947, relativamente ao de 1946.

Baixas bem acentuadas verificaram-se na produção de arroz. O Estado de São Paulo alcançou apenas ..... 14.274.911 sacos de 60 kg contra 15.819.253 no ano anterior. A safra do Rio Grande do Sul foi um pouco maior do que a de 1946, somando 11.500.000 sacos contra 10.784.185, o que não chegou a compensar a redução observada, em geral, no país. As safras mineiras e goianas foram também menores. A produção de Minas Gerais atingiu, tão somente, ... 8.446.393 sacos de 60 kg, e a de Goiás 3.128.223. Paraná e Santa Catarina produziram, respectivamente, 1.287.878 e 1.247.643 sacos, enquanto o Maranhão alcançou ..... 1.188.399 sacos.

No conjunto, a área cultivada aumentou de 1.681.159 hectares, em 1946, para 1.685.925, em 1947. A redução do volume, de 46.198.634 sacos de 60 kg, em 1946, para ..... 45.172.191, em 1947, fêz com que o rendimento médio caísse em 41 kg por hectare, muito embora êsse rendimento se apresentasse superior aos verificados em 1944 e 1945. Um exame da situação do sete grandes Estados rizícolas do Brasil mostra a diversidade e rendimento dos arrozais. No Rio Grande do Sul, por exemplo, em 1947, êsse rendimento foi da ordem de 3.000 kg por hectare; em Santa Catarina, de 2.386; em Goiás, de 1.906; no Paraná, de 1.634; em São Paulo, de 1.492; no Maranhão, de 1.154; e em Minas Gerais, de 1.131 kg por ha. Observa-se assim que em três dêsses sete grandes Estados rizícolas o rendimento da cultura, por mais estranho que pareça, foi, em 1947, inferior ao rendimento médio auferido no conjunto do país.

O milho sofreu diminuição de, aproximadamente, 300 mil toneladas no total brasileiro; isto é, 5 por cento a menos que em 1946. Também neste caso registraram-se safras mais pobres em São Paulo e Minas Gerais. A produção paulista apenas alcançou ..... 20.792.838 sacos de 60 kg, enquanto a mineira atingiu a 18.517.325. Rio Grande do Sul quase ofereceu o montante da safra mineira, pois conseguiu produção 18.333.333 sacos de 60 kg. Santa Catarina e Paraná também contribuíram com volumoso contingente: 6.265.514 e 12.462.491 sacos de 60 kg, respectivamente. Não obstante, o total do país caiu para 90.199.637 sacos.

Os quantitativos da safra de faijão sofreram, de 1946 para 1947, uma redução de cêrca de 15 mil toneladas, num volume superior a 1 milhão. Os da safra de batata, uma redução de 50 mil toneladas, num volume inferior a 500 mil. Em 1947, a produção de batata inglesa apenas atingiu 384.442 tonladas, sendo que, dêste total, quase 181 mil foram alcançadas em São Paulo. A contribuição do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de Minas Gerais e da Paraíba, foi de, respectivamente, em toneladas — 50.000, 27.470, 75.627, 33.302 e 10.020. Os demais Estados produtores — Ceará, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Goiás — obtiveram produção relativamente modesta, variando num máximo de 2.238 toneladas (Rio de Janeiro) e num mínimo de 156 toneladas (Mato Grosso). O melhor rendimento auferido na cultura da batata inglesa pertence ao Espírito Santo (9.903 kg por ha), e o menos expressivo ao Mato Grosso (1.268 kg por ha).

A produção de mandioca, para o conjunto do país, sofreu, de 1946 para 1947, redução superior a 600 mil toneladas. Em 1946, o volume havia sido de mais de 11 e meio milhões de toneladas, caindo para menos de 10

SITUAÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO BRASIL — 1946/47

(Tabela I)

PRODUTOS	ÁREA CULTIVADA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (Kg/ha)	
	1946	1947	1946	1947	1946	1947
Abacaxi	12 295	12 482	115 603	110 936	9 402	8 888
Arroz	1 681 159	1 685 925	2 771 918	2 710 331	1 649	1 608
Aveia	12 291	12 197	10 695	10 421	870	854
Batata	87 129	87 648	431 567	384 342	4 953	4 386
Centeio	17 195	15 138	11 427	10 527	665	695
Cevada	12 753	12 134	11 396	12 211	894	1 006
Feijão	1 402 576	1 427 956	1 020 995	1 006 636	727	704
Milho	4 323 334	4 185 290	5 703 598	5 411 978	1 319	1 293
Trigo	301 260	336 857	248 058	288 173	823	855
Cana de açúcar	762 201	784 794	28 300 356	28 444 290	37 129	36 244
Mandioca	931 205	828 482	11 556 331	10 946 769	12 410	13 213
Cacáu	269 083	270 014	129 107	119 096	480	441
Café	2 396 116	2 437 029	920 141	903 168	384	371
Amendoin	33 823	45 940	31 304	40 987	926	892
Algodão	2 506 647	2 384 377	1 130 797	1 047 403	451	439
Fumo	145 498	150 237	118 557	101 771	815	677

FONTE — Serviço de Estatìstica da Produção

RENDIMENTO DE ALGUMAS CULTURAS EM MINAS GERAIS, EM SÃO PAULO E NO RIO GRANDE DO SUL — 1947

TABELA II

PRODUTOS	UNIDADE DE REFERÊNCIA	RENDIMENTO MÉDIO (ha)		
		Minas Gerais	São Paulo	Rio Grande do Sul
Abacaxi	fruto	6 105	3 982	3 286
Algodão	kg	605	529	—
Amendoim	"	813	851	1 039
Arroz com casca	"	1 131	1 492	3 000
Aveia	"	—	—	886
Batata inglêsa	"	4 742	5 045	2 500
Cacáu	"	947	—	—
Café	"	388	306	—
Cana de açúcar	t	33	47	15
Centeio	Kg	—	—	939
Cevada	"	—	—	1 104
Feijão	"	673	896	593
Fumo	"	395	404	786
Mandioca	"	14 700	16 211	9 513
Milho	"	1 219	1 423	1 429
Trigo	"	1 233	674	880

FONTE — Serviço de Estatística da Produção

milhões no ano findo. O resultado dessa queda fêz-se imediatamente sentir no montante da produção de farinha, que, de 1.657.178 toneladas, em 1946, baixou para 1.532.548. O inverso se verificou com a cana de açucar. Houve, de 1946 para 1947, um aumento de cêrca de 144 mil toneladas, num total de 28 milhões, e êsse aumento resultou na melhoria, já conhecida, de mais de 8 mil toneladas de açúcar entregues ao consumo, e de 1.000 toneladas de aguardente.

Do grupo os cereais importantes, apenas o trigo parece haver experimentado melhoria, de 1946 para 1947. A área cultivada aumento de 301.260 hectares para 328.370. O volume da produção subiu de 248.058 toneladas, para 288.173. O rendimento de um hectare subiu de 823 kg para 874. Aliás, no caso do trigo, vem o Brasil melhorando, nos últimos anos, os quantitativos da produção; em 1944, produzimos mais de 170 mil toneladas, e em 1945 mais de 233 mil. O desenvolvimento dessa cultura, muito embora ainda não possibilite o atendimento de metade do consumo nacional, já preenche parte da lacuna aberta no nosso comércio exterior.

PRODUÇÃO DE ALGUNS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NO BRASIL — 1946/47

TABELA III

PRODUTOS	TONELADAS	
	1946	1947
Abacaxi	115 603	110 936
Arroz	2 771 918	2 710 331
Aveia	10 695	10 421
Batata	431 567	384 442
Centeio	11 427	10 527
Cevada	11 396	12 211
Feijão	1 020 995	1 006 636
Milho	5 703 598	5 411 978
Trigo	248 058	288 173
Açúcar	1 590 480	1 598 569
Aguardente	172 632	173 510
Farinha de mandioca	1 657 178	1 532 548
TOTAL dos 12 produtos	**13 745 547**	**13 250 282**

FONTE — Serviço de Estatística da Produção.

OITO NOVOS PRODUTOS INVESTIGADOS

A estatística oficial que investigava, até então, apenas 21 dos principais produtos agrícolas brasileiros, iniciou, em 1947, a divulgação de dados sôbre a situação de mais oito, a saber — alho, amendoim, batata doce, cebola, chá da Índia, fava, tomate e tungue. Nas Tabelas IV, V e VI, apresentamos, respectivamente, a área cultivada, a quantidade produzida e o rendimento cultural dos produtos agrícolas agora objeto de investigação estatística, no quatriênio 1944-47, sendo que os dados de 1946 continuam sujeitos a retificação, e os de 1947 resultam da apuração das previsões de safra levadas a têrmo pelo órgão próprio do Ministério da Agricultura, através da rêde de agências municipais de estatística do I. B. G. E.

Observa-se, dessa forma, que a produção brasileira de alho, muito embora haja melhorado de 1946 para 1947, vem mostrando uma tendência relativamente estacionária, variando em tôrno de 15 mil toneladas. Em 1947, 7.714 hectares foram ocupados com essa cultura, em cada um dêles sendo obtidos, em média, 2.032 kg. Os Estados que oferecem maior produção são os de Minas Gerais, que contribuiu, em 1947, com quase a metade da safra brasileira, S. Paulo, com quase 3 mil toneladas, e Rio Grande do Sul, com mais de 2 mil e 400 toneladas.

Quanto ao amendoim, verificou-se, nos últimos três anos, de 1945 para cá, um razoável desenvolvimento da produção. Em 1947, a área cultivada montava a 45.940 hectares, na qual foram produzidos quase 41 mil toneladas, evidenciando-se, dessa maneira, um rendimento de 892 kg por ha. São Paulo lidera a produção, com cêrca de 24 mil e 30 toneladas, seguido pelo Rio Grande do Sul e por Minas Gerais, com, respectivamente, 6.683 e 4.118 toneladas.

No que diz respeito à batata doce, cuja importância na dieta alimentar do homem do interior é mais significativa do que a da batata inglesa, a produção brasileira, no ano findo, ascendeu a 1.051.454 toneladas, auferida numa área de menos de 124 mil hectares. O Estado maior produtor é o do Rio Grande do Norte, onde foi alcançada, em 1947, a produção de 245 mil toneladas. Segue-se-lhe Santa Catarina, com 219.207 toneladas. Depois, Rio Grande do Sul e Paraíba, com, respectivamente, 133.529 e 125.223 toneladas. Cultivada em tôdas as Unidades da Federação, a batata doce oferece, contudo, rendimentos diversos. Em 1947, por exemplo, êsse rendimento variou entre 2.400 kg por ha, no Território do Amapá, e 14.544, em Sergipe.

A produção brasileira de cebola foi, em 1947, menor do que em 1946. No ano de 1946, havia alcançado mais de 72 mil e 300 toneladas, contra menos de 67 mil e 300 toneladas, no ano findo. Verificou-se, por conseguinte, uma redução de 5 mil toneladas. Os Estados que lideram a produção de cebo-

la são os de São Paulo e o do Rio Grande do Sul, aquêle com mais de 25 mil toneladas, e êste com quase 22 mil e 800. Outros Estados cujos quantitativos produzidos superam a casa das mil toneladas são os de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Bahia. Em 1947, a área ocupada por cebola cobria quase 21 mil hectares, sendo observado um rendimento médio de 3.211 kg por ha.

A produção de chá da Índia vem aumentando ano após ano. Em 1944, produzimos pouco menos de 382 toneladas; em 1945, 409; em 1946, quase 744; em 1947, ultrapassamos a casa das 971, pois produzimos 971.500 kg. A área plantada passara, nesses dois últimos anos, de 1.290 hectares para 1.413; e o rendimento subira de 577 kg por ha, em 1946, para 688, em 1947. São Paulo praticamente monopoliza a cultura do chá da Índia, pois conseguiu produzir, no ano findo, 916 toneladas das 971 e meia alcançadas pelo total do Brasil. Outro Estado produtor, Minas Gerais, se encarregou de completar o restante, ou seja, essas 55 e meia toneladas.

Quanto à fava, os resultados de 1947 foram melhores do que os de 1946. Naquele ano, a produção alcançara pouco mais de 530 mil sacos de 60 kg; em 1947, ultrapassou 586 mil. Paraíba e Minas Gerais são os Estados maiores produtores. O primeiro conseguiu produzir, em 1947, mais de 135 mil sacos; e o segundo mais de 131 mil. No caso da fava, observa-se que sua cultura está muito melhor generalizada no nordeste e no leste, pois que, dos Estados do Sul, apenas o Rio Grande conseguiu oferecer montante apreciável (15.501 sacos de 60 kg).

No que se refere ao tomate, os quantitativos da produção vêm aumentando de maneira considerável. Contra uma produção de menos de 42 mil toneladas, no ano de 1944, podemos conseguir, em 1947, quase 108 mil toneladas. A área de plantio foi, no ano findo, de quase 10 mil e 500 hectares, oferecendo cada hectare um rendimento médio de 10.286 kg. Pernambuco e São Paulo aparecem à frente dos Estados produtores, com, respectivamente, quase 50, e mais de 39 mil toneladas. Auspicioso desenvolvimento vem tendo, do mesmo modo, a cultura do tungue, circunscrita à região do sul. Em 1947, sua produção mais que duplicou, em relação a 1944.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO BRASIL — 1944/1947

1. ÁREA

(Tabela IV)

PRODUTOS	ÁREA CULTIVADA			
	1944	1945	1946 (1)	1947 (Estimativa)
Abacaxi	8 995	11 422	12 295	12 482
Alfafa	27 681	26 564	25 972	26 354
Algodão	2 807 758	2 721 584	2 506 647	2 384 377
Alho	5 217	5 561	6 894	7 714
Amendoim	31 344	40 617	33 823	45 940
Arroz	1 427 515	1 498 117	1 681 159	1 685 925
Aveia	10 935	12 677	12 291	12 197
Banana	75 709	84 205	90 315	93 140
Batata doce	86 650	107 916	113 691	123 719
Batata inglêsa	84 017	115 855	87 129	87 648
Cacáu	241 520	267 920	269 083	270 014
Café	2 326 141	2 381 561	2 396 116	2 437 029
Cana de açúcar	675 606	656 921	762 201	784 794
Cebola	19 770	21 895	21 916	20 947
Centeio	14 439	13 800	17 195	15 138
Cevada	12 042	13 757	12 753	12 134
Chá da Índia	1 263	1 510	1 290	1 413
Côco	35 212	37 148	37 588	43 432
Fava	51 057	59 208	58 767	60 669
Feijão	1 349 505	1 432 190	1 402 576	1 427 956
Fumo	114 769	143 655	145 498	150 237
Laranja	70 662	73 183	75 134	78 069
Mamona	207 563	200 073	176 351	184 990
Mandioca	897 009	807 988	931 205	828 482
Milho	4 101 315	4 092 054	4 323 334	4 185 290
Tomate	3 364	6 591	8 930	10 459
Trigo	328 487	315 548	301 260	32 870
Tungue	3 804	4 456	5 161	7 563
Uva	31 287	32 002	32 688	33 504
TOTAL (2)	**14.960.628**	**15.275.888**	**15.550.262**	**15.359.986**

FONTE — Serviço de Estatística da Produção.

1) — Dados sujeitos a retificações.

2) — Sendo comum no país o plantio de duas e às vêzes três culturas na mesma área, tenha-se em vista que nos totais indicados está, em alguns casos, considerada mais de uma vez a mesma superfície de terra.

A SITUAÇÃO ALIMENTAR DO MUNDO

A pobreza da safra agrícola brasileira de 1947 verifica-se, justamente, quando o mundo se encontra às voltas com a mais dramática das crises alimentares. As possibilidades de que dispúnhamos, por conseguinte, para participar no abastecimento das áreas devastads da Europa e do Oriente, encontram-se, pois, mais ainda reduzidas. Os percalços por que atravessa a economia agrária nacional já vinham determinado uma série de restrições a essa participação. Neste instante é indispensável uma revisão nos critérios dessas restrições, a fim de que, levados pelo espírito de solidariedade a outros povos, não venhamos a minorar sua fome e suas necessidades de matérias primas, aumentando a fome do povo brasileiro e as necessidades de matérias primas de nosso parque industrial.

Muito embora advirta o Ministério da Agricultura, através do Serviço de Estatística da Produção, que a depressão verificada em 1947 não permite prognósticos sombrios para o ano corrente, justo será supor-se que uma nova alta de preços de gêneros alimentícios, pelo menos, há de se verificar, como consequência do desajustamento da procura, que aumenta continuamente, e da oferta, que não se manterá nos níveis da safra de 1946. Aliás, a subida no preço do feijão e do arroz já deve ser entendida como um sinal dessa alta.

O relativo comportamento dos preços dos gêneros alimentícios, em 1947, nos níveis por êles alcançados em 1946, pode ser explicado como decor-

rência normal da boa safra de 1946, que permitiu certo desafôgo. A queda de volume da safra de 1947 há de conduzir, logicamente, a nova subida dêsses preços, a não ser que providências consentâneas venham a ser tomadas no devido tempo. Essas providências estarão possivelmente situadas na órbita do comércio exterior, e serão tanto mais eficazes quanto se encontra aparelhado o govêrno para exercer absoluto contrôle, embora de caráter eventual, nas exportações e importações.

A primeira impressão é de que o govêrno será obrigado, dentro do curso dêste ano, a exercer as faculdades que lhe foram conferidas de intervir no comércio de gêneros alimentícios, dentro da linha de raciocínio acima exposta. Infelizmente isto se verificará num momento em que a situação alimentar do mundo é a mais angustiosa. E' prevista a manutenção das exigências da procura mundial de gêneros alimentícios dentro dos mesmos limites observados nos dois últimos anos. Estas exigências estão obrigando as entidades internacionais responsáveis a fazer funcionar um rígido sistema de racionamento, para que as necessidades mundiais, ao menos no que toca aos gêneros básicos, sejam satisfeitas.

O último cálculo feio pela ONU a respeito dos abastecimentos de principais gêneros alimentícios objeto de comércio mundial durante o pré-guerra, e nos últimos anos, fornece cifras surpreendentes. Enquanto os abastecimentos de cereais, excluindo arroz, eram, em período anterior à guerra, de 29,4 milhões de toneladas, no ano findo apenas atingiram a cêrca de 26 milhões. No que diz respeito ao arroz descascado, os abastecimentos, nos citados períodos, passaram de 7,8 milhões de toneladas, para 27 milhões; quanto às gorduras em geral, de 5,9 para cêrca de 3 milhões de toneladas; quanto ao açúcar, de 11,5 para 8 milhões. Apenas os abastecimentos de carne mantiveram-se nos mesmos níveis.

Isto veio obrigar Sir John Boyd Orr, diretor geral de Agricultura e Alimentação das Nações Unidas, a declarar que, em todo o curso de 1948, subsistirá, na Europa e no Oriente, a escassez de alimentos. E as notícias referentes ao ano agrícola de 1947, nos mais destacados mercados abastecedores, não são de molde a deixar confiar numa breve cessação da crise. No que diz respeito ao trigo, a produção americana, que vinha crescendo de maneira animadora, sofreu certo insucesso, não conseguindo atingir a previsão de 31,3 milhões de toneladas. A Argentina, a exemplo do que ocorrera em 1946, sofreu reduções sensíveis nas colheitas e a Austrália ainda não se restabeleceu da redução experimentada na safra de 1944-45. Apenas o Canadá parece haver supe-

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO BRASIL — 1944/1947

2. Quantidade

(Tabela V)

PRODUTOS	UNIDADES	QUANTIDADE PRODUZIDA			
		1944	1945	1946 (1)	1947 (Estimativa)
Abacaxi	fruto	73 892 264	74 906 480	77 068 860	73 957 620
Alfafa	kg	129 322 850	148 405 578	149 309 818	145 126 020
Algodão descaroçado	ton	592 381	378 495	373 163	345 643
Alho	kg	14 301 990	12 702 990	13 713 705	15 671 370
Amendoim com casca	kg	31 921 613	28 583 961	31 303 706	40 987 360
Arroz com casca	sc. 60 kg	35 174 449	35 782 745	46 198 634	45 172 191
Aveia	kg	6 877 018	11 084 500	10 695 080	10 421 327
Banana	cacho	92 716 672	107 310 636	117 002 938	123 691 466
Batata doce	ton	659 125	967 921	924 074	1 051 45
Batata inglêsa	”	462 660	595 670	431 567	384 442
Cacau	sc. 60 kg	1 942 194	1 994 263	2 151 784	1 984 927
Café beneficiado	” ” ”	11 444 767	13 915 265	15 335 675	15 052 803
Cana de açúcar	ton	25 148 948	25 178 584	28 300 356	28 444 290
Caroço de algodão	”	1 166 810	745 520	735 018	680 812
Cebola	kg	69 522 780	78 095 580	72 303 225	67 266 405
Centeio	”	9 670 581	10 160 350	11 427 018	10 526 502
Cevada	”	8 778 120	14 892 050	11 396 311	12 211 155
Chá da Índia	”	381 686	409 205	743 990	971 500
Côco	fruto	135 666 300	137 712 100	136 009 200	154 068 800
Fava	sc. 60 kg	651 877	575 333	530 174	586 100
Feijão	” ” ”	17 375 339	16 707 439	17 016 590	16 777 277
Fumo em fôlha	kg	104 363 340	113 448 780	118 557 450	101 771 100
Laranja	caixa	27 804 157	28 621 051	29 967 136	30 084 781
Mamona	kg	185 095 841	160 435 612	143 002 848	144 670 580
Mandioca	ton	10 333 356	11 414 680	11 556 331	10 946 769
Milho	sc. 60 kg	92 912 355	80 775 944	95 059 969	90 199 637
Tomate	kg	41 486 521	58 903 025	86 818 851	107 586 500
Trigo	”	170 586 423	233 298 040	248 057 576	287 018 740
Tungue	”	2 878 370	3 597 880	4 538 920	6 089 870
Uva	”	191 355 900	209 028 421	220 902 341	163 634 880
TOTAL APROXIMADO	ton	**51 906 032**	**52 678 143**	**57 593 366**	**56 882 866**

Fonte — Serviço de Estatística da Produção
1) — Dados sujeitos a retificação.

rado os quantitativos previstos, mas êsses quantitativos não são de molde a alterar a situação do conjunto, que é desfavorável.

Em relação ao arroz, admite-se que a safra de 1947 tenha sido de aproximadamente 100 milhões de toneladas. Êsse montante, muito embora represente substancial melhoria quando em confronto com o do de 1946, que foi de 91 milhões, está aquem do conseguido em períodos normais, antes da guerra. Antes da guerra, a produção mundial era de cêrca de 106 milhões. Ao que se anuncia, a participação das regiões do Extremo-Oriente continuará a ser modesta ainda por muito tempo. Assim é que o volume das exportações mundiais no ano que terminou em junho de 1947 foi estimado em 2,7 milhões de toneladas, ao passo que a média de antes da guerra era de 7,8 milhões.

A produção de açúcar também se encontra em regime deficitário. Estimou a ONU o volume global da produção de açúcar de beterraba, na safra que findou no ano passado, em 28 milhões de toneladas. O nível do préguerra era de 32 milhões de toneladas. Isto decorre da grande baixa nas colheitas européias, enquanto a produção de açúcar de cana em Java, Formosa e Filipinas, em virtude dos prejuízos decorrentes da guerra, está longe de voltar à normalidade. Explicam-se, assim, as solicitações feitas ao Brasil que, não obstante, dispõe de reservas exportáveis limitadas, além de preço pouco convidativo.

No tocante a gorduras e azeites em geral, os prognósticos são mais favoráveis, em vista de haverem aumentado sensivelmente, nos últimos tempos, no continente americano, especialmente, as plantações de sementes oleaginosas. E o restabelecimento das culturas oleíferas, na Europa e na Ásia, vem sendo feito de forma rápida. Longe se encontram os abastecimentos dêsses gêneros, contudo, de alcançar o nível do pré-guerra, onde súrgiam com 20 milhões de toneladas. O setor referente a carnes que aparecera satisfatório em 1946, evidenciou, em 1947, uma redução de cêrca de 750 mil toneladas nos abastecimentos.

Como se verifica, o ano de produção de 1946-47 não foi bom, no esfera mundial. Isto quer dizer que o ano de consumo 1947-48 vai ser mau, ou melhor, também não vai ser bom. Por outro lado, essa redução do volume disponível de gêneros alimentícios está acompanhada de uma elevação de preços, contribuindo as duas no agravamento da situação dos abastecimentos mundiais. Dos grandes mercados exportadores, o argentino é o único que vem revelando tendência para mais favoráveis condições de oferta. De forma geral, os preços dos cereais na Argentina declinaram bastante em 1947, depois de haverem alcançado níveis excepcionais em 1946. A única exceção reside no trigo, que se mantém em alta, sem qualquer perspectiva de que a tendência se modifique.

A recente comoção no mercado de cereais dos Estados Unidos parece haver quebrado o ritmo de crescimento de quase todos os preços de produtos agro-pecuários naquele país. Êsse ritmo, em alguns casos, chegou a ser espetacular, apesar das safras fartas. Os cereais, por exemplo, sofreram majorações pesadas, no curso do ano findo. O índice de preços veio de 200, em junho de 1946, a 253, em junho de 1947. A carnes, igualmente, experimentaram elevação excepcional, decorrente não só das exportações para o exterior como do alto nível do consumo interno.

Outros mercados mundiais, como a Austrália, o Canadá e a Inglaterra, oferecem, no que diz respeito aos preços, perspectivas sombrias. Da França, nem se deve falar. O índice especial dos preços de gêneros alimentícios evoluiu de 304, em março de 1945, para 945, em março de 1947. Nos países do Médio Oriente, os produtos continuam sendo negociados sem qualquer base paritária, e sem que se faça sentir qualquer ação fiscalizadora.

A CRISE AGRÍCOLA BRASILEIRA

Neste palco de tragédias, que é a situação dos abastecimentos mundiais de gêneros básicos, a participação brasileira está longe de se fazer sentir, em vista da crise agrícola por que atravessamos. E' de distinguir nessa crise dois aspectos: o estrutural e o eventual. O estrutural reside na própria

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO BRASIL — 1944/1947

3. Rendimento cultural (Tabela VI)

PRODUTOS	UNIDADES	RENDIMENTO MÉDIO POR HA			
		1944	1945 (1)	1946	1947 (Estimativa)
Abacaxi	fruto	8 215	6 558	6 268	5 925
Alfafa	Kg	4 672	5 587	5 536	5 507
Algodão em caroço	,,	639	421	451	439
Alho	,,	2 741	2 284	1 989	2 032
Amendoim com casca	,,	1 018	704	926	892
Arroz com casca	,,	1 478	1 433	1 649	1 608
Aveia	,,	629	874	870	854
Banana	cacho	1 225	1 274	1 295	1 328
Bata docê	Kg	7 607	8 969	8 128	8 499
Batata inglêsa	,,	5 507	5 142	4 953	4 386
Cacáu	,,	482	447	480	441
Café beneficiado	,,	295	351	384	371
Cana de açúcar	ton	37	38	37	36
Cêbola	Kg	3 517	3 567	3 299	3 211
Centeio	,,	670	736	665	695
Cevada	,,	729	1 083	894	1 006
Chá da Índia	,,	302	271	577	688
Côco	fruto	3 853	3 707	3 618	3 547
Fava	Kg	766	583	541	580
Feijão	,,	773	700	728	705
Fumo em fôlha	,,	909	790	815	677
Laranja	caixa	393	391	399	385
Mamona	Kg	892	802	811	782
Mandioca	,,	12 805	12 711	12 410	13 213
Milho	,,	1 359	1 184	1 319	1 293
Tomate	,,	12 399	8 937	9 722	10 286
Trigo	,,	519	739	823	874
Tungue	,,	757	807	879	805
Uva	,,	6 114	6 532	6 758	4 884

FONTE — Serviço de Estatìstica da Produção.
1) — Dados sujeitos a retificação.

organização das atividades rurais, o eventual prende-se a fatôres outros, extrínsecos, na maioria das vêzes. O OBSERVADOR já se ocupou, em reportagem anterior ("O Problema da Terra", pág. 50, n. 135), da alta concentração da propriedade rural em nosso país, a responsabilizando pelos achaques seculares de nossa agricultura e de nossa pecuária.

Constitui essa alta concentração o mais elementar indício da crise estrutural. Outro, dela decorrente, foi objeto de reparo no início desta reportagem: a ausência de maquinário e de aparelhamento para as lides do campo. A Tabela VII, enfeixando resultados do censo agrícola de 1940, nos dá um panorama mais elucidativo, mais completo, da tragédia agrária brasileira. Observe-se o valor total dos estabelecimentos agro-pecuários recenseados — Cr$ ..... 34.879.837.000,00. Neste total, a parcela do maquinário vai apenas a Cr$ 880.743.000,00, enquanto o dos prédios e construções lhe é quase cinco vêzes maior.

Observe-se, do mesmo modo, a parcela correspondente ao valor das propriedades localizadas na região sul sôbre o total do Brasil. Possuindo um têrço das propriedades recenseadas, participa o sul com quase a metade do valor total dêsses estabelecimentos. Quanto ao valor das terras em si, a participação do sul é igual à metade; quanto ao dos prédios e construções, menos da metade; quanto ao maquinário e a veículos, muito mais da metade; como muito mais da metade quanto ao de animais. Essa valorização das propriedades sulinas decorre muito menos da qualidade das terras do que, especialmente, da forma por que elas são trabalhadas.

Quanto aos fatôres eventuais, algumas linhas devem ser redigidas. Manda a verdade reconhecer que o desenvolvimento da agricultura de subsistência no Brasil, pelo menos no período de vinte anos (1920-1940), em que as estatísticas permitem análise conveniente, não revela tendência ascencional marcante. Ao contrário, tudo indica que os volumes globais alcançados estavam, naquele período, em flagrante desproporção com o crescimento dos efetivos demográficos. Se compararmos a situação de 1933 à de 1940, veremos que o índice da população subiu para 116, enquanto o da produção de 12 princi-

ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS RECENSEADOS NO BRASIL — 1/IX/1940

NÚMERO E VALOR, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES INDICADAS E SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

TABELA VII

REGIÕES FISIOGRÁFICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTABELECIMENTOS RECENSEADOS	VALOR (Cr$ 1 000)					
		Total	Terras	Prédios e construções	Maquinário	Veículos	Animais
BRASIL	1 904 589	34 879 837	19 897 156	5 316 139	880 743	691 647	8 094 152
NORTE	81 079	498 986	232 088	103 507	15 784	6 932	140 675
Território do Acre	1 047	42 836	22 702	8 835	1 206	180	9 913
Amazonas	21 897	124 523	69 167	26 660	24 764	2 094	21 838
Pará	58 135	331 627	140 219	68 012	9 814	4 658	108 924
NORDESTE	476 682	4 497 954	2 488 967	823 395	114 326	51 761	1 019 505
Maranhão	95 228	229 334	53 322	28 442	6 713	4 629	136 228
Piauí	32 496	412 813	198 867	54 443	4 139	707	154 657
Ceará	93 382	1 044 507	590 838	199 638	23 817	13 430	216 784
Rio Grande do Norte	34 392	467 607	241 522	121 803	12 034	2 863	89 385
Paraíba	65 137	849 955	529 346	144 340	17 511	9 171	149 587
Pernambuco	123 266	1 158 592	678 630	217 633	31 753	16 469	214 107
Alagôas	32 781	335 146	196 442	57 096	18 359	4 492	58 757
ESTE	644 695	11 227 829	6 411 582	1 557 255	267 050	170 671	2 821 271
Sergipe	34 579	250 579	133 083	40 190	10 336	3 496	63 474
Bahia	226 343	1 817 636	831 785	361 025	18 733	6 715	599 378
Minas Gerais	284 685	7 081 999	4 106 804	789 455	173 491	135 710	1 876 539
Serra dos Aimorés	786	3 219	1 275	993	26	19	109
Espírito Santo	41 919	480 752	278 150	103 778	20 538	3 237	75 049
Rio de Janeiro	48 389	1 268 128	811 760	195 570	42 820	18 211	199 767
Distrito Federal	7 994	325 516	248 725	66 244	1 106	3 283	6 158
SUL	636 203	16 752 203	9 949 209	2 606 056	459 944	438 067	3 299 927
São Paulo	252 615	6 497 940	3 963 744	1 166 273	243 231	184 443	940 249
Paraná	64 397	1 197 658	750 732	193 128	20 211	25 142	208 445
Santa Catarina	88 469	1 127 414	659 710	194 580	25 101	24 667	223 356
Rio Grande do Sul	230 722	7 929 191	4 574 023	1 052 075	171 401	203 815	1 927 877
CENTRO-OESTE	65 930	1 902 865	816 310	225 926	23 639	24 216	812 774
Goiás	55 908	1 176 689	496 331	147 328	18 166	15 740	449 124
Mato Grosso	10 022	726 176	319 979	78 598	5 473	8 476	313 650

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento

pais produtos (arroz, batata inglesa, milho, feijão trigo, aveia, centeio, cevada, abacaxi, açúcar, aguardente e farinha de mandioca) baixou para 99. Nos anos seguintes, até 1946, a despeito da conflagração, e talvez por isso mesmo, a produção dêsses 12 gêneros acusou tendência para evolução mais rápida. À base da situação de 1933, o índice da população subiu de 119, em 1941; para 132, em 1946; enquanto o da produção foi de 101, em 1941, para 133, em 1946.

Admite o Serviço de Estatística da Produção que êsse movimento de recuperação, fracamente esboçado, não poderia levar a um abastecimento farto e muito menos à existência de disponibilidades exportáveis. Em verdade, essa recuperação só teve o mérito de reajustar parcialmente uma situação alimentar deficitária, que estava e está a exigir acréscimos bem mais substanciais de produção. Até certo ponto, parecerá estranho que êsse moderado desenvolvimento se tenha verificado no período da guerra. O motivo estará possivelmente mais prêso a certa facilidade de crédito agrícola dispensada do que ao fomento direto da agricultura, fomento que foi fraco e pouco eficiente.

O país, porém, não se beneficiou grandemente dêste acréscimo de produção. Sobrevieram desde logo as dificuldades de transportes, com o racionamento do carvão e da gasolina importados e a produção escasseou nos centros de consumo e nos entrepostos de distribuição. Tal situação ainda mais se agravou com a tendência para a negociação em alta escala das chamadas matérias primas estratégicas, e com a preferência dada ao transporte dessas matérias primas. A crise de consumo chegou ao ponto de inverter-se a posição dos gêneros alimentícios na balança comercial do Brasil com outros países. Nossas exportações dêsses gêneros sempre alcançaram maior volume do que as importações. No quatriênio de 1942-43, observou-se o contrário. Eis o resultado dêsse confronto, em milhões de toneladas:

ANOS	Exportação	Importação	Diferença
1942.....	0,97	1,01	— 0,04
1943.....	1,05	1,12	— 0,07
1944.....	1,36	1,38	—0,02
1945.....	1,29	1,36	— 0,07

No período da guerra, o êxodo das populações rurais para a faixa litorânea, onde estão os núcleos demográficos mais densos, deve ter alcançado intensidade maior. O Sr. M. A. Teixeira de Freitas, em estudo bem fundado ("O Ensino Primário Brasileiro no Decênio 1932-1941", à pág. 5), admitiu a seguinte tendência de êxodo rural, aqui as percentagens correspondendo aos habitantes das cidades e do campo, em cada grupo de 100 pessoas:

POPULAÇÃO

ANOS	Urbana	Rural
1932.....	22,46	77,54
1934.....	23,46	76,54
1936.....	24,46	75,54
1938.....	25,46	74,54
1940.....	26,46	73,54
1942.....	27,46	72,54
1944.....	28,46	71,54
1946.....	29,46	70,54

Seria essa uma tendência normal, num período normal, pois apreendia na verificação dos resultados de dois censos, o de 1920 e o de 1940. Ocor-

Swift do Brasil

Frigoríficos em

RIO GRANDE -- ROSARIO -- UTINGA

Fábricas de Óleos Vegetais em

CAMPINAS - RIO PRETO

Agências e Filiais em todo território nacional

MATRIZ - Rua Dr. Falcão Filho, 56 - 10.º Andar - São Paulo

HÁ MAIS DE UM QUARTO DE SÉCULO
DISTRIBUIDORES MUNDIAIS DE PRODUTOS BRASILEIROS

re que, o espaço de tempo que vem de 1940 até os nossos dias não constitui, sob nenhum aspecto, um período normal. Muito ao contrário. Estamos diante de um período flagrantemente anormal, anormalíssimo. Além das mazelas da inflação, surgiram, nas cidades, pequenas, médias e grandes indústrias que objetivavam suprir os mercados nacionais de manufaturas destinadas a substituir as que não podiam ser adquiridas no exterior. Essas indústrias atraíram, dos campos, gente em larga escala, ao tempo em que o parque industrial já existente em 1940 ganhava contextura, reclamando o trabalho de mais gente. Agravou-se, por isso, no interior, a falta de braços, já agora transformada em problema número um da agricultura e da pecuária do Brasil.

A concentração demográfica nas cidades representou, para a agricultura e a pecuária, não apenas a perda de braços; representou também um substancial aumento das exigências de consumo dos produtos de alimentação. Por outro lado, essa concentração foi seguida de relativa melhoria do padrão de vida geral nas cidades, onde os consumidores, dispondo de menos minguados recursos, passaram a exigir mais, ampliando o mercado de procura. O reflexo dêsse maior desequilíbrio entre a oferta e a procura fêz-se diretamente sôbre os preços do varejo dos artigos agro-pecuários de alimentação.

Para um grupo de 16 produtos principais (açúcar, arroz, banha, batata, café em pó, carne verde, charque, farinha de mandioca, feijão, leite, manteiga, milho, ovos, pão, sal e toucinho) foram os seguintes os índices de conjunto dos preços retalhistas para tôdas as capitais das Unidades da Federação, no período de 1938-46:

1938	100
1939	104
1940	105
1941	117
1942	138
1943	169
1944	212
1945	261
1946	307

Em 1947, êsse índice, após apresentar subida vertiginosa até março, começou a manifestar tendência de estabilização, por fôrça, inegavelmente, de certa melhoria do mercado de oferta, resultante da boa safra de 1946. Vejamos a variação do índice, de janeiro a agôsto de 1947:

janeiro	347
fevereiro	354
março	367
abril	359
maio	359
Junho	356
julho	351
agôsto	354

A depressão verificada nas colheitas de 1947 certamente irá determinar, no ano em curso, novo surto de encarecimento, muito embora êste não venha a atingir o ritmo espetacular dos períodos anteriores. O feijão já começou a sofrer o resultado da pobreza da safra do ano findo. Outros produtos o seguirão, a não ser que o govêrno venha a tomar as providências necessárias à atenuação do mal, com sacrifício embora de nossas transações comerciais com o exterior. De qualquer maneira, a posição do Brasil está fixada neste quadro de fome e de pobreza que o mundo nos apresenta em 1948 — a de um celeiro que não pode ser utilizado na extinção dessa fome e dessa pobreza.



Pelas suas vantagens incomparáveis, os produtos de cimento-amianto BRASILIT, *obtém a admiração de todos os seus consumidores*

Principais produtos BRASILIT:

Chapas Lisas - Chapas Onduladas
Tubos de Pressão e de Esgotos e
Peças Moldadas e Especiais.

Exija esta marca de qualidade.

BRASILIT
O MATERIAL PARA SEMPRE

S. A. TUBOS BRASILIT

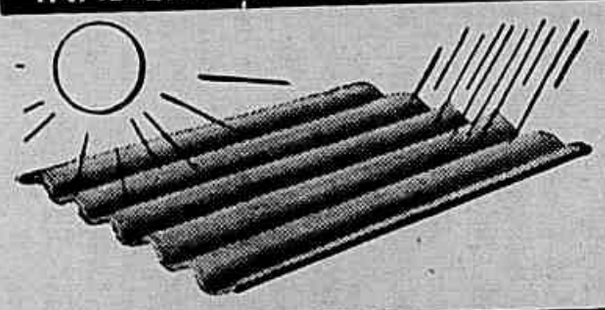
SÃO PAULO
Rua Marconi, 131 - 7.º
Fones 4-4127 a 4-4159

RIO DE JANEIRO
Av. Pres. Antonio Carlos,
201 - 10.º - Fone 22-7290

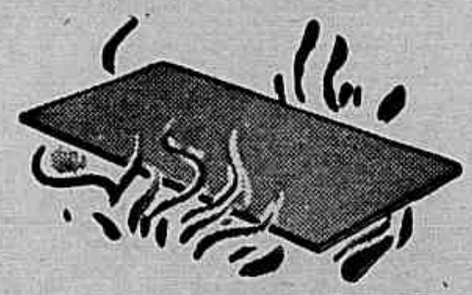
Qualidade



INALTERÁVEL PELOS ÁCIDOS

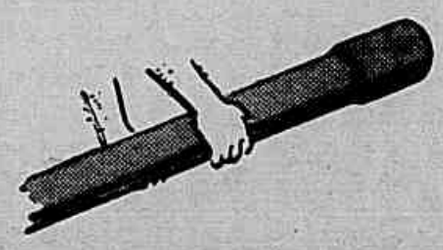


INSENSÍVEL AO TEMPO

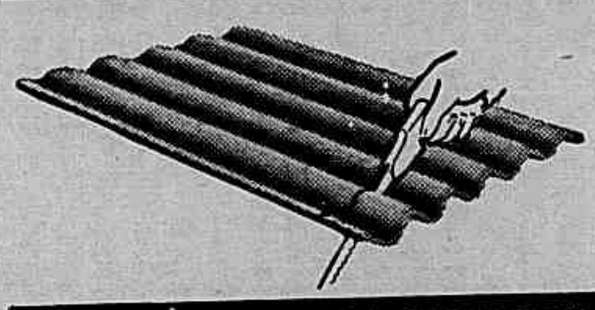


ABSOLUTAMENTE INCOMBUSTÍVEL

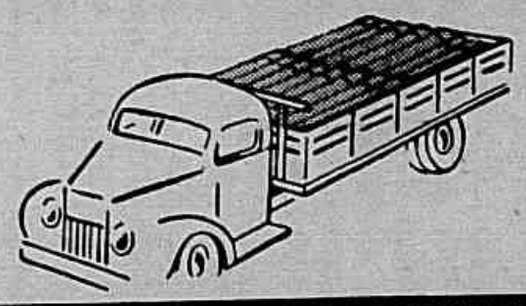
Facilidade!



PÊSO REDUZIDO



CORTÁVEL COM SERROTE



ECONOMIA E FACILIDADE DE TRANSPORTE

Arco-Artusi - 874



23 horas... a postos!

Milhões, em todo o Brasil, nas Capitais e nos longínquos vilarejos, diàriamente, às 23 horas, estão a postos! E' hora do GRANDE JORNAL FALADO TUPI! Todos aguardam, ansiosamente, as últimas notícias, irradiadas em ondas curtas e longas, pela Rádio Tupi, no GRANDE JORNAL FALADO TUPI, o maior e mais ouvido do rádio brasileiro. Dois locutores, quatro redatores, vários cronistas, apresentam diàriamente no GRANDE JORNAL FALADO TUPI: Boletim do Tempo; Notícias dos Estados; Crônica Parlamentar; Boletim Internacional; Notícias Esportivas; Mercado, etc. Ouvir o GRANDE JORNAL FALADO TUPI é saber sempre, antes dos outros, as últimas notícias do Brasil e do Mundo.

RÁDIO *Tupi*

RIO DE JANEIRO — BRASIL

Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro

ESTA' publicado o Balanço Geral da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, encerrado a 31 de dezembro do ano próximo findo e compreendendo o movimento da matriz, seções e agências, bem como a demonstração de despesa e receita. Com a divulgação dêsses documentos, correspondentes ao segundo semestre de 1947, tem o público, mais uma vez, oportunidade de examinar o rápido incremento daquela tradicional organização, cuja importância melhor averiguamos através do valor representativo dos depósitos confiados à sua guarda e que, conforme consta do Balanço Geral em aprêço, atingia a Cr$ 2.939.412.327,40. Semelhante expressão põe a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, definitivamente, em posição similar à dos maiores bancos do país.

Um aspecto da atuação da Caixa, por ser pertinente à política financeira que vem sendo posta em prática pelo govêrno federal, orientada pelo Exmo. Senhor Presidente da República e pelo Senhor Ministro da Fazenda, é a maneira por que aquela entidade vem prestando sua cooperação prática, integrada no sentimento de conjurar esforços para subtrair o Brasil da difícil conjuntura econômica e social em que se encontra. Dentro da Caixa Econômica a colaboração na luta anti-inflacionária tem se feito justamente mediante um crivo mais rigoroso no exame das solicitações de crédito e numa avaliação mais concisa dos valores, de modo a evitar a dispersão de energias vitais e ao mesmo tempo assegurar um maior índice de liquidez às operações realizadas.

Tendo aquêle volume de depósitos, na mesma data, isto é, no último dia do ano transacto, o volume dos empréstimos não ia além de Cr$ ..... 2.160.855.625. Na mesma ocasião os valores disponíveis de Tesouraria (Matriz e Agências) se fixavam em Cr$ 45.336.017,30 e mais: em Bancos, Cr$ 311.747.115,60 e no Tesouro Nacional, Crs. 106.243.440,00, perfazendo um total geral de Cr$ 463.326.572,90.

Confrontando o volume dos Depósitos, de um lado, os dos Empréstimos de outro com os Valores Disponíveis de Tesouraria (Caixa), temos uma noção exata da perfeita situação de liquidez da maior organização nacional de economia popular. Comparando números com os relativos verificados no Balanço Geral do primeiro semestre, temos:

	1º Sem.	2º Sem.
Valores Disponìveis	Cr$	Cr$
Tesouraria.....	289.725.963,40	463.326.572,90
Depósitos.....	2.600.419.495,10	2.939.412.327,40
Empréstimos.....	1.998.378.236,50	2.160.855.625,00

A diferença entre os resultados oferecidos pelos dois semestres não só confirma o espírito de franca colaboração da Caixa Econômica com a política financeira em curso como, ainda, atesta a confiança e o incremento logrados na gestão à frente daquele órgão do seu atual presidente, Dr. Ariosto Pinto.

Fazendo rápida decomposição dos mais importantes grupos de contas do Ativo e do Passivo, verificamos que no total geral dos empréstimos a concorrência das operações a longo prazo, a 31 de dezembro, era da ordem de Cr$ 1.494.720.754,10, cabendo daí a maior parcela aos empréstimos s/hipotecas particulares, com Cr$ 1.158.037.394,10, vindo a seguir, por ordem de valor, as operações sôbre garantias simultâneas com Cr$ ..... 280.176.648,30, as sôbre hipotecas C. E. com Cr$ 39.705.072,00 e sôbre hipotecas "desconto em fôlha" Cr$ 16.801.639,70.

Os empréstimos a médio e curto prazo totalizaram Cr$ 666.134.870,90; neste grupo o título "Caixas Econômicas Federais" está representado pela cifra de Cr$ 55.684.832,20; as operações sôbre cauções de títulos, Cr$ 33.008.865,00; as sôbre consignações, Cr$ 391.899.346,80 — sendo esta a maior participação no grupo —; os empréstimos sôbre consignações C. E., Cr$ 18.765.309,00; sôbre penhores, Cr$ 166.770.684,50 e sôbre diversos, Cr$ 5.833,40. Ressaltemos aqui uma curiosidade: no segundo semestre do exercício findo os empréstimos sôbre penhores sofreram uma redução, em relação ao volume total registrado no primeiro semestre.

Os valores em circulação "de mutação" montavam no fim do ano a Cr$ 382.704.416,70 e os "transitórios" eram da ordem de Cr$ 75.821.301,10. Estas parcelas reunidas formam o total dos "Valores em Circulação", expresso em Cr$ 2.619.381.324,80.

Na mesma data os "Valores Patrimoniais" somavam Cr$ ..... 211.651.336,90 e os valores de compensação, no ativo, somavam Cr$ 3.151.704.173,40.

No passivo, num total de Contas Exigíveis de Cr$ 3.001.885.595,60, a participação dos depósitos voluntários era de Cr$ 2.848.557.098,10 e os compulsórios não iam além de Cr$ 90.855.229,30. No grupo dos "voluntários" os populares entravam com Cr$ 2.402.065.460,00; os escolares com Cr$ 10.005.706,40; os comerciais com Cr$ 108.750.039,20; os de prazo fixo, Cr$ 62.863.475,80; os de aviso prévio, Cr$ 260.121.173,90 e em liquidação, Cr$ 4.751.242,80. Os depósitos compulsórios: caucionados, Cr$ 42.103.971,10 e judiciais Cr$ 48.751.258,20.

As contas exigíveis "transitórias" somavam na mesma data Cr$ ..... 62.473.268,20; as contas de regularização davam um total de Cr$ ..... 9.143.862,00 e as patrimoniais iam a Cr$ 283.329.795,00.

Segundo a demonstração de receita e despesa verificamos os resultados econômicos do semestre. A coluna da receita acusa um total de Cr$ .... 117.200.686,30, superior, por conseguinte, ao apurado no primeiro semestre e que fôra de Cr$ ..... 112.208.027,50. Podemos resumir da seguinte forma a receita:

	Cr$
0Receita Financeira.....	109.271.627,3
Receita Administrativa...	2.174.758,30
Renda Patrimonial.....	1.506.652,50
Receita Extraordinária....	2.458.905,60
Receita de Exercìcios Anteriores.....	1.788.742,60

Passando à coluna da despesa verificamos que esta atingiu a Cr$ 96.080.170,60, registrando-se um resultado econômico, no semestre, de Cr$ 21.120.515,70. Decompondo a despesa, da mesma sorte por que o fizemos com a receita, encontramos:

	Cr$
Despesa Financeira.....	58.378.282,80
Despesa Administrativa....	36.808.057,00
Despesa Patrimonial.....	370.177,10
Despesa Extraordinária...	359.406,60
Despesa de Exercìcios Anteriores.....	164.247,10
RESULTADO ECONÔMICO...	21.120.515,70

E' interessante adiantar aqui um outro registro: tendo uma despesa dêsse vulto, para atender às necessidades do volume de operações registradas no seu Balanço, tôda a parte do "pessoal", na Despesa, não foi no semestre além de Cr$ 30.145.778,80, aí compreendidos os ativos e inativos, adicionais, auxílios, funções gratificadas, representação de gabinete, salário família, etc. Corresponde, esta verba, a cêrca de um quarto da despesa total conforme a discriminação acima.

E' sempre com o maior interêsse que compulsamos, cada semestre, o Balanço Geral e a Demonstração da Receita e da Despesa da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, onde encontramos sempre refletidos os sintomas mais positivos da nossa evolução econômica, sobretudo naqueles aspectos que traduzem uma constante compreensão popular, tão necessária sobretudo agora, para o bom desenvolvimento da política financeira que vem sendo praticada pelo govêrno federal.

BANCO DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL S/A

CARTA PATENTE N. 314, DE 30-11-45 —):(— SEDE: RUA DA QUITANDA, 129 — RIO DE JANEIRO (D. F.)

BALANCETE EM 31 DE JANEIRO DE 1948

ATIVO

	Cr$	Cr$	Cr$
A — DISPONÍVEL			
CAIXA			
Em moeda corrente		7.487.124,20	
Em depósito no Banco do Brasil		51.342.573,60	
Em depósito a ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito		7.741.321,70	
Em outras espécies		1.402.904,80	
			67.973.924,30
B — REALIZÁVEL			
Letras do Tesouro Nacional		4.151.000,00	
Empréstimos em c/corrente:			
a prazo médio	50.915.369,00		
a prazo curto	44.442.793,90		
	95.358.162,90		
Empréstimos hipotecários	83.219.390,20		
Títulos descontados	179.382.487,50		
	357.960.040,60		
Agências no País	15.016,10		
Correspondentes no País	377.110,90		
Capital a realizar	2.911.040,00		
Outros Créditos	1.393.708,80	362.656.916,40	
IMÓVEIS			
Prometidos à venda	3.773.290,60		
Outros Imóveis	575.600,00	4.348.890,60	
Títulos e valores mobiliários			
Ações e debêntures		100.000,00	
Outros valores		2.812.957,00	347.069.764,00
C — IMOBILIZADO			
Edifícios de uso do Banco	16.637.656,30		
Móveis e Utensílios	2.571.796,70		
Material de expediente	251.095,60		
Instalações	3.173.338,80		22.633.887,40
D — RESULTADOS PENDENTES			
Juros e descontos	1.027.893,20		
Impostos	117.938,40		
Despesas Gerais	617.417,40		1.817.249,00
E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Valores em garantia		280.160.619,70	
Valores em custódia			
Outras contas		16.083.415,10	296.244.034,80
			762.738.859,50

PASSIVO

	Cr$	Cr$	Cr$
F — NÃO EXIGÍVEL			
Capital		100.000.000.00	
Fundo de Reserva legal		611.509,40	
Fundo de Previsão		2.811.509,40	
Outras reservas		307.700,00	103.730.718,90
G — EXIGÍVEL			
DEPÓSITOS:			
Á vista e a curto prazo:			
De poderes públicos	150.050.813,40		
De autarquias	2.783.500,30		
Em c/c sem limite	38.642.416,40		
Em c/c limitadas	15.537.375,70		
Em c/c populares	691.573,80		
Em c/c sem juros	25.952,20		
Outros depósitos	298.304,90	208.029.936,70	
Á PRAZO:			
De poderes públicos	63.868.475,00		
De diversos:			
A prazo fixo	5.676.156,30		
De aviso prévio	279.713,50	69.824.344,80	277.854.182,50
OUTRAS RESPONSABILIDADES:			
Obrigações diversas:			
Prefeitura do Distrito Federal conta a prazo longo (crédito rural)	30.000.000,00		
Outras obrigações	4.000.000,00		
	34.000.000,00		
Letras a pagar	4.742.666,70		
Letras hipotecárias em circulação	38.199.000,00		
Correspondentes no País	501.582,70		
Ordens de pagamento e outros créditos	1.092.555,50		
Dividendos a pagar	321.350,40		78.857.155,30
H — RESULTADOS PENDENTES			
Contas de resultados			6.052.669,00
I — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Depositantes de valores em garantia e em custódia		280.160.619,70	
Outras contas		16.083.415,10	296.244.034,80
			762.738.859,50

HENRIQUE DE TOLEDO DODSWORTH
Diretor-Presidente

ANTENOR DOS SANTOS FAGUNDES
Contador — Reg. 39.832 DNIC e 30.133 DEC

A ERVA-MATE JÁ FOI INGREDIENTE DE FEITIÇARIA

Francisco Leite

O FOLCLORISTA Júlio Vignola Mansilla realizou curiosas pesquisas em tôrno da erva-mate, a "caá" dos guaranís, e descobriu que a sua infusão se prestou a terríveis bruxarias, fazendo tremer, por muitos anos, não apenas os paraguaios, mas inúmeros mateadores das regiões platinas.

E' que a obra de S. Tomé, ou S. Tomás, com descobrir as virtudes terapêuticas do mate, recomendando-lhe a infusão para cura de tôdas as pestes, foi desde logo perseguida pelo demônio... Notando que a erva curava os enfermos e lhes proporcionava longa vida, o diabo se encheu de despeito e entrou de profanar a bebida sagrada, impregnando-a de fluidos maléficos. Quem a tomava, descuidadamente, acabava entregando a alma ao diabo. Outras plantas, outras ervas, como a coca, a chicha, o tabaco, serviam de veículo às artimanhas do capeta. Nesse número foi incluída a "caá", que até então vinha operando milagres.

Já eram muitos os transviados, os que assumiram, sem o imaginar, um pacto com o demônio.

Mas, como há recurso para todos os males, e o veneno se cura com outro veneno, ou com simpatias, não tardou que um feiticeiro revelasse os malefícios da erva, indicando os meios de neutralizá-los.

A mandinga não lograria seus intuitos, desde que o tomador de mate executasse uma simples manobra, que constituía apenas em dar duas chupadas na bomba, ou mesmo num vasilhame, jogando duas golfadas da infusão, sendo uma por sôbre o ombro direito, e outra por sôbre o ombro esquerdo. Feita esta cerimônia, estava a erva livre de todo e qualquer fluido capcioso.

Conta-se que, até hoje, há, entre os mateadores do alto Paraguai, os que, antes de sorver a infusão, executam o antigo gesto guaraní, varrendo assim qualquer dúvida...

E, com isso, o diabo perdeu a partida.

Hoje, o mate é uma bebida que ganha fama, despido completamente dos fluidos diabólicos. A "caá" dos humildes guaranís abriu clareira nas florestas, invadiu os pampas, os platôs, os galpões dos tropeiros, e veio, triunfante, conquistando vilas, cidades, países...

E' bebida de pobre e é bebida de ricos. E' uma infusão verdadeiramente democrática, porque não estabelece distinção entre religiões, classes ou povos. E' antes, e acima de tudo, uma bebida essencialmente americana. Tomada sob a forma de chimarrão, ou mate-amargo, une os convivas, pela confiança que grangeia, quando a cúia anda de mão em mão, e a bombilha de bôca em bôca. Nos salões aristocráticos, impõe os seus predicados, fazendo o arredor trescalar de um puríssimo aroma, ao mesmo tempo que agrada o paladar dos que levam aos lábios a chávena que contém a sua infusão, em forma de chá.

Nos restaurantes e bares, nos dias de calor, é o chope-mate um dos mais saudáveis refrigerenates, pois é uma infusão de um belo colorido, de um gôsto capitoso, sem que contenha nenhuma tintura, nenhuma essência, nenhum gás, além do sumo natural das fôlhas da erva-mate.

Após conquistar a selva, triunfando das perseguições de Satanaz, o mate vai, hoje, caminho da América do Norte e da Europa, certo da sua vitória mundial.

Não só os homens seguem a sua predestinação.

Instituto do Açúcar e do Álcool

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31-12-1947

DÉBITO

I — DESPESA ESTATUTÁRIA	Cr$	Cr$	Cr$
1 — Fiscalização Tributária..		5.124.350,40	
— Encargos Estatutários...			
a — Fundo de Assistência ás Associaçõês dos Plantadores de Cana.....	472.813,80		
b — Fundo de Assistência Social ao Trabalhador Rural.....	1.891.255,20		
c — Fundo de Assistência Financeira aos Plantadores de cana.....	2.364.068,90		
d — Auxílio para combate á Cigarrinha da Cana em Sergipe.....	750.000,00		
e — Bonificação aos Produtores de Açúcar de Usina.....	338.651,00		
f — Fundo de Bonificação aos Produtores de Alcool.....	16.895.164,80		
g — Despesas de Estampilhas da Caixa de Alcool.....	9.961,70		
h — Despesas Reajustamento Quota do Distrito Federal.....	30.023.204,50		
i — Diferença de preço pela entrega de Alcool Anidro.....	7.381.811,10		
j — Subvenção do Instituto Nacional de Tecnólogia.....	100.000,00		
k — Subvenção às Estações Experimentais de Campos e Curado...	550.000,00		
l — Subvenção ao Instituto de Quimica de Sergipe.....	50.000,00		
m— Fretes de Alcool Anidro	3.840.674,60		
n — Retorno e outras despesas de Alcool Anidro.	908.984,90	67.576.590,50	72.701.140,90
II — DESPESAS PATRIMONIAIS			
1 — Edifício Taquara.....			275.865,80
III — DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
1 — Administração Central..		12.695.645,50	
2 — D.R. Maceió.....		525.886.80,	
3 — D.R. Salvador.....		349.044,90	
4 — D.R. em Campos.....		440.468,90	
5—D.R.em Belo Horizonte.		292.525,60	
6 — D.R. em João Pessoa...		357.482,30	
7 — D.R. em Recife.....		973.491,20	
8 — D.R. em São Paulo.....		736.563,30	
9 — D.R. em Aracajú.....		288.558,00	
10 — Procuradoria Reg. em Maceió.....		118.868,20	
11 — Procuradoria Reg. em Salvador.....		120.465,60	
12 — Procuradoria Reg. em Campos.....		176.436,50	
13 — Procuradoria Reg. em Belo Horizonte.....		105.735,30	
14 — Procuradoria Reg. em João Pessoa.....		20.701,80	
15 — Procuradoria Reg. em Recife.....		125.655,10	
16 — Procuradoria Reg. em São Paulo.....		124.861,70	
17 — Procuradoria Reg. em Aracajú.....		26.421,90	
18 — Sub-Inp. Técnica em Maceió.....		42.370,00	
19 — Insp. Técnica Industrial do Norte.....		29.996,20	
20 — Insp. Técnica Industrial do Sul.....		119.073,90	
21 — Armazens de Maceió...		10.800,00	27.933.052,70
IV — DESPESAS DIVERSAS			
1 — Juros do Empréstimo do Banco do Brasil...			6.071.115,10
V — DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS			
1 — Diversas.....			3.481.416,04
VI — DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			
1 — Diversas.....			1.259.026,87
VII — DESPESAS SERVIÇOS ANEXOS			
1 — Serviço do Alcool Motor.....		13.548.214,60	
2 — Distilarias Centrais			
a — C.D. "Presidente Vargas".....	7.936.912,00		
b — D.C. Estado do Rio de Janeiro.....	8.714.022,80		
c — D.C. Santo Amaro..	1.407.410,80		
d — D.C. de Ubirama.....	269.504,99		
e — D.C. de Ponte Nova....	141.477,00		
D.C. de Morretes.....	46.365,70	18.513.693,29	
3 — Serviço de Publicidade..		1.996.870,40	
4 — Serviço de Restaurante.		844.092,80	34.904.871,09
VIII — MUTAÇÕES PATRIMONIAIS			
1 — Aumento de Instalações		1.133.720,00	
2 — Aquisição de Moveis e Utensílios.....		417.007,90	
3 — Aquisição de Maquinismos e instalações.....		259.582,80	
4 — Aquisição de Aparelhos para Laboratórios.....		94.360,60	
5 — Aquisição de Aparelhos para Ambulatório.....		20.000,00	
6 — Aqusição de Veículos e Flutuantes.....		175.494,00	
7 — Aquisição de Material Rodante.....		209.671,90	
8 — Aquisição de livros....		24.051,20	
9 — Aquisição de Material de consumo.....		2.332.187,80	
10 — Aqusisição de Material de Transformação.....		48.031.125,70	
11 — Aquisição de Material de Venda.....		379.472.282,80	
12 — Empréstimos Concedidos.....		137.177.782,77	
13 — Amortização da Conta Rotativa do Banco do Brasil.....		316.765.9..,60	
14 — Financiamento Realizados.....		4.771.642,90	890.884.822,57
15 — Variações Patrimoniais.			179.556,70
IX — RESERVAS DIVERSAS			
1 — Reserva Patrimonial Geral			
a — Resultado Liquído do Exercício.....			23.425.385,51
			1.051.116.253,28

Instituto do Açúcar e do Álcool

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31-12-1947

CRÉDITO

	Cr$	Cr$	Cr$
I — RECEITA ESTATUTÁRIA			
1 — Ordinária			
a — Taxa s/Açúcar de Usina	55.580.610,00		
b — Taxa s/Açúcar de Engenho	2.491.941,30		
c — Taxa s/Açúcar Beneficiado	45.000,00	58.117.551,30	
2 — Com Aplicação Especial			
a — Taxas s/Fornecimento de canas	4.731.453,60		
b — Taxa s/Alcool	31.036.597,10		
c — Sobre-taxa — Quota — Distrito Federal	20.507.735,50	56.275.786,20	114.393.337,50
II — RECEITA PATRIMONIAL			
1 — Aluguéis de Imóveis		703.453,30	
2 — Juros Bancários		1.253.662,50	
3 — Dividendos		513.936,00	
4 — Juros de Capitais Aplicados		6.913.930,01	9.384.981,81
III — RECEITA EXTRAORDINÁRIA			
1 — Multas		89.768,10	
2 — Outras Receitas Extraordinárias		1.831.719,20	1.921.487,50
IV — RECEITAS DOS SERVICOS ANEXOS			
1 — Serviço do Alcool Motor			10.911.188,20
2 — Destilarias Centrais			
a — Distilaria Central "Presidente Vargas	9.089.570,40		
b — Dist. Central do Est. do Rio de Janeiro	8.936.002,50		
c — Distilaria Central de Santo Amaro	155.079,60	18.180.652,50	
3 — Serviço de Publicidade		1.996.870,40	
4 — Serviço de Restaurante		401.229,70	31.489.940,80
V — RECEITA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			
1 — Receitas Diversas			3.041.683,30
VI — MUTAÇÕES PATRIMONIAIS			
1 — Alineações Patrimoniais		432.385.429,83	
2 — Amortização da Conta Rotativa do Banco do Brasil		368.833.772,60	
3 — Amortização de Empréstimos, Adiantamentos e Financiamentos		53.101.824,06	854.321.026,46
4 — Saldo de Efeitos do Exercício Financeiro			36.563.796,08
			1.051.116.253,28

RESULTADÕ DO EXERCÍCIO EM 1947

ATIVO

	Cr$	Cr$	Cr$
1 — BENS FISÍCOS			
1 — Bens para o Próprio Funcionamento			
1 — Biblioteca	225.768,80		
2 — Secção do Alcool Motor	8.007.576,17		
3 — Distilarias Centrais	109.469.704,60		
4 — Edifício Taquara	4.720.055,50		
5 — Laboratórios	290.118,80		
6 — Móveis e Utensílios	3.857.457,10	126.570.680,97	
2 — Bens de Consumo e Transformação			
1 — Almoxarifado	1.562.000,87		
2 — Matéria Prima	4.841.733,20		
3 — Material de Escritório	681.991,10	7.085.725,17	
2 — Bens para Venda ou Alineação			
1 — Açúcar para Retrovenda	274.651.260,00		
2 — Livros e Boletins Estatísticos	843.521,20		
3 — Materiais Diversos	1.510.870,90		
4 — Produtos Elaborados	678.078,62	277.683.730,72	411.340.136,86
2 — BENS INTANGÍVEIS			
1 — Bens para o Próprio Funcionamento			
1 — Patentes (Sessão Patentes)			3.587.800,00
3 — BENS MOBILIÁRIOS			
1 — Títulos para Renda			
1 — Títulos e Ações			10.707.000,00
4 — CAIXAS E BANCOS			
1 — Caixa da Sede	219.559,00		
2 — Caixa das Delegacias Regionais	49.299,70		
3 — Caixa das Distilarias Centrais	79.011,60	347.870,30	
4 — Banco do Brasil — Sede	35.143.634,80		
5 — Banco do Brasil — Delegacias	15.065.303,20		
6 — Banco do Brasil — Distilarias	384.964,20	50.593.902,20	50.941.772,50
5 — DEVEDORES			
1 — Operações de Funcionamento			
1 — Contas Correntes	26.712.712,22		
2 — Diversos Responsáveis	639.897,70		
3 — Dívida Ativa	1.315.885,20	28.668.495,12	
2 — Operações de Financiamento			
1 — Adiantamentos	2.632.423,80		
2 — Caixa de Empréstimos a Funcionários	528.935,70		
3 — Empréstimos	113.083.854,99		
4 — Financiamentos	93.001.281,40	209.246.499,89	237.914.995,01
6 — CONTAS DE TRANSIÇÃO			
1 — Pagamentos a Classificar		208.652,60	
2 — Movimento de Fundos		10.373.157,20	10.581.809,80

Instituto do Açúcar e do Álcool

RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 1947

ATIVO

7 — CONTAS DE DESPESAS DIFERIDAS			
1 — Açúcar para Retrovenvenda — Safra 1947/48		283.426.950,00	
2 — Financiamento do Bco. do Brasil — Safra 1947 1948		8.775.690,00	
3 — Aquisição de Alcool Anidro — Safra 1947/1948		38.557.496,90	
4 — Aquisição de Alcool Potável — Safra 1947/48.		256.716,50	
5 — Diferença de Preço s/ Alcool Anidro — Safra 1947/48		6.651.610,60	
6 — Estampilhas Aplicadas em G. de Alcool — Safra 1947/48		5.476,90	
7 — Fretes Sobre Alcool — Safra 1947/48		5.120.014,50	
8 — Outras Despesas da Caixa do Alcool — Safra 1947/48		89.467,30	
9 — Juros Passivos		1.340.724,90	
10 — Seguros		26.433,00	344.250.580,00
8 — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
1 — Contas de Ordem			
1 — Banco do Brasil — C/ Caução de Açúcar		274.659.260,00	
2 — Banco do Brasil — C/ Créditos		25.348.740,00	
3 — Cessionários de Tantanques de álcool		160.221,50	
4 — Depositários de Penhor Mercantil		6.000.000,00	
5 — Depositários de Títulos e Valores		2.001,00	
6 — Títulos e Valores em Penhor		84.994.295,40	
7 — Valores Caucionados		139.361,00	
8 — Valores em Hipoteca		35.144,012,80	
9 — Depositários de Títulos em Garantia		2.312.850,00	428.752.741,70
			1.498.076.836,47

RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 1947

PASSIVO

	Cr$	Cr$	Cr$
1 — PATRIMÔNIO			
1 — Reserva Patrimonial Geral		137.603.206,31	
2 — Reserva Patrimoniais Especiais			
1 — Reserva de Alcool Motor		8.741.493,31	147.344.699,62
2 — RESERVA ESPECIAIS			
1 — Reserva para Substituições		12.018.000,20	
2 — Reserva para Depreciações		5.489.132,20	17.507.132,40
2 — FUNDOS ESPECIAIS			
1 — Fundo Assistência Social		6.983.883,90	
2 — Fundo Assistência ás Associações de Classe e Plantação de Cana		460.957,00	
3 — Fundo de Donativos		1.525.968,05	
4 — Fundo de Bonificações.		51.780.950,70	
5 — Fundo de Assistência Financeira		1.393.266,90	
6 — Fundo de Beneficência dos Servidores do Instituto		345.807,60	
7 — Fundo de Reserva da Caixa do Alcool		5.478.040,00	
8 — Fundo do Propaganda.		450.175,50	
9 — Fundo de Indenizações e Multas		56.544,70	68.475.594,35
4 — RESERVA DE PREVISÃO			152.772.422,15
5 — CREDORES			
1 — Operações de Funcionamento			
1 — Contas Correntes	13.094.861,89		
2 — Vales Emitidos s/Alcool Motor	464.534,81		
3 — Locação de Vagões Tanque	350.000,00	13.909.396,70	
2 — Operações de Financiamento			
1 — Banco do Brasil — C/ Financiamento		274.651.260,00	
3 — Depósitos e Cauções Dinheiro			
1 — Credores de Depósitos.		6.893.731,25	295.454.387,95
6 — CONTAS DE TRANSIÇÃO			
1 — Recebimentos a Classificar		1.198.988,20	
2 — Ordens de Pagamento.		863.764,20	
3 — Movimento de Fundos		2.320,00	2.065.072,40
7 — CONTAS DE RECEITAS DIFERIDAS			
Açúcar para Retrovenda — Safra 1947/48		8.775.690,00	
2 — Filtragem de Alcool Anidro — Safra 1947 1948		47.767,40	
3 — Financiamento do Banco do Brasil — Safra 1947/48		283.426.950,00	
4 — Juros Ativos — Safra 1948/47		8.700,70	
5 — Sobre-taxas — Safra 1947/48		13.026,00	
6 — Taxas s/Açúcar de Engenho — Safra 1947/48		63.915.50,	
7 — Taxa s/ Açúcar de Usina — Safra 1947/48		31.287.562,60	
8 — Taxas s/Alcool — Safra 1947/48		19.645.475,90	
9 — Taxa s/Fornecimento de Cana — Safra 1947/1948		2.226.056,40	
10 — Vendas de Alcool Anidro — Safra 1947/48		39.943.821,40	
11 — Vendas de Alcool Potavel — Safra 1947/48		265.820,00	386.704.785,90
8 — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
1 — Contas de Ordem			
1 — Caução de Açúcar		274.651.260,00	
2 — Contra Partidas do Banco do Brasil — C/ Créditos		25.348.740,00	
3 — Contra Partidas de Cessionários de Tanques de Alcool		160.221,50	
4 — Penhor Mercantil		90.994.295,40	
5 — Contra Partidas de Depositários de Títulos em Garantias		2.3.2.850,00	
6 — Depositantes de Títulos e Valores		141.362,00	
7 — Outorgantes de Hipoteca		35.144.012,80	428.752.741,70
			1.498.076.836,47

Observações à Margem do Balanço

RECEITA E DESPESA ORÇADA E REALIZADAS

A receita do Instituto para o exercício de 1947 foi estimada em Cr$ 437.615.957,00, assim discriminada:

Efetiva	Cr$	210.299.189,00
Mutação patrimonial	Cr$	227.316.788,00

A despesa para o mesmo exercício foi orçada em Cr$ 1.130.720.697,21, composta de duas partes:

Efetiva	Cr$	206.479.977,20
Mutação patrimonial	Cr$	924.240.714,00

A execução do orçamento apresentou o seguinte resultado:

Receita

a) Efetiva	Cr$	160.231.430,71
b) Mutação patrimonial	Cr$	854.321.026,49
TOTAL	Cr$	1.014.552.457,20

Despesa

a) Efetiva	Cr$	136.626.488,50
b) Mutação patrimonial	Cr$	890.884.822,57
TOTAL	Cr$	**1.027.511.311,07**

A receita efetiva, no exercício de 1947, foi de Cr$ 160.231.430,70 contra uma despesa efetiva de Cr$ 136.626.488,50, resultando, assim, um saldo econômico de Cr$ 23.604.942,21.

A receita de mutação patrimonial, atingiu a Cr$ 854.231.026,49, contra uma despesa de Cr$ 890.884.222.57 sendo a diferença resultante de Cr$ 36.563.796,08, o deficit financeiro apurado, como consequência do maior financiamento feito a produção.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

A demonstração do Resultado do Exercício de 1947 revela que foram incorporados às reservas patrimoniais do Instituto Cr$23.425.385.51 como Saldo do Exercício.

As receitas obedecm aos seguintes agrupamentos:

Receita Estatutária
Receita Patrimonial
Receita Extraordinária
Receita de Serviços Anexos
Receita de Exercícios Anteriores

As Receitas Estatutárias se dividem em dois grandes grupos: Receita Ordinária e Receita com Aplicação Especial.

O primeiro grupo compreende: Taxa sobre Açúcar de Usina, Taxa sobre Açúcar de Engenho e Taxa sôbre Açûcar beneficiado.

O segundo grupo abrange: Taxa sôbre Fornecimento de Canas, Taxa sôbre Alcool e Sobretaxa para Compensação de Preço no Distrito Federal.

No grupo de Receita com Aplicação Especial encontra-se a Sobretaxa para Quota do Distrito Federal com uma arrecadação de Cr$ 20.507.735,50, enquanto que a despesa com essa quota foi de Cr$ 30.023.204,50, ou seja mais Cr$, 9.515.469,00 do que a arrecadação, o que veio alterar o Resultado Final do Exercício.

Esse fato se verificou por força da Portaria n. 12, de 3/2/47, do Ministério do Trabalho, e de Resolução da Comissão Executiva, que suspendeu o sistema de subsidio para o açúcar consumido no Distrito Federal e, também, a cobrança de sobretaxa com que o I.A.A. fazia face a esse subsidio.

Não fosse essa circunstância, que alterou profundamente o resultado do exercício de 1947, ter-se-iam incorporado às reservas do Instituto Cr$ 32.940.854,51 como saldo liquido do exercício ao invés de, apenas, Cr$ 23.425.385,51.

Merecem ser assinalados os resultados financeiros das Distilarias do Instituto.

A Distilaria Central "Presidente Vargas" realizou uma Receita de Cr$ 9.089.570,40 contra uma Despesa de Cr$ 7.936.912.00, o que nos dá um saldo de Cr$ 1.152.658,40. sendo de notar que na despesa é indicada a importância de Cr$ 612.172,90 para Depreciações e Provisões, que foi levada à Reserva para Substituições.

A Distilaria Central do Estado do Rio de Janeiro, para uma receita de Cr$ 8.936.002,50, realizou uma despesa de Cr$ 8.704.022,80, incluindo nesta uma parcela de Cr$ 554.583,50, levada à Reserva para Substituições.

COMO SE CONSTITUIU A DESPESA EFETIVA

No Capitulo das Despesas Efetivas, que se elevou a Cr$ 136.626.488,50, verifica-se a seguinte situação:

Pessoal	Cr$	22.087.126,90 —	16,17%
Material	Cr$	3.947.041,69 —	2,88%
Serviços de Terceiros	Cr$	5.728.573,40 —	4,20%
Encargos Diversos	Cr$	13.842.951,71 —	10,13%
Aquisição de Material de Transformação ou venda	Cr$	21.608.894,20 —	15,81%
Encargas Estatutários	Cr$	67.576.590,50 —	49,46%
Fundo Reserva p/Depreciações e Substituições	Cr$	1.835.310,10 —	1,35%
	Cr$	**136.626.488,50** —	**100,00%**

Os Encargos Estatutários que constituem atribuições especificas do Instituto, como orgão de defesa da economia açucareira, se distribuem pelas seguintes parcelas:

	Cr$
1. Fundo de Assistência a Ass. de Plantadores de Cana	472.813,80
2. Fundo de Ass. aos Trabalhadores Rurais	1.891.255,20
3. Fundo de Ass. Financeira aos Plantadores de Cana	2.364.068,00
4. Combate as Pragas	750.000,00
5. Bonificação aos Plantadores de Açúcar e de Alcool	17.233.815,80
6. Despesas com Alcool anidro	14.141.432,30
7. Subsídio para a quota de consumo do Distrito Federal	30.023.204,50
8. Subvenções às estações experimentais de cana, ao Instituto de Tecnologia e ao Instituto de Química	700.000,00

A comparação da despesa do Pessoal com a receita ordinária do I.A.A., em 1947 revela que foram gastos 27,9%, eliminados os Serviços anexos.

A verba do pessoal durante o exercício de 1947 apresenta uma redução de despesa de Cr$ 4.625.000.00 em comparação com a do exercício de 1946.

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA À PRODUÇÃO

Da Receita Efetiva do Instituto, em 1947, foram empregados no amparo à produção 65,27%, ou sejam, Cr$ 89,185.484,70 .

Esse auxílio se traduziu, além da aquisição de melaço, álcool potavel e álcool anidro, em auxílio às Estações Experimentais de Cana de Curado e de Campos, auxílio no combate as pragas da cigarrinha e do carvão nos canaviais, no Nordeste e em São Paulo, bonificações aos produtores de açúcar e de álcool.

No financiamento de açúcar de usina e de engenho foram empregados recursos próprios do Instituto, num total de Cr$ 237.386.059,30: os financiamentos feitos com recursos do Banco do Brasil sob garantia do Instituto, ascendiam em 31 de Dezembro de 1947 a Cr$ 300.000.000,00.

Conquanto em 1945 o financiamento de açúcar com recursos do Banco do Brasil representassem — em comparação com o ano de 1944 — 121 (número índice) em 1946 1947, esse número índice se elevou a 304,8 463,8 ou seja nos anos de 1946 e 1947 quadruplicaram a warrantagem do açúcar.

Por outro lado, o financiamento com recurso próprio se traduz assim:

1945	118,4
1946	150,0
1947	266,2

Essas inversões redundaram na diminuição dos depósitos do Instituto, no Banco do Brasil que sofreram as seguintes variações:

1945	99,1
1946	83,5
1947	44,3

Os números índices acima não indicam apenas o vulto da assistência financeira prestada à produção que atingindo um nivel superior às necessidades do consumo interno, se viu a braços com as dificuldades existentes no comércio internacional, resultando, daí, a formação de grandes estoques nos Estados exportadores. Revelam também, como foi decisiva a cooperação do Banco do Brasil o que, atendendo as solicitações do Instituto ampliou o crédito até o limite capaz de assegurar a continuidade dos financiamento necessários à estabilidade da agro-indústria do açúcar.

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1947. — *Esperidião L. de Farias Junior*, Presidente. *Humberto da Costa Pinto*, Contador Geral.

PRODUTOS & MERCADOS

Produção Extrativa em Minas Gerais

Segundo recente divulgação promovida pelo Departamento Estadual de Estatística, verifica-se que a produção da indústria extrativa mineral do Estado de Minas Gerais, em 1936, *atingiu quase a* 1 *bilhão e* 200 *mil cruzeiros. Dados comparativos mostram mais que o ano anterior apresentou uma diferença de quase* 138 *milhões de cruzeiros para menos.*

Dentre os itens em que se verificaram aumento, está o cimento. A produção do Estado atingiu, no ano em apreço, 81.325 *toneladas, no valor global de Cr$* 46.708.469,00; *dessa produção, sòmente a Cidade Industrial, sita nas vizinhanças de Belo Horizonte, deu* 11.304 *toneladas. O restante da produção coube às fábricas situadas no município de Pratápolis.*

No setôr das águas minerais foi ponderável, também, o crescimento tanto do volume como do valor, atingindo a produção a 9.519.360 *litros e o valor total a Cr$* 29.256.100,00, *cada litro ao preço médio de Cr$* 3,07. *O município maior produtor foi o de São Lourenço, vindo a seguir Caxambu, Lambarí Cambuquira, Volta Grande, Poços de Caldas, Leopoldina e Ouro Fino.*

No que respeita ao ouro, porém, registrou-se apreciável declínio em relação a 1945, o mesmo acontecendo ao cristal de rocha.

Em 1945, o Estado de Minas Gerais produziu 5.462.338 gramas, avaliadas em Cr$ 120.743.128,00, atribuindo-se à unidade de grama o valor de Cr$ 23,75. O ano de 1946 ofereceu uma queda apreciável de produção, com menos 737.742 gramas, produzindo, portanto, ao todo 4.724.596 gramas. Embora o seu preço unitário fôsse de Cr$ 25,32, ou seja Cr$ 1,57 a mais por grama, a cifra global ainda foi menor do que a de 1945, atingindo o valor da produção de 1946 a Cr$ 119.653.689,00. O maior produtor do Estado foi o município de Nova Lima, sede da "The Saint John d'el-Rey Mining Company", com um rendimento de 3.996.612 gramas, no ano de 1946, avaliadas em Cr$ 102.082.678,00, saindo a grama a Cr$ 25,54. O segundo produtor de ouro foi o município de Mariana, com 325.558 gramas; depois São João del-Rei, 80.000; Cons. Lafaiete, ... 77.000; Barra Longa, 60.000; Caeté, ... 40.418; Conceição do Mato Dentro, 40.000; João Ribeiro, 16.000 e Minas Novas, 14.000. Os restantes municípios produtores ofereceram resultados inferiores a 10 mil gramas.

O cristal de rocha, que foi durante a última guerra uma das matérias primas mais cobiçadas, alcançando elevados preços no mercado de exportação, vem sofrendo baixas consideráveis no período de paz. Em 1945 foram extraidos nêste Estado 306.062 quilos, para apenas 80.628 em 1946, ou seja uma diferença de 225.434 quilos. O seu valor global em 1945 foi de Cr$ 23.851.086,00; no ano de 1946 atingiu apenas Cr$ 12.010.170,00. Não obstante, o seu preço unitário continua ascendente; enquanto custava o quilo Cr$ 77,92, no ano de 1945, o seu preço subiu para Cr$ 118,95, no ano de 1946. Presentemente o maior produtor do Estado é o município de Sete Lagoas, com 20.000 quilos, seguindo-se Buenópolis, com 19.000; Teófilo Otoni, 13.085; Grão Mogol, 10.280. Os demais municípios exportadores de cristal de rocha apresentam resultados muito reduzidos.



TRIGO E ARROZ

O SENADOR Mário de Andrade Ramos apresentou na Câmara Alta um projeto visando a mistura do trigo com o arroz. Ao chegar à Mesa o projeto contávamos com um excedente exportável do produto o mais apreciável, pois que podia servir para o fim do projeto já que não lograra colocação no exterior. Resolvia-se dessa forma dois problemas básicos: atenuava-se a carência de trigo, e havia colocação para o produto nacional retido. Entretanto as carências de gêneros alimentícios no mundo continuam a ser as mais vivas. Dessa sorte o arroz que demorava no Rio Grande sem possibilidades de embarque para o exterior contou com um comprador de última hora: a Inglaterra.

Efetivamente o pão de trigo misto de arroz é talvez o que apresenta melhores condições de paladar. E por outro lado o trigo não desfalcará tanto as nossas divisas. Teremos assim disponibilidades e reservas no exterior para outros bens cuja necessidade é patente.

O arroz brasileiro tem se encaminhado, em tôdas as suas sobras para exportação para a Inglaterra. Agora resta saber se estas últimas vendas estão sendo feitas em libras arbitráveis. A Inglaterra as possui e as gasta avaramente, só em último caso. Mas arroz é comida, e o mundo hoje luta com falta de víveres. Podemos portanto fazer êsse vantajoso negócio, ao invés da venda contra libras bloqueadas

◆

CULTURA DA CEVADA NO BRASIL

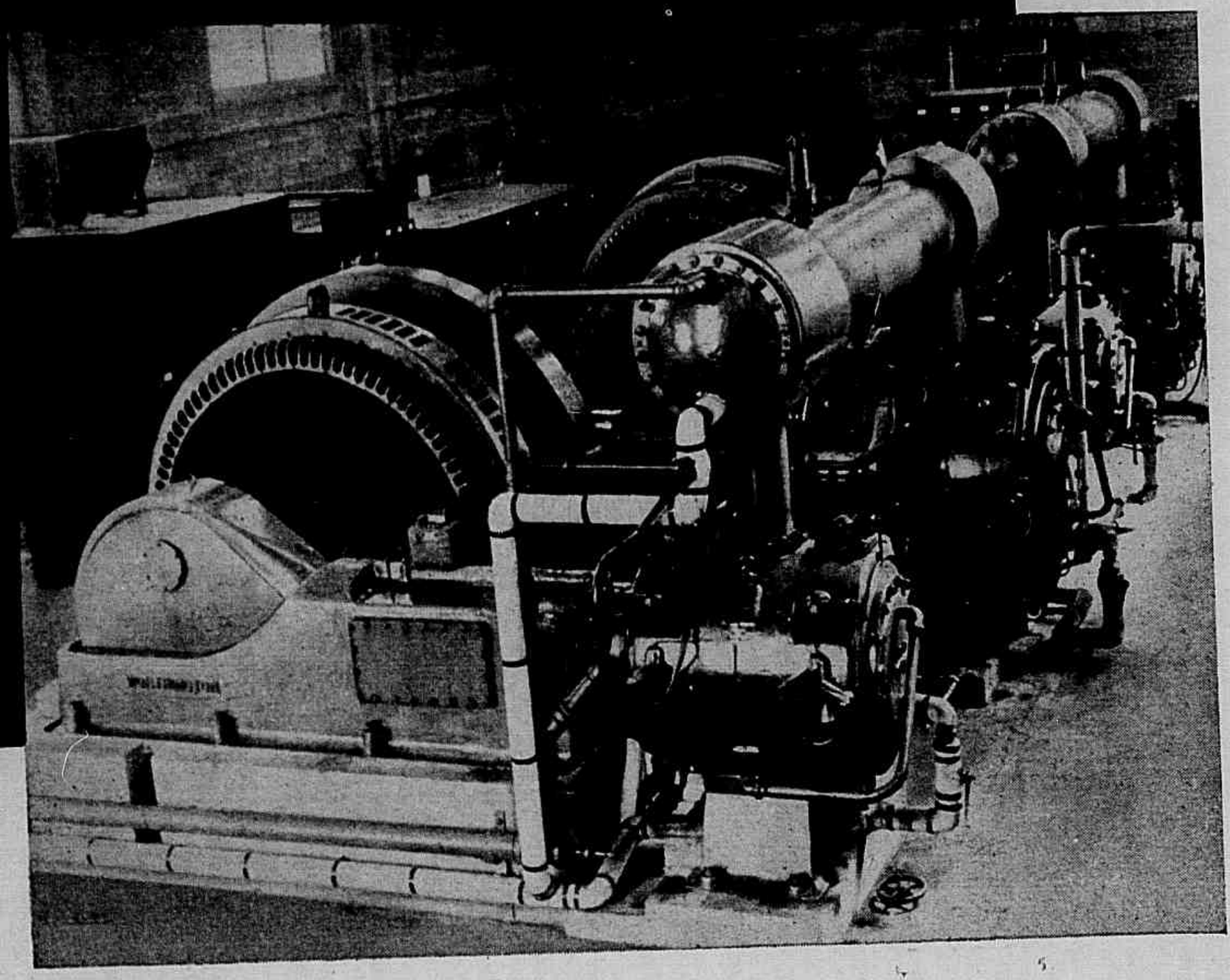
UM produto indispensável à indústria de cervejaria é o malte ou grão de cevada germinada, cuja importação pelo nosso país vem crescendo em escala muito maior do que as do lúpulo. Antes da guerra de 1914 todos os países da América Latina importavam o malte da Europa. Durante essa guerra o Chile e a Argentina iniciaram o seu cultivo. No Brasil o início das culturas é recente, data de 1932. Mesmo assim no ano de 1947 já produzimos 31.027 toneladas de cevada.

◆

RESERVAS DE CARVÃO NA CHINA

SEGUNDO um levantamento feito pela ONU por um dos seus departamentos especializados, as reservas de carvão na China montam a circa 250 bilhões de toneladas. Neste ponto aquêle país não pôde, até hoje, explorar tamanha riqueza em potencial. Entretanto essas reservas são de tal importância, que dão à China o quarto lugar no tocante às reservas de carvão.

REDUZA as despêsas com os compressores



ALGOL e URSA OILS satifazem às exigências de cada tipo e tamanho de compressor de ar... não formam carvão duro, e assim asseguram o perfeito funcionamento das válvulas, aberturas e canalisações.

Os seus compressores renderão o máximo durante centenas de horas extras entre cada revisão— exigirão menos reparos e ajuste—quando lubrificado com TEXACO ALCAID, ALGOL ou URSA OIL. TEXACO ALCAID,

Mais de 30 anos a serviço do Brasil

TEXACO

MARCA REG.

TEXACO Lubrificantes

PARA COMPRESSORES DE AR

OBSERVAÇÕES FINANCEIRAS

Os Orçamentos das Autarquias

O Ministro da Fazenda no Brasil responde pelos encargos da política financeira do país. Desta as faces mais importantes ,são sem dúvida as que se referem as contas da União, à execução orçamentária e ao meio-circulante. E' preciso acentuar que predominam ainda sinais do desajustamento antigo, e muito há ainda que conseguir, no tocante à alçada do titular daquela pasta, a fim de que de fato exerça o mesmo todos os encargos que são nìtidamente de sua competência. Nêsse particular sobressai pelo seu relevo o caso dos orçamentos das autarquias.

As condições de unidade e universalidade do nosso orçamento, embora sejam apregoadas constantemente, não existem. E aí reside um dos pontos capitais da impossibilidade de fixar-se de pronto a nossa exáta posição financeira. Efetiva-se, através de uma política salutar, uma recuperação, mas esta se restringe apenas ao setôr do Tesouro, já que o titular da nossa pasta das Finanças não pôde estabelecer ainda uma norma de orientação que se estenda até as entidades para-estatais. Convém salientar que o sentido de "autarquia", grangeou na aplicação brasileira um grau de autonomia sem parelhas. As entidades autárquicas possuem um processo de livre iniciativa e não se subordinam, no plano de execução financeira, ao Ministério da Fazenda. Essa situação é mais viva se atentarmos que as mesmas não participam sequer do balanço geral da União. E isso em organismos cujos orçamentos equivalem a 50% da nossa lei de meios. E' preciso salientar que só os institutos de assistência e previdência social contam rendas que representam 6% aproximadamente da parte da renda nacional advinda dos rendimentos de serviços no país.

O texto constitucional referindo-se explìcitamente ao "orçamento uno de todos os serviços públicos" oferece, claramente a norma a registar. Entre os quatro tipos de organismos adotados pelo Estado, quais sejam: as repartições ministeriais, as autarquias e as sociedades de economia mista e ainda as fundações, só os primeiros participam do orçamento.

BANCO FINANCIAL NOVO MUNDO S. A

END. TEL. "MUNBANCO"

MATRIZ:
71 — Rua do Ouvidor — 78
Fone 28-5911 — Caixa Postal 919
Rio de Janeiro

AGENCIA:
Rua Figueredo Magalhãse, 22
Telefone 47-3836
Copacabana

AGENCIA:
Rua 15 de Novembro, 142
Telefone 4084
Santos

FILIAL:
37 — Rua João Bicola — 37
Fone 2-6121 — Caixa Postal 159-B
São Paulo

CARTA PATENTE N./ 1235

BALANCETE EM 31 DE DEZEMBRO DE 1948

(COMPREENDENDO MATRIZ E AGÊNCIAS)

ATIVO				PASSIVO			
DISPONIVEL		Cr$		NÃO EXIGÍVEL		Cr$	
Caixa:				Capital		60.000.000,00	
Em moeda corrente no Banco		49.661.409,10		Fundo de reserva legal		4.606.725,75	
No Banco do Brasil S/A		62.275.778,10		Fundo de previsão		1.139.394,40	
Em depósito à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito		12.854.115,60	124.791.302,80	Outras reservas		5.737.666,69	71.483.786,84
REALIZÁVEL				EXIGÍVEL			
Empréstimos em c/correntes.	256.563.551,30			Depósitos:			
EmpréstimosHipotecários	7.908.386,70			À vista e a curto prazo:			
Títulos descontados	242.563.455,10			de Poderes Públicos	2.092.175,40		
Agências no País	56.853.8 8,39			de Autarquias	8.501.70,		
Correspondentes no País	7.711.278,70			em c/c sem limite	264.686.503,30		
Capital a realizar (Acionista)	14.969.000,00			em c/c limitadas	95.453.408,30		
Outros Créditos	7.903.065,30	594.472.555,49		em c/c sem juros	3.143.530,20		
				em c/c de aviso	34.656.467,30		
Imóveis		8.578.425,10		Outros depósitos	18.605.106,30	418.645.692,50	
Títulos e valores mobiliários:				A prazo:			
Apólices e obrigações fed. em dep. no Banco do Brasil S/A., à ordem da Sup. da Moeda e do Crédito	2.996.215,80			de Autarquias	9.560.206,80		
Ações e debêntures	50.000,00			de diversos a prazo fixo	165.324.927,30		
Outros Valores	5.026,00	3.051.241,80	606.102.222,39	de aviso prévio	22.828.297,40	197.713.431,50	
						616.359.124,00	
IMOBILIZADO				Outras responsabilidades:			
Edifícios de uso do Banco	28.517.211,10			Títulos redescontados			
Moveis e utensílios	2.622.448,05			Agências no País	59.099.196,40		
Instalações	2.323.112,00		33.462.771,15	Correspondentes no País	6.131.555,50		
RESULTADOS TENDENTES				Ordens de pagamento e outros créditos	3.753.207,70		
Juros e descontos	814.448,50			Dividendos a pagar	184.870,00	69.168.829,60	685.527.953,60
Impostos	44.963,70			RESULTADOS PENDENTES			
Despesas gerais	1.143.467,50		2.002.878,70	Contas de resultados			9.347.435,60
CONTAS DE COMPENSAÇÃO				CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Valores em garantia		329.954.651,60		Dep. de vals. em gar. em em custódia		395.062.575,50	
Valores em custódia		65.107.945,90		Dep. de tits. em cobrança no País		78.074.544,40	
Titulos a receber de c/alheia		78.074.544,40		Outras contas		373.888.719,77	847.025.839,67
Outras contas		373.888.719,77	847.025.839,67				
			1.613.385.015,71				**1.613.385.015.71**

Rio de Janeiro, 12 de Fevereiro de 1948 — José Maria Fernandes, Presidente, — Victor Fernandes Alonso, Vice-Presidente. — Domingos Fernandes Alonso, Adhemar Leite Ribeiro, Gumercindo Nobre Fernandes, Diretores. — Arthur de Castro, Gerente da Matriz. — José Emilio Martins, Contador — Reg. n.º 39.521.

OBSERVAÇÕES ECONÔMICAS

Fomento à Producão Algodoeira

Concluídos os estudos preliminares relacionados com a execução do programa de incentivo da cultura algodoeira, esboçado no Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, os funcionários da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais seguiram para Montes Claros e Curvelo a fim de instalarem as sedes do Serviço Especial do Fomento do Algodão no Norte e no Centro do Estado.

O novo órgão da Secretaria da Agricultura vai desenvolver proveitosa ação através de todo o Centro e Norte de Minas, abrangendo a totalidade dos municípios dessas regiões, os quais apresentam condições favoráveis a se tornarem grandes produtores de algodão. Serão mantidos campos de cooperação com os fazendeiros e campos de demonstração, visando a aperfeiçoar os processos de produção e incrementar o cultivo de novas variedades aconselháveis às duas regiões. Tôda assistência técnica e material ficará ao alcance dos lavradores, os quais poderão contar com a orientação de agrônomos e outros funcionários especializados, com o fornecimento de sementes e em colaboração no combate às pragas.

Em abril ou maio entrará em funcionamento o Serviço Especial do Algodão em Montes Claros e Curvelo, de maneira que muito antes do plantio, que se inicia em novembro, os agricultores estarão recebendo o incentivo e a assistência oficial.

Espera-se que na safra do ano agrícola de 48-49 seja bem mais elevada do que a anterior. O volume da produção no ano passado foi apenas de 6 milhões de quilos, o que evidencia o declínio da cultura algodoeira. Há dez anos atrás, a produção chegou a alcançar 17 milhões, o que possibilitou ampla exportação do excedente do nosso consumo. Ùltimamente, a indústria de tecelagem do Estado se viu na contingência de importar algodão do Norte do País e de São Paulo, o que vem concorrendo para onerar sensivelmente a produção de tecidos. Êsse inconveniente atingiu também a indústria de torta e óleo de algodão.

Além de dois agrônomos, oito técnicos agrícolas, quatorze capatazes, tratoristas e outros funcionários, as sedes do Serviço Especial do Fomento do Algodão em Curvelo e Montes Claros disporão imediatamente do seguinte equipamento: caminhonetes, tratores com bateria, arados com discos, arados de aivecas, grades de discos, extintores, perfuradores J. P., plantadeiras, cultivadeiras, baterias "Holder Voran" e pulverizadores costais. Estão sendo adquiridos também em grande quantidade arsênico, enxofre, arseniatos de cálcio ou chumbo e bisulfurêto de carbono, produtos químicos indispensáveis ao combate às pragas e a adubagem das culturas.

O Serviço Especial do Fomento do Algodão vai introduzir no norte e centro de Minas variedades de maior rendimento como a "Texas" e "Express" e procurará melhorar as que ali já são cultivadas como a "Rim de Boi" e "Crioulo".

Ficarão sujeitos à jurisdição da sede em Curvelo os municípios de Cordisburgo, Paraopeba, Sete Lagoas, Esmeraldas, Pequi, Pitangui, Pompeu, Corinto, Pirapora, Buenópolis e Bocaiuva.

A sede de Montes Claros estenderá a sua ação através dos municípios de Coração de Jesus, Francisco Sá, Brasilia, Grão Mogol, S. João da Ponte, Monte Azul, Porteirinha, Rio Pardo de Minas, São João do Paraíso, Januária, Manga, São Francisco, São Romão, Unai, Pedra Azul, Medina, Itinga, Arassual, Salinas, Jequitinhonha, Jacinto, Almenara e Rubim. Em face da extensão e dificuldades de transporte dessa região, o Serviço Especial de Fomento do Algodão de Montes Claros contará com o concurso de três subpostos a serem instalados em Januária, Monte Azul e Pedra Azul.

◆

OS PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO

NENHUM país no mundo é auto-suficiente. Todos se socorrem das transações mercantís de caráter internacional para o suprimeito daqueles produtos que não podem ser conseguidos nos seus domínios geográficos. E, nesse particular a grandeza de um país se mede, praticamente, pelo grau das suas necessidades de importação, levando em conta as suas possibilidades de produzir os bens que os outros países reclamam.

Nesse particular o Brasil foi bem aquinhoado: é bem pequena a lista de produtos de que necessitamos e não podemos produzir no nosso território.

E' interessante assinalar que no Brasil o produto que mais avulta na nossa importação é o trigo. Em valor despendemos com essa importação com as cifras de Cr$ 1.327.233.000,00 para a farinha de trigo e o de Cr$ 895.547.000,00 para o trigo em grão, só dez meses de 1947.

Outra importação de vulto é a relativa a combustíveis: gasolina, óleos (fuel e diesel), petróleo bruto ou crú, óleos refinados, etc., que atingiu em outubro de 1947 à cifra de Cr$ 1.220.577.000,00.

Na classe de gêneros alimentícios importamos inúmeros produtos: azeites, azeitonas, bacalhau, bebidas, cebolas, laticínios, frutas e outros. Aqui os nossos gastos com essas somas no exterior em 1947 montaram a Cr$ 3.471.108.000,00.

Em 1947 despendemos a importância de Cr$ 1.785.824.000,00 para a aquisição de 56.378 automóveis de várias espécies.

No seu total as importações brasileiras somaram em valor Cr$ 18.956.808.000,00, ou seja mais de Cr$ 8.834.275.000,00 que as do ano de 1946.

No tocante à disciplina das importações o govêrno tem mantido uma conduta salutar, buscando, por todos os meios, impedir a importação de produtos supérfluos ou suntuários em detrimento dos bens que são necessários evidentemente ao país.

CORRETORES DE SEGUROS

VIGIA S.A.

Séde RIO DE JANEIRO

RUA DA ALFÂNDEGA, 41, SALA 712
EDIFÍCIO "SULACAP" – TEL. 43-2372
CAIXA POSTAL, 3347 – TELEG. VIGIA – RIO

Correspondentes em LONDRES, NEW YORK, PARIS

TODOS OS RISCOS

ESPECIALIDADES: SEGUROS DE BAGAGENS PARA O ESTRANGEIRO — MOTINS — COMOÇÕES — CIVIS — AUTOMÓVEIS — ROUBOS E FURTOS

EMPREGADOS NA INDÚSTRIA

O SERVIÇO de Estatística do Ministério do Trabalho acaba de publicar interessante trabalho de investigação sôbre o número de pessoas empregadas em atividades industriais. O grau de emprêgo do elemento humano na indústria através do tempo, no Brasil, se expressa nos seguintes algarismos:

1889	54.169
1907	150.841
1920	275 500
1941	944.318
1945	1.091.917

Especificamente êsse elemento humano se distribui, no último ano abrangido pela análise nos seguintes grupos:

Indústria	1.091.917
Comércio	236.573
Transporte	125.310
Crédito	41.885
Comunicações	21.264
Educação	17.949
Profissões Liberais	1.405
Diversas	7.100

A INDÚSTRIA ARGENTINA

OS platinos costumavam dizer aos visitantes brasileiros, muito antes da última guerra, que o Brasil lograra melhor adiantamento, industrializara-se enquanto que a Argentina continuava como país agro-pecuário. Entretanto quem percorria naquele tempo as lojas de Buenos Aires encontravam inúmeros artigos industriais de fabricação argentina. Era, como se vê, um exagerado pessimismo daqueles que enxergavam o seu país apenas como campos de pastagem e terras com o trigo florindo.

A indústria argentina nos últimos quinze anos entretanto logrou excelente posição. E nesse aspecto basta lembrar o caso dos tecidos. Hoje praticamente a Argentina é auto-suficiente nesse particular. Mas para conseguir êsse "desideratum" lutou muito aquêle país. Mas começou a resolver o problema pela base. Assim é que a Argentina criou a sua própria indústria de máquinas de fiação e tecelagem. Nesse particular basta lembrar que aquêle país que em 1930 possuía apenas 52.000 fusos ativos, segundo dados oficiais, conta hoje com 463.735 fusos em funcionamento. E consome algodão, como matéria prima, no montante de 74.987.000 quilos.

Já hoje a Argentina supre o seu mercado interno com tecido nacional num montante de 63.739 toneladas. Isso quando em 1930 ela importava 45.800 toneladas de tecidos estrangeiros. Agora, no último ano, segundo os dados publicados essa importação foi de apenas 6.515 toneladas.

Em verdade podemos lembrar que os fusos atualmente em funcionamento na Argentina representam menos da metade dos que estão ativos no momento em São Paulo. Mas por outro lado não devemos sub-estimar o crescimento acelerado que vem experimentando a indústria de fiação e tecelagem argentina. Essa produção já atinge quase às necessidades do comércio interno. E em breve ultrapassará, a continuar o ritmo de crescimento que vem experimentando, a margem a ser absorvida pelo seu mercado interno. Desenha-se assim nova situação nesse setor para a Argentina: a de tranformar-se de cliente em concorrente.

Banco do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro S. A.

DISTRITO FEDERAL — CARTA PATENTE N.º 1.043 DE 24-12-32

BALANCETE EM: 31 DE JANEIRO DE 1948

(COMPREENDENDO MATRIZ)

ATIVO				PASSIVO			
		Cr$				Cr$	
A — DISPONÍVEL				**F — NÃO EXIGÍVEL**			
CAIXA				Capital		5.000.000,00	
Em moeda corrente e em depósito no Banco do Brasil		3.731.822,60		Fundo de reserva legal		2.000.000,00	
Em depósito à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito	2.264.578,40			Fundo de previsão		3.350.655,10	
Menos: Depósito em Títulos	1.132.000,00	1.132.578,40	4.864.401,00	Outras reservas		141.727,10	10.492.382,20
B — REALIZÁVEL				**G — EXIGÍVEL**			
Letras do Tesouro Nacional		906.000,00		DEPÓSITOS			
Empréstimos. C/Corrente	17.533.914,40			á vista e a curto prazo:			
Títulos descontados	123.545.484,10			de Autarquias	95.781,60		
Letras a receber de C/Própria.	889.608,60			em C/C Sem limite	46.097.069,10		
Correspondentes no País	237.547,30			em C/C Limitadas	2.013.126,00		
Outros créditos	5.153.742,20	147.360.296,60		em C/C Sem Juros	604.493,20		
Imóveis		1.336.774,60		em C/C de Aviso	374.500,20	49.184.970,10	
Títulos e valores mobiliários:				de diversos:			
Apólices e obrigações Federais	997.892,00			a prazo fixo	6.646.924,70	6.646.924,70	
Apólices Estaduais	92.00,					55.831.894,80	
Ações e Debêntures	1.342.000,00	2 339.984,00		Outras Responsabilidades			
Outros valores		1.000.00,	151.944.055,20	Obrigações diversas	20.506.057,90		
C — IMOBILIZADO				Correspondentes no País	52.984.244,80		
Edifícios de uso do Banco	783.940,00			Ordens de pagamento e outros créditos	16.707.436,90		
Moveis e Utensílios	265.147,70		1.049.087,70	Dividendos a pagar	133.600,00	90.331.339,60	146.163.234,40
D — RESULTADOS PENDENTES				**H — RESULTADOS PENDENTES**			
Juros e descontos	1.295.776,50			Contas de resultados			2.618.908,60
IMPOSTOS	4.412.00			**I — CONTAS DE COMPENSAÇÕES**			
Despesas Gerais	116.792,80		1.416.981,30	Depositantes de valores em garantia e em custódia		17.842.183,00	
E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO				Depositantes de títulos em cobrança: do País		3.230.998,90	
Valores em garantia		13.767.033,00		Outras contas		60.774.605,70	81.847.787,60
Valores em custódia		4.075.150,00					
Títulos a receber de C/Alheia		3.230.998,90					
Outras contas		60.774.605,70	81.847.787,60				
			241.122.312,80				**241.122.312,80**

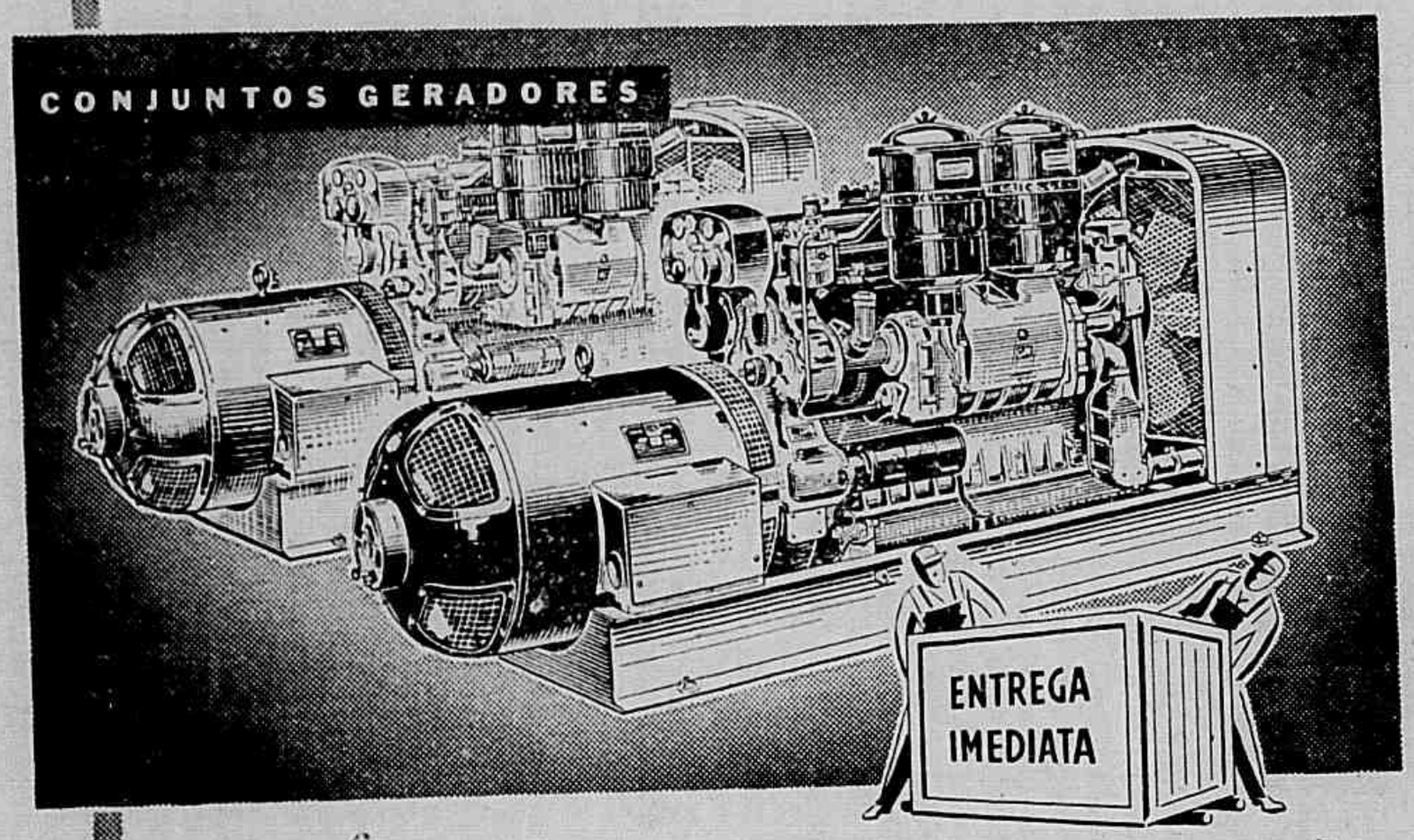
Rio de Janeiro, 17 de Fevereiro de 1948

EDUARDO DE TRINDADE (Presidente)

LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA FIGUEIREDO (Diretor)

VICTOR CORREA GONÇALVES (Contador: Reggº. n.º 37.401)

Mais de 350 Unidades DIESEL GM instaladas em 1947!



Seu problema

se enquadra em algum dêstes casos?

Mais de 350 unidades Diesel GM foram fornecidas em 1947, para:

Beneficiadores de Café
Beneficiadores de Arroz
Energia Elétrica para Municipalidades
Fôrça Elétrica e Motores Estacionários para Cortumes
Energia Elétrica para Prensas de Algodão
Bombas d'Água para Irrigação
Fábricas de Tijolos
Refinarias de Óleos Vegetais
Barcos de Carga
Barcos de Pesca
Rebocadores
Barcos de Passageiros
Indústrias Madeireiras
Motores para Substituição em Veículos
E como equipamento de emergência para Hospitais, Aeroportos, Cias. Telefônicas, Estações de Rádio, etc.

- ✓ Motor de tipo novo e altamente eficiente, de dois tempos.
- ✓ Máxima fôrça, com um mínimo de espaço e pêso.
- ✓ Econômico no preço inicial, no custo de operação e nos gastos de manutenção.
- ✓ Partida ainda mais fácil do que num automóvel.
- ✓ O mais simples e moderno sistema de injecção do combustível em uso, assegurando combustão completa e grande economia de combustível sob tôdas as cargas e velocidades.
- ✓ Um máximo de peças intercambiáveis.
- ✓ Lubrificação sob pressão.
- ✓ Todos os Conjuntos Geradores são equipados para operar em paralelo com outras unidades da mesma ou de diferentes capacidades.
- ✓ Pistões triplamente resfriados.
- ✓ Nenhuma vibração sob qualquer carga ou velocidade.
- ✓ Seus mecânicos serão benvindos à nossa Escola Prática Diesel GM, de treinamento.
- ✓ A General Motors do Brasil está sempre pronta a prestar-lhe assistência em peças sobressalentes e técnicos para as unidades Diesel G M.

Funciona também com querosene



McCann

PRODUTO DA GENERAL MOTORS

DIESEL GM — a fôrça moderna

GM GENERAL MOTORS FÔRÇA DIESEL

ATENÇÃO REVENDEDORES

A General Motors do Brasil S. A. dispõe de alguns lugares no seu quadro de Concessionários Autorizados, para as diversas praças do Brasil. Os interessados podem dirigir-se à General Motors do Brasil S.A. — Dept. G — Caixa Postal 200-B, São Caetano - São Paulo.

Para maiores informações mande êste coupon hoje mesmo à

GENERAL MOTORS DO BRASIL S.A.

Caixa Postal 200-B - São Caetano - São Paulo - Dept. G

Estando interessado na aquisição de um Motor Marítimo/ Gerador de Fôrça/ Diesel GM Industrial/ peço-lhes enviar-me sem compromisso da m/ parte o folheto explicativo.

NOME .....

CIDADE .....

RUA .....

GENERAL MOTORS DO BRASIL S.A.

BANCOS & MOEDAS

O Banco Central

Impõem-se o ordenamento dos nossos mercados monetários e de crédito. País novo sem grandes reservas de capitais como o nosso, tem se ressentido enormemente com a falta de uma disciplinação nêsses campos o que só tem redundado em sensíveis prejuízos à nossa coletividade. A escassez de capitais disponíveis para serem utilizados pela produção em seus múltiplos setores foi responsável por um clima artificial no campo de oferta e procura no mercado monetário, que se traduz hoje, numa condição desfavorável: somos, talvez o país onde o "aluguel do dinheiro" logrou o seu índice mais alto no mundo. Essa contingência forçou mais nítidas ocorrências de pauperrísmo e foi sempre fatôr de empobrecimento da coletividade brasileira, influindo de forma poderosa nos preços dos bens produzidos no país, à base de um capital que exigia, para a sua utilização, uma remuneração das mais altas. De outra parte a produção do capital, pela taxa de juros consentida e usual, se processava sem manter um nível de equilíbrio com o desenvolvimento da produção de sorte a impôr constantemente, alterações substanciais no nosso teôr de vida.

O ingresso de capitais alienígenas que vinha participar efetivamente da nossa vida econômica e financeira, serviu, em parte, como uma atenuante dêsse processo. Todavia o regime de atos voluntários, que podiam ser eliminados a todo o momento pelo país que os adotava, retirar aos capitais estrangeiros, aquêle clima necessário de estabilidade e confiança, elementos essenciais para que os mesmos procurassem colocações no país.

Já agora se indicam melhores as perspectivas, já que, restabelecida a ordem política, o afluxo de capitais estrangeiros para o Brasil poderá ser reiniciado, bastando para tanto que se ofereça ao mesmo, no curso da sua aplicação, as necessárias garantias.

Importa consignar que só poderemos pensar numa política dessa ordem, que propicie uma longa margem de investimentos no brasil, regularizando a posição dos mercados da moeda e do crédito o que só pode ser conseguido com a implantação do regime previsto pela reforma bancária.

Já existem exemplos, e se documenta fàcilmente que, sem contar o país com um organismo do tipo do Banco Central, nada é possível fazer-se em relação a uma política de atração de capitais estrangeiros, tão necessários para a nossa expansão.

De outra parte necessitamos inadiàvelmente de um "Banco Central", bem como dos outros órgãos que integram o sistema proposto na reforma bancária, para um exercício de disciplina salutar na nossa organização financeira.

Muitos são os aspectos que estão a exigir exame e análise. E entre êstes ressalta a referente à situação da nossa dívida interna, formada de títulos vários de padrões de juros diferentes, o que, de certa forma tem influído na preferência por determinadas classes de títulos e no próprio mercado de aluguel do dinheiro, como elemento de dissolvência, pela disparidade de remuneração oferecida pelos mesmos. O problema de revigoramento dos títulos do Estado, é essencial e pode ser conseguido pela intervenção no mercado respectivo, através de uma política hábil de "open-market", visando angariar uma liquidez maior de fundos no mercado monetário que possa ser absorvida pelos títulos públicos. Não é preciso acentuar que função dessa ordem só pode ser levada à efeito com a existência de um Banco Central. Essa manipulação hábil do mercado de títulos é fundamental. Por outro lado a quantidade de crédito a ser criado e sobretudo a sua distribuição, e a modicidade de retribuição pelo seu uso, podem oferecer garantias seguras para a melhoria dos nossos índices de produção e influir severamente na teoria dos preços. Êsse alto aluguel do dinheiro no nosso país que se formou por uma acumulação de circunstâncias adversas, está a exigir uma disciplinação de corrigenda.

Em particular, em cada caso, pode-se verificar que as condições de reprodução do dinheiro se persistirem entre nós em grau maior do que o conseguido pela criação de nossas riquezas, que é o fim da produção, nós permaneceremos dentro de um cíclo de empobrecimento contínuo.

O Banco Central e os organismos a êle filiados, previstos na reforma bancária, oferecem o anteparo eficaz para o desenvolvimento anômolo que estamos experimentando. Da necessidade e urgência da sua implantação no Brasil, diz a experiência e os benefícios conseguidos por todos os países que o utilizam como legítima válvula de segurança no terreno da moeda e do crédito.

Se tentarmos o que representa, por exemplo, a utilização das "reservas técnicas" de seguros, que pertencem aos associados e são manipuladas pelas companhias, nêsse regime de alta retribuição de capital, vamos verificar os benefícios que produziam advir à coletividade brasileira, da aplicação, pelo Banco Central, por exemplo, dessas apreciáveis reservas.

Os fenômenos de desajuste entre moradia e população que se situam em tôdas as grandes cidades brasileiras, onde a média de densidade domiciliar oscila entre 6,0 e 7,0 pessoais por prédio, quando índice normal é 4,0, fluem, ainda das altas taxas de juro de capital que ainda existem no Brasil. No setôr hipotecário essa condição se eliminaria com o Banco da espécie que representaria a função de contrôle necessário, e tornaria mais fácil e mais acessível emprêgo de capitais no setôr das construções civis, impedindo o cíclo de investimentos vincados pela especulação.

Tôdas essas argumentações que militam em favor da reforma bancária, demonstram à saciedade, a necessidade da sua implantação.

◆

O RELATÓRIO DO CITY BANK

NO dia 13 de janeiro último realizou-se, em Nova York, a Assembléia Geral anual do The National City Bank, sendo nesta ocasião feito o relatório das atividades do exercício próximo findo. Êste documento, como de hábito, vem de ser divulgado em português, pelos ser-

LLOYD REAL BELGA (BRASIL) S. A.

AGENTES GERAIS PARA O BRASIL DAS COMPANHIAS

Armement Deppe S. A.

Compagnie Maritime Belge

(Lloyd Royal S. A.)

Serviço de navegação entre o

BRASIL -- BÉLGICA -- RIO DA PRATA

Avenida Rio Branco n. 4 — 5.º andar

Tel. 23-4828 — Salas 507/8/9 =— RIO DE JANEIRO

viços do importante estabelecimento bancário no Rio de Janeiro. Com a devida vênia, recolhemos aqui alguns números e comentários sugeridos em vista do desenvolvimento dos negócios no ano transacto.

Os ganhos líquidos correntes combinados das operações do National City Bank e da City Bank Farmers Trust Company montaram durante o ano findo, a US$ 20.163.976, ou seja US$ 3,25 por ação, sôbre as 6200 ações em circulação, o que representa um aumento sôbre os US$ 18.801.025, no exercício de 1946.

Os dividendos declarados pelo Banco e pela Trust Company, para o exercício findo, somaram US$ 9.920.000.

No que respeita ao banco propriamente dito, os ganhos líquidos correntes, oriundos das operações, importaram em US$ 19.088.133; incluindo os ganhos provenientes da venda de títulos, o total montou a US$ 21.353.233.

O total dos depósitos, ao encerrar-se o exercício, atingia a US$ 4.874.000.000; os empréstimos e descontos tiveram um aumento de 223 por cento em relação ao total do ano anterior.

◆

BANCO NACIONAL DA SUÉCIA

SEGUNDO o último relatório do Riksbank (Banco Nacional), da Suécia, a sua reserva ouro aumentou de 17 milhões de coroas, num total de 379 milhões (Cr$ 1.978.380.000,00) em dezembro de 1947, em comparação com o mês precedente, e a sua carteira de divisas estrangeiras diminuiu de 29 milhões, sendo o seu total de 435.000.000 de coroas (Cr$ 2.270.700.000,00). A circulação fiduciária experimentou um aumento de 193.000.000, atingindo a 2.895.000.000 de coroas (Cr$ 15.085.555.500,00), enquanto que a reserva de emissão de papel-moeda diminuiu de 161 milhões, perfazendo 362 milhões de coroas (Cr$ 1.889.640.000,00).

◆

OS DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A POSIÇÃO dos depósitos bancários no ano de 1947, apresenta sensível melhoria se realizarmos um cotejo com os totais relativos ao ano de 1946.

Em 1946 os depósitos bancários à vista e a prazo totalizaram Cr$ ..... 48.767.931.000,00 e em 1947 atingiram a cifra de Cr$ 51.342.842.000,00. Enquanto se verificava essa melhoria no tocante aos depósitos em relação aos empréstimos o aumento foi pequeno. Assim enquanto em 1946 os empréstimos atingiam ao montante de Cr$ 45.376.423.000,00, em 1947 alcançavam o total de Cr$ ..... 46.070.820.000,00.

Êsses elementos indicam uma melhoria substancial. Uma decomposição pelas espécies demonstra de modo mais claro essa condição favorável. Em 1946 os empréstimos em conta corrente iam a Cr$ 24.878.769.000,00 e em 1947 se expressavam na cifra de Cr$ 23.686.689.000,00. E os empréstimos em letras descontadas passavam de Cr$ 20.402.654.000,00 em 1946, para Cr$ 22.384.131.000,00 em 1947.

Na sua distribuição pelas zonas geográficas do Brasil, os depósitos bancários oferecem os seguintes algarismos: na região Norte: Cr$ 611.000.000,00; na região Nordeste: Cr$ 2.244.000.000,00; na região sul: Cr$ 21.615.000.000,00; na região Centro-Oeste: Cr$ 301.000.000,00.

O montante dos depósitos pelas regiões geográficas oferece margem para um exame sôbre a distribuição do meio circulante brasileiro. E' um elemento auxiliar de monta para um cálculo dessa espécie. E' fácil situar com auxílio dêsses algarismos, os pontos de maior ou menor concentração monetária.

O Distrito Federal ocupa o primeiro ponto no tocante aos depósitos bancários com Crs. 18.698.000.000,00 e em segundo lugar São Paulo com Cr$ ..... 17.251.000.000,00. Minas Gerais alcançou o 3.º lugar com Cr$ 5.014.000.000,00. O último pôsto cabe ao Piauí com depósitos bancários no montante de Cr$ ..... 46.000.000,00.

Êste número foi Microfilmado
pela
Companhia Auxiliar de Serviços de Administração
Av. Almirante Barroso, 91 - 4.º andar - Tel: 42-9777
DEPARTAMENTO DE MICROFILMAGEM
O OBSERVADOR está habilitado à reprodução em microfilme positivo, de quaisquer dos artigos contidos no mesmo, bastando para isso que os interessados se dirijam à Administração da Revista:
Avenida Graça Aranha, 182 - 8.º andar - Tel: 42-5519

CONJUNTURA ECONÔMICA

Acompanhe a evolução da economia brasileira e mundial, lendo
"CONJUNTURA ECONÔMICA"
publicação mensal editada pela
Fundação Getúlio Vargas.
Nas principais livrarias, bancas de jornais, etc.

PARA ASSINATURAS, DIRIJA-SE À
REDAÇÃO: Praia de Botafogo, 192
Tels.: 26-6034 – 26-6108 – 26-5877
ENDERÊÇO POSTAL: Caixa Postal, 4081
RIO DE JANEIRO

Banco do Estado de São Paulo

Uma das grandes necessidades da nossa economia, é sem dúvida alguma, o crédito. Com efeito, crédito abundante e barato foi sempre, em todos os países, o fatôr principal do progresso, aquêle que melhor ajudou a desenvolver as atividades de produção.

No Brasil, principalmente, país novo, de vastos recursos e poucos capitais, criar facilidades de créditos representa possibilitar a exploração de riquezas, ajudar a expansão econômica. No entanto, apesar dessa verdade evidente para todo aquêle que volta seus olhos para os nossos problemas, raros são os institutos de créditos dispostos a empenharem seus recursos no fomento da nossa produção, principalmente quando se trata de atividades agrícolas e econômicas de pequeno porte. Isto se explica, por um lado, pelo relativamente pouco vultoso capital disponível para tais operações, e por outro lado, pela elevada taxa de juros cobrados e receio de correr riscos, exigindo garantias que nem sempre estão ao alcance dos pequenos produtores.

Por isso avulta a significação do papel desempenhado, entre nós, pelo Banco do Estado de São Paulo, uma das principais instituições do ramo no país. Prestando assistência financeira à nossa produção, tem demonstrado particular desvelo no auxílio à nossa economia agrícola, e muito especialmente à pequena propriedade. São inúmeros já os benefícios prestados nêsse sentido durante sua atividade. Tanto o café quanto o algodão, os principais produtos da nossa lavoura, tem encontrado apôio e ajuda da parte do Banco do Estado de São Paulo, mas também a mandioca, os legumes a fruticultura e outras atividades menores, nunca deixaram de ser atendidas em suas necessidades.

Os balanços dêste Banco que todos os anos O OBSERVADOR publica, como o que vai a seguir, provam isso exuberantemente. Para citar o exemplo mais recente, basta dizer que o Banco do Estado de São Paulo acaba de adquirir 800 tratores a serem fornecidos aos nossos agricultores. Isso representa ajuda inestimável na mecanização da nossa lavoura, o que quer dizer no aumento da nossa produção dos campos.

Para atender à sua numerosa clientela, dispõe êsse importante instituto de crédito paulista, além da Matriz e uma Agência no subúrbio da capital, de mais de 50 filiais espalhadas pelo interior do Estado, tôdas em franca prosperidade.

Completando o ano passado vinte anos de atividade, a demonstração que a seguir publicamos, atesta sua brilhante e sólida posição, bem como da gestão proficiente e operosa da sua atual Diretoria à cuja frente se encontra o Dr. Oswaldo Pereira de Barros, irmão do Governador Ademar de Barros, figura largamente conhecida e acatada nos meios econômicos e financeiros de São Paulo.

Outro assunto digno de destaque nas atividades dêsse Banco, é a atenção dada ao seu pessoal, prestando magnífica assistência social aos seus funcionários. Só no último exercício, correspondente ao ano passado, foi distribuido em gratificação ao pessoal quase um milhão e meio de cruzeiros, sem falar na dotação para a Colônia de Férias de uma construção que importou em quinhentos mil cruzeiros.

Os movimentos da Carteira Comercial e da Carteira Hipotecária "Ouro", falam por si só nos algarismos demonstrativos. Distribuindo dividendos de 6 milhões de cruzeiros, tem um fundo de reserva de quase 700 mil cruzeiros, um fundo de previsão de 4 milhões e ainda um lucro em suspenso de mais de 22 milhões e 500 mil cruzeiros.

Por si mesmos êstes algarismos demonstram uma situação próspera, uma gestão bem orientada, que serve de garantia para o futuro e nos tranquiliza quanto aos dias vindouros, continuando assim o Banco do Estado de São Paulo a desempenhar o papel de estimulador financeiro da economia paulista.

BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SOCIEDADE ANÔNIMA

— Autorizado a funcionar por fôrça do Decreto Federal n.º 17.981 de 12-11-1927 —

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947, compreendendo as operações da Matriz e Agências de Amparo, Andradina, Araçatuba, Araraquara, Atibaia, Avaré, Barretos, Batatais, Bauru, Botucatu, Brás (Capital), Caçapava, Campinas, Campo Grande (Mato Grosso), Catanduva, Franca, Ibitinga, Itapetininga, Itapeva, Ituverava, Jaboticabal, Jaú, Jundiaí, Limeira, Lins, Marília, Mirassol, Moji-Mirim, Novo Horizonte, Olímpia, Ourinhos, Palmital, Pinhal, Piracicaba, Pirajuí, Piraçununga, Presidente Prudente, Quatá, Registro, Ribeirão Prêto, Santo Anastácio, Santos, São Carlos, São João da Boa Vista, São Joaquim da Barra, São José do Rio Pardo, São José do Rio Prêto, São Simão, Tanabi, Tietê e Tupã.

CAPITAL Cr$ 100.000.000.00 — **RESERVAS Cr$ 100.507.187,96**

ATIVO

CARTEIRA COMERCIAL

DISPONÍVEL			Cr$
CAIXA			
Em moeda corrente		114.403.349,40	
Em dpósito no Banco do Brasil S/A		300.593.792,10	
Em depósito à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito		40.747.195,40	
Em outras espécies		9.408.081,40	465.152.418,30
REALIZÁVEL			
Letras do Tesouro Nacional		32.565.000,00	
Empréstimos em C/Corrente	810.231.012,75		
Empréstimos Hipotecários	48.745.341,50		
Títulos Descontados	1.250.271.994,40		
Agências no País	233.576.096,00		
Correspondentes no País	31.311 977,90		
Correspondentes no Exterior	154.129.329,30		
Outros Créditos	507.122.478,81	3.035.388.230,46	
Imóveis		7.875 446,20	
Títulos e Valores Mobiliários:			
Apólices e Obrigações Federais, inclusive as do valor nominal de Cr$ 55.000.000,00, depositadas no Banco do Brasil S/A,. à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito e Cr$ 1.000.000,00 na Delegacia Fiscal, conforme Decreto-lei n.º 9.602	37.587 296,50		
Apólices Estadoais	116.747.427,30		
Apólices Municipais	338.270,90		
Ações e Debêntures	4.478.252,50	159.151.247,00	
Outros Valores		2.382.344,50	3.237.362.268,16
IMOBILIZADO			
Edifícios de uso do Banco			78.921.608,10
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Valores em Garantia		1.291.457.444,20	
Valores em Custódia		187.986.731,85	
Títulos a Receber de C/Alheia		151.064 554,80	
Outras Contas		349.044.177,50	1.979.552.908,35
			5.760.989.202,91

CARTEIRA HIPOTECÁRIA "OURO"

EMISÃO DE LETRAS HIPOTECÁRIAS			44.248.500,00
EMPRÉSTIMOS HIPOTECÁRIOS EM "OURO"			
a — Rurais:			
Série A	6.011.408,20		
Série B	8.839.097,00		
Série C	9.836.430,70	24.686.935,90	
b — Urbanos:			
Série A	—		
Série B	3.967,40		
Série C	—	3.967,40	24.690.903,30
DISPONIBILIDADES JUNTO À CARTEIRA COMERCIAL:			
a — Em Apólices do Reajustamento Econômico			
Série A	590.000,00		
Série B	890.000,00		
Série C	3.000.000,00	4.480.000,00	
b — Em dinheiro.			
Série A	6.580.591,80		
Série B	5.454.935,60		
Série C	3.043.569,30	15.079.096,70	19.559.096,70
HIPOTECAS "OURO"			
a — Rurais		125.433.900,00	
b —		60.000,00	125.493.900,00
CARTEIRA COMERCIAL			12.384.103,51
DIVERSAS CONTAS			17.287.336,74
			243.663.840,25
			6.004.653.043,16

PASSIVO

CARTEIRA COMÉRCIAL

NÃO EXIGÍVEL			Cr$
Capital		100.000.000,00	
Fundo de Reserva Legal		40.791.587,79	
Fundo de Previsão		74.363.833,96	
Outras Reservas		59.715.600,17	274.871.021,92
EXIGÍVEL			
DEPÓSITOS			
à vista e a curto prazo:			
de Poderes Públicos	397.602.627,90		
de Autarquias	940.610.685,30		
em C/C Sem limite	319.519.238,50		
em C/C Limitadas	18.172.975,40		
em C/C Populares	90.845.826,70		
em C/C de Aviso	4.269.109,10		
Outros Depósitos	184.416.883,41	1.955.437.346,31	
à prazo:			
de Poderes Públicos	6.020.000,00		
de Autarquias	882.870.655,40		
de Diversos:			
a prazo fixo	206.976.094,70		
outros depósitos	117.291,80	1.095.984.041,90	
		3.051.421.388,21	
OUTRAS RESPONSABILIDADES			
Obrigações Diversas	402.929,20		
Agências no País	234.478.686,40		
Correspondentes no País	32.371.581,30		
Correspondente no Exterior	4.066.962,40		
Ordens de pagamentos e Outros Créditos	14. .875.034,53		
Dividendos a pagar	6.016.852,00	432.212.045,83	3.474.633.434,04
RESULTADOS PENDENTES			
Contas de resultados			31.931.838,60
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Depositantes de valores em Garantia e em Custódia		1.479.444.176,05	
Depositantes de Títulos em Cobrança:			
do País	109.610.422,00		
Do Exterior	41.454.132,80	151.064.554,80	
Outras Contas		349.044.177,50	1.979.552.908,35
			5.760.989.202,91

CARTEIRA HIPOTECÁRIA EM "OURO"

OBRIGAÇÕES "OURO" EM CRICULAÇÃO		
Série A	13.182.000,00	
Série B	15.188.000,00	
Série C	15.880.000,00	44.250.000,00
LETRAS HIPOTECÁRIAS "OURO" CAUCIONADAS:		
Série A	13.181.500,00	
Série B	15.187.500,00	
Série C	15.879.500,00	44.248.500,00
GARANTIAS DIVERSAS	125.493.900,00	
DIVERSAS CONTAS	29.671.440,25	243.663.840,25
	Cr$	**6.004.653.043,16**

Demonstração da Conta — Lucros e Perdas — Em 31 de Dezembro de 1947

DÉBITO			CRÉDITO		
DESPESAS GERAIS			**LUCROS SUSPENSOS**		
Honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal	448.000,00		Saldo desta conta		21.345.894,10
Ordenados e Gratificação do Pessoal	22.458.510,32		**JUROS S/ DIVERSAS CONTAS**		
Despesas Diversas	4.471.669,10	27.378.179,42	Valor dos juros recebidos e debitados		54.637.210,70
IMPOSTOS			**DESCONTOS**		
Débito desta Conta		1.080.411,90	Resultado neste semestre, deduzidos os juros pertencentes ao semestre seguinte		55.658.669,20
JUROS S/DIVERSAS CONTAS			**COMISSÕES**		
Valor dos creditados		79.955.023,60	Saldo desta conta		6.724.114,90
DESPESAS DE INSTALAÇÃO			**LUCROS DE CÂMBIO**		
Saldo desta conta		2.635,80	Saldo desta conta		3.481.470,50
PREJUIZOS VERIFICADOS			**RENDAS S/ TÍTULOS E IMOVEIS DE PROPRIEDADE DO BANCO**		
Prejuizos do semestre		4.655.589,00	Crédito desta conta		8.910.326,40
TÍTULOS E IMOVEIS DO BANCO			**RECUPERAÇÃO DE PREJUIZOS**		
Abatimentos s/Títulos e Imoveis		13.102.731,10	Recuperação de débito lançados em Lucros e Perdas		794.585,30
LIVROS E OBJETOS DE ESCRITÓRIO			**LUCROS DIVERSOS**		
Saldo desta conta		1.385.565,00	Pelos verificados em outras operações	12.824.024,30	143.030.401,30
MOVEIS E UTENSÍLIOS					
Saldo desta conta		636.025,50			
INST. APOS. E PENSÕES DOS BANCÁRIOS					
Contribuição do Banco durante êste semestre		929.523,90			
DIVIDENDOS					
Provisão para o pagamento do 43 o dividendo de 12% a.a., ou sejam Cr$ 12,00 por ação, s/ 500.000 ações		6.000.000,00			
GRATIFICAÇÃO AO PESSOAL DO BANCO					
10% s/ lucros liquidos de acordo com os Estatutos		1.390.471,60			
DOTAÇÃO					
Para a construção da Colonia de Ferias para os Funcionarios do Banco		500.000,00			
FUNDO DE RESERVA					
5% s/ Cr$ 130.904.716,08 lucro liquido verificado neste semestre		695.235,80			
FUNDO DE PREVISÃO					
Previsão p/ocorrer a Bonificação de 20% autorizada pela Assembléia de 14/5/1940, e a Prejuizos decorrentes do Dec. n.º 1.888 de 15/12/939		4.000.000,00			
LUCROS SUSPENSOS					
Saldo que se transfere para esta conta		22.664.902,78			
		164.376.295,40			**164.376.295,40**

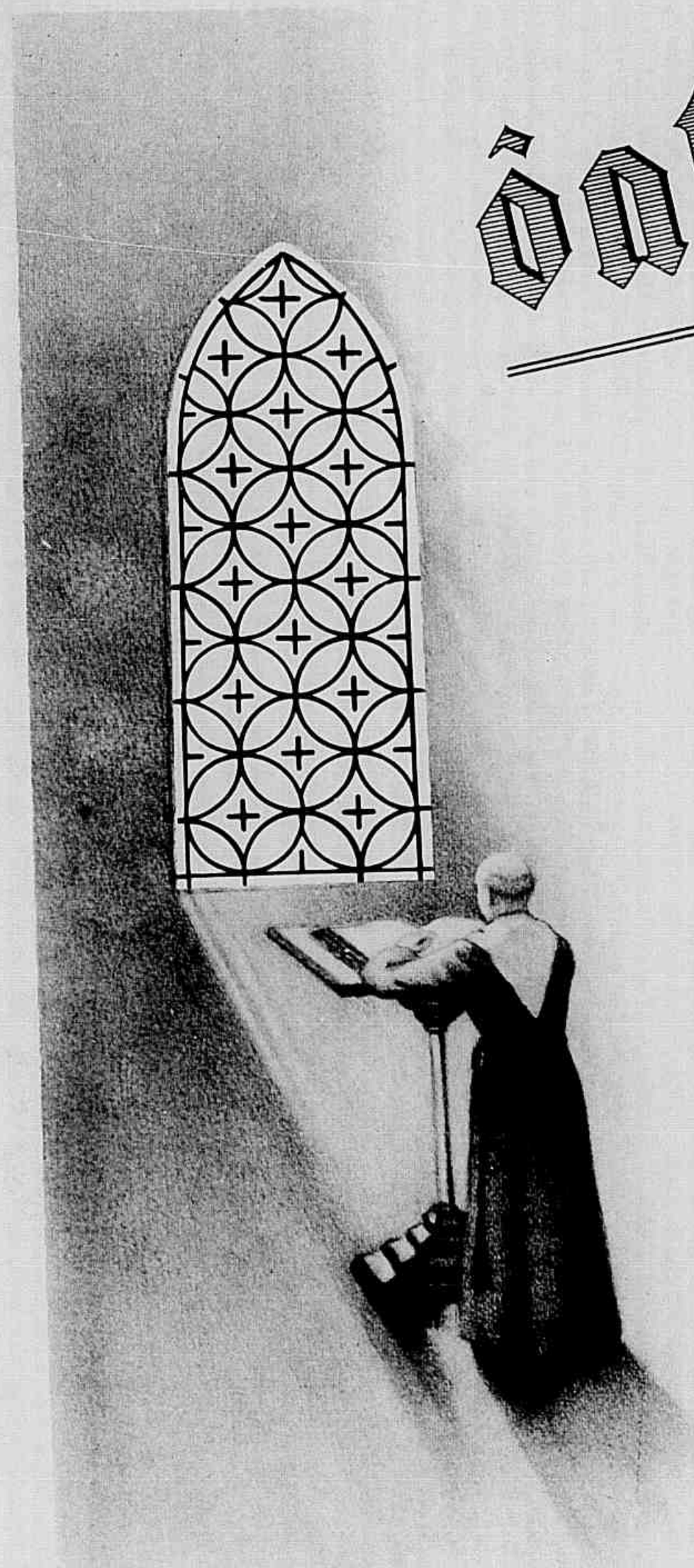
SÃO PAULO, 8 DE JANEIRO DE 1948

DIRETORES:

OSWALDO PEREIRA DE BARROS — Presidente — ARLINDO MAIA LELLO — Vice — Presidente — ARMANDO DE ALMEIDA ALCANTARA — Superintendente — JOSÉ DE QUEIROZ TELLES — Diretor da Carteira Agrícola — NAGIB JAPEF — Diretor da Carteira Comercial e Industrial — ALFREDO SEGABINAZI: — Contador

Ontem

HOJE



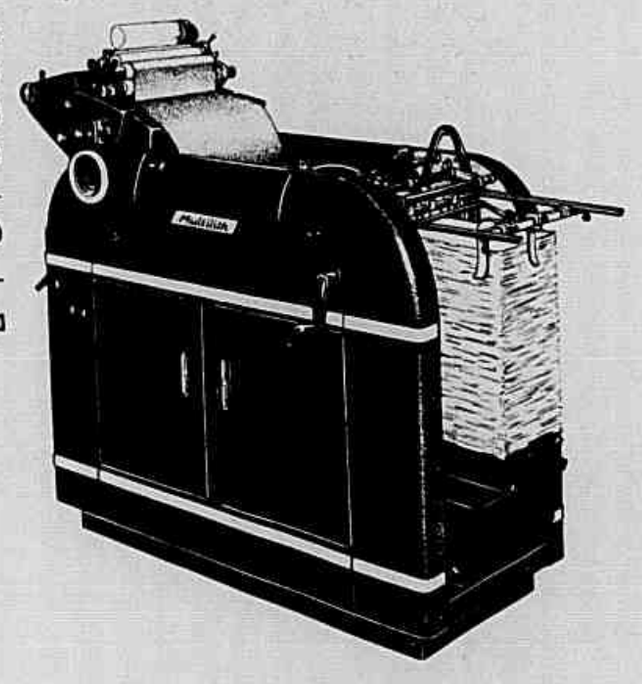
Dos mais remotos tempos, o desejo de aperfeiçoamento do homem tem se manifestado de modo a levar-nos no campo dos conhecimentos humanos, ás mais arrojadas concepções e práticas.

No terreno das artes gráficas êste, têm se verificado em progressão geométrica dada a necessidade sempre crescente da difusão de idéias, entre os povos, pela palavra escríta.

Das iluminuras desenhadas pelos frades na idade média, que faziam em anos um só livro, ás modernas máquinas de imprimír de hoje, o progresso alcançado é fantástico.

E, ao se falar, em perfeição de reproduzir, não podemos deixar de mencionar esta maravilhosa máquina "MULTILITH" que, com um novo processo, marca mais um passo no progresso das industrias gráficas.

Pelo processo "Multilith" ésta resolvido o ultimo dos problemas da impressão: espaço-tempo. Em seu escritorio, num pequeno espaço, V. S. poderá ter qualquer reprodução rapida de documentos, gravuras, livros ilustrados, etc., por um processo econômico rapido e perfeito. Tal processo, depois de aprovado nos países mais adiantados é oferecido ao Brasil onde a ADDRESSOGRAPH-MULTIGRAPH DO BRASIL S. A. está a disposição dos interessados para qualquer demonstração.



REPRODUTORA MULTILITH

ADDRESSOGRAPH MULTIGRAPH DO BRASIL S. A.

Av. Graça Aranha 182-2.° and. — Rio de Janeiro

Representantes em:

S. PAULO-BELO HORIZONTE-CURITIBA-RECIFE-SALVADOR-P. ALEGRE-BELÉM

AM-01

Aproveitamento integral do tempo

INTERNATIONAL



RELÓGIO DE PONTO CARTOGRÁFICO ELÉTRICO

Automático e semi-automático. De tamanho reduzido e desenho moderno. Dotado de motor elétrico síncrono, de precisão, e de um dispositivo que pode atuar uma cigarra ou sirene indicando o início e término do horário.

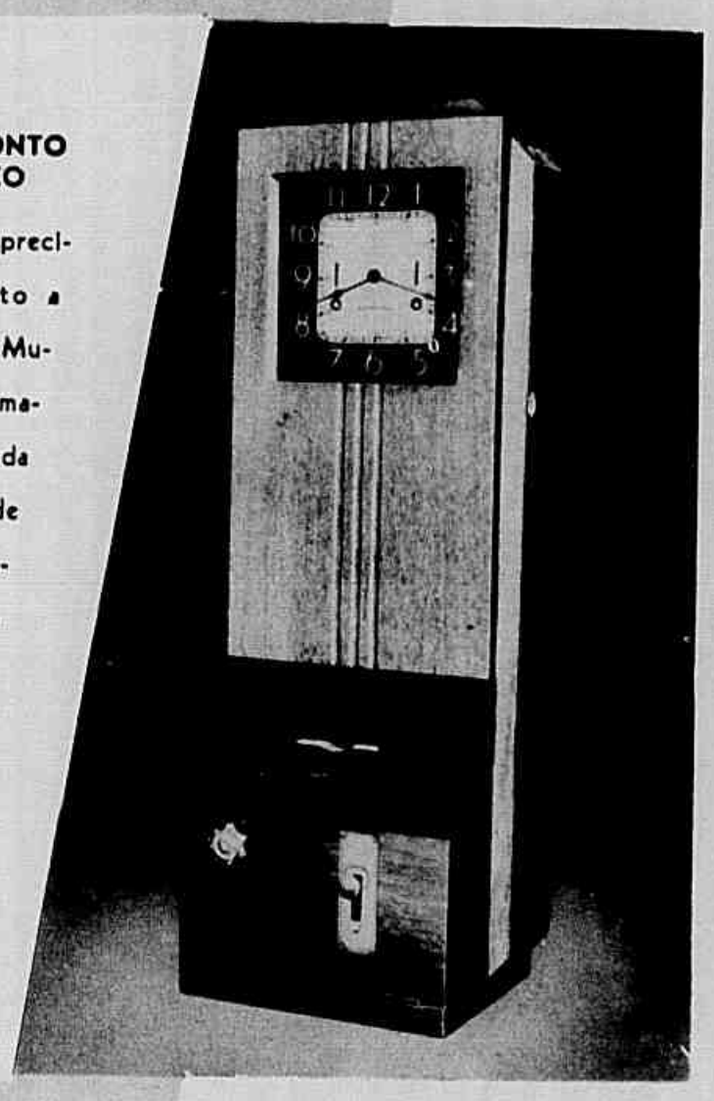


RELÓGIO REGISTRADOR DE MÃO-DE-OBRA

Caixa de metal, de acabamento esmerado. Leve, portátil, pode ser instalado em qualquer canto de fábrica ou oficina. Equipado com motor elétrico síncrono de precisão.

RELÓGIO DE PONTO CARTOGRÁFICO

Mecanismo de alta precisão, com movimento a corda para sete dias. Mudança automática ou manual do registro de entrada e saída. Vistosa caixa de madeira de lei, de primoroso acabamento. Mostrador de relógio comum, de desenho moderno e atraente, oferecendo magnífica visibilidade. De indispensável aplicação na indústria e no comércio.





RELÓGIO-CARIMBO

Equipado com motor elétrico síncrono, de de alta precisão, imprime ano, mês, dia, hora e minutos. De metal e acabamento esmerado. Leve, portátil, pode ser usado em mesas de escritório ou "guichets".

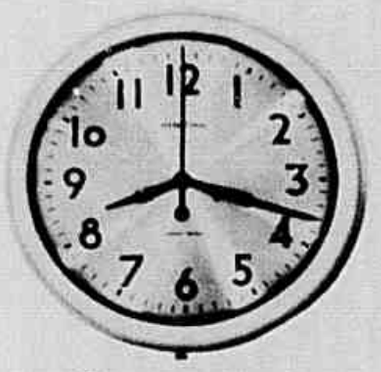


RELÓGIO DE PONTO AUTOGRÁFICO

Imprime, ao lado da assinatura de cada funcionário, a hora de entrada e saída no escritório. Equipado com motor elétrico síncrono, de alta precisão. De desenho muito moderno e manejo simples e seguro.

Quantas vêzes, ao encerrar o balanço de suas atividades, não verifica o industrial ou o comerciante, que os lucros não corresponderam à espectativa... nem compensaram os esforços despendidos durante o ano?

Em muitos casos, o resultado insatisfatório tem uma causa bem simples: o mau aproveitamento do tempo e os deficientes meios de contrôle da mão-de-obra ou dos horários de trabalho! É então o caso de instalar, em sua fábrica ou escritório, um relógio "INTERNATIONAL" que, pela sua alta precisão e por ser construído especialmente para as mais diversas aplicações na indústria e no comércio, permite um aproveitamento *integral* do tempo!



RELÓGIO ELÉTRICO DE PAREDE

Belos e variados tipos, de desenho moderno, para os usos mais diversos, em escritórios, repartições, hospitais, colégios, bancos, residências, "hall" de estações ferroviárias etc., ou para tôrres, fachadas etc.

SÓCIO PATRONO

Colabore na Campanha de Alfabetização de Adultos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MECANIZAÇÃO

SERVIÇOS HOLLERITH S. A.

IBM

Avenida Graça Aranha, 182 – Rio – Rua Libero Badaró, 39-11.º and. – S. Paulo
R. dos Andradas, 1354-5.º – P. Alegre – Av. Afonso Pena, 952-3.º – B. Horizonte
Av. 7 de Setembro, 61/63 – Salvador – R. Cel. Gomes Machado, 99/101-4.º – Niterói
REPRESENTANTES NAS PRINCIPAIS CIDADES DO BRASIL

S H-35

IMPRESSO EM MULTILITH - RIO